Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Coordenação-Geral de Pesquisa Documentação e Referência - COPEDOC
Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN - PEP

Rotas da Alforria

TRAJETÓRIAS DA POPULAÇÃO AFRO-DESCENDENTE NA REGIÃO DE CACHOEIRA, BAHIA

COPEDOC/IPHAN - RIO DE JANEIRO - 2008

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA CULTURA
João Luiz Silva Ferreira

PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN
Luiz Fernando de Almeida

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL
Márcia Sant'Anna

COORDENADORA-GERAL DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO
E REFERÊNCIA DO IPHAN - COPEDOC
Lia Motta

DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR
Cláudia Márcia Ferreira

SUPERINTENDENTE DA 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - BAHIA
Leonardo Falangola Martins

GERENTE DE PESQUISA E REFERÊNCIA DA COPEDOC
Márcia Regina Romeiro Chuva

PARCERIA
Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento - LACED/Museu Nacional/UFRJ
Fundação Universitária José Bonifácio

COORDENAÇÃO DO PROJETO ROTAS DA ALFORRIA
Márcia Regina Romeiro Chuva

REVISÃO
Ulysses Maciel
Cláudia Feierabend Baeta Leal

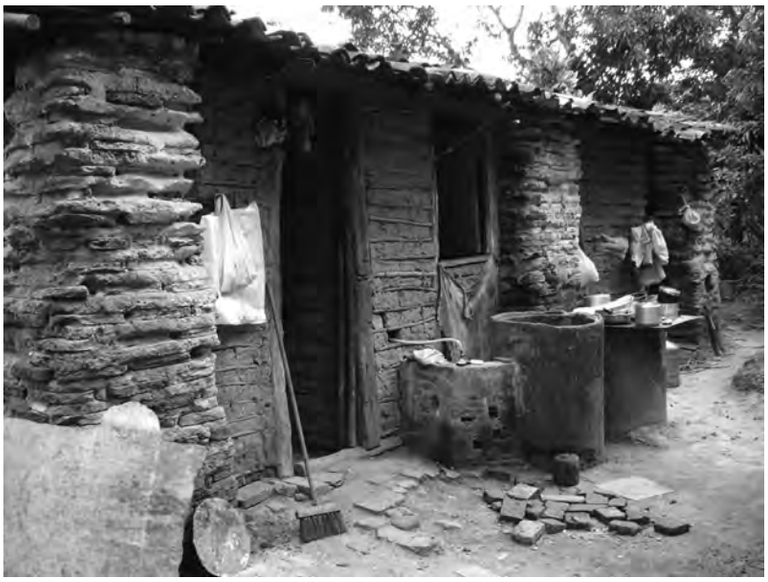
PROJETO GRÁFICO
Oswaldo Ulhoa

CAPA
Marcela Perroni

FOTO FOLHA DE ROSTO
Casa no Iguape, Cachoeira - Bahia
Autor: Rafael Winter Ribeiro

FOTO ABERTURA DE CAPÍTULO
Sambadora Mirim, Cachoeira - Bahia
Autora: Renata de Sá Gonçalves

Rotas da Alforria



Trajetórias da População
afro-descendente na
região de Cachoeira/BA

Elaborado por Biblioteca Noronha Santos/IPHAN

Rotas da Alforria: trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira, Bahia/ [org. Márcia Regina Romeiro Chuva, textos de Beatriz Cepelowicz Lessa, Francisca Marques, Mônica Muniz Melhem, Rafael Winter Ribeiro, Renata de Sá Gonçalves]. - Rio de Janeiro: IPHAN / Copedoc, 2008.

250 f.: il.; 30 cm. - (Cadernos de Pesquisa e Documentação; 2)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7334-088-4

1. Patrimônio cultural. 2. Preservação. 3. História. 5. Identidade cultural. 6. Patrimônio imaterial. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Série.

IPHAN/ COPEDOC/ RJ

Sumário

Rotas da Alforria, Rotas
da Liberdade. Um mero jogo de palavras? ***07***
Márcia Chuva

Território e Referências Culturais em Cachoeira ***15***
Beatriz Cepelowicz Lessa, Rafael Winter Ribeiro,
Renata de Sá Gonçalves

Os Quilombos do Iguape - para pensar
os limites étnico e territorial ***89***
Renata de Sá Gonçalves

A Ação do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP
1) Relatório do CNFCP ***105***
Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

2) A educação e as práticas
comunitárias no projeto Rotas da Alforria ***115***
Francisca Marques

Tratamento do acervo documental
sobre a região de Cachoeira, Bahia ***133***
Monica Muniz Melhem

Bibliografia Consultada ***156***

Formulários do INRC ***161***

Márcia Chuva

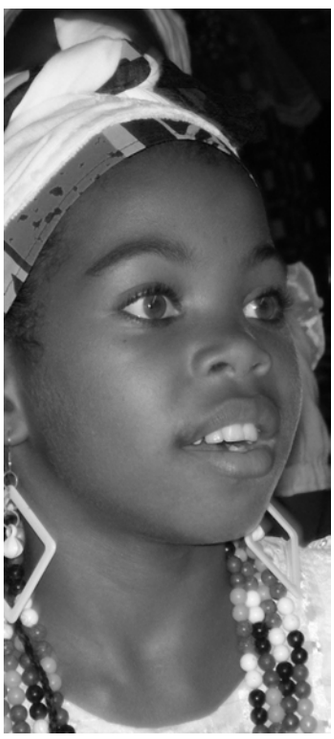
Rotas da Alforria, Rotas da Liberdade. Um mero jogo de palavras?

Produção de conhecimento e gestão na experiência de inventário em Cachoeira

Este número da série Cadernos de Pesquisa e Documentação apresenta o relatório da 1ª etapa do projeto Rotas da Alforria: trajetória das populações afro-descendentes na região de Cachoeira, na Bahia, concebido como projeto-piloto de caráter estratégico para o IPHAN em 2004.*

A escolha da região de Cachoeira e de São Félix para realização do projeto deu-se em função do alto grau de degradação do sítio urbano tombado pelo IPHAN, associado à forte representação afro-descendente no seio da população, priorizando assim duas diretrizes do IPHAN em relação ao patrimônio imaterial: a) atuar em sítios urbanos tombados; b) com populações afro-descendentes.

Cachoeira foi, ao longo dos séculos XVIII e XIX, região produtora de açúcar no solo de massapê, com intenso uso de mão-de-obra escrava, e também produtora de tabaco, utilizado na compra de escravos na costa africana. Além disso, Cachoeira foi, historicamente, devido à sua privilegiada localização, cruzamento de rotas de escravos, negros fugidos, quilombolas, bem como porto de integração entre o sertão baiano, o Recôncavo e Salvador.



O projeto tinha como objetivo um olhar integrado sobre o patrimônio cultural material e imaterial para subsidiar a formulação de estratégias de inclusão das populações afro-descendentes, as quais ocupam historicamente a região de Cachoeira/BA, no processo de preservação do patrimônio cultural. Para isso, utilizamos basicamente dois instrumen-

* O projeto Rotas da Alforria tornou-se uma parceria entre dois setores originários do DEPID (Departamento de Patrimônio Imaterial e Documentação) - o DPI (Departamento de Patrimônio Imaterial) e a COPEDOC (Coordenação-geral de Pesquisa, Documentação e Referência) -, entre os quais foram divididas suas atribuições com a nova estrutura regimental do IPHAN de 2004. A coordenação do projeto, porém, permaneceu no Rio de Janeiro, com a Gerência de Pesquisa da COPEDOC. A 1ª etapa foi executada de janeiro a outubro de 2005. A 2ª etapa teve início em outubro de 2007 e será concluída em 2008. Seus resultados serão divulgados por meio eletrônico, no portal do IPHAN.

tos de identificação de modo associado - a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), como eixo estruturador do trabalho de campo, e a pesquisa histórica extraída da metodologia do Inventário Nacional de Bens Imóveis - Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), para as leituras acerca da história da formação urbana e ocupação do território. A preocupação com o desenvolvimento sustentável da região, de modo associado à preservação do patrimônio cultural, orientou o trabalho de reflexão sobre o alcance e os limites das políticas de preservação do patrimônio cultural que pressupõem ações integradas de pesquisa e de promoção. O levantamento preliminar das manifestações - consideradas aqui tanto aquelas relacionadas às práticas culturais quanto aos bens materiais produzidos pelo homem - buscou evidenciar a capacidade articuladora de diferentes grupos sociais no território, cuja qualidade de vida se expressa pela manutenção das práticas culturais tradicionais.

Com uma equipe interdisciplinar, trabalhamos de modo a articular as noções de território, temporalidade e cultura para enfatizar a perspectiva espaço-temporal das referências culturais e das redes de relações de base territorial, diferentemente da abordagem focada no bem cultural, conforme geralmente adotado pelo INRC. Trabalhamos, então, com uma multiplicidade de manifestações culturais, em que se destacam as expressões festivas e religiosas que agregam tradições afro-brasileiras e expressões do catolicismo popular, cujos sujeitos se interrelacionam e constituem redes sociais que formam o território da Cachoeira.

A equipe do projeto Rotas da Alforria foi constituída por pesquisadores contratados e por técnicos do IPHAN de variadas formações, que participaram diferenciadamente de cada frente do trabalho desenvolvida nessa primeira etapa. Promovemos, também, a articulação de parcerias intra-institucionais, nas quais buscamos valorizar as especificidades e competências dos setores do IPHAN diretamente envolvidos nos recursos do projeto Rotas da Alforria. Sua integração deu-se, então, com a costura dos trabalhos desempenhados por uma equipe múltipla, multifacetada e intersetorial no âmbito institucional.

Da Copedoc, contamos, no desenvolvimento da pesquisa, com a colaboração da arquiteta Maria Beatriz Setúbal de Resende Silva e com a contratação de equipe interdisciplinar formada pela historiadora Beatriz Cepelowicz Lessa, pelo geógrafo Rafael Winter Ribeiro e a antropóloga Renata de Sá Gonçalves; o apoio da assistente de pesquisa Any Manuela Nascimento e a prestimosa consultoria do historiador local Luiz Cláudio Nascimento. No período inicial contamos com a arqueóloga Ana Cristina de Souza e, no período final, a equipe foi reforçada pela arquiteta Beatriz Nogueira para a execução de trabalhos gráficos. Essa equipe responsabilizou-se, no âmbito da Pesquisa: a) pela identificação preliminar do patrimônio cultural da região de Cachoeira, com ênfase no território das populações afro-descendentes, associando os instrumentos e metodologias disponíveis (INRC, INBI-SU - pesquisa histórica); b) pela pesquisa de fontes nas instituições nacionais do Rio de Janeiro e c) pela pesquisa de campo em Cachoeira, contando com o apoio do Escritório Técnico do IPHAN do local. Essa frente de pesquisa focou a definição da rede territorial e social vinculada ao sítio urbano tombado, bem como o levantamento preliminar das referências culturais resultantes dessa mesma definição. Desenvolveram-se estratégias próprias de aproximação da realidade e de construção do objeto de pesquisa, buscando identificar diferentes referências culturais relacionadas entre si, numa rede social expressa territorialmente. As informações extraídas dos levantamentos de fontes documentais foram somadas aos dados das entre-

vistas com a população local, e, por meio de memórias de família, foram destacados aspectos relacionados à antiguidade e à continuidade dessas práticas, reapropriadas ao longo do tempo e atualizadas em função da dinâmica da cultura.

Segundo o trabalho da equipe, os fluxos mais intensos que compõem a rede territorial das práticas culturais de Cachoeira são aqueles que ligam o centro urbano aos distritos de Belém e do Iguape. Internamente ao centro urbano, há fluxos que se organizam a partir de sub-áreas urbanas (o centro histórico, a Recuada e a área comercial).

No século XVIII e no princípio do século XIX, os escravos negros e mestiços eram reagrupados nas plantations de seus senhores na região da Bacia do Iguape. Com a abolição da escravatura em 1888, muitos ex-escravos permaneceram nas antigas senzalas e áreas circunvizinhas. Esse fato agregou na região comunidades que se instalaram nas sedes de antigos engenhos desativados com a desestruturação do sistema escravista, nas primeiras décadas do século XX. Na atualidade, essas comunidades se reconhecem como remanescentes de quilombos que habitam o distrito do Iguape e cultivam basicamente mandioca e dendê. Na região de Belém, cultivava-se o fumo sob o regime fundiário de pequenas propriedades com escravaria reduzida. Hoje, não se encontra mais nessa localidade a lavoura fumageira, substituída pela roça de mandioca e produção de farinha, além da lavoura de subsistência, mas permanece ainda o regime de pequena propriedade. No espaço urbano de Cachoeira e São Félix, a concentração dos negros, escravos ou livres, fez-se nas periferias, constituindo o bairro popular que ficou conhecido como a Recuada. Nesse último caso, o ambiente urbano foi decisivo na constituição dos espaços alternativos negros. O mercado, por sua vez, reúne os produtos gerados nessas localidades e agrega os grupos sociais dispersos em torno das trocas econômicas, sociais e simbólicas.

No âmbito da Documentação, a Copedoc contou com a colaboração das técnicas Francisca Helena Barbosa Lima, Monica Melhem, Oscar de Brito Cunha e Lygia Guimarães na coordenação da equipe contratada para realizar o tratamento técnico do acervo do Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, relativo à região de Cachoeira, por meio da contratação de equipe especializada e com a incorporação de equipamentos e materiais para higienização, conservação, acondicionamento, descrição da documentação e informatização. Essa equipe da Copedoc também orientou o trabalho realizado no acervo documental da Superintendência Regional do IPHAN na Bahia - 7ª SR pela arquivista bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN, Ana Cláudia Cupertino. Nosso objetivo foi estabelecer um modelo de tratamento, conservação e acesso às fontes capaz de orientar os projetos nesse âmbito institucional.

Do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), contamos com a colaboração dos antropólogos Letícia Vianna e Raul Lody na orientação da pesquisa realizada pela museóloga Elizabeth Mendonça e pela etno-musicóloga contratada especialmente para o projeto, sediada em Cachoeira, Francisca Helena Marques. Essa equipe realizou o levantamento das manifestações tradicionais contemporâneas das culturas populares em Cachoeira, promovendo uma articulação com as redes de agentes em Cachoeira e atuando como facilitadora dos contatos a serem estabelecidos na localidade. A equipe do CNFCP executou, ainda, a sinalização do espaço do Memorial da Boa Morte. Já a antropóloga Francisca Marques, instalada na cidade de Cachoeira, articulou um grupo de estudantes locais de níveis distintos de formação escolar, que foram sensibilizados e

treinados para a realização e sistematização de pesquisa de campo. Os jovens estudantes tornaram-se assistentes e auxiliares de pesquisa, apoiando o trabalho de registros áudio-visuais em campo, assim como facilitando a seleção dos entrevistados e o contato com eles. Essa equipe levantou as referências culturais com ocorrência na região da Cachoeira, produzindo então uma lista bastante significativa com 83 bens culturais cadastrados dentro dos limites do município de Cachoeira.

Parcerias interinstitucionais também foram projetadas, dentre as quais a concretizada com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto ao Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento - LACED do Museu Nacional, coordenado pelo antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima, que viabilizou a execução das duas etapas do projeto com a Fundação Universitária José Bonifácio.

Várias medidas de salvaguarda foram implementadas a partir dessa etapa do projeto e estão detalhadamente relatadas nos capítulos desta publicação. Duas delas tiveram um alcance significativo junto à população local: a exposição-campanha *Cachoeira, quem é você?* e a formação de jovens pesquisadores. A exposição foi fruto de um esforço conjunto de toda equipe envolvida no projeto Rotas da Alforria. Montada no Escritório Técnico do IPHAN em Cachoeira, visou ampliar a comunicação com a população local informando sobre o projeto, seus objetivos e resultados alcançados até aquele momento, e valorizando a colaboração da população local. Com vistas à promoção e à reflexão sobre o patrimônio da região, foram produzidos folhetos e cartões que serviram de material para-didático, tratando da história e das referências culturais da cidade de Cachoeira e utilizados nas escolas da região que visitaram a exposição. Já a outra medida de salvaguarda foi dirigida para a "educação comunitária", promovendo a formação de jovens pesquisadores como estratégia de inclusão social, através do treinamento de estudantes de ensino médio e de ensino superior em práticas de pesquisa e levantamento de campo. Esses jovens são hoje agentes multiplicadores da preservação do patrimônio cultural e, particularmente, adquiriram conhecimentos técnicos fundamentais para sua inserção social e profissional.

Essa etapa do projeto Rotas da Alforria pôs à mostra a densidade histórica e cultural - os vestígios materiais e as práticas culturais - da região de Cachoeira, bem como o enorme potencial de ação relacionada à preservação do patrimônio cultural que ela comporta, capaz de colocar em movimento uma ampla e intensa rede de relações, envolvendo grupos sociais diferenciados, cujos componentes alternam-se, misturam-se em papéis variados, de acordo com o recorte de pertencimento e identificação a que estiver vinculado no momento, tais como o religioso, o familiar, por ofício, por tradição de ocupação territorial etc.

A experiência da interdisciplinaridade e a gestão do patrimônio cultural

Pensar uma forma de identificar o patrimônio cultural de uma região a partir da história da ocupação do seu território impôs alguns desafios, tais como interrelacionar patrimônio material urbano ao patrimônio imaterial, identificando as relações entre as manifestações culturais e o território no qual, historicamente, elas ocorrem, no qual constituem seus sentidos e significados. Para enfrentar esses desafios, buscamos utilizar as ferramentas metodológicas da História, da Antropologia, da Geografia e da Arquitetura para compreender a complexidade

do território da Cachoeira: a Cachoeira dos pretos, das populações afro-descendentes que historicamente ocupam aquela região. Utilizamos também recursos da Educação e da Museologia para abrirmos canais de comunicação e troca com a população abrangida na pesquisa.

A interdisciplinaridade, na prática, foi alcançada por meio do diálogo entre os profissionais que, dominando os códigos de suas disciplinas de formação, enfatizaram suas particularidades: para a História, o estudo das relações entre os sujeitos no tempo e nas diferentes temporalidades; para a Antropologia, a observação das relações humanas a partir da perspectiva da cultura, da diferença e da alteridade, ou ainda para a Geografia, a investigação das relações entre os homens constituídas no e com o espaço. Na condução do projeto, buscamos uma atitude interdisciplinar, partindo da percepção do sítio urbano como uma referência de centralidade, considerando os fluxos das redes territoriais de modo relacionado aos fluxos das redes sociais que se constituíram e se constituem mutuamente. O território da Cachoeira não foi tomado como um dado prévio, sendo ele propriamente objeto de pesquisa progressivamente definido ao longo do trabalho. A delimitação do território foi um dos frutos mais significativos dessa primeira etapa: não se refere a um espaço contínuo, mas trata de um território em rede, valorizando os fluxos que acontecem no espaço, com diferentes temporalidades coexistindo. As referências históricas de ocupação do território, bem como das referências de bens culturais, constituem-se em elos de continuidade histórica no tempo e no espaço.

Nesse caminho, buscamos desconstruir algumas idéias, na tentativa de colocar em evidência alguns conflitos e antagonismos históricos ocultados ao se preservar somente a arquitetura monumental do centro urbano de Cachoeira. Com isso, pudemos lançar luz sobre a miséria da herança negra na região do Iguape, na periferia de Cachoeira, lutando - ainda na atualidade - para se integrar às redes de trocas no mercado do centro urbano, considerando que o acesso ao local é precário, levando até dois dias de viagem do distrito de São Francisco do Iguape até o centro de Cachoeira. Além disso, a localidade não dispõe de energia elétrica e sua população recorre tradicionalmente ao extrativismo do dendê para extração do óleo e a prática da mariscagem para sobreviver.

Por sua vez, dentre os vários bens tombados pelo IPHAN, destacamos a importância do centro de Cachoeira, tombado em 1971 e que concentra a maior parte da arquitetura tradicional pujante da cidade, hoje bastante arruinada. Esse local foi apropriado como centro de trocas sociais, cujos indícios, embora presentes nas diferentes apropriações do espaço pela população no seu cotidiano (desde o mercado, os sobrados de uso social, de serviços ou os de uso comunitário, até os próprios circuitos das festas), pareciam invisíveis na gestão direcionada exclusivamente para o patrimônio cultural tombado da região.

Com relação aos usos do espaço urbano pela população, a atitude interdisciplinar da pesquisa colocou foco em práticas tradicionais e comunitárias de uma rede territorial mais ampla, ao traçar um perfil de diferentes grupos sociais e identitários que frequentam e integram-se àquele espaço. A ocorrência dessas práticas dá-se de forma integral no mercado, centro de trocas do sítio tombado e, de forma parcial e fragmentada pelos diferentes grupos sociais, nos demais espaços de sociabilidade, especialmente os religiosos. Destacamos aqui a produção comunitária e/ou familiar de farinha da região de Belém, cujas trocas se dão no centro (mercado) e a economia fumageira, onde a população feminina é sub-incorporada ao mercado de trabalho, produzindo em suas residências, não se afastando, assim, das obrigações domésticas (a cozinha, o cuidado das crianças). Elas realizam o capeamento, que é a última etapa do processo de produção

dos charutos, com a participação de toda a família, das crianças aos idosos, recebendo remuneração irrisória por produção.

Podemos afirmar, seguramente, que a etapa de levantamento preliminar gerou conhecimento sobre as práticas culturais e suas inter-relações sincrônicas e diacrônicas, sendo capaz de ancorar as políticas públicas voltadas para a gestão do patrimônio cultural da região e promovendo o desenvolvimento local com base na valorização do modo de vida, das formas de expressão e de religiosidade daquela população. São várias as possíveis medidas de salvaguarda a serem tomadas, levando-se em consideração o amplo espectro das práticas culturais, suas diversidade e riqueza, além de sua evidente vinculação com a trajetória histórico-cultural da população afro-descendente da região do Recôncavo Baiano.

A transversalidade no tratamento do patrimônio cultural facilitada por essa atitude interdisciplinar deve ser estendida às políticas públicas, que precisam interagir e integrar-se com maior organicidade, para a concretização de objetivos comuns relativos à inclusão de grupos precariamente integrados ou efetivamente marginalizados.

O caso da região de Cachoeira coloca em evidência essa necessidade, com vistas à melhoria da qualidade de vida da sua população.

Exemplo disso está nas conseqüências da construção da represa Pedra do Cavalo no Rio Paraguaçu, que, por um lado, acabou com as enchentes sofridas historicamente pela cidade e, por outro, tem causado assoreamento e salinização do rio, a tal ponto que vem alterando a vida aquática na Baía do Iguape. Essa baía é um grande lagamar bordado por manguezais extensos. A região foi declarada de interesse ecológico e social com a criação da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape pelo IBAMA, cuja finalidade era garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelos habitantes locais, localizadas nos municípios baianos de Maragojipe e Cachoeira. Junto às comunidades tradicionais do Iguape encontram-se dez comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas pela Fundação Palmares, mas ainda sem a posse de suas terras consolidada pelo INCRA. Elas correm o risco de ter sua forma tradicional de vida atingida drasticamente pela alteração definitiva da biodiversidade dos manguezais e pela conseqüente impossibilidade de manutenção da atividade de mariscagem. Além disso, o assoreamento tem acabado com a navegabilidade do rio, que historicamente interligava a cidade de Cachoeira a Salvador. Atualmente, o rio não é navegável em toda a sua extensão, exigindo uma ação de dragagem permanente, que não é providenciada pelo poder público. Sem uma ação política governamental intersetorial coordenada, essa população, que tem seus principais meios de vida ligados ao rio Paraguaçu e às rotas por ele promovidas, corre sérios riscos de ser destituída da possibilidade de viabilizar importantes expressões sócio-culturais. Todo o conjunto de manifestações e práticas culturais tradicionais das quais são seus legítimos produtores revela elos fundamentais para o conhecimento da formação da sociedade brasileira e para a construção coletiva de estratégias alternativas e criativas de inclusão e reconhecimento social ancoradas na cultura.

Ainda que o porta-voz das comunidades afrodescendentes do Iguape, o sr. Ananias Viana, tenha sugerido o uso da expressão Rotas da Liberdade, considerando-a mais genuína para expressar o sentido da valorização da cultura negra na região, na nossa perspectiva, o termo Alforria concede sentido histórico às lutas pela libertação da condição desumana da escravidão e pela liberdade de exercer sua cidadania, ainda não alcançada plenamente na atualidade.

Rotas da Alforria, rotas da Liberdade: idéias portadoras de sentidos e significados que expressam a densidade histórica e a intensidade da expressão cultural das populações afro-descendentes do território da Cachoeira e remetem ao diálogo necessário entre os sujeitos produtores e o poder público para a produção de conhecimento, visando à atribuição de valor e à gestão do patrimônio cultural.

Sobre a publicação

Esta publicação organiza-se em cinco capítulos, que refletem as cinco frentes de trabalho que foram abertas. O primeiro capítulo, intitulado Território e Referências Culturais em Cachoeira, é resultado dos esforços da equipe interdisciplinar de pesquisadores da Copedoc, que abordou o tema de trabalho de forma ousada, utilizando-se dos instrumentos de inventário existentes no IPHAN, mas com a preocupação de introduzir algumas referências conceituais para colaborar com a revisão crítica das metodologias existentes e incorporar a elas a idéia de territorialização e das diferentes temporalidades presentes num dado contexto cultural.

Já o segundo capítulo, intitulado Os quilombos do Iguape, está estreitamente relacionado ao primeiro; contudo, foi produzido após sua conclusão, com o objetivo de subsidiar os trabalhos que seriam desenvolvidos na segunda etapa do projeto. Trata-se de uma introdução à realidade social e histórica da região do Iguape, pontuando a discussão sobre a declaração de comunidades remanescentes de quilombos em pauta no âmbito da Antropologia, bem como nos seus aspectos jurídicos. Tais estudos, a serem aprofundados, devem subsidiar ações junto àquela população à margem da sociedade cachoeirana em termos de serviço, assistência etc, traços esses evidentes de sua ascendência de negros escravos que se perpetuaram na região após o fim da escravidão e o abandono das fazendas.

O terceiro capítulo dessa publicação intitula-se A Ação do CNFCP e é composto de duas partes: o Relatório do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e A Educação e as Práticas Comunitárias no projeto Rotas da Alforria. Nele são sintetizados os trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelo CNFCP, destacando o significativo levantamento de referências culturais na região, assim como o trabalho de educação comunitária e de registro áudio-visual empreendido pela equipe.

O quarto e último capítulo, Tratamento do Acervo Documental sobre a região de Cachoeira, refere-se ao trabalho realizado pela equipe de documentação da Copedoc para estabelecer um modelo de tratamento desde a identificação do acervo até o momento em que ele está pronto para o usuário. O relatório apresenta as etapas cumpridas de modo a serem reproduzidas pelas unidades da Instituição na gestão de seus acervos documentais.

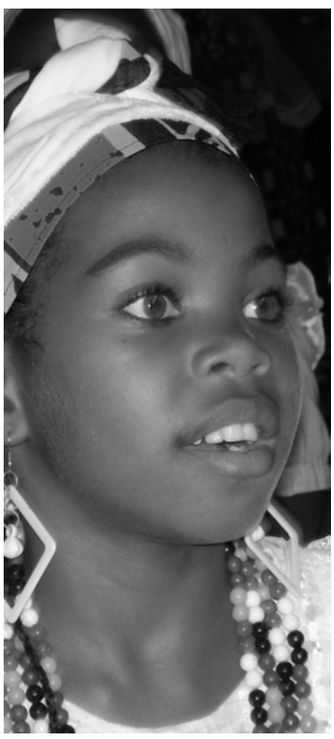
No final, reproduzimos alguns formulários do INRC na íntegra, que julgamos pertinentes para a devida compreensão do universo cultural de Cachoeira: a FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO e o ANEXO 3 - BENS CULTURAIS INVENTARIADOS. Reproduzimos também na íntegra o ANEXO 1 - BIBLIOGRAFIA, que consideramos de possível interesse para realização de novas pesquisas e para os leitores em geral.

Beatriz Cepelowicz Lessa
Rafael Winter Ribeiro
Renata de Sá Gonçalves

Território e referências culturais em Cachoeira

Com origens que remontam ao século XVI e situada na região fisiográfica do Recôncavo Baiano, a 100 km da capital Salvador, a cidade de Cachoeira vem sendo palco de medidas de implementação de instrumentos de salvaguarda do patrimônio pelo IPHAN desde os primórdios dessa Instituição. Um levantamento realizado nos processos de tombamento permitiu identificar um número aproximado de 28 processos, que buscavam preservar entre 55 e 60 bens, já que, não raro, os processos se referiam a mais de um objeto, criando pequenos conjuntos. Estes processos datam predominantemente de fins da década de 1930 e início da seguinte, com algumas esparsas referências a 1958 e 1964, além do processo de 1971, que eleva a cidade à condição de Monumento Nacional.

Dentre os bens tombados, cabe notar uma forte presença da arquitetura religiosa, sobretudo de capelas situadas em antigos engenhos, cujas ruínas, muitas vezes são também abarcadas pelos processos de tombamento. Na arquitetura civil, ganham relevo os casarões e sobrados. A Rua Ana Nery é uma referência importante na localização destas edificações, abrangendo vários exemplares, seguida da Rua Benjamin Constant (Ladeira da Cadeia). No entanto, não constam, na maioria dos processos, referências quanto ao estilo arquitetônico ou quanto à época de construção, ou mesmo informações sobre as duas ruas citadas, que possuem uma maior concentração de bens tombados. Estes são dados importantes a serem levantados, pois permitiriam identificar se há alguma linha temporal ou estilística proposta para a cidade ou comparações com outros casos. Além desses exemplos citados, nota-se ainda a presença de edificações em praças; de construções institucionais, como o prédio do Paço Municipal; de peças móveis e do mobiliário urbano, compostos por jarras, lavabos, aquedutos etc.



Nesses processos, é possível identificar uma ativa participação do 2° Distrito do IPHAN quanto ao pedido de tombamento de diversos bens. Especificamente o nome de Godofredo Filho, então chefe da referida seção, ganha relevo, pois é ele quem assina grande parte das solicitações de tombamento. O arquiteto Paulo Thedim foi responsável por pareceres quanto à pertinência ou não dos tombamentos e é também uma referência constante nesses processos.

A categoria "ruína" é um elemento constantemente utilizado nos processos, a fim de justificar o tombamento. São recorrentes as menções da presença de construções em ruínas e da necessidade de seu salvamento. Há uma "retórica da perda" (GONÇALVES, 1996), em que o tombamento é tomado como elemento redentor desses possíveis processos irreversíveis de destruição. A concepção de patrimônio que norteia esses processos desliza entre concepções técnico-arquitetônicas e valores histórico e artístico, atrelados a um passado ligado às lavouras canavieiras, aos engenhos, à religiosidade, à opulência da região naquele momento, expressa pelos casarões do centro urbano e prédios institucionais, como o Paço Municipal. A noção de patrimônio se expressa ainda por idéias como as de documento, testemunho, acervo, esboçando uma narrativa que remonta sobretudo ao século XVIII e ao período áureo da região.

No início da década de 1970, Cachoeira foi revisitada pelo IPHAN. A cidade foi elevada à condição de Monumento Nacional. Naquele momento, a cidade era vista sob uma nova ótica, não mais a partir de unidades isoladas, mas em seu conjunto. A justificativa para a medida foi a seguinte:

> [...] considerando a necessidade urgente de ser assegurada a proteção especial ao acervo arquitetônico e natural da tricentenária cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia; considerando, outrossim, que essa salvaguarda atende às tradições cívicas da cidade, capital da Província durante as lutas pela independência da Pátria ali iniciadas a 23 de junho de 1822, e que culminaram a 2 de julho de 1823, com a entrada triunfante do Exército Patriótico Libertador na Bahia (Decreto n. 68.045 de 18/01/1971).

A elevação de Cachoeira a Cidade Monumento se fez em referência às tradições cívicas da cidade, remetendo às lutas pela independência de 1822. A arquitetura e paisagem de Cachoeira seriam, então, marcos desse momento.

O parecer do tombamento, elaborado pelo Arquiteto Augusto Carlos da Silva Teles, julgava ser "assunto de toda a conveniência por se tratar de conjunto urbano do maior valor arquitetônico e paisagístico, e que se acha bastante íntegro". Note-se aqui a contraposição da idéia de integridade, nesse momento, com a anterior, quando foi recorrente a menção à presença de ruínas e ao risco de destruição completa. O decreto previu uma delimitação territorial, afirmando que: "fica erigida em Monumento Nacional a cidade de Cachoeira no Estado da Bahia, cuja área urbana, sítio da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário e lugares históricos adjacentes serão inscritos nos livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico nacional". A delimitação definida no decreto se fez num sentido amplo, abarcando não só o núcleo urbano cachoeirano, mas seus arredores, portadores de significação histórica. O decreto fazia ainda várias menções à atuação conjunta de diversos órgãos e ministérios do governo, no intuito de garantir a salvaguarda do conjunto da cidade, advogando várias frentes de atuação no campo da vigilância, da promoção e do desenvolvimento de Cachoeira.[1]

Comparando os dois momentos de atuação do IPHAN em Cachoeira, com base nos argumentos contidos nos processos de tombamento, podem ser identificadas duas leituras da

[1] A declaração da cidade Monumento Nacional não efetiva seu tombamento. O IPHAN nessa ocasião, abriu o processo 843-T-71, que foi instruído tecnicamente e encaminhado ao Conselho Consultivo. Este deliberou a favor do tombamento da cidade, cuja inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico data de 21/09/1971.

cidade que remetem a duas diferentes construções de memória. Num primeiro momento, a cidade foi alvo de uma ação preservacionista que visava, a partir do tombamento de algumas unidades mais significativas de sua arquitetura e mobiliário urbano, salvaguardar um passado situado na passagem do século XVIII para o XIX. Nesse momento, sobressaiu a valorização da arquitetura religiosa e dos remanescentes dos engenhos de açúcar agregados aos casarões nos centros urbanos. Passados não muitos anos, a cidade foi novamente alvo de uma investida com fins de salvaguarda. O olhar neste segundo momento é redirecionado. A cidade não é mais pensada como conjunto de algumas células, mas em um sentido totalizante que acarreta sua elevação a Monumento Nacional. Nesse momento, não estão mais em jogo a igreja, os casarões e os engenhos. A narrativa proposta pelo tombamento faz referência a uma dimensão cívica da cidade que remete sua arquitetura e paisagem às lutas pela independência ocorridas entre 1822 e 1823.

Não obstante as duas leituras da cidade de Cachoeira realizadas pelo IPHAN – na passagem das décadas de 1930-1940, e na década de 1970 –, esta se torna agora objeto de um novo olhar à luz de novas propostas de trabalho. Neste momento, a ênfase recai não mais nos edifícios e monumentos históricos ou na cidade com suas demarcações políticas, mas na identificação de uma "territorialidade cachoeirana", que incluiria, além da sede de Cachoeira e dos distritos de Santiago do Iguape e Belém da Cachoeira, também o centro urbano do município de São Félix. Acredita-se que este recorte seria o mais viável para fazer o mapeamento das referências culturais da região, uma vez que estas extrapolam os recortes político-administrativos.[2]

O projeto Rotas da Alforria é um projeto-piloto que procura analisar e propor estratégias de preservação que integrem as referências materiais e imateriais da região de Cachoeira, norteando-se pela metodologia do INRC. Esta visa, em primeiro lugar, a uma aproximação do IPHAN em relação a seu objeto de trabalho, tendo por finalidade disponibilizar um instrumento de identificação e documentação de bens culturais e, conseqüentemente, atentar para as possibilidades de preservação destes.

Neste escopo, a escolha deste lócus de estudo deveu-se à identificação do alto grau de degradação do patrimônio tombado pelo IPHAN e à percepção de que a região possui um variado leque de representações culturais que até então não tinham sido foco de atenção da Instituição. Assim, a um patrimônio arquitetônico às voltas com as más condições de preservação, caminha paralela e recorrentemente, misturando-se a ele, um diversificado e rico calendário festivo, formado por manifestações cívicas e religiosas, bandas de música, danças, entre outros. Estes acontecimentos, além de fomentar as redes de sociabilidades entre os habitantes, atraem moradores dos distritos e municípios vizinhos, além de turistas e pesquisadores de várias partes do mundo. Eles remetem a modos de comer, morar, relacionar-se, brincar e festejar, fornecendo subsídios para definir determinados éthos e determinada(s) "visão(ões) de mundo" (GEERTZ, 1978).

Uma vez que Cachoeira vem sendo alvo de medidas de preservação do IPHAN desde a década de 1930, ela se torna um rico laboratório para reflexão de uma nova proposta de preservação, que abarque as lacunas deixadas anteriormente pela Instituição e abra novos caminhos discursivos. Sabemos que os sujeitos se constroem a partir de múltiplas referências constitutivas das individualidades e dos grupos sociais, apontando para diversas trajetórias de vida, para proximidades e distinções culturais. O trabalho de selecioná-las dentro das categorias propostas pelo INRC deve ser uma ação entendida como estratégia

[2] A categoria territorialidade, bem como a forma de delimitação do território da pesquisa, será discutida adiante.

metodológica para se apreender uma realidade social muito mais complexa e nuançada. Portanto, a compreensão e apreensão consciente da dimensão diacrônica da ocupação territorial e das sociabilidades engendradas no tempo e no espaço dão a essa escolha inicial de uma determinada referência o caráter processual e dinâmico que a caracteriza em diversos planos que dialogam entre si: o histórico, o espacial e socioantropológico.

Procuramos fazer um trabalho exaustivo e, na impossibilidade de abarcar a totalidade, indicamos as referências culturais mais evidentes, tomando-as como portas de entrada para nos informar sobre o seu funcionamento interno e sobre suas relações com o espaço e com outras práticas culturais. Estas referências foram vistas como práticas em processo ao longo do tempo, a despeito das mudanças no quadro político-social mais amplo. A partir deste universo identificado – constituído de "formas de expressão", "saberes", "lugares" e "ofícios" – buscamos apreender os diferentes mundos socioculturais do lócus em questão. Previamente, estas referências podem ser listadas como no quadro abaixo:

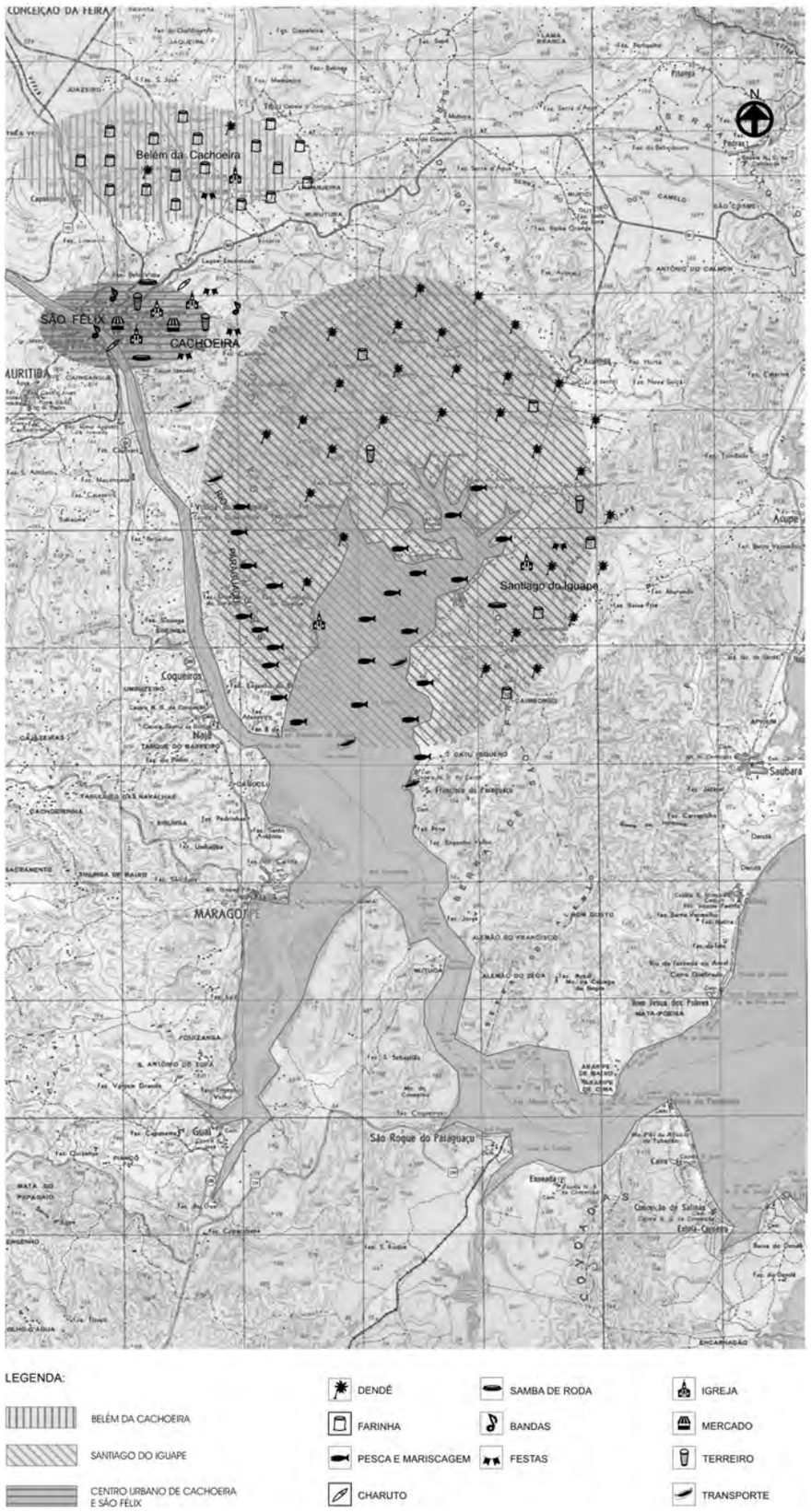
Referências Culturais do sítio da Cachoeira

Categoria	Prática cultural	Localidade
Saberes	Cultivo de Farinha/casa de farinha	Belém
	Cultivo de dendê	Iguape
	Charuteiras/Capeadeiras	Centro urbano
Celebrações	Festa da Boa Morte	Centro urbano
	Festa da Ajuda	Centro urbano
	Festa de São João	Centro urbano e Iguape
	Festa de 25 de junho (Independência)	Centro urbano
Formas de Expressão	Bandas Filarmônicas	Centro urbano
	Samba de roda	Centro urbano e Iguape
	Esmola cantada	Iguape
Lugares	Mercado Municipal e feira anexa	Centro urbano
	Terreiros/Igrejas	Centro urbano, Iguape, Belém
	Rio Paraguaçu	Centro urbano, Iguape, Belém

As referências apontadas foram elencadas a partir de três viagens a campo, disseminadas pelas diversas localidades de Cachoeira, embora não se restrinjam a elas, como pode ser visualizado no Mapa 1, página 19.

Mapa 1

MAPA DE REFERÊNCIAS CULTURAIS DA CACHOEIRA



Esquema realizado sobre Carta Topográfica do IBGE.
Rafael Winter Ribeiro e Beatriz Nogueira

Problematizando o território

Para evitar simplificações e confusões, antes de qualquer coisa, é necessário que se diferencie claramente o conceito de território, como é usado neste texto, do conceito geográfico básico de espaço. Feita esta distinção, procederemos, em seguida, à delimitação do território de Cachoeira. Desse modo, o que segue adiante é o referencial teórico sobre o qual a questão do território foi trabalhada ao longo da pesquisa.

Apesar de comumente serem tratados como sinônimos, território e espaço não são termos equivalentes. Na verdade, o espaço é anterior ao território, enquanto este último é o resultado de uma apropriação do primeiro. Tal apropriação pode se dar tanto pela tomada de posse efetiva do espaço quanto a partir do conhecimento e da representação mental formados sobre ele (RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, o espaço tem uma existência independente da ação humana. Já o território, por ser o resultado da apropriação desse espaço pelo homem, implica uma delimitação, mesmo que frouxa, que é o fator de diferenciação entre os territórios. Enquanto espaço apropriado, o território é também o local onde se estabelecem as redes de relações[3] que o delimitam. É a partir da representação do território que os atores realizam a repartição de sua superfície, bem como a implantação de nós e a construção de redes, que são os fundamentos das práticas espaciais. Na verdade, "toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma 'produção territorial' que faz intervir tessitura, nó e rede." (Ibid., p. 150). Analisar o território, ou antes, o sistema territorial, por meio dessa abordagem permite a leitura e a operacionalização do trabalho sobre o território de Cachoeira.

É necessário deixar claro que a determinação dos nós e da tessitura dependerá da escala de observação, uma vez que aquilo que é um ponto numa representação em pequena escala torna-se uma superfície numa grande escala (LACOSTE, 1976; CASTRO, 1995). Desse modo, na escala de abrangência de todo o território de Cachoeira, cabe averiguar quais são os nós que amarram essas redes e, numa outra escala, para cada um desses nós, tomados como uma tessitura, quais são os nós e as relações internas que a organizam.

Marcelo de SOUZA (1995) concorda com Raffestin em que o espaço é anterior ao território, mas critica este autor por fazer aquilo que chama de reificação do território, uma vez que incorpora ao conceito o próprio substrato material. Para Souza, territórios são, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço do que apenas os espaços concretos. Souza esquece, entretanto, que o espaço, isto é, o substrato material das relações sociais, tem também um aspecto formativo nessas relações e não deve ser dele desvinculado. O que propomos, então, é que o território deve ser visto, concomitantemente, como a projeção das relações sociais no espaço e também como a projeção do espaço nas relações sociais. É apenas através dessa dialética que o conceito de território pode ter uma verdadeira importância em estudos sobre práticas culturais.

[3] "O espaço é, de certa forma, 'dado' como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações." (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Tomando Cachoeira como exemplo, isso fica particularmente evidente ao lembrarmos o rio Paraguaçu. O rio, um elemento do ambiente físico, foi decisivo na forma de ocupação do território e na configuração das relações que transformaram o espaço em território. No outro sentido, esse elemento do ambiente físico sofreu, por sua vez, diferentes alterações, tanto em sua forma concreta quanto em seus significados, para atender a diferentes objetivos das práticas sociais de diferentes grupos que ali se estabeleceram, desde a construção de armazéns e aterros nas margens e a organização de "pontos" de canoeiros, até a construção de seu caráter sagrado para o povo-de-santo de Cachoeira. Essa dialética dos elementos do espaço como atores e objetos na configuração das relações sociais na Cachoeira não deve ser deixada de lado.

Trabalhando com o conceito de espaço, Milton Santos também propõe que este seja analisado como um sistema de ação e um sistema de objetos (SANTOS, 1997). Nesse sentido, cabe analisar, do ponto de vista das práticas culturais ligadas a Cachoeira, como se inter-relacionam sistemas de ações e sistemas de objetos. Em outras palavras, como os objetos que compõem o espaço, arranjados em um sistema, conectam-se às ações humanas sobre esse espaço. Milton SANTOS (1985) propõe ainda que o espaço deve ser analisado através das categorias de estrutura, processo, função e forma, consideradas em suas relações dialéticas. Categorias que devem ser analisadas em conjunto sob pena de realizarmos um trabalho parcial.[4]

Relacionadas ao território, outras noções caras a este estudo são as de territorialidade e de identidade territorial. Alguns autores falam hoje em desterritorialização, fazendo uma confusão entre o desaparecimento dos territórios e a simples debilidade da mediação espacial nas relações sociais (HAESBAERT, 1999). Os defensores da idéia de desterritorialização acreditam que, prescindindo cada vez mais de uma base geográfica concreta nas relações do cotidiano, estaríamos mergulhando num ciberespaço dominado pelas relações imateriais, "como se tanto as relações socioeconômicas quanto os processos de identificação fossem agora fluidos ao ponto de não necessitarem mais de 'território', e como se este fosse unicamente formado por uma base concreta, material" (Ibid., p. 171). No entanto, os grupos sociais são capazes de forjar territórios nos quais a dimensão simbólica é sobreposta à sua dimensão material. Nesse sentido, os mitos da desterritorialização (Id., 2004) e da homogeneização dos espaços podem nos levar erroneamente a pensar que o espaço deixa de ser importante na entrada do século XXI, quando, na verdade, uma das principais características do território está no fato de que diferentes grupos sociais podem dele se apropriar e lhe conferir diferentes significados.

Devemos entender identidade territorial como tratada por HAESBAERT (1999), como uma identidade social definida fundamentalmente a partir do território. Isto significa que ela está dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto na realidade concreta, isto é, o território é apropriado, tanto na sua dimensão imaterial quanto material, fazendo com que o espaço geográfico seja parte fundamental dos processos de identificação social. Desse modo, "não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus

[4] "Ressalte-se que se considerarmos apenas a estrutura e o processo estaremos realizando uma análise a-espacial, não geográfica, incapaz de captar a organização espacial de uma dada sociedade em um determinado momento e a sua dinâmica espacial. Por outro lado, ao considerarmos apenas a estrutura e a forma estaremos eliminando as mediações (processo e função) entre o que é subjacente (a estrutura) e o exteriorizado (a forma)" (CORRÊA, 1995, p. 29).

habitantes" (Ibid., p. 172). Ainda segundo esse autor, uma de suas características mais importantes está no fato de que

> [...] ela recorre a uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência 'condense' a memória do grupo, tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais. A (re) construção imaginária da identidade envolve portanto uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade. (Ibid., p. 180).

Pode-se concluir, então, que o espaço é fundamental para a significação das ações do homem e que a "materialidade" do espaço construído está sendo retrabalhada, ganhando novos sentidos e sendo revestida de imaterialidade.[5] A pesquisa deve então dar conta também das diferentes identidades territoriais engendradas pelos grupos através de suas práticas culturais.

A dimensão imaterial do espaço não deve ser negligenciada, sobretudo quando se pretende valorizar a relação do espaço com as práticas culturais. Desse modo, um estudo que leve em conta o espaço e o território como conceitos fundamentais deve considerar os sentimentos e as idéias de um grupo sobre o espaço, tomando como ponto de partida a sua experiência vivida. Assim, através dessa abordagem, como apontado por TUAN (1979), poderíamos diferenciar vários tipos de espaço, como o espaço pessoal, aquele da experiência individual; o espaço grupal, no qual a experiência do outro é vivida; além do espaço mítico-conceitual, aquele que tem na imaginação sua base de construção e operacionalização. Para Tuan, bem com para os demais autores da vertente humanista da geografia, a forma como o espaço é vivenciado possui uma ligação intrínseca com as práticas culturais. Tanto o espaço da experiência individual quanto o espaço da experiência grupal são, ao mesmo tempo, matriz e marca das práticas culturais (BERQUE, 1984), isto é, atuam na construção das práticas como também são moldados por estas. No entanto, é necessário lembrar que, como dito anteriormente, em relação a outros autores, a apropriação do espaço, mesmo que imaginária, implica sua transformação em território e, dessa forma, não poderíamos falar em espaços da experiência, mas em territórios da experiência.

Para os geógrafos culturais, que valorizam a experiência espacial, os conceitos fundamentais são os de paisagem e de lugar. A paisagem cultural representa mais do que simplesmente o visível, os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo. A paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, define relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio. Nessa visão, a estética da paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas. Essas impressões deixadas pelo homem na paisagem revelam o pensamento de um povo sobre o mundo em sua volta (ENGLISH e MAYFIELD, 1972, p.7).

MONDADA e SÖDERSTRÖM (1993) identificam a metáfora da cultura e da paisagem como um texto, conforme uma das principais características da Nova Geografia Cultural. Segundo eles, o interesse nessa metáfora em um contexto de reformulação não positivista da geografia cultural é o de permitir ter em conta a dimensão do sentido, na

[5] Uma das bases que pode dar mais eficácia ao exercício do poder simbólico da identidade são os referenciais concretos aos quais ela faz referência para ser construída. O deslocamento de sentido nunca pode ser total e o símbolo necessita sempre de algum referente concreto para se realizar. Este referente pode ser, por exemplo, um recorte ou uma característica espacial, geográfica, e neste caso podemos ter a construção de uma identidade pelo/com o território." (Ibid., p. 178).

medida em que essa analogia apresenta a cultura documentos de interpretação instável, abertos a múltiplas interpretações (Ibid, p. 74).

Um dos melhores exemplos da utilização dessa metáfora é o trabalho de James DUNCAN (1990), The City as Text, obra na qual a paisagem é abordada subjetivamente, ou seja, cada grupo a interpreta de uma forma diferente, segundo seus próprios conjuntos de símbolos. A interpretação da paisagem torna-se algo muito próximo da hermenêutica e o trabalho do geógrafo transforma-se em um esforço de interpretação limitado, na medida em que o próprio geógrafo também lê a paisagem segundo suas próprias simbologias.

Fora da discussão anglo-americana sobre as bases da Nova Geografia Cultural, o trabalho de Augustin Berque oferece, logo nas suas primeiras linhas, uma importante contribuição para o entendimento da simbologia da paisagem: sua idéia central opõe-se claramente aos estudos morfológicos ou meramente psicológicos da paisagem. O autor afirma que a paisagem não se reduz ao mundo visual dado em nossa volta. Ela é sempre especificada de qualquer forma pela subjetividade do observador que é mais do que um simples ponto de vista ótico. "O estudo da paisagem é então outra coisa que uma morfologia do ambiente" (BERQUE, 1994, p. 5). No entanto, o autor afirma também que, inversamente, a paisagem é mais que um "espelho da alma". Ela é referida aos objetos concretos, aqueles que existem realmente à nossa volta. Se aquilo que ela representa ou evoca pode ser imaginário, existe sempre um suporte objetivo. "O estudo da paisagem é então outra coisa que uma psicologia da percepção" (Ibid., p. 5). Dessa forma, é afirmado que a paisagem não reside somente no objeto nem somente no sujeito, mas na interação complexa dos dois. Em um esquema de dupla entrada, a paisagem para Berque é ao mesmo tempo matriz e marco: paisagem matriz, na medida em que as estruturas e formas da paisagem contribuem para a perpetuação de usos e significações entre as gerações; paisagem marco, na medida em que cada grupo grava em seu espaço os sinais e os símbolos de sua atividade (Ibid, p. 33).

O que nos interessa dessa discussão é que as diferentes interpretações da paisagem têm ligações com as práticas culturais e que uma mesma paisagem ou um mesmo objeto podem possuir significados diferentes em práticas culturais diversas. Desse modo, a pesquisa levada a cabo precisa ser capaz de dar conta dos significados múltiplos do espaço, sejam eles tomados através das categorias de paisagem, de lugar ou de território.

As práticas culturais podem ser entendidas também em parte como práticas espaciais, tais como concebidas por CORRÊA (1995, p. 35), como "um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais".[6]

É necessário, então, pensar como as práticas culturais que estão sendo levantadas no sítio histórico de Cachoeira e na região vizinha estão vinculadas a espaços e territórios próprios. É necessário também observar de que modo suas espacialidades se ligam ao sítio urbano de Cachoeira. Quais são suas ligações aos fixos urbanos? De que modo patrimônio imaterial e material se interligam? Essas são questões que orientaram o caminho da nossa pesquisa.

Um dos objetivos dessa investigação é o de analisar como patrimônio material e imaterial se relacionam, isto é, como o patrimônio edificado de Cachoeira, mas também seu entor-

[6] Segundo esse mesmo autor, as práticas espaciais podem ser divididas ainda em seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora (CORRÊA, 1992; 1995).

no construído ou natural, articulam-se com as referências culturais locais. Assim, além de abrir um questionamento sobre as referências culturais da região de Cachoeira, o tipo de população que elas envolvem e como foram construídas, é necessário refletir sobre sua ligação com o espaço físico e como este é experienciado, uma vez que, na relação entre as práticas sociais e o espaço, este último é muito mais do que um palco da ação humana.

Entendemos que uma análise geográfica do espaço urbano deve incorporar a disposição locacional dos objetos espaciais em confronto com o comportamento social que ali tem lugar (GOMES, 2002). Nesse sentido, as formas urbanas devem ser analisadas não nelas mesmas, mas em relação a todos os comportamentos que estão ligados a ela. No entanto, é necessário lembrar mais uma vez que a forma não é um mero reflexo do social, assim como o social não é simples reflexo da forma. Há uma interação entre ambos que não deve ser negligenciada. O espaço e as práticas sociais estão intimamente inter-relacionados e, assim como as práticas culturais moldam o espaço em que ocorrem, este último também interfere na primeira. Como salienta Milton Santos:

> O trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer. A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais dos trabalho anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas. (SANTOS, 1997, p. 113)

Desse modo, ao ver o espaço como um sistema de objetos e um sistema de ações que devem ser tomados em conjunto, Milton Santos acredita que a ação será tanto mais eficaz quanto os objetos sejam adequados. Se forma e ação estão inter-relacionadas, novas ações tendem a adaptar os espaços em que têm lugar e/ou são obrigadas também, elas mesmas, a se adaptarem a espaços preexistentes.

Os “nós” do território cachoeirano

Territorialidade cachoeirana

A definição provisória do território de Cachoeira foi feita tendo em conta a noção de redes territoriais. Esta rede territorial estudada apresentou um nó central: o sítio urbano tombado do município de Cachoeira, bem como sua extensão ao centro urbano contíguo de São Félix, indicando possibilidades de coleta e sistematização desses dados de modo a servir de modelo de estudo passível de aplicação em outros territórios. Esta opção tem como mérito valorizar os fluxos que acontecem sobre o espaço, contemplando-os em suas diferentes temporalidades.

Com essa escolha feita, buscamos questionar o uso das noções de sítio e localidade, tendo como parâmetro as influências e ramificações das “referências” pesquisadas, ampliando a abrangência das redes sociais por elas imbricadas no território estudado. A noção de “referência cultural”, no sentido antropológico privilegiado pelo manual de aplicação do INRC, contempla não apenas a produção material, mas também os sentidos e valores sociais atribuídos pelos sujeitos aos sítios, lugares, conjuntos urbanos, edificações e à vida material. São plurais e dinâmicos, definidos e redefinidos pelas suas práticas cotidianas e extraordinárias (como as celebrações, as festas e os rituais,

de forma geral). Os contextos sociais, por serem diversos e plurais, trazem consigo conflitos de interesse, contradições e ambigüidades.

Partindo do princípio de que o urbano, por definição, é sempre um espaço aglutinador, capaz de impor uma organização de um território a ele ligado e representa, invariavelmente, um nó importante em uma rede territorial, o núcleo urbano de Cachoeira foi tomado como o nó central de uma rede composta por fluxos que o liga a diferentes pontos. Foi a partir dessa definição que se pôde estabelecer o recorte territorial das práticas a serem levantadas: aquelas que, através de fluxos de diferentes naturezas, estão ligadas ao nó principal, o centro urbano.

Vejamos como se estabelecem as tessituras e os nós da rede territorial de Cachoeira.

Na escala de todo o território, teríamos como eixos centrais o centro urbano, que inclui os centros de Cachoeira e de São Félix, num único contínuo; Iguape e Belém, com especificidades próprias.

Numa outra escala, cada um desses nós, tomados como tessituras, podem ser desmembrados em outros. O centro urbano foi dividido no centro de São Félix, Caquende, Centro Histórico de Cachoeira, Área Comercial, Recuada e Alto do Rosarinho (Ver Mapa 2, página 26).

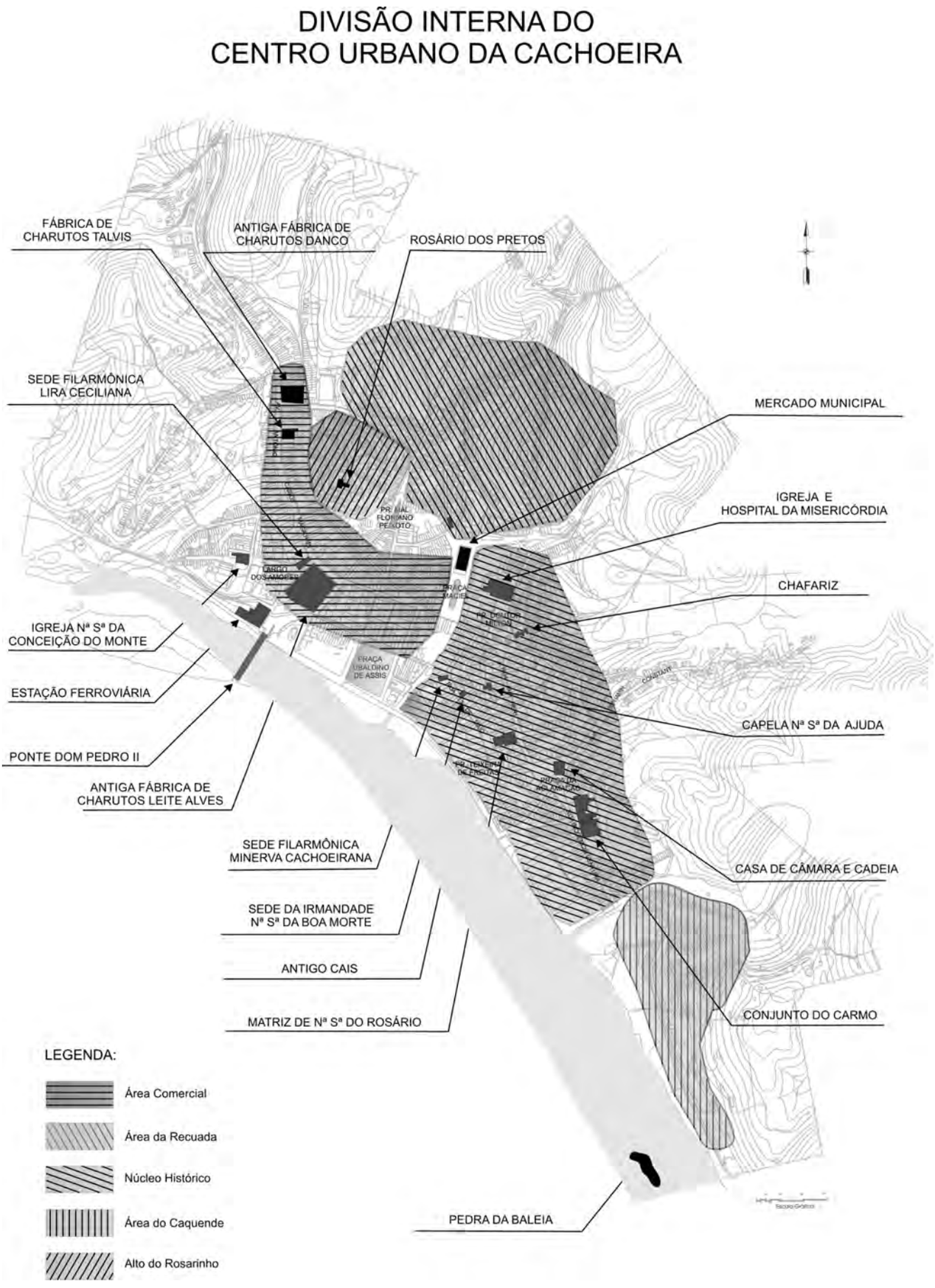
O centro urbano de Cachoeira

Tomar o centro urbano de Cachoeira como o nó central a partir do qual se estabeleceu o território da pesquisa permitiu enfatizar outro objetivo do projeto: relacionar patrimônio material e imaterial. Nesse sentido, observamos que todas as práticas culturais levantadas na primeira fase se desenvolvem em locais que estão ligados à rede territorial de Cachoeira e, de uma forma ou de outra, conectados a esse sítio urbano que já constitui patrimônio institucionalmente reconhecido. Por isso mesmo, o território delimitado não é aquele do espaço contínuo, mas um território em rede, onde se articulam "fixos e fluxos". Esta opção tem como mérito valorizar os fluxos que acontecem sobre o espaço, contemplando-os em suas diferentes temporalidades.

Dentro do centro urbano, dois nós principais articulam uma grande parte dos fluxos que para ali convergem e dali divergem: aquele dos espaços da religião – terreiros e igrejas, festas e procissões religiosas – e aquele das trocas comerciais – o mercado público e a feira que acontece em seu redor. São esses os dois nós que aglutinam em torno de si populações oriundas de diferentes localidades e que marcam a centralidade do núcleo urbano de Cachoeira. Adiante, analisaremos como se estruturam algumas das referências culturais que têm no centro urbano seu lócus principal de ocorrência, tomando esses dois nós como pontos principais dessa ligação entre práticas e lugares.

Até o início do século XX, Cachoeira foi um grande entreposto comercial e representava um elo importante nas ligações de Salvador com o Sertão, comandando um vasto território. O mapa da Figura 3 mostra como a maior parte dos caminhos que ligavam Salvador ao interior da província, em meados do século XIX, passava por Cachoeira. Desse modo, a rede territorial de Cachoeira abarcava até então uma grande parte do território baiano, excedendo-o em alguns momentos. No entanto, a nova organização dos fluxos sobre o espaço, criada com o advento do transporte rodoviário, mudou essa

Mapa 2



Esquema realizado sobre planta cadastral existente no Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro.
Rafael Winter Ribeiro e Beatriz Nogueira

situação. Ao passar longe de Cachoeira e proporcionar a ligação direta do interior com Salvador, a rodovia diminuiu consideravelmente a área sob influência do centro de Cachoeira, fazendo com que este perdesse sua posição de entreposto comercial e, conseqüentemente, sofresse um relativo isolamento (Ver Mapa 3, página 28).

Hoje, o estudo do IBGE (2000) sobre a hierarquia das cidades permite constatar que, sob a área de influência de Cachoeira estão os municípios de Conceição da Feira, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba e São Félix. Esse estudo mostra ainda que o município de Cachoeira, por sua vez, está na órbita de influência do município de Cruz das Almas, este dependente de Feira de Santana, e todos dentro da área de influência de Salvador (Ver Mapa 4, página 28).

As redes de sociabilidade de Cachoeira envolvem um amplo e variado leque de elementos. Previamente podemos elencar alguns deles aqui, ficando a sugestão para empreendimentos futuros. Sob a ótica de MARCELIN (1996), as sociabilidades cachoeiranas giram em torno da vida familiar (visitas, encontros e festas em família), dos clubes e organizações implicitamente exclusivas (o Rotary Club local e a Ordem Maçônica Caridade e Segredo, fundada em 1879), das associações culturais e esportivas, das bandas filarmônicas Minerva Cachoeirana e Lira Ceciliana, das diversas associações religiosas, dos bares e restaurantes (p. 55). Todas essas sociabilidades denotam também determinados tipos de trocas que se realizam no cotidiano, nas relações diárias e nas relações promovidas nos contextos festivos.

João José REIS (1991) alega que, na Bahia, houve uma redefinição da palavra "parente" para incluir todos da mesma etnia. O africano teria inventado o conceito de "parente de nação". Os nagôs se diziam parentes de outros nagôs, jejes de jejes, devido à dificuldade que tinham de formar famílias. A "família-de-santo" dos candomblés viria a cumprir importantes funções e significações da família consangüínea, por vezes desmembrada pela escravidão.

É neste sentido que compreendemos que os grupos familiares têm papel central na configuração das relações sociais em Cachoeira, destacando-se os seus bairros como "regiões morais" que têm determinadas famílias como representantes mais "antigas".

MARCELIN (op.cit.) indica que em cada um dos bairros por ele estudados, num total de oito, há sempre a reivindicação da antiguidade por algum grupo, geralmente remetida à invocação de uma "comunidade imaginária" – uma "nação" (jeje, nagô, angola). Os primogênitos de um grupo familiar invocam seus ascendentes africanos, não somente como princípio de filiação biológica, mas como princípio de filiação espiritual, cosmológica, para justificar a antigüidade da família, de seus objetos de uso e de seus objetos rituais (Ibid, p. 58).

O autor observa ainda que a "configuração das casas" nesses bairros responde por determinadas configurações sociais:

> Em torno de núcleos – formados de descendentes biológicos e espirituais de um Orixá ou de um patriarca mítico – combinam indivíduos de origens sociais as mais diversas, desde o filho-de-santo, sem família e sem trabalho, adotado por essa grande família que é o grupo, até o poderoso homem político local, branco, de classe média, ou ainda, o grande proprietário de terras ou industrial de Salvador que, por 'procuração', através de seu empregado doméstico, possui um 'assento' de sua divindade no 'terreiro', casa principal da configuração do grupo (Ibid., p. 59).

Mapa 3 - Principais caminhos que partiam de Cachoeira no século XIX.



Esquema realizado sobre Carta Topográfica e Administrativa da Província da Bahia. Acervo Biblioteca Nacional.
Rafael Winter Ribeiro e Beatriz Nogueira

Mapa 4



Esquema realizado sobre o Mapa da Série Brasil - Geográfico - IBGE.
Rafael Winter Ribeiro e Beatriz Nogueira



Foto: Rafael Winter Ribeiro

Cachoeira e São Félix, ligadas pela ponte D. Pedro II



Foto: Renata Gonçalves

Vista do centro urbano de São Félix

São Félix

O estudo em campo mostrou que São Félix é o município que possui maior interação com o centro urbano de Cachoeira; seu centro está unido ao de Cachoeira através da ponte D. Pedro II. Os dois municípios correspondem a uma única aglomeração urbana com dois centros administrativamente separados, mas que se completam. Dentro da área interna do município de Cachoeira, os fluxos mais intensos que compõem a rede territorial das práticas culturais são aqueles que ligam o seu centro urbano aos distritos de Belém e do Iguape.

São Félix encontra-se emoldurada entre o rio Paraguaçu e regiões montanhosas. Sua configuração urbanística dentro deste cenário é constantemente associada à forma de um presépio e vem daí a denominação corrente de “cidade presépio”. Sua arquitetura apresenta um predomínio do estilo barroco, colonial, com edificações datadas entre o séculos XVII e XIX. Entre eles destacam-se as Igrejas do Deus Menino e Senhor São Félix, o Mercado Municipal, a Estação Ferroviária, a Prefeitura Municipal, a Casa da Cultura e Centro Cultural Dannemann. O dado curioso é que, embora a cidade mantenha íntima relação com Cachoeira, inclusive quanto à sua paisagem urbana, São Félix não foi contemplada com nenhuma medida de proteção do IPHAN.

Com origens que remontam a meados do século XVI, ao aldeamento dos índios tupinambás, os quais habitavam as margens do rio Paraguaçu, São Félix tem sua história profundamente marcada pelo desenvolvimento da indústria fumageira. Aí se instalaram diversas fábricas de charutos como Suerdieck, Dannemann, Costa Ferreira & Pena, Stender & Cia., Pedro Barreto, Cia. A Juventude e Alberto Waldheis. Além do fumo, o cultivo do dendê e o comércio de estivas, secos e molhados encontram-se metonimicamente associados à historia da cidade, assim como seu destacado papel durante as lutas e mobilização social para a Independência da Bahia ao lado de Cachoeira.

A cidade apresenta ainda um variado repertório de manifestações culturais. Dentre elas se destacam o bumba-meu-boi, o "gente que faz", "pastorial", "quadrilha junina", "queima de Judas","samba de roda", "terno de barricão" e o "terno de mandu", várias das quais podem ser encontradas também em Cachoeira, formando assim um território contíguo dessas referências culturais.

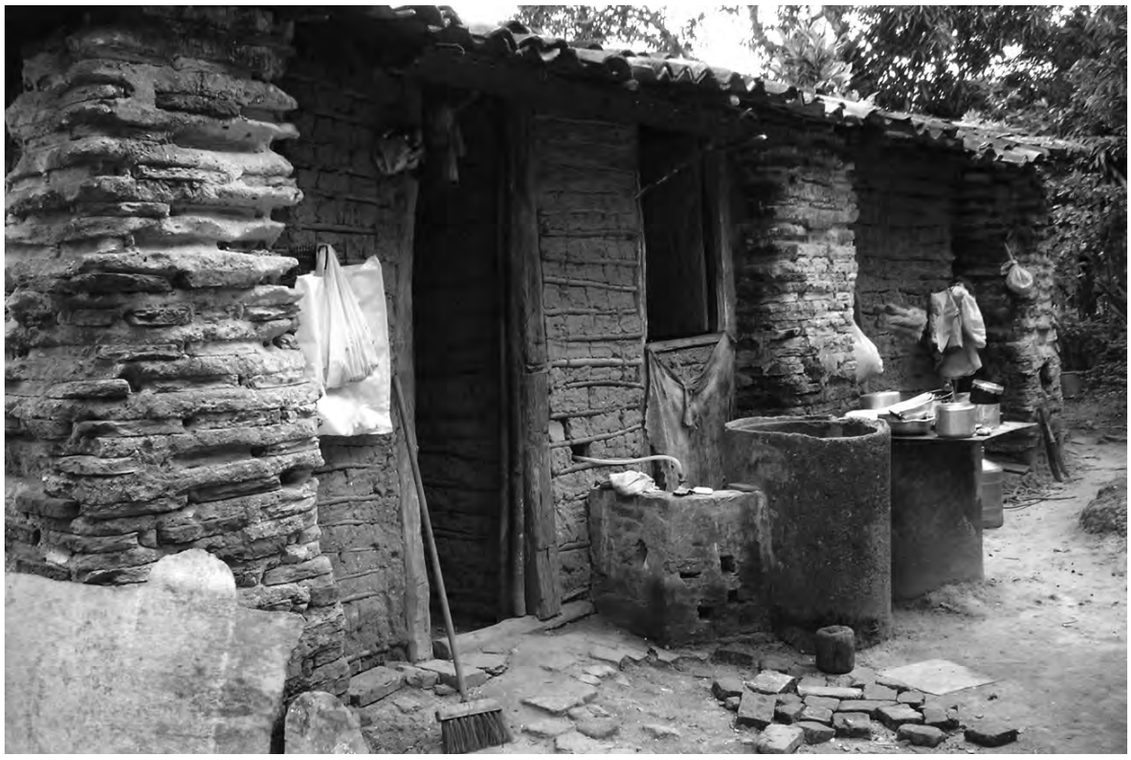
O Iguape

Os dois outros nós da rede constituem conjuntos ecológicos e sociais bem distintos. O Iguape é o maior distrito de Cachoeira, localizado num ponto onde o rio Paraguaçu forma uma bacia, próximo ao estuário, na baía de Todos os Santos. Neste local existe uma grande rede de canais e de manguezais. A área de terra firme é constituída principalmente por solos de massapê, bordeando a baía formada pelo avanço das águas do mar sobre o continente. Essa combinação entre o rio e os canais que adentram a terra, facilita o escoamento da produção e o solo fértil propiciou boas condições para que a cultura da cana se desenvolvesse. Até o início do século XX, a região foi grande produtora de açúcar, cultura que decaiu em conseqüência do fim do trabalho escravo, dentre outros fatores. Os engenhos foram em grande parte abandonados e destruídos. Atualmente, a área é ocupada por remanescentes de escravos, cujas residências, muitas vezes, são construídas sobre as ruínas das antigas casas-grandes. A região já possui dez comunidades certificadas pela Fundação Palmares como remanescentes de quilombos e também já teve uma grande área de mangue delimitada pelo IBAMA, como "reserva extrativista marinha da baía do Iguape", segundo decreto federal de 11 de agosto de 2000, com área demarcada de 8117 ha[7].

Atualmente, a população negra da Bacia do Iguape vive basicamente da manufatura artesanal do dendê, da mandioca (há ali esparsas casas de farinha, manuais) e da mariscagem, além da lavoura de subsistência. Suas maiores queixas se direcionam ao isolamento da região, já que boa parte das comunidades não tem acesso a estradas durante o período de chuvas e a única via de comunicação é o rio, além de não possuírem eletricidade.

Em 1862, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicou um estudo sobre Cachoeira, informando que havia, naquele ano, vinte engenhos no distrito de São Thiago do Iguape. Eram engenhos do Iguape nesse período: Brandão, Campinas, Cabonha, Calembá, Catolé, Maruim, da Ponta, da Ponte, Santa Catarina, São José do Açu, Central do Iguape, Embiara, Guahyba, Guahybinha e Engenho Velho (SILVA, 1938, p.311-312). São nomes que ouvimos ainda hoje ao visitar a região do Iguape. Ali se

[7] Dados do Portal Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia. http://www.seia.ba.gov.br/



Casa de moradora da região do Iguape construída sobre as fundações de antiga casa-grande



Fotos: Rafael Winter Ribeiro

Vista parcial da Bacia do Iguape

vêem ruínas de casas-grandes, de senzalas, muitas vezes servindo de amparo a rústicas construções dos atuais habitantes do Iguape.

Na Carta das Comunidades Quilombolas, supracitada, temos a listagem geral dos remanescentes de quilombo na região do Vale do Iguape. São eles: Caonge, Calembá, Dendê, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Calolé, Imbiara, Caibongo, Tombo, Engenho da Vitória. As comunidades quilombolas de afro-descendentes representam hoje testemunho vivo de uma cultura africana que povoou a região, ininterruptamente, por quase cinco séculos. Segundo o historiador cachoeirano Luiz Cláudio Dias do Nascimento, profundo conhecedor do Arquivo Municipal de Cachoeira, há alguma informação documental sobre os negros que habitavam Cachoeira nos séculos passados[8]. Porém, se quisermos escrever a história dos afro-descendentes nesta região do

[8] Conforme entrevista concedida aos autores.

Brasil, temos que lançar mão dos métodos e do arcabouço teórico da história oral, da antropologia e da arqueologia.

Apesar da diminuição da quantidade de mariscos, causada pela alteração da proporção de água doce e salgada nos manguezais, a mariscagem é, ainda, fundamental na dieta protéica dos habitantes do Iguape. O desequilíbrio ecológico, com a conseqüente redução da fauna dos manguezais, deveu-se à entrada em operação da barragem Pedra do Cavalo. É importante notar que o Iguape conheceu uma experiência de produção fabril do azeite de dendê com a instalação da usina beneficiadora Opalma, cujas portas se fecharam há cerca de três décadas, eliminando o único acesso daquela população a uma rotina oficial de trabalho. Em contrapartida, a cana-de-açúcar começa a retornar à região, onde se vêem extensas plantações.

A história das rebeliões escravas nos engenhos baianos começa a ser escrita. Um de seus principais autores, João José REIS (1992), dedica-se especialmente às revoltas da região do Recôncavo, com importantes informações sobre aquelas que ocorreram em engenhos de Cachoeira (da Ponta e Vitória, entre outros). Os estudos de Reis apontam para a compreensão de temas fundamentais na modernidade, tais como: origens diferentes e por vezes conflituosas dos africanos trazidos como escravos; diferença entre nascer crioulo/escravo e africano/livre; a complexa relação entre religiosidade e liberdade; a adaptação dos ritos africanos ao cristianismo imposto pelas autoridades portuguesas; a organização funcional interna dos engenhos etc.

Reis nos relata alguns episódios de rebeliões em engenhos do Iguape. Em carta recebida pelo Juiz de Fora de Maragogipe, enviada pelo chefe do destacamento local, lê-se: "participo a V.Sa. que se acha todo o Iguape incendiado e atacado pelos negros" (REIS, 1992). Segundo Reis, o levante se iniciara em plena jornada de trabalho, em março, época de safra e semeadura simultâneas, e havia indicações de que não fora espontâneo. Ao contrário: segundo documentos de época, sabe-se que o Juiz supracitado considerou a rebelião planejada, indicando inclusive o provável local da organização dos escravos: o Engenho da Ponta, próximo ao Engenho Vitória, outro local em que ocorreram rebeliões no distrito de Cachoeira.

De acordo com os relatos do Juiz, investigados por Reis, os escravos teriam se reunido no Engenho da Ponta, para em seguida tomarem de assalto a Vila de Maragogipe, na outra margem do Paraguaçu. O então proprietário do Engenho da Ponta, brigadeiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, foi tenaz adversário do conde dos Arcos, presidente da província. O brigadeiro acusava o presidente de ser condescendente com os negros, e chegou a fazer campanha para depô-lo. Apesar disso, os dois senhores se uniriam pouco tempo depois para combater a Revolução Pernambucana, em 1817.

Segundo correspondência do Juiz de Fora de Cachoeira para o presidente da província, em 1827, os escravos do Engenho da Vitória teriam se sublevado, matando um feitor e seu irmão. Apesar de o movimento neste engenho ter sido localizado, foram presos cerca de trinta negros (no engenho, havia cerca de trezentos escravos) e chicoteados publicamente, em Cachoeira, "para exemplo dos outros escravos, que há tempos dão alguma desconfiança de revoltas", explicaria, em carta, o Juiz de Fora. Segundo Reis, no ano seguinte ao episódio da Vitória, outras rebeliões se repetiram em Cachoeira, em abril de 1828, mas praticamente nada se sabe a respeito.

Ainda em setembro desse mesmo ano, outra revolta explodiu no coração do Iguape, no Engenho Novo, de propriedade de coronel Rodrigo Antonio Falcão, com incêndios na

casa-grande e nas senzalas, e um saldo de cerca de vinte escravos mortos pela repressão senhorial e policial. Reis diz não conhecer os motivos do levante, mas as informações levam a crer que os escravos do Engenho Novo desejavam vingar-se dos maus tratos da senhora. A repressão acabou por cortar pela raiz um movimento que teria, em sua idealização, adesão dos escravos de outros engenhos. O movimento não deu certo por não garantir adesões suficientes, devido, segundo Reis, ao velho problema da desunião entre crioulos e africanos. A dificuldade em identificar alguns escravos pelo seu nome indica que haviam participado da revolta escravos recém-chegados da África. Reis ainda cita mais rebeliões em Santo Amaro, Maragogipe e outras regiões próximas de Cachoeira.

Belém da Cachoeira

Durante o período colonial, nas áreas que não eram produtoras de cana no Recôncavo, observou-se uma disputa entre a produção de mandioca e a produção de fumo. A primeira era incentivada pela Coroa portuguesa para fornecer alimento a Salvador. A atividade fumageira, entretanto, era preferida pelos agricultores, uma vez que o fumo tinha valor de troca mais alto, devido ao seu uso como moeda no comércio dos escravos. Essa preferência levou a Coroa a proibir o plantio do tabaco, em função do desabastecimento de alimentos em Salvador. A vila de Cachoeira foi a única que obteve a permissão para continuar com a lavoura proibida, que se concentrava na região de Belém, na área conhecida como Tabuleiros do Recôncavo, e era realizada em pequenas propriedades. Na área urbana proliferaram os armazéns e, a partir do século XIX, as indústrias de beneficiamento do fumo e de charutos.

Com as manufaturas de charutos que se instalaram na cidade, surgiu o ofício das charuteiras, doméstico ou nas fábricas, que passou a constituir uma importante



Foto: Rafael Winter Ribeiro

Igreja do antigo Seminário de Belém

fonte de renda e modo de vida de setores da população, fazendo parte ainda hoje da identidade local. Com a migração das fábricas de charutos e da produção de fumo para os arredores de Cruz das Almas, a partir da segunda metade do século XX, a área de Belém da Cachoeira voltou-se para as lavouras de subsistência e de mandioca e para a produção de farinha e demais derivados. Hoje é uma área de pequenas propriedades, povoada por uma maioria de afro-descendentes que tiveram acesso à compra da terra. Atualmente, no município de Cachoeira, apenas uma fábrica de charutos continua em funcionamento.

A região de Belém da Cachoeira sempre se caracterizou por pequenas propriedades, na sua maior parte de negros que ascenderam à propriedade da terra, vivendo da agricultura de subsistência, da banana e, sobretudo, do plantio da mandioca e da produção de farinha.

* * *

Como se pode observar, temos um território vasto e bastante heterogêneo. Associado a três conjuntos ecológico-sociais diferenciados – o urbano; o do Massapê/Cana/Marisco; e o do Tabuleiro/Fumo/Mandioca –, temos diferentes práticas culturais que representam o patrimônio de Cachoeira.

Os municípios de Maragogipe, Cruz das Almas, Muritiba e Governador Mangabeira, como áreas periféricas a esse território, merecem relativa atenção por possuírem ligações com a área efetivamente estudada.

Olhares sobre o território de Cachoeira

Os tempos históricos

Esta seção tem por objetivo problematizar a construção do território de Cachoeira a partir de seu processo histórico. Isso porque a escala diacrônica permite inferir como comportamento e forma, elementos intrinsecamente associados, relacionam-se de diferentes modos com cada recorte temporal. Tomamos o lócus deste estudo, então, como resultado de um processo em permanente reconstrução, buscando a compreensão de suas formas e usos atuais. Neste sentido, negligenciar a contextualização temporal pode levar a equívocos anacrônicos. Como salienta Gomes:

> Pólis, urbis, burgo, cidade e metrópole são diferentes denominações para diferentes coisas. Parecidas entre si, por vezes somos tentados a ver nessa evolução a simples progressão dessa forma de adensamento. Erramos. Cada tipo de associação criou na história formas físicas e comportamentos distintos. Ao tecermos um mesmo fio lógico, estamos de fato diminuindo a coerência que a dinâmica deste adensamento possuía a cada momento. Isto não quer dizer que não existam analogias e relações evolutivas entre elas, mas estas só podem ser estabelecidas à medida que vislumbramos a interação necessária que existe, a cada momento histórico, entre a morfologia urbana e o conteúdo comportamental. (GOMES, 2002, p. 20).

Desse modo, o caminho mais apropriado parece ser o de reconhecer, para cada situação estudada ao longo da transformação urbana, os fatores que historicamente geraram estas unidades físicas e sociais e suas ressignificações ao longo do tempo. Soma-se a isso o fato de que o espaço, sobretudo o espaço urbano, é composto por formas construídas em diferentes momentos históricos, com diferentes funções. Milton Santos chamou de rugosidade aquilo que fica do passado como forma, espaço construído e paisagem, que pode se apresentar como formas isoladas ou como arranjos constituindo conjuntos inteiros. Ele lembra que

> [...] ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. Para o tempo atual, os restos do passado constituem aquela espécie de 'escravidão das circunstâncias anteriores' de que falava John Stuart Mill. (SANTOS, 1997, p. 113).

Ainda para esse autor, o meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em conta, uma vez que possui um papel na localização dos eventos atuais. Assim, esses conjuntos de formas estão ali à espera, prontos para eventualmente exercer novas funções, ainda que limitadas por sua própria estrutura, construída em outros contextos.

Como forma de análise, optou-se por abordar a história de Cachoeira a partir de uma divisão que privilegie os diferentes momentos de construção de seu território. Não se trata de uma periodização estanque e desconexa. Na verdade, trata-se de um esforço de compreensão do sítio a partir dos principais agentes que atuaram na construção do território ao longo do tempo. Desse modo, tendo em vista o fato de que as vias de acesso e as formas de utilizá-las desempenham um papel fundamental na construção de um território, na sua forma de relação com os seus elementos internos e com o seu ambiente exterior, optou-se por adotar uma periodização que privilegie esses aspectos.

Em Cachoeira, em especial, isso ganha uma conotação ainda mais importante, já que a cidade surgiu em função do transporte fluvial e do fato de a cidade se encontrar num ponto de mudança modal de transporte fluvio-terrestre. Como último ponto navegável do Paraguaçu, a cidade desempenhou o papel de entreposto do comércio fluvial e terrestre entre Salvador e o sertão. A construção da rede ferroviária, na segunda metade do século XIX, viria a amplificar essa característica, uma vez que Cachoeira, durante muito tempo, exerceu o papel de ponto inicial da linha que demandava o interior da província, no qual as mercadorias vindas do interior deixavam a ferrovia e tomavam os barcos e, vice-versa, aquelas vindas de Salvador deixavam os barcos e tomavam a ferrovia. A construção da rede rodoviária da Bahia no século XX modificou tudo, uma vez que deixou Cachoeira fora da rede principal de transportes do estado. Desse modo, as transformações pelas quais passou o território da cidade podem ser lidas através de três momentos principais: o tempo do rio, o tempo da ferrovia e o tempo da rodovia. Abaixo, analisaremos as mudanças pelas quais o território da cidade passou durante esses três momentos.

O tempo do rio

Quanto à localização da cidade, é inegável o papel econômico e comercial que teve o rio Paraguaçu na eleição do sítio pelo fidalgo português Paulo Dias Adorno, fundador da cidade, no longínquo século XVI. O povoado foi fundado no bojo do movimento patrocinado pela Coroa portuguesa de concessão de sesmarias àqueles que tivessem meios e desejo de cultivar a cana-de-açúcar. Como sabemos, o Recôncavo Baiano possuía terras propícias a essa cultura[9].

O início do povoamento de Cachoeira se deu a partir de meados do século XVII, basicamente por brancos e negros, quando os índios foram definitivamente expulsos da região, ou "apaziguados" pelo capitão Gaspar Rodrigues Adorno. Já havia ocorrido um massacre, com a destruição de mais de cem aldeias tupinambás por Mém de Sá, em meados do século XVI. Mas ainda assim havia constantes ataques, dificultando o assentamento português definitivo. Este teve início quando Gaspar Rodrigues Adorno recebeu terras em ambas as margens do Paraguaçu. Na margem esquerda, as terras "compreendiam os ribeiros Caquende e Pitanga" (SILVA, 1938) – precisamente o sítio onde se desenvolveu, posteriormente, o povoado de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira.

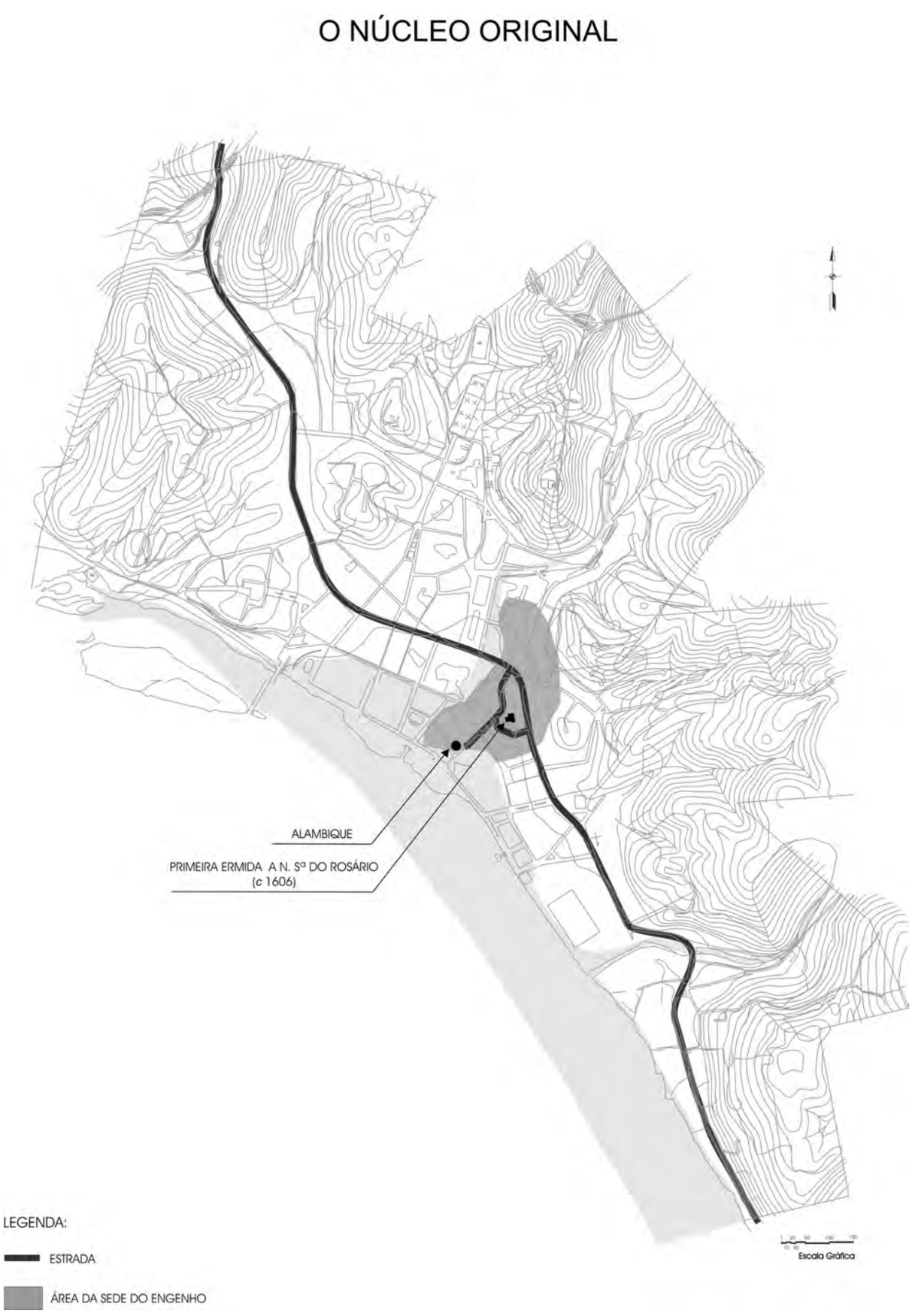
O filho de Gaspar Rodrigues Adorno, o também capitão João Rodrigues Adorno, transferiu-se para Cachoeira em 1654, "onde já havia alguns moradores disseminados para as bandas d'além e d'aquém do ribeiro Caquende" (SILVA, 1937, p.89). A sesmaria doada a Gaspar Rodrigues Adorno foi, portanto, o sítio onde surgiu, no século XVI, o povoado que deu origem à Freguesia, depois Vila (1698) e, finalmente, cidade de Cachoeira (1837). O esforço colonizador de João Rodrigues Adorno foi efetivamente o primeiro passo para a constituição da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. Foi ele quem reconstruiu, em 1673, a partir de uma pequena ermida erguida entre 1596 e 1606, a capela Nossa Senhora do Rosário, hoje consagrada a Nossa Senhora da Ajuda. Em 1683, construiu-se um sobrado acastelado, ao longo da capela, que ainda existe na cidade, apesar de modificado.

A capela e o sobrado podem ser considerados os marcos iniciais do povoamento de Cachoeira, sendo ambos construídos no cume de um pequeno monte, protegidos do avanço das águas do rio Paraguaçu. Em torno deste núcleo inicial, foi edificado o Engenho dos Adorno (Ver Mapa 11, página 37). Sobre a localização do engenho em relação aos marcos naturais da localidade, como também em relação aos posteriores marcos urbanos que ali se edificaram, Pedro Celestino da Silva afirma:

> O sobrado e a capela estão situados no ponto culminante, sobre um destacado monte de rocha com uns 40 pés de altura, fazendo-lhe entorno uma pequena planície limitada ao norte pelo ribeiro Pitanga e a oeste pela margem esquerda do Paraguaçu. Do lado

[9] Um dos fidalgos que compunham a expedição de Martim Afonso de Souza (1531), Paulo Dias Adorno, não seguiu com a expedição para São Vicente, permanecendo e fixando moradia (engenho) no recôncavo. "Adorno buscou exatamente as terras que ficavam à margem esquerda do Paraguaçu, onde puderam, sem dificuldade de entrada e de saída, aportar muitas embarcações. [...] Era a sua fazenda, próxima das águas dos riachos Pitanga e Caquende [que limitavam a cidade à esquerda e à direita do Paraguaçu, respectivamente], consistindo de casa de residência, senzalas, manga, currais, pasto e engenho." (IBGE, 1958, p. 95).

Mapa 5 - O Núcleo original - início do século XVII



Esquema realizado sobre planta cadastral existente no Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro.
Rafael Winter Ribeiro e Beatriz Nogueira

> do Pitanga, levantou a casa de engenho de cana-de-açúcar, e fez o alambique no lugar do desembarque, que ainda hoje [1937] conserva o mesmo nome [cais do Alambique, depois praça do Pelourinho e atual praça Teixeira de Freitas]. As águas do ribeiro Pitanga, que alimentam o atual chafariz público [hoje não funciona mais, embora sua fachada permaneça, restaurada, na praça Aristides Milton ou praça do Chafariz] passavam neste tempo por bicame de madeira e eram levadas para o trabalho de moagem do engenho. Este engenho ocupava vastas áreas em terras e matas para sua servidão. A sua sede estava compreendida entre a praça Maciel, Pitanga de cima e de baixo, praça do Chafariz, largo D'Ajuda e vizinhanças, indo terminar na margem do Paraguaçu, onde se estabeleceu um grande alambique, cujas terras iam confinar com a praça da Manga, rua do pasto e adjacências, então incultas. O engenho de açúcar, asseveram as antigas crônicas, constituía de maior produtividade no Brasil, porque cada engenho representava uma povoação mais ou menos numerosa. (SILVA, 1937, p.90)

O engenho foi, portanto, a forma de conquista da terra aos índios e de povoamento inicial. Segundo o mesmo historiador baiano,

> [...] em 1739, a capitania da Bahia estava conhecida por famosa e respeitável, pois que sabemos que os seus recôncavos já existiam sofrivelmente povoados com diversas vilas, sendo dentre elas principal a de Cachoeira, e com muitos engenhos de açúcar e com outros fertilíssimos campos em que se plantava e se cultivava o tabaco. (Id., 1938, p.337)

Segundo esta mesma fonte histórica, sabemos que em 1775 havia vinte engenhos na região do Iguape, extensa área de solo de massapê[10], pertencente ainda hoje ao município de Cachoeira.

Em pouco tempo, os portugueses descobriram as virtudes do massapê e do clima tropical úmido para o cultivo da cana-de-açúcar, já por eles produzida sob regime escravista nas ilhas de Madeira e Açores. A experiência com este tipo de cultivo encorajou o transplante da cana para o Recôncavo e a colonização da região se deu com a expansão desta lavoura. Nos terrenos da área hoje conhecida por Belém de Cachoeira, que não possuíam solo de massapé e eram, portanto, impróprios ao plantio da cana, surgiu a lavoura do tabaco, mercadoria trocada por escravos na costa da África.

O açúcar foi, não sem razão, chamado de "ouro branco brasileiro" e sua exploração sob o regime escravista, no período colonial, foi bastante extensa e lucrativa. Não foi à toa que os holandeses, antes da conquista de Pernambuco, tentaram, sem êxito, conquistar as terras baianas do Recôncavo. Inúmeros foram os engenhos implantados nessa região, sendo essa unidade – que compreendia geralmente casa-grande, senzala e capela – o elemento determinante das estruturas sociais e econômicas da região. O uso intensivo de mão-de-obra escrava na lavoura do açúcar explica a elevada proporção de população negra nesta região. A opulência dos senhores de engenho e dos comerciantes de Ca-

[10] Os solos de massapê derivam da decomposição do calcário sob clima tropical úmido. São solos de cor escura, muito ricos em materiais orgânicos, pouco permeáveis, mas que conservam a umidade durante muito tempo. Estes solos sofrem expansão quando úmidos, tornando-se muito pesados e plásticos. Quando secos, endurecem e contraem-se, rachando. Por isso são muito difíceis de serem lavrados mecanicamente, prestando-se às roças, até hoje forma de cultivo local pelos moradores do Iguape (região de quilombolas). Ver IPAC /BA, 1982.

choeira (a cidade foi importante entreposto comercial durante todo o período colonial e imperial) possibilitava o uso generoso de escravos na lavoura, nas atividades dos armazéns que lá se instalaram, como também nas atividades domésticas. Cachoeira foi, portanto, uma das mais antigas concentrações de africanos e afro-descendentes do país, juntamente com Salvador e outras áreas do Recôncavo. A cidade cresceu no entorno do antigo engenho, seguindo os caminhos que ligavam seu porto ao interior.

Quando o povoado foi elevado à categoria de vila, em 29 de janeiro de 1698, Cachoeira já possuía um adensamento populacional consolidado, delimitado entre o Paraguaçu e a encosta que forma o vale escavado pelo rio, paralela a este, sendo os limites noroeste e sudoeste da povoação limitados pelos riachos Pitanga e Caquende, respectivamente (ver Mapa 12, página 40).

Passado quase um século, ela já havia rompido essas barreiras. A barreira do Pitanga foi definitivamente vencida com o alargamento da ponte velha em 1751; com isso, a povoado se expandiu para além do riacho, seguindo o caminho que já existia. O adensamento da ocupação dessa nova área também foi incentivado com a construção da Igreja de Nossa Senhora do Monte. Além do sentido paralelo ao rio, a vila também se expandiu sobre a encosta; as áreas do Alto do Rosarinho e da Recuada começaram então a ser ocupadas principalmente por uma população de origem africana (ver Mapa 7, página 41).

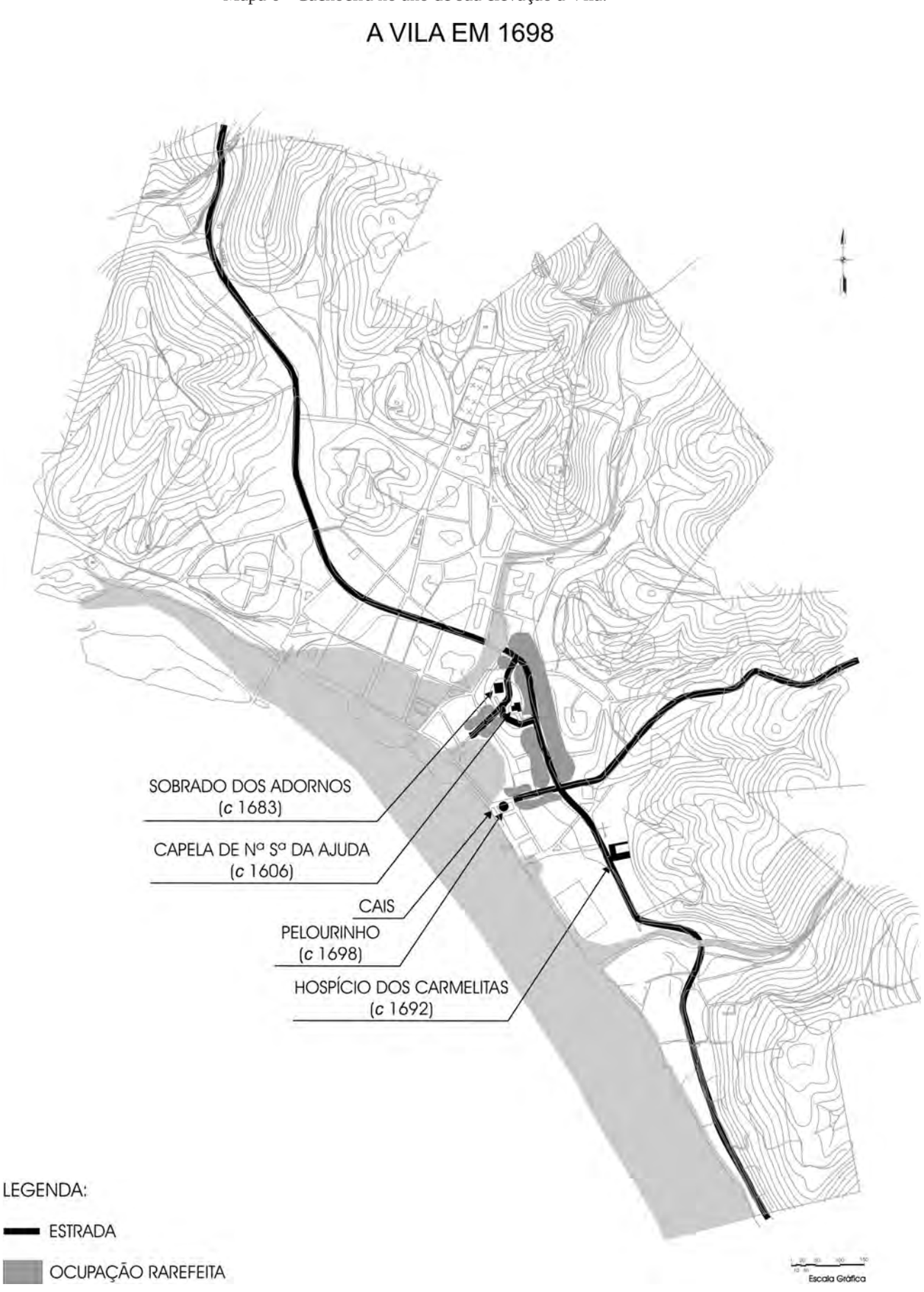
Apesar do vulto das atividades açucareira e fumageira, a economia baiana era liderada pelos comerciantes de Salvador, porto receptor dos navios portugueses e europeus (estes últimos somente após a Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1808). Mas não era de Salvador que as mercadorias do além-mar se espalhavam pelo interior do país, mas sim de Cachoeira. As mercadorias chegavam em grandes navios e eram novamente reembarcadas em saveiros ou outras embarcações menores, compatíveis com a navegação fluvial pelo Paraguaçu. Num período em que as vias marítima e fluvial detinham o monopólio como meios mais eficientes de transporte, a navegação fluvial pelo Paraguaçu respondia pelo transporte de mercadorias e pessoas até o limite natural determinado geograficamente por Cachoeira. Da mesma forma, os produtos vindos do sertão por terra e, posteriormente, vindos das minas, eram embarcados em Cachoeira, seguindo de lá para Salvador. O primeiro navio a vapor chegou a Cachoeira em 1819.

A comunicação de Salvador com seu hinterland se fazia exclusivamente pela baía e seus prolongamentos, os rios e rias. Gabriel Soares de Souza, em 1587, afirmava que 1.400 embarcações podiam ser facilmente requisitadas no Recôncavo se o serviço real necessitasse (citado em UFBA/IPHAN, 1979). Três cidades detentoras dos principais portos fluviais foram elevadas à condição de vila no fim do século XVII: Jaguaripe em 1697, Cachoeira e São Francisco do Conde, em 1698.

Cachoeira foi, portanto, um grande empório da região, abastecendo o interior da Bahia e de outras províncias. Ali chegavam os barcos dos grandes comerciantes de mercadorias e escravos, por ali passavam os sertanistas baianos, desbravadores de terras, das “minas geraes” e, posteriormente (meados do século XIX), das minas diamantinas. Havia a estrada de Muritiba que, partindo de São Félix, ia até Minas Novas, Rio de Contas, Serro Frio e todas as Minas Gerais, de onde se chegava ao Rio de Janeiro. Outras importantes estradas eram a de Belém, que conectava Cachoeira com o sul da Bahia, e a estrada do Capoeiruçu, que chegava até o Piauí e Maranhão, após se encontrar com a estrada Real do Gado.

> No que concerne ao importante papel de Cachoeira, Arnizau assinala que aí concorriam tropas de diversas regiões, das minas de Caetité e rio de Contas, as quais traziam todos os gêneros comestíveis de

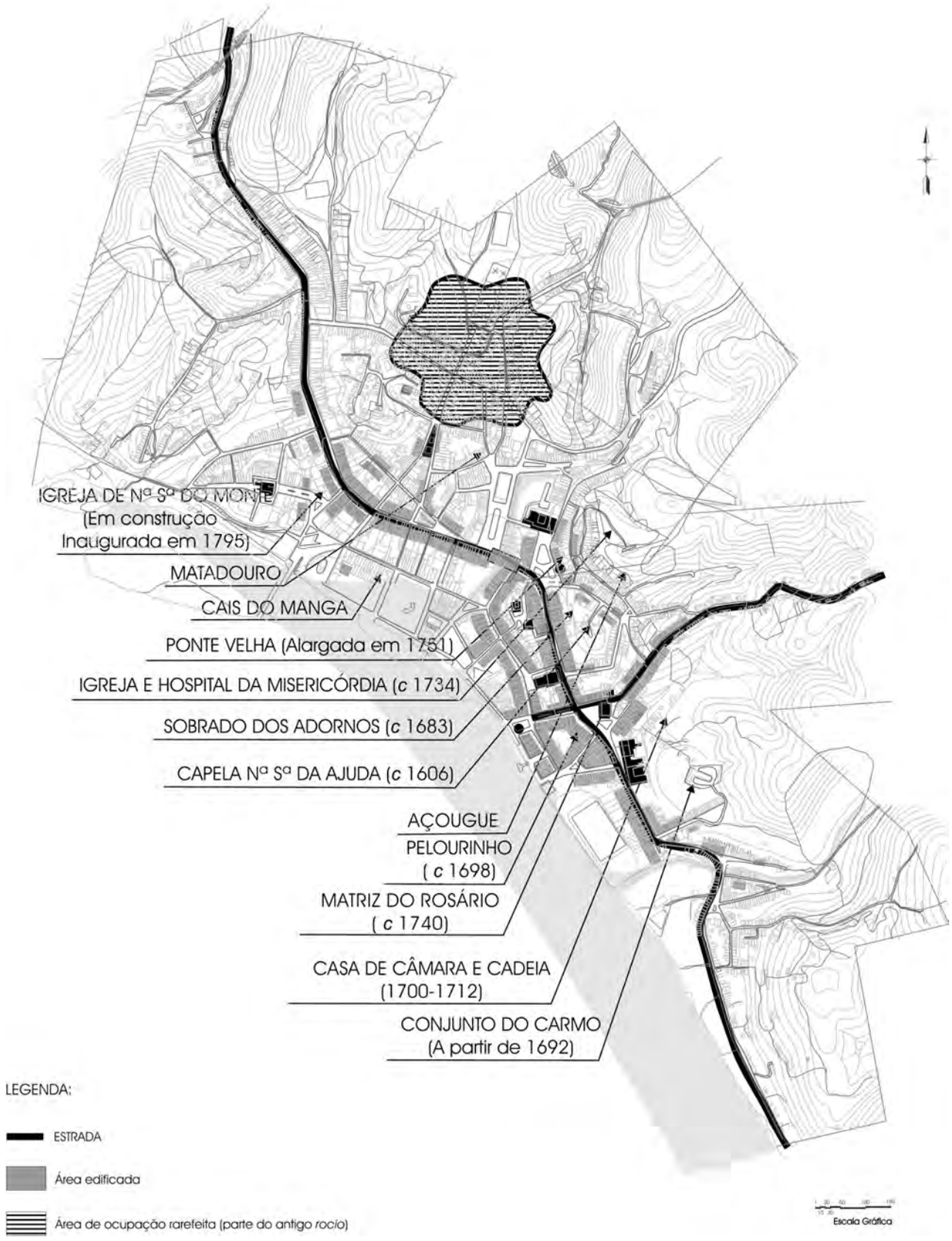
Mapa 6 - Cachoeira no ano de sua elevação à Vila.



Esquema realizado sobre planta cadastral existente no Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro.
Rafael Winter e Beatriz Nogueira

Mapa 7

A VILA DE CACHOEIRA EM 1792



Esquema realizado sobre planta cadastral existente no Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro.
Rafael Winter e Beatriz Nogueira

> Minas, além de grande quantidade de 'algodão, solas, couros salgados e cortidos, ouro em pó e em barras, gados cavallar e vaccum', de que resultava serem aparatosas as feiras que, em dias determinados, se faziam em Cachoeira e São Félix (UFBA/IPHAN, 1979, p.28).

Não surpreende, portanto, a posição singular que alcançou Cachoeira – "uma vila populosa e rica", segundo depoimento do viajante Von Martius, em 1817 (1981) – em termos de desenvolvimento urbano e comercial, nos séculos XVIII e XIX. Ocupava o segundo lugar, depois de Salvador.

O tempo da ferrovia

Como já discutido anteriormente, a comunicação entre o litoral e o interior, na Bahia, era feita pela via fluvial, quando os rios que penetravam no interior permitiam a navegabilidade, o que nem sempre se dava. Geralmente os caminhos eram traçados pelos tropeiros que, com suas mulas, buscavam as vias mais acessíveis. A construção das ferrovias, na segunda metade do século XIX, transformou este quadro radicalmente, multiplicando imensamente a capacidade e a velocidade do deslocamento de mercadorias e pessoas.

As ferrovias se irradiaram a partir dos principais portos da Bahia: Salvador, Nazaré, Santo Amaro e Cachoeira. Em 1865, foi autorizada por lei a concessão de uma estrada de ferro que, partindo de Cachoeira e seguindo o Paraguaçu, se dirigia às lavras diamantinas (Chapada Diamantina), com um ramal para Feira de Santana. Foi assim estabelecida a ligação do litoral fluvial com os sertões da antiga província da Bahia.

Coube à firma inglesa The Paraguaçu Stream Train Road Company Limited, a construção dos ramais ferroviários e da ponte ferroviária D. Pedro II. Os primeiros 25 km da estrada de ferro começaram a ser construídos já em 1867. Logo depois, esta empresa faliu e as obras passaram a ser conduzidas por outra empresa, The Brazilian Imperial Central Bahia Railway. Em 1875, foi inaugurado o ramal de Feira de Santana; em 1885, a ponte D. Pedro II; e, em 1888, o trecho Queimadinhos-Machado Portela. A ampliação da rede estacionou e só teve prosseguimento em 1921, sob nova administração – Compagnie Chemins de Fer Federaux du L'est Brésilien. Prejuízos e deficiência nos serviços levaram o governo federal a encampar as linhas da L´est Brésilien. Em 1935, aquela companhia passou a ser administrada diretamente pela União, passando a denominar-se Viação Férrea Leste Brasileiro. O mapa da Figura 14, pertencente à coleção da Biblioteca Nacional, mostra o plano para a construção da Estrada de Ferro do Paraguaçu (ver Mapa 8, página 43).

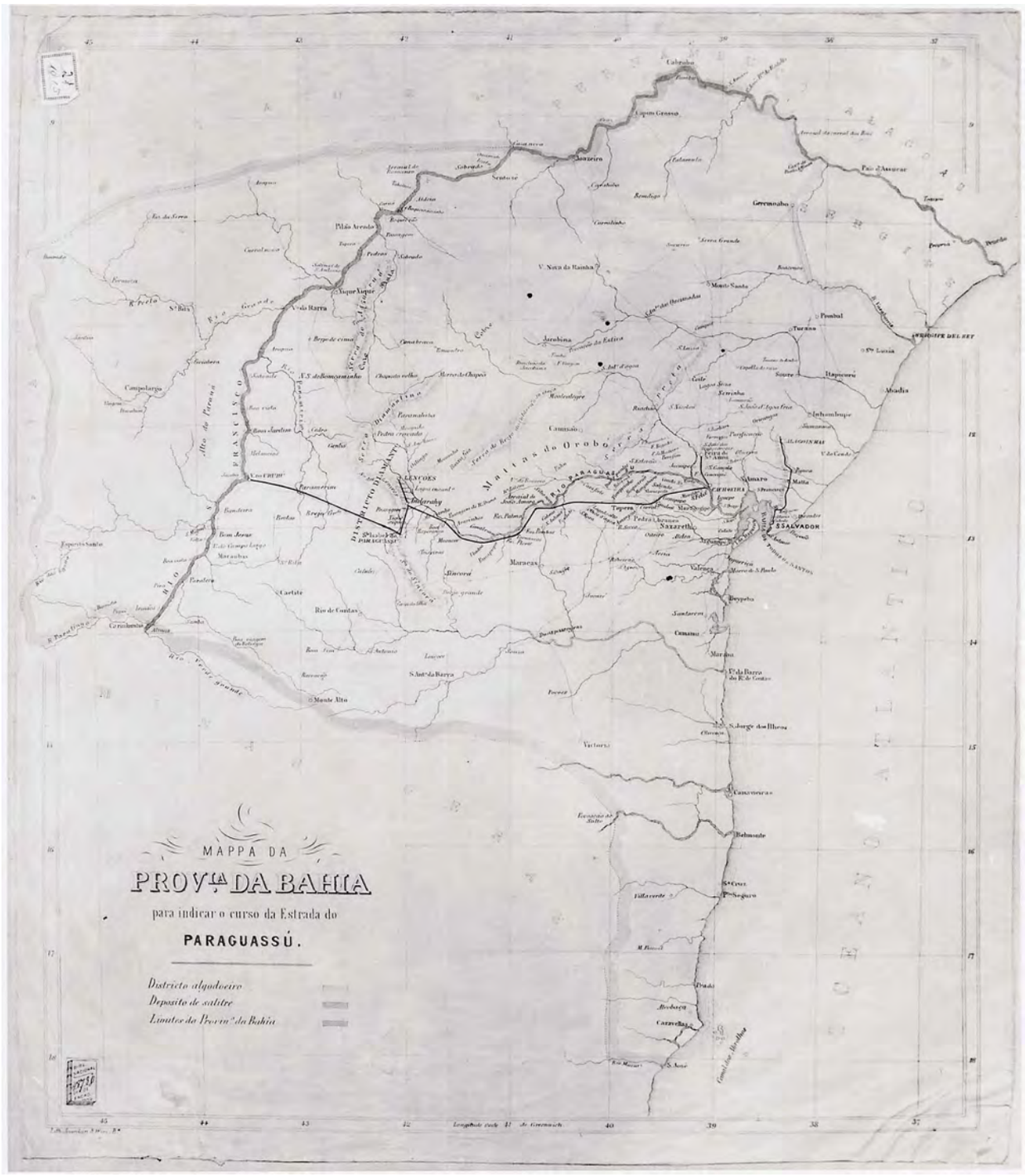
A estação de Cachoeira foi inaugurada em 1876[11] , dinamizando e consolidando a expansão da cidade em direção ao interior baiano. A antiga área do Pelourinho e do porto, até então a mais dinâmica da urbe, passou a sofrer a concorrência da área próxima à estação.

---

[11] Em 1985, houve uma tentativa da Diretoria de Patrimônio da Rede Ferroviária Federal S.A. de fazer, repetindo o êxito do Pátio Ferroviário de São João Del Rey, um Centro de Preservação da História Ferroviária da Bahia. Este Centro seria sediado em Cachoeira, por ser uma cidade tombada pelo IPHAN e por possuir uma estação ferroviária de excelente qualidade arquitetônica, com características neoclássicas, que seria reformada para abrigar o acervo e que se transformaria em mais um museu da história do transporte ferroviário. Esta tentativa, infelizmente não concretizada, mostraria a importância que teve o transporte ferroviário na vida da sociedade baiana (Ministério dos Transportes/ RFFSA/PRESERVE, 1985).

Mapa 8

PLANO PARA A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO DO PARAGUAÇU



Mapa da Província da Bahia para indicar o curso da Estrada do Paraguaçú. Acervo Biblioteca Nacional

A área comercial da cidade aos poucos se transfere para as proximidades da estação, transformando a rua da feira no grande pólo comercial de Cachoeira (ver Mapa 9, página 45).

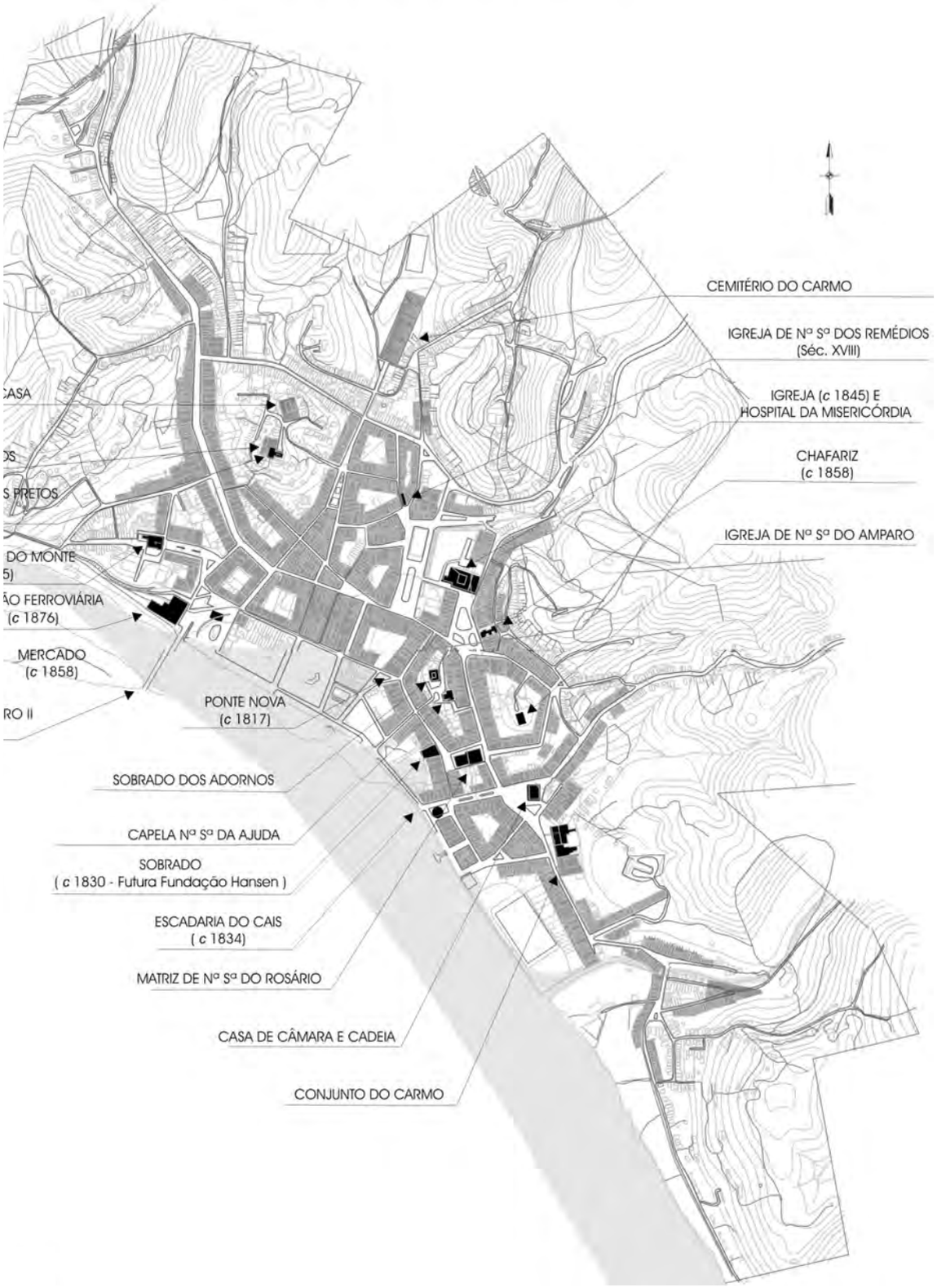
No século XIX, foi grande a mobilização das elites econômica e política cachoeiranas para a construção de uma ponte que ligasse esse sítio a São Félix, a fim de intensificar o fluxo comercial entre aqueles centros. Em 1816, foi enviado ao conde dos Arcos, governador e capitão-geral da província da Bahia, um "Requerimento da Câmara de Cachoeira", solicitando o apoio real para construção desta ponte. Este documento revela, num detalhe, a importância econômica de Cachoeira, pois ali é lembrado ao rei que devolvesse uma vultosa quantia (quarenta mil cruzados), emprestada por Cachoeira a Salvador, para que fosse reformada a Casa de Câmara e a cadeia daquela cidade. Em 1756, quando houve o terremoto de Lisboa, Cachoeira também foi convocada a participar financeiramente, de forma significativa, na reparação dos estragos causados na capital portuguesa. Deste modo, fica claro que Cachoeira era uma cidade que abrigava grandes fortunas. Havia importantes armazéns de estocagem de mercadorias naquela cidade, com produtos brasileiros e europeus, como revela o viajante Von Martius (1981). Os recursos necessários para a construção dos importantes prédios de arquitetura civil e religiosa, em Cachoeira, vieram do comércio e dos engenhos. Dentre as obras civis patrocinadas pelos comerciantes, muitas se destinavam a servir de moradia a eles e seus familiares, bem como aos agregados, como vemos no texto adiante:

> Cachoeira era residência de ricos portugueses estabelecidos com grandes escritórios de fazendas e casas de todo o gênero de negócio, para lá convergia o movimento de quase todo o comércio de Minas e deste estado, inclusive a zona do alto São Francisco, que ali vinha ter por três antigas estradas, que eram naquele tempo: a de Muritiba, seguindo pelo porto de São Félix para sudoeste até o distrito do rio das Contas e de lá para Minas Gerais, Goiás e outros pontos; a de Belém, que ligava a vila à parte sul da província e a de Capoeiruçu, que seguia em direção oeste e noroeste para a Estrada Real do Gado, por onde eram conduzidas as boiadas do Piauí. [...] Centro principal da escolha, enfardamento e manufatura do fumo, que num raio de dez léguas se cultivava, abundantemente, nos seus campos, possuía por igual desenvolvida, a indústria de mangotes, de que se fazia larga exportação para a África. [...] Era, também, Cachoeira, principal ponto de ação política de homens ilustres e cheios de amor à sua vila, onde tinham seus solares de tetos apainelados e em caixão, tendo assentado nas margens do formoso Paraguaçu e no recôncavo do Iguape seus ricos e numerosos engenhos onde mourejavam uma legião de escravos, para orgulho dos brazões e faustos dos grandes nomes que vinham da nobreza antiga da colônia e que, ainda pelo primeiro e segundo reinados, atestaram tais foros de grandeza (UFBA/IPHAN, op.cit., p.56).

O elemento histórico que caracterizou tal sítio urbano desde a sua fundação foi seu papel nuclear nos movimentos centrífugo e centrípeto dos fluxos comerciais e populacionais, já devidamente enfatizado. Este elemento também respondeu pelo próprio movimento de povoamento do país em direção ao sertão, na medida em que Cachoeira era o ponto extremo que podia ser atingido pela navegação fluvial, tendo sido, portanto, o pólo irradiador de onde partiram os diversos "caminhos" em direção ao interior. O

Mapa 9

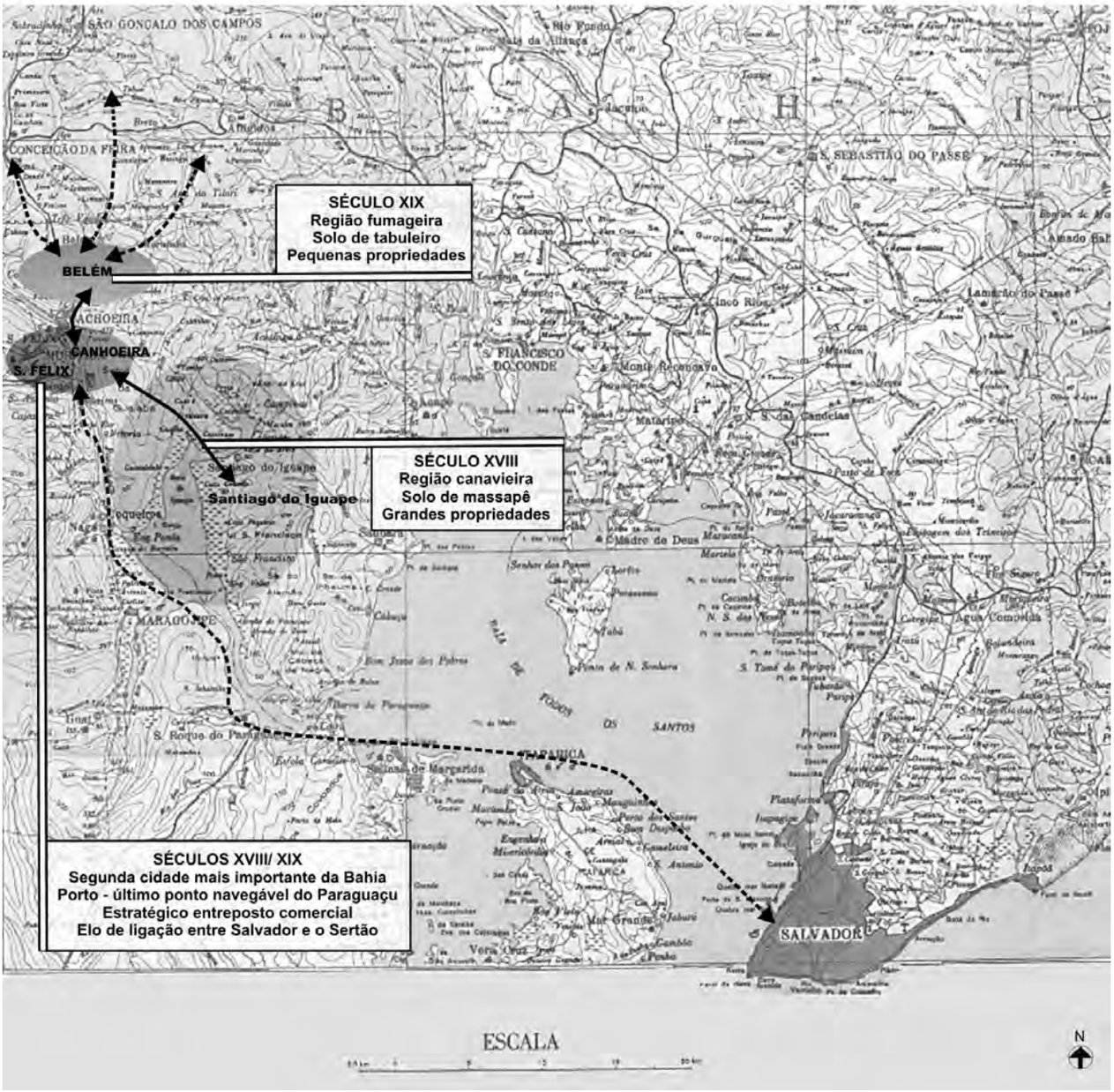
A CIDADE EM 1885
INAUGURAÇÃO DA PONTE



Esquema realizado sobre planta cadastral existente no Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro.
Rafael Winter e Beatriz Nogueira

Mapa 10

OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO



Esquema realizado sobre Carta Cartográfica do IBGE
Rafael Winter e Beatriz Nogueira

próprio arruamento da cidade estende-se na direção dos principais caminhos utilizados pelos tropeiros, sertanistas, mineiros e bandeirantes. São os caminhos de Belém, que seguem a rua da Cadeia (atual rua Benjamin Constant), e do Capoeiruçu, cujo final dava início à rua da Matriz (atual rua Ana Nery). As edificações da rua de Baixo, mais próxima ao rio, consistem majoritariamente de antigos armazéns, construídos de modo peculiar – com um andar intermediário de pequena altura entre o rés do chão e o segundo andar – para proteger as mercadorias armazenadas das súbitas enchentes do Paraguaçu, que eram conduzidas para lá. Ou seja, a conformação urbana da cidade se liga à sua função de entreposto comercial – o principal da Bahia durante o período colonial e imperial brasileiro, junto com Salvador[12]. O mapa da Figura 16 sintetiza os principais fluxos que contribuíram para a formação do território de Cachoeira durante esse período (ver Mapa 10, página 46).

A implantação da ferrovia, feita com capital e mão-de-obra qualificada (engenheiros, mestre de obras etc.) ingleses, na segunda metade do século XIX, integra entre si diversas cidades do Recôncavo e estas com Salvador, inclusive Cachoeira, beneficiada com a intensificação do intercâmbio comercial e de passageiros. A construção da ponte D. Pedro II trouxe ainda mais benefícios para a cidade. O isolamento econômico e comercial e a posterior decadência de Cachoeira consolidaram-se com a desativação da ferrovia e o uso exclusivo do transporte rodoviário no país, cuja malha excluiu definitivamente a cidade das rotas e fluxos comerciais mais importantes. Mas não foi só Cachoeira que ficou isolada da malha rodoviária principal.

O tempo da rodovia

A importância do entreposto comercial de Cachoeira ligava-se à ferrovia, meio de transporte que foi largamente substituído pelo transporte rodoviário, ainda na primeira metade do século XX. O governo Kubitscheck selou esta tendência, forjando planos de desenvolvimento calcados no tripé rodovia/petróleo/montadoras. O Brasil modernizou-se, mas algumas cidades, não abrangidas pela nova malha rodoviária, foram afetadas por estas mudanças. Cachoeira foi uma delas, e o seu isolamento no século XX contrasta com seu papel de importante entreposto comercial do estado da Bahia durante quase três séculos. Sem a tradicional serventia de porto local e situada à margem do traçado da malha rodoviária, Cachoeira perdeu sua posição de centralidade no Recôncavo Baiano. Esse fato transformou sobremaneira a dinâmica sociocultural da cidade, que desde então vem tentando se reerguer. O isolamento de Cachoeira talvez seja, no entanto, um fator de preservação de algumas práticas culturais tradicionais que lá se encontram.

Desse modo, a área da cidade que mais sofreu foi a do porto, que já havia perdido parte de sua função comercial e que também deixou de ser o elo de ligação da estrada de ferro com o rio. A área próxima à estação também perdeu importância, mas mantém uma certa dinâmica, pois centraliza o comércio local. Além disso, no período entre a construção da ponte D. Pedro II, no apogeu do transporte ferroviário e fluvial, e a abertura da rodovia, na década de 1940, a cidade se expandiu para a área da estação,

[12] Em 1763, a capital da colônia foi deslocada de Salvador para o Rio de janeiro, em conformidade com a política da Coroa de melhor fiscalizar o fluxo de metais preciosos oriundos das Minas Gerais.

com a construção de requintados edifícios em diferentes estilos arquitetônicos (ver Mapa 11, página 49).

As cidades de São Félix e Maragogipe também não foram atravessadas pelo eixo rodoviário principal, ficando à margem dos fluxos de mercadorias e pessoas que transitam pela RMS (Região Metropolitana de Salvador). O isolamento imposto a estas cidades pelo "progresso" é o elemento comum a elas. Parece ter havido um lapso de tempo durante o qual as cidades estagnaram, situação agravada pela construção da rodovia Salvador-Feira de Santana. Entretanto, a estagnação econômica não foi acompanhada de estagnação cultural.

O geógrafo Milton SANTOS, em A rede urbana do Recôncavo (1959), fixa o ano de 1940 como o marco de uma inflexão definitiva da posição de Cachoeira na hierarquia regional, sendo que os indícios dessa mudança são notados desde o final do século XIX e avançam pelo início do século XX. Fatores diversos contribuíram para esse declínio, sendo o principal deles a lenta decadência e conseqüente fim da economia açucareira. Houve também outros fatores, isolados, como a epidemia de cólera que dizimou de um quarto a um terço da população, em 1855/1856, e a Guerra do Paraguai (1870), que também respondeu pelo decréscimo substantivo de parte da população masculina em idade produtiva. Além disso, Feira de Santana se afirmava como a principal feira de gado da região desde o segundo quartel do século XIX.[13]

> O recôncavo passou, assim, a olhar para dentro, comunicando-se com Salvador, sobretudo por terra. Enquanto Cachoeira e Santo Amaro, portos debruçados sobre a água, viam restringir sua zona de influência e desciam da posição de 'capital regional' para a de 'centro local', Feira de Santana passou a comandar a maior parte das relações no mesmo território. A corrente de circulação se alterou, inúmeras linhas de navegação fluvio-marítima se extinguiram. (SANTOS, 1959, p. 24)

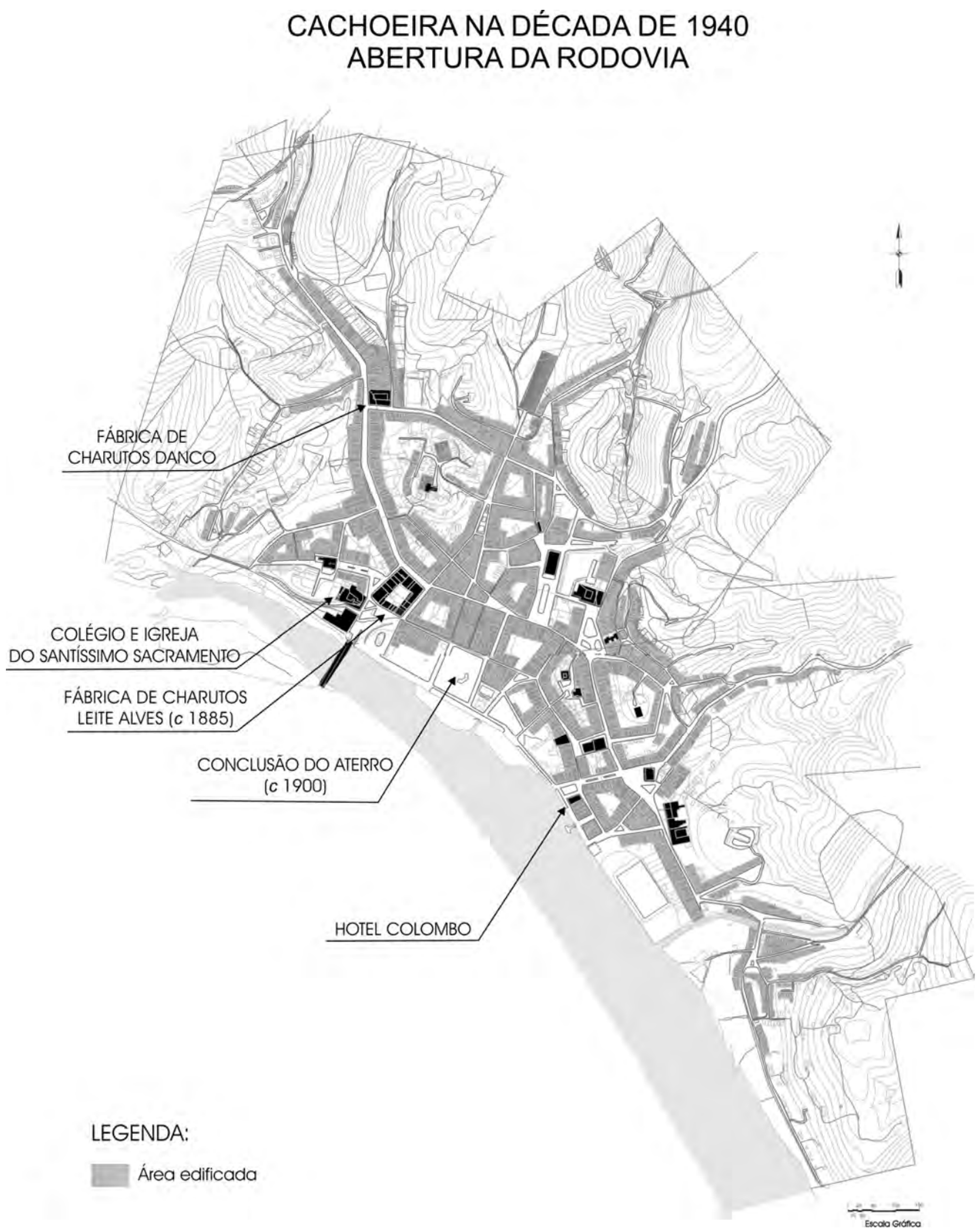
A conseqüente diminuição do fluxo de comércio e serviços da cidade foi inevitável. Os dados sobre diminuição do número de hotéis e pensões, de bombas de gasolina, de oficinas, para não falar no número de empregados, são eloqüentes.

Apesar de sua razoável malha rodoviária, ferroviária e fluvial, Cachoeira deixou de ser a cidade convergente, circulante e comercial dos séculos anteriores, perdendo sua primazia, já no século XX, para Feira de Santana. Assim, grande parte dos investimentos econômicos, a partir da década de 1960, priorizou a industrialização promovida na Região Metropolitana de Salvador (RMS), que respondia, em 2004, por 53% do PIB

---

[13] É necessário lembrar, no entanto, que a área de influência direta do poder executivo de Cachoeira já vinha diminuindo desde o século XIX, devido aos sucessivos desmembramentos aos quais o município foi submetido. Cachoeira compreendia um território que abrangia Feira de Santana (antiga Santana dos Olhos D'Água), Santa Terezinha, Castro Alves, São Gonçalo dos Campos, São Félix, Santo Estevão e Conceição da Feira. Cachoeira tinha, até 1832, cerca de 10.723 km². Perde, em 1832, Feira de Santana (2.087 km²); em 1849, Santa Terezinha (3.864 km²); em 1880, Castro Alves (2.201 km²); em 1885, São Gonçalo dos Campos (603 km²); em 1890, São Félix (540 km²); em 1921, Santo Estevão (829 km²) e, finalmente, em 1926, o domínio sobre Conceição da Feira (196 km²). A área total do município, hoje, é de cerca de 400 km². Percebemos um encolhimento de sua área de influência política a partir dos desmembramentos, conseqüência também da radical diminuição do tráfego de mercadorias e pessoas. Hoje o trânsito se dá prioritariamente com Salvador, local de trabalho de muitos cachoeiranos, que só retornam à cidade nos fins de semana. Cachoeira é uma cidade de mulheres, jovens (crianças e adolescentes) e velhos.

Mapa 11



Esquema realizado sobre planta cadastral existente no Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro.
Rafael Winter e Beatriz Nogueira

estadual, conforme dados do SEI/BA (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia).[14]

Na década de 1960, o fechamento de algumas fábricas, concomitante ao impacto da implantação do Pólo Petroquímico em Camaçari e do Centro Industrial de Aratú, fez-se sentir também na região de Cachoeira e em outros municípios, implicando o êxodo de alguns habitantes e o subemprego de outros.

No ano de 1961, a Euluz S.A. fundou, na região do Iguape, a fábrica de óleo de palma, a Opalma, numa área de 5.314,9 ha, com a finalidade de fabricar óleo de palma e seus derivados a partir de dendezeiros africanos de alto teor de produtividade e com o aproveitamento do dendê nativo, objetivando plantar 3.000 ha de dendezeiros, sendo responsável pelo plantio, colheita, processamento e comercialização de seus produtos. Entre o ano de sua fundação e o ano de 1972, a empresa absorveu 998 trabalhadores, predominantemente locais, número que foi se reduzindo na medida inversa da mecanização, chegando a 275 empregados (ORMINDO, 1976, citado por SANTANA, 2001, p. 28).

A empresa estabeleceu uma política de assistência social e educação, a comunidade dispunha de núcleo urbanizado e estradas permanentemente transitáveis, o que, em conjunto, melhorou sensivelmente a qualidade de vida da população do vale do Iguape. A produção foi mantida até a década de 1980, quando, sob a alegação da praga do "anel vermelho" que atingia os dendezeiros, a usina Opalma foi totalmente desativada. Atualmente, a área pertence e é gerida pela indústria Paranaguá, que começou por paralisar a fabrica de óleo, dizimar os dendezeiros para substituí-los pela plantação de cana, cultivada basicamente por mão-de-obra de outras regiões.

A memória oficialmente preservada nos monumentos e no sítio urbano tombados não contempla a totalidade dos grupos sociais e étnicos que ali viveram – portugueses, alemães (que se ocuparam da instalação das manufaturas de fumo), ingleses (que vieram para construção da ferrovia e da ponte D. Pedro II) e africanos.

A história escrita registra a implantação dos engenhos pelos portugueses, o intenso intercâmbio comercial que se realizava em Cachoeira, seu papel de empório entre Salvador e o sertão; registra ainda os feitos dos cachoeiranos na guerra da independência, a implantação da ferrovia etc. Contudo, permanece na tradição oral a história da chegada de negros livres, alforriados e/ou fugidos, que começavam a se estabelecer nas franjas da cidade (região da Recuada) a partir do século XIX. Note-se que antes a população negra era já superlativa, sendo largamente superior à de brancos, mas não havia negros habitando nas proximidades do centro urbano, à exceção dos escravos domésticos. Os demais negros eram invariavelmente escravos e habitavam as senzalas dos engenhos, na zona rural. A expansão urbana de Cachoeira para além do riacho Pitanga se fez no século XIX, pelo movimento de chegada da população negra. Ela passou a ocupar e a urbanizar uma parte significativa da cidade, localizada a nordeste da praça Maciel (praça do Mercado), subindo pela atual rua Cunegundes Barreto (ex-rua do Corta-Jaca, depois rua do Belchior) até a elevação denominada Bitedô – local de vantajosa visão sobre os arredores da cidade, sua zona rural e mesmo sobre o centro urbano. Este é um dado importante, pois o historiador Luiz Cláudio Dias do Nascimento supõe ter sido ali

[14] Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/pib/municipal/xls/pib_mun_regiao_1999_2004.xls>. Acesso em 9/11/2007.

o local onde se organizou um quilombo urbano. Cabe então, averiguar quais seriam os indícios dessa referência (Cf. Entrevista com Luiz Cláudio Dias do Nascimento).[15]

Não nos cabe narrar, aqui, a história das rebeliões escravas, das lutas, das fugas e da árdua conquista da liberdade. É vasta a bibliografia desse dramático capítulo da história do Brasil. Cabe-nos assinalar, porém, que desse capítulo constam a organização de redes de facilitação de fugas, de estabelecimento de quilombos urbanos e de terreiros de candomblé que representavam, ambos, a possibilidade da experiência de liberdade: os primeiros, uma liberdade real; os segundos, uma liberdade espiritual. As fugas constituíram uma das formas básicas de resistência no sistema escravista. Segundo Isabel Ferreira dos REIS (2001), as fugas "iam desde pequenas escapadelas para divertimento, para a prática religiosa, visita a parentes ou encontros amorosos, à fuga definitiva, preferencialmente um caminho sem volta, em que se buscava a construção de uma nova vida em liberdade, fosse em quilombos, fosse misturando-se com a população negra livre dos pequenos ou grandes centros urbanos" (Ibid., p. 33). Há vários relatos de fuga de escravos na região do recôncavo ocupada por Cachoeira, São Félix, Maragogipe e Santo Amaro.

Há, na tradição oral e na memória de alguns cachoeiranos, várias histórias referentes ao surgimento de um "bairro negro" nessa região da cidade (a Recuada), que representava uma fronteira com a zona rural. Esse bairro é hoje incorporado à cidade, mas não o era no século XIX, sendo considerado mesmo uma zona de fronteira. Ele se localiza na área norte-leste do centro urbano (antigas ruas do Corta-Jaca, do Galinheiro, ladeira Manuel Vitório e o Bitedô). O historiador Luiz Cláudio Dias do Nascimento, na entrevista citada anteriormente, está interessado em resgatar essa memória oral e escrever uma história da ocupação do centro urbano de Cachoeira e da rede de relações e ajudas mútuas entre os negros livres, que passaram a habitar a área da Recuada, e os escravos, habitantes da zona rural. Ele se pergunta como a população negra urbana pôde facilitar a fuga e a organização para a fuga de ex-escravos e como se estruturaram os quilombos urbanos. Segundo Luiz Cláudio, a violência que caracterizava essa área da cidade é explicada pelo estabelecimento, ali, de um quilombo urbano. Além disso, os primeiros terreiros de candomblé, dos quais um deles funciona até hoje (Zôogodo Bogum Male Seja Hundé – Roça do Ventura), foram estabelecidos por estes mesmos negros que participavam ativamente da vida da cidade, da promoção de rebeliões rurais e da vida religiosa. Em meio às casas populares térreas situadas na Recuada, encontram-se templos do culto afro-brasileiro. A simplicidade de sua construção faz com que sejam confundidos com habitações, mas sua estrutura, mais do que sua arquitetura, interessa-nos como objeto de estudo. A distribuição dos espaços internos e externos tem uma significação particular de acordo com a cerimônia que está sendo realizada; há uma integração específica do ambiente construído ao ambiente natural e, mesmo dentro da área construída, o chão de terra batida é um elemento presente.[16]

O candomblé está presente na cidade em inúmeras casas de santo, localizadas tanto na área urbana quanto rural. Não existem, em Cachoeira, ações institucionais que registrem oficialmente a religiosidade afro-brasileira.

---

[15] Entrevista realizada pelos pesquisadores Beatriz Cepelowicz, Rafael Winter e Renata Gonçalves no dia 21 de fevereiro de 2005. Listagem das entrevistas em anexo.

[16] Ver por exemplo, os processos de Tombamento do terreiro da Casa Branca (Processo 1067-T-82) e do Terreiro do Axé Opô Afonjá (Processo 1432-T-98).

O projeto "Rotas da Alforria" contou e conta com o inestimável auxílio das pesquisas feitas pelos historiadores locais, que se têm voltado para as raízes das práticas afro-brasileiras no Recôncavo Baiano. A pesquisa sobre a memória daqueles que ainda "se lembram do que ouviram falar", aliada à pesquisa documental e a conseqüente divulgação desta história é o meio privilegiado de conhecimento que a comunidade afro-descendente pode ter sobre seu passado. E esse conhecimento, por sua vez, é o meio pelo qual se pode forjar um posicionamento crítico em relação à história do grupo a que se pertence, aos modos de agir deste grupo e à própria valorização da cultura a que se pertence.

Como vimos, Cachoeira foi um centro de grande vitalidade política, econômica e social durante o período colonial e imperial. É vasto o acervo arquitetônico ali presente, reconhecido e tombado pelo IPHAN em 1971. Enquanto a cidade era construída pelo braço escravo, estes mesmos africanos e afro-descendentes também criavam suas raízes em solo brasileiro, raízes talvez menos visíveis e menos concretas na historiografia, mas não menos importantes, principalmente se pensarmos na religiosidade afro-brasileira na Bahia hoje.

Mapeamento das Referências Culturais do território de Cachoeira

Celebrações

Religiosidade

Um dos principais ordenadores das práticas culturais é a religião. Nesse sentido, o centro urbano de Cachoeira também pode ser visto como um elo, como um local de encruzilhadas e de encontros. À religião dominante do português, juntou-se a religião dos africanos. Como em outras cidades coloniais, o catolicismo imprimiu suas marcas na organização do espaço urbano de maneira bastante visível, representadas, materialmente, pelas igrejas. No entanto, ao mesmo tempo em que construíram espaços próprios para suas práticas em áreas que o poder oficial não alcançava, os grupos religiosos reprimidos, notadamente os africanos, se apropriaram dos espaços sagrados "oficiais", conferindo a estes novos sentidos. Essa re-significação não foi feita sem conflito, como o episódio de expulsão da Irmandade da Boa Morte da Capela da Ajuda pode exemplificar.[17]

Cabe, neste momento, uma discussão sobre os espaços sagrados e os atos de manifestação do sagrado. Fato apontado por COULANGES (1988) e abordado também por ROSENDAHL (1996) mostra como os primeiros grupos de Árias, originários da Ásia Central e anteriores aos gregos, itálicos e hindus, foram reunidos através do culto aos mortos e do culto ao fogo. Aquele autor mostra que o que unia essas pessoas era muito mais do que o vínculo do nascimento: elas estavam unidas pela religião. Nesse sentido,

[17] Para o conhecimento mais aprofundado da Irmandade da Boa Morte e sua história em Cachoeira, nos valemos de informações e de textos do historiador Luis Cláudio Dias do Nascimento (1998).

ainda segundo o autor, o culto aos mortos parece ter sido a crença mais antiga entre esses povos. Os mortos eram cultuados e temidos, gerando um sentimento religioso que parece ter a ancestralidade como origem comum.

ROSENDAHL (1996), por sua vez, trabalhando com a idéia de hierofania, isto é, o ato de manifestação do sagrado, mostra a importância do espaço sagrado, constituído a partir da manifestação de hierofanias no espaço, fundamental para a constituição do ato religioso. Essa manifestação de hierofanias e a construção de espaços sagrados são realizadas também em oposição a todo o espaço que os cerca. É nesse sentido que se constrói a oposição entre um espaço sagrado e um espaço profano. Segundo essa autora,

> O espaço sagrado é um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência. É por meio dos símbolos, dos mitos e dos ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade. E é o espaço sagrado, enquanto expressão do sagrado, que possibilita ao homem entrar em contato com a realidade transcendente chamada deuses, nas religiões politeístas, e Deus, nas monoteístas. (ROSENDAHL, 1996, p. 30).

O espaço sagrado é estruturado de uma maneira que a hierofania primordial, que consagra o espaço, possa se repetir, fazendo com que esse mesmo espaço sagrado se singularize e se diferencie do espaço profano. Na verdade, a oposição entre sagrado e profano é fundamental no processo de constituição e singularização dos espaços profanos, aqueles que não são dotados de uma hierofania. Na relação específica entre o sagrado e o espaço urbano, é necessário estar atento para o fato de que o sagrado deve ser visto não apenas como um aspecto da paisagem, mas como um elemento efetivo de produção do espaço.

No mundo moderno convivem cidades multifuncionais e outras especializadas, como cidades-porto, cidades universitárias etc. Dentre estas, existem também as cidades religiosas, nas quais a função religiosa se sobrepõe às demais funções: “trata-se, portanto, de cidades que possuem uma ordem espiritual predominante e marcada pela prática religiosa da peregrinação ou romaria ao lugar sagrado.” (ROSENDAHL, 1996, p. 45). São esses locais que a autora chama de hierópolis ou cidades-santuário. Nesses casos, as funções urbanas são, em muitos casos, fortemente especializadas, todas associadas à ordem sagrada. No entanto, elas podem também estar concomitantemente associadas a outras funções, como a universitária, por exemplo.



Foto: Renata Gonçalves

Festa de Obaluaê, Alto do Rosarinho, Cachoeira, 13/08/2005.

Cachoeira não constitui uma hierópolis no sentido dado por Rosendhal. Embora tenha surgido no entorno de uma capela, como tantas outras da América portuguesa, a cidade se desenvolveu por sua função de entreposto comercial. Também, como tantas outras, possuía templos, procissões e festas religiosas, mas jamais constituiu

um ponto de romaria expressivo. A atração de grandes contingentes populacionais que durante muito tempo sustentou o aglomerado urbano como a segunda cidade da Bahia foi, sobretudo, de motivação econômica.

No entanto, hoje a religião constitui um importante aspecto identitário da cidade. A Irmandade da Boa Morte vem se constituindo como uma das principais referências de Cachoeira e, durante a sua festa, no mês de agosto, uma pequena multidão de turistas brasileiros e estrangeiros, fotógrafos e cinegrafistas são atraídos para a cidade. Embora a atração dessas pessoas não constitua uma romaria tout court, o aspecto religioso é marcante. Da mesma forma, a casa da Irmandade, bem como a sua capela, são um dos marcos da cidade e um dos principais pontos de visitação de turistas que chegam a Cachoeira por diferentes razões.

A Irmandade da Boa Morte, formada por mulheres negras, representa um culto dos antepassados, da mesma forma que a antiguidade da Irmandade representa, ela mesma, a perpetuação das práticas passadas. Dessa forma, recebe a visita de diferentes grupos interessados nas suas raízes, como afro-americanos e africanos. Para alguns, trata-se apenas de uma viagem de reconhecimento das origens, mas, para outros, é também uma viagem com conotações religiosas.

Rosendahl procura sistematizar a organização espacial específica das hierópolis católicas. Desse modo, seria possível identificar três espaços diferenciados em seu interior: o espaço sagrado, o espaço profano diretamente vinculado ao sagrado e o espaço profano indiretamente vinculado. No espaço sagrado, é possível ainda identificar dois elementos fundamentais, quais sejam, o "ponto fixo" e seu entorno: "No primeiro, as formas espaciais existentes cumprem funções que estão diretamente associadas à hierofania, materializada na imagem do santo ou no objeto milagroso. O entorno possui os elementos necessários aos romeiros, viabilizando as práticas e o roteiro devocional deles" (ROSENDAHL, 1996, p. 74).

Desse modo, em Cachoeira, considerando o sincretismo característico da Irmandade da Boa Morte, os espaços sagrados seriam de diferentes ordens. Sem dúvida alguma, aqueles de maior visibilidade para alguém externo à cidade são a Casa da Irmandade e sua Capela e as igrejas da cidade. Este constitui o espaço sagrado que é dado ao conhecimento externo, aos não iniciados. No entanto, também constituem espaços sagrados importantes os terreiros de candomblé aos quais as irmãs estão ligadas. Se hoje eles não constituem mais espaços sagrados clandestinos nem totalmente fechados como outrora, também não são dados à visibilidade na Irmandade, como os espaços e práticas ligadas ao catolicismo, apesar de constituírem um fundamento da formação da própria Irmandade.



Foto: Renata Gonçalves

Procissão de Nossa Senhora da Glória, 15/08/2005.

Na cidade, durante o período da festa, os percursos das três procissões – o Cortejo Anunciando a Morte de Maria, a Procissão do Enterro de Nossa Senhora da Boa Morte e a Procissão de Nossa Senhora da Glória (Figura 20) – são reveladores dos

espaços sagrados para a Irmandade. Todas as vezes que a imagem passa diante de um marco importante, sua cabeça é virada para a frente desse marco, num sinal de apresentação da imagem e reverência ao local. Isso acontece algumas vezes na rua Ana Nery, onde estão localizadas a igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário e algumas casas de significado importante para a Irmandade[18], configurando o espaço sagrado privilegiado para a Irmandade dentro do espaço urbano de Cachoeira (ver Mapa 12, página 56).

Da mesma forma que os espaços sagrados são diferenciados, também se pode notar a reunião de diferentes significados religiosos num mesmo espaço. Esta convivência num mesmo espaço sagrado de hierofanias de diferentes religiões foi também notado por ROSENDAHL (1999). Em Cachoeira, a festa da Irmandade da Boa Morte pode ser um bom exemplo disso, uma vez que práticas do catolicismo e do candomblé aparecem lado a lado e o significado da celebração pode ser lido de diferentes maneiras: sincrético, afro-brasileiro e católico.

Propomos que a relação entre religião, cultura e espaço seja analisada através de três categorias geográficas fundamentais: forma, função e interações espaciais. Deve-se estar atento às formas espaciais nas quais o fenômeno religioso se manifesta e às formas por ele utilizadas e, da mesma maneira, às diferentes funções atribuídas a essas formas. Além disso, a interação entre as diferentes formas espaciais, entre os diferentes espaços de manifestação do sagrado devem ser incorporados à esfera de análise.

Ainda pensando as hierópolis, ROSENDAHL (1999) sugere uma classificação, segundo a função, em três tipos ideais: a) devocional; b) política; e c) turística. Cachoeira, através das celebrações da Irmandade da Boa Morte, pode ser analisada através dos aspectos religioso e turístico, uma vez que a atração exercida pela Irmandade, sobretudo durante sua festa, pode ser classificada como de origem tanto devocional como turística, embora nos pareça que haja um predomínio do aspecto turístico.

Como se pode observar, ao lado do patrimônio arquitetônico e urbanístico, legado pela elite econômica, Cachoeira possui, paralelamente, expressões culturais importantes ligadas às tradições afro-brasileiras e ao catolicismo popular festivo. Há em Cachoeira interesse em resgatar a história de centros religiosos e culturais que lá se estabeleceram a partir das práticas culturais dos afro-descendentes desde o início do século XIX, como a Irmandade da Boa Morte e inúmeros terreiros de candomblé, apontando inclusive para genealogias que chegam a seus fundadores, africanos ou crioulos.[19] Uma pesquisa sobre as origens dos primeiros candomblés de Cachoeira e suas ligações com a Irmandade da Boa Morte está sendo realizada pelo historiador supracitado.[20] Segundo ele, a fundação de alguns terreiros remonta ao ano de 1830 e possui troncos comuns com importantes terreiros de candomblé de Salvador.

---

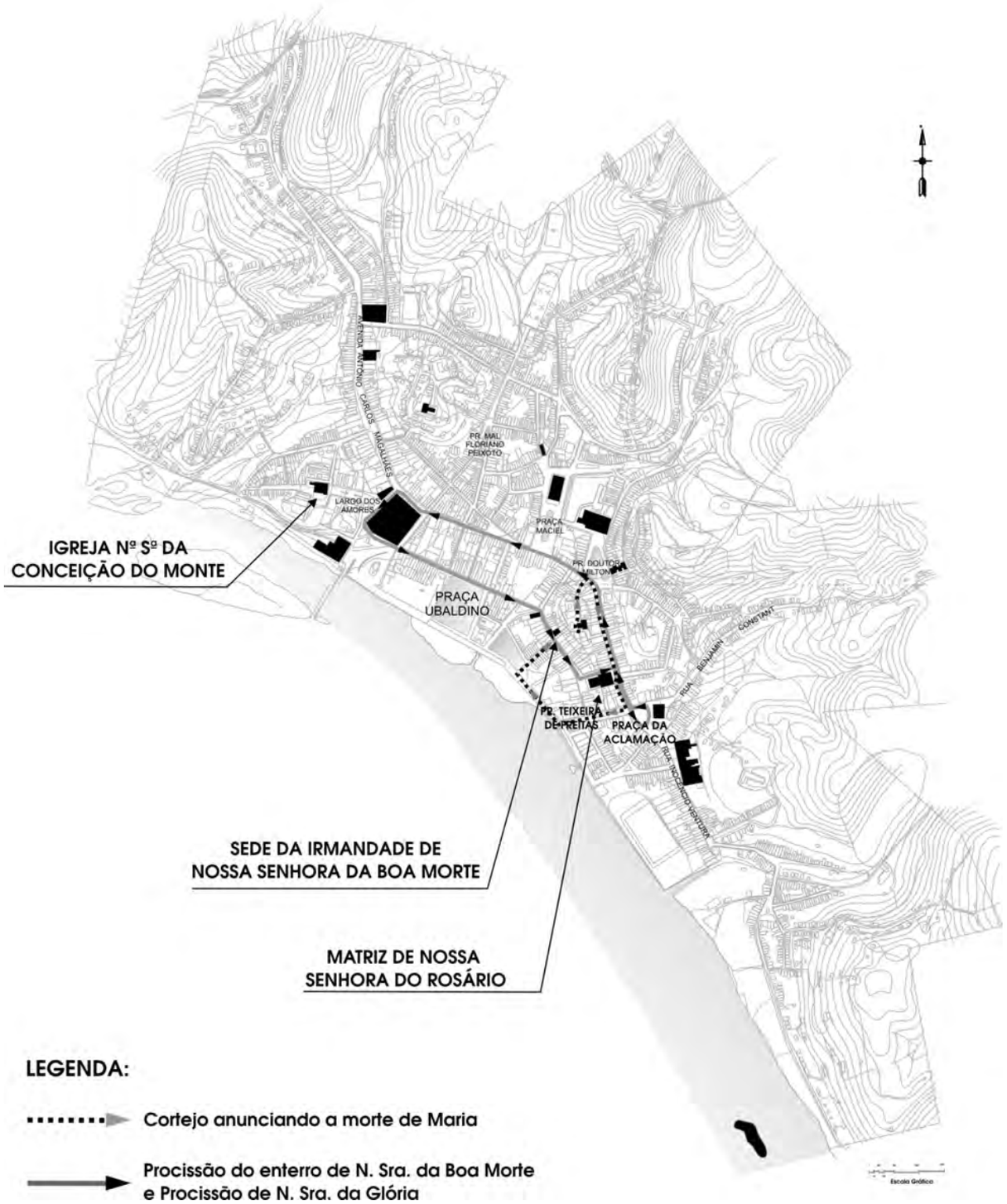
[18] Em campo, durante a festa de 2005, observamos que na procissão do segundo dia, a do Enterro de Nossa Senhora da Boa Morte, ao passar diante da rua que dá acesso à Igreja de Nossa Senhora do Monte, aqueles que levavam a imagem não fizeram nenhuma reverência ao local. Já no terceiro dia, na procissão de Nossa Senhora da Glória, a mais concorrida, ao passar em frente ao mesmo ponto, com os sinos da igreja repicando, a reverência foi feita.

[19] Ver entrevista do historiador cachoeirano Luiz Cláudio Dias do Nascimento concedida à equipe (Arquivo Central do IPHAN – Rio de Janeiro).

[20] Luiz Cláudio Dias do Nascimento nos cedeu gentilmente cópia de seu trabalho, em andamento, com o título de "Senhoras da Morte". As idéias lançadas neste relatório são de nossa inteira responsabilidade. Reiteramos, porém, que sem a generosidade e o conhecimento profundo de Cacau Nascimento sobre Cachoeira e sua história, principalmente o capítulo sobre a ocupação da cidade pelos ex-escravos e alforriados, este relatório não estaria completo.

Mapa 12

TRAJETO DAS PROCISSÕES DA FESTA DA BOA MORTE EM 2005



Esquema realizado sobre planta cadastral existente no Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro.
Rafael Winter e Beatriz Nogueira

As festas

A festa da Irmandade da Boa Morte é apenas uma dentre tantas outras, algumas de conotação religiosa, outras de caráter profano e cívico, ou ainda mesclando todas essas características, como acontece com a festa do Caboclo, realizada em 25 de junho. Sobre as festas populares, mesmo que a sua preparação dure todo o ano, a sua realização é um evento efêmero, circunscrito no tempo. Como mostra MAIA (1999), grande parte das festas fornece nova função às formas espaciais prévias de que dispõem para sua realização e, quando esta termina, tais formas voltam a desempenhar suas funções do cotidiano. No entanto, em outras, o que ocorre é o reforço da função da forma espacial preexistente, "extremando seu significado". Estão incluídas nesse último caso as festas religiosas centralizadas em igrejas, templos e terreiros, as exposições etc. Há ainda as festas que exigem formas permanentes, tal como o sambódromo do Rio de Janeiro. Mesmo que durante o resto do ano essa forma seja utilizada para outros fins, sua finalidade principal é a festa para a qual foi construída – no caso do sambódromo, o carnaval. É necessário lembrar também que, além das formas ligadas à realização da festa, existem aquelas associadas à sua preparação. Dentre elas, Maia destaca as formas associadas à produção cênica e culinária dos eventos e os espaços dos ensaios. Este autor propõe ainda cinco eixos de pesquisa eminentemente geográficos através dos quais as festas populares podem ser abordadas: 1) as territorialidades das festas populares; 2) as redes geográficas formadas pelas festas; 3) as interações espaciais; 4) as festas e(m) seu lugar; e 5) a espacialidade das festas.

O Calendário de festas de Cachoeira é extremamente rico.[21] Para esta ocasião, propomos focar as festas da Boa Morte e a Festa da Ajuda, acreditando que estas sejam os melhores exemplos para se apreender a atmosfera do que vem a constituir tais festividades. A primeira, realizada pela Irmandade da Boa Morte, é o evento que atrai o maior número de não moradores para a cidade, principalmente norte-americanos afro-descendentes, mas constitui ainda um evento relativamente fechado à população da cidade de um modo geral. Já a Festa da Ajuda é apontada por todos como a festa que tem a maior participação da população local. Dentre os eixos elencados por Maia, propomos que seja dada ênfase na territorialidade das festas populares e nas redes geográficas por ela engendradas.

É grande o número de festas populares de cunho religioso que têm lugar nessa cidade, desde o século XIX, acompanhadas de uma tradição musical importante, que vai desde o samba-de-roda até as filarmônicas locais, fundadas também no século XIX (Minerva Cachoeirana, de 1878, e Sociedade Orfeica Lira Ceciliana, de 1870). O papel das filarmônicas como horizonte de inserção social para uma significativa parte dos jovens de Cachoeira chega a ser grandioso. Essas instituições funcionam como verdadeiras escolas de educação musical, ampliando as possibilidades sociais e profissionais dos jovens cachoeiranos de qualquer classe social. Cabe reiterar, porém, que essas filarmônicas também compõem o rico quadro das manifestações de cultura popular que acontecem em Cachoeira. As duas filarmônicas "rivais" participam de todas as festas cívicas e religiosas da cidade.

As festas se caracterizam por uma complexa rede de relações que articula famílias, o governo local, o governo estadual; agrega ofícios como a confecção de roupas, adere-

[21] No Guia de Cachoeira, elaborado pela Prefeitura, encontram-se descritas as festas e demais atrativos turísticos da Cidade.

ços, objetos e comidas diversas; inter-relaciona espaços diversos, faz uso e redefine lugares onde tais festas acontecem.

O calendário festivo da cidade é marcado por muitas celebrações de porte e caráter diversos, dentre as quais se destacam a festa de Nossa Senhora da Boa Morte, em agosto, e a festa da Nossa Senhora D'Ajuda, em novembro.

As práticas culturais afro-brasileiras se mantêm tradicionalmente na cidade, havendo terreiros em funcionamento que foram fundados no século XIX. A Irmandade da Boa Morte congrega mulheres negras e se originou da luta dessas mulheres contra a escravidão. O voto pela libertação da raça negra, feito por elas a Nossa Senhora, é cumprido anualmente, há mais de cem anos, na procissão em louvor à santa. Esta festa religiosa é um dos mais gritantes exemplos do sincretismo encontrado na cidade.[22]

Já a festa mais popular de Cachoeira, que congrega a maioria da população local, é a Festa de Nossa Senhora d'Ajuda, com duração de quinze dias em novembro, e que conta com desfile de cabeçorras, charangas etc.

A Festa do Dois de Julho, que comemora a independência do Brasil e a expulsão final dos portugueses de Salvador, apesar de ser uma festa cívica, inclui uma homenagem, desde 1824, à figura do caboclo, representante da brasilidade, mas também representante dos candomblés de caboclo que existem nesta região do recôncavo e em Salvador. Isso para não falar nas centenárias filarmônicas locais, que participam ativamente de todas as festas religiosas e civis, tocando mesmo naquelas realizadas em terreiros de candomblé.

O conjunto das festas de Cachoeira está descrito abaixo:[23]

01 - Festa de Nossa Senhora D'Ajuda – 1a quinzena de novembro, composta por novenas e festas no largo da Capela D'Ajuda, com lavação da Igreja. Acontece desde 1801.

02 - Festa de Nossa Senhora da Boa Morte – de 13 a 15 de agosto. Dia 13 – abertura solene; dia 14 – procissão do esquife; dia 15 – missa e desfile com trajes especiais. Trata-se de uma das mais importantes festas de religiosidade sincrética em Cachoeira. É realizada desde o século XIX pelas irmãs da Irmandade da Boa Morte.

03 - Festa de São João – de 22 a 25 de junho.

04 - Festa da Independência – dia 25 de junho. Dia da tomada de um navio português que ameaçava atacar os brasileiros pró-Independência em 1822. O navio fora enviado para conter a rebelião da então vila de Cachoeira, mas fracassou.

05 - Festa do Porto – 2a quinzena de julho. Procissão de barcos com produtos da região, barracas para venda de produtos, samba de roda, violeiros, sanfoneiros e quadrilhas.

06 - Festa de Nossa Senhora do Rosário – 2a quinzena de outubro. Nossa Senhora do Rosário é a padroeira de Cachoeira. Nessa festa, há a participação de duas filarmônicas da cidade: Minerva Cachoeirense e Lira Ceciliana.

---

[22] Ver entrevista com D.Anália, provedora da festa de 2005, concedida à equipe (Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro).

[23] In: GUIA DE CACHOEIRA. Prefeitura de Cachoeira. BA.

07 - Festa de Santa Cecília – 2a quinzena de novembro. Lavagem da igreja Nossa Senhora de Conceição do Monte.

08 - Festa de Santa Bárbara – Iansã – 4 de dezembro – candomblé.

09 - Festa de Nossa Senhora da Conceição – 8 de dezembro.

10 - Festa do Senhor dos Passos – na Semana Santa – procissão da respectiva imagem, sediada na igreja da Ordem 3a do Carmo.

11 - Festa de São Roque – em agosto.

12 - Festa de são Cosme e Damião – 27 de setembro.

Formas de expressão

As irmandades negras[24]

Segundo o historiador João José Reis, o estudo de "instituições" como as irmandades torna-se possível devido à notável documentação que elas deixaram. Os estatutos das confrarias/irmandades, chamados compromissos, constituem uma das poucas fontes históricas da era escravista escrita por negros, ou pelo menos como expressão de sua vontade.Segundo REIS (1991, p. 11-12):

> As irmandades, aliás, produziram muita escrita. Por ironia, através da escrita, homens e mulheres egressos de culturas orais construíram suas identidades, codificaram discursos sobre a diferença, defenderam-se da arrogância dos brancos — deixaram, em síntese, testemunho de uma notável resistência cultural.

Em estudo que investiga as relações socioculturais nas irmandades de cor nas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII, SOUZA LEÃO et alli (2004, p.2) afirmam:

> O hibridismo cultural que gerou o que podemos chamar de barroco-colonial proporcionou a existência de um interesse, por parte de negros e pardos, de buscar ascender socialmente por meio do enriquecimento, da aquisição de escravos, para assim distinguirem-se das camadas mais baixas da população e se livrarem do estigma social da escravidão.

Nosso foco específico é o papel das irmandades de cor como instrumentos de inserção e resistência dos negros africanos ou afro-descendentes (crioulos), cujos valores culturais (religiosos e morais) eram predominantemente cristãos. Isso se justifica pela presença marcante, em Cachoeira, da Irmandade da Boa Morte. Além de instrumento de inserção e resistência, as irmandades também podem ser vistas como meio reprodutor do imaginário cristão dominante. Um meio um tanto refratário, é verdade, na medida

[24] João José Reis (1991) apresenta um rol de estudos destinados às irmandades negras. As chamadas irmandades de cor já foram estudadas por vários autores.

em que ele filtrava os valores culturais cristãos que lhe eram impostos através de uma malha constituída por outros valores, por sua própria visão de mundo e sua própria cultura. Mas, ainda assim, essa forma de agremiação/associação era a única que recebia o aval das autoridades, na medida em que a justificativa oficial para sua formação era a devoção a um(a) santo(a) católico(a). O historiador João José Reis chega a falar em "domesticação do espírito africano".

As irmandades eram, oficialmente, associações leigas com a finalidade de promover a devoção a um santo protetor que estabeleciam laços de assistência mútua entre irmãos e realizavam procissões e festejos de caráter lúdico, sempre relacionados, mesmo que de forma um tanto idiossincrática, ao santo de devoção. A organização social de pequenos grupos sob a forma de irmandades ou confrarias encontrou um solo fértil no Brasil colonial, pois a sociedade escravista da época se estruturava em moldes corporativos que refletiam diferenças sociais, raciais e nacionais. As irmandades revelavam esse tipo de estrutura social: havia irmandades brancas que abrigavam a "nobreza" da Colônia, os senhores de engenho, altos magistrados, grandes negociantes; havia irmandades pardas e diversas irmandades negras, que se organizavam de acordo com alianças locais entre as diversas "nações". Segundo REIS (1991, p. 13),

> [...] o principal critério de identidade dessas organizações foi a cor da pele em combinação com a nacionalidade. Assim, havia irmandades de brancos, de mulatos e de pretos. As de brancos podiam ser de portugueses ou de brasileiros. As de pretos se subdividiam nas de crioulos e africanos. Estas podiam se fracionar ainda de acordo com as etnias de origem — ou, como se dizia na época, as 'nações' — havendo as de angolanos, benguelas, jejes, nagôs etc.

A distinção étnico-nacional como lógica da estruturação social das confrarias no Brasil nos mostra que os africanos pouco inovaram, apenas seguiram a lógica predominante, numa estratégia de sobrevivência, adaptando-a às suas próprias divisões étnicas, geográficas e culturais internas. "O surpreendente é constatar quão bem eles se adaptaram e, a partir daí, criaram microestruturas de poder, conceberam estratégias de alianças, estabeleceram regras de sociabilidade, abriram canais de negociação e ativaram formas de resistência" (REIS, 1991, p. 12-13).[25]

Ainda segundo o historiador,

> [...] a Irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros — em torno de festas, assembléias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua — construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. Idealizadas pelos brancos como um mecanis-

[25] Grifos nossos. João José REIS (1991, p. 13) aponta que "termos étnicos como nagôs, angolas, jejes representavam identidades criadas pelo tráfico escravo, que envolvia grupos étnicos mais específicos oriundos da África. Os nagôs, por exemplo, pertenciam a diversos grupos iorubás que viviam em vasta região do sudoeste da atual Nigéria. No Brasil, viraram todos nagôs, identidade à qual se amoldaram sem esquecer as origens mais específicas. Na maioria das vezes as irmandades se formavam em torno das identidades africanas mais amplas, criadas na diáspora, mas havia exceções. Os nagôs do reino de Ketu, segundo a tradição, reuniam-se na igreja da Barroquinha em torno da Irmandade do Senhor dos Martírios e, mais tarde, da devoção de Nossa Senhora da Boa Morte, designação que evoca a relevância dos ritos fúnebres para seus fundadores".

> mo de domesticação do espírito africano, através de africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas (REIS, 1991, p. 13).

As irmandades, via de regra, disseminavam os valores e ritos religiosos católicos e adotavam-nos, explicitamente (batismo, confissão, matrimônio), mesmo que cultuassem, veladamente, os deuses africanos nos candomblés. Não eram, para eles, práticas religiosas/culturais excludentes. Algumas tradições resistem ao tempo precisamente através de seus rituais, cultos e cerimônias, mesmo quando são retomados fora de seu contexto original.

É no sentido de "ativação de formas de resistência" que podemos pensar as irmandades negras enquanto instrumentos de apoio velado, em vários níveis, à organização e conquista de formas de liberdade: desde assistência a fugas e motins, até a organização de festas religiosas (cortejos festivos, ritos fúnebres dos quais os negros poderiam participar), passando pela garantia aos irmãos das pompas fúnebres, tão importantes no âmbito religioso-cultural africano.

A organização de festejos foi, contudo, a forma por excelência utilizada pelas irmandades negras no sentido de abrir espaços lúdicos para o lazer e as manifestações culturais dos africanos, mesmo que isso resultasse numa forma de liberdade fugaz, momentânea, e que fosse vivida sob a égide das normas da sociedade escravista. As irmandades de cor representavam a forma possível de sociabilidade entre os negros das mais diversas etnias, oprimidos pela sociedade fortemente hierarquizada. Era desse modo que eles podiam sentir-se um pouco mais livres, construindo um mundo paralelo ao da sociedade escravista (ou interno a ela). Tais festas eram algumas das poucas oportunidades para divertimento, senão as únicas. Dessa forma, a monotonia da vida diária era quebrada mesmo que de modo fugaz. Além disso, criavam-se espaços para futuras trocas e de atração de mais irmãos para as irmandades.

REIS (1991, p. 13) situa a forma de agremiação e organização dos negros através das irmandades numa zona que ele denomina de "zona de negociação/espaço de negociação", já que, por um lado, era severa a repressão aos grupamentos negros com fins religiosos/lúdicos e, por outro lado, o que se oferecia como alternativa aos negros era a acomodação total. Entre a acomodação e a revolta era definido um espaço intermediário que configurava uma série de negociações e barganhas relacionadas à vida material, ao trabalho e aos limites da autonomia de organizações e expressões culturais negras. É sob este marco teórico-histórico que Reis aborda as irmandades religiosas negras que, segundo ele, funcionavam como sociedades de ajuda mútua:

> [...] seus associados contribuíram com jóias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência quando doentes, quando presos, quando famintos, ou quando mortos. Quando mortos porque uma das principais funções das irmandades era proporcionar aos associados funerais solenes, com acompanhamento dos irmãos vivos, sepultamento dentro das capelas e missas fúnebres (REIS, 1991, p.11).

As mulheres negras congregadas na Irmandade da Boa Morte, geralmente forras, carregavam um triplo estigma: cor, gênero e condição social de ex-escravas. Ainda assim, o meio para garantir um enterro luxuoso – ou até mesmo um sepultamento simples, porém digno e de acordo com os valores africanos – era o ingresso na Irmandade. Segun-

do o compromisso da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Martírios, a principal causa que levava as pessoas a se associarem às irmandades era a preocupação com o "bem-morrer" (PERNAMBUCO, códice 1302, 1776, citado por REIS, 1991).

A preocupação com o destino após a morte não era uma exclusividade cristã. A crença na vida além-túmulo era um elemento comum às culturas religiosas cristã e africana, ainda que pensada de forma diferenciada. Para estas culturas, a questão da ancestralidade era fundamental. As irmandades realizavam, deste modo, uma função de extrema importância ao promover ações de assistência social que se traduziam na organização de ritos fúnebres.

Algumas irmandades emprestavam dinheiro para seus associados comprarem a liberdade, embora, por falta de recursos, nenhuma delas pudesse favorecer a muitos com esse tipo de crédito. O adjunto dos marri dedicaria todo um capítulo sobre o assunto:

> [...] os congregados que forem cativos querendo libertar-se tendo o seu dinheiro e lhe faltar para o ajuste de sua alforria, fará saber ao regente para este lhe dar providências fazendo juntar aos Congregados participando-lhes da necessidade que tem o dito do dinheiro para se 1ibertar, para que o secretário fará um termo e assinará o dito pretendente com obrigação de o pagar.[26]

O papel das irmandades negras, como se vê, era complexo e dilatado, especialmente no que se referia às suas relações com os irmãos escravos. Melhor dizendo, especialmente no que se referia às suas relações com a escravidão. No que remete especificamente a Cachoeira, resta-nos apontar o caminho tomado pelo historiador cachoeirano Luiz Cláudio Dias do Nascimento, no sentido de investigar o quilombo urbano que provavelmente existiu na área da Recuada e o papel das irmãs da Boa Morte (muitas moradoras daquele lugar, bem como seu fundador, José Maria de Belchior) naquela organização.

A Irmandade da Boa Morte é uma "forma de expressão" interessante para estudo contemporâneo, por sua atual representatividade nas atividades religiosas cristãs e afro-descendentes na região, pela sua continuidade histórica, desde o século XIX até hoje, além da já citada festa organizada pelas irmãs no mês de agosto. A Irmandade da Boa Morte nos remete a temas caros às localidades estudadas, como a escravidão, o papel das mulheres negras e das irmandades negras, a religiosidade, as redes de solidariedade.

As irmandades se adaptaram e foram também veículos de um catolicismo profundamente influenciado por práticas pagãs. Na Bahia, as práticas mágicas não eram uma peculiaridade negra (MELLO e SOUZA, 1986). A idéia de celebrar bem os santos de devoção representava um investimento ritual no destino após a morte, além de tornar a vida mais segura e interessante.

Os trabalhos de Kátia MATTOSO (1990) e Maria Inês Cortês Oliveira (1988) sobre os libertos da Bahia – africanos em sua maioria – mostram a importância das irmandades em suas vidas e mortes. Segundo as autoras, entre 1790 e 1830, apenas 21,6% dos libertos e 18,5% das libertas que deixaram testamentos não pertenciam a irmandades. Muitos, por outro lado, eram membros de mais de uma, de quatro, cinco ou sete.

---

[26] Compromisso da Irmandade, apud. Souza Leão et alli, op. cit., p. 29.



Fotos: Renata Gonçalves

Procissão de Nossa Senhora da Glória, 2005.

Reis lembra que as festas e procissões religiosas eram a maneira mais comum de celebração da vida entre os antigos baianos. Por trás da produção desses eventos, estavam as irmandades que se contavam às centenas. Esse catolicismo lúdico, espetacular, seria também o principal veículo de celebração da morte. As irmandades tinham como um de seus propósitos fornecer um funeral digno a seus associados. "Nas irmandades, a solidariedade grupal se tecia da festa ao funeral" (REIS, 1991, p. 70). A produção fúnebre seguia a lógica da produção lúdica, "fazendo da morte uma festa".

A partir de 1820, a Irmandade da Boa Morte teria se expandido para a cidade de Cachoeira, local onde ainda hoje preserva seus rituais públicos e secretos (MARQUES, 2004, p. 1). As histórias desta e de outras irmandades tiveram em comum a formação de redes de solidariedade que representavam diversos grupos sociais e ocupacionais da Bahia. João José REIS (1991) destaca que "na ausência de associações propriamente de classes, as irmandades ajudavam a tecer solidariedades fundamentadas na estrutura econômica, e algumas não faziam segredo disso em seus compromissos quando exigiam, por exemplo, que seus membros possuíssem, além de adequada devoção religiosa, bastante bens materiais" (REIS, 1991, p. 53). Mas esse autor observa que o critério que mais freqüentemente regulava a entrada de membros nas confrarias não era ocupacional ou econômico, mas étnico-racial. As irmandades de africanos se subdividiam de acordo com as etnias de origem, havendo, por exemplo, as de angolanos, jejes e nagôs.



Procissão do enterro de Nossa Senhora, 2005.

A importância da Irmandade da Boa Morte na cidade de Cachoeira é inequívoca. Sua festa, além de ser a "mais antiga", é a que atrai o maior fluxo de visitantes, inclusive de estrangeiros.

As irmãs, todas senhoras acima de cinqüenta anos, são aposentadas, mas também exercem atividades em casa. Dona Anália, a provedora da festa da Irmandade no ano de 2005, diz que faz de tudo:

"eu tomo uma encomenda de acarajé, eu faço comida assim nas casas".[27] São muitas que investem na culinária e na venda na rua ou na porta de casa como meio de vida. Ela conta que "dona Estelita vendia tabuleiro no navio Paraguaçu. Tinha Paraguaçu e Porto Seguro, cada dia era um, aí ela vendia. Tinha a dona Duvilge que vendia docinho na porta, pamonha, canjica, pé-de-moleque". Os tabuleiros com acarajé e doces, que são vistos espalhados por vários pontos da cidade, são práticas antigas na região. Além disso, balas, doces, pequenas guloseimas são expostas na porta, ocupando um espaço dentro da casa, mas visível por quem passa pela rua.

Segundo dona Anália, algumas irmãs trabalham como costureiras, outras fazem e vendem acarajé. E, além disso, muitas têm suas casas de candomblé "para atender o povo". Para ela,

> Aqui [na Irmandade] é a mesma fé daqui e a do terreiro, é uma coisa que eu não posso nem falar viu, é uma coisa que eu tenho que guardar em mim mesma, é uma coisa nossa, mas é tudo uma coisa só. Eu tenho muita fé em santa Bárbara, na minha santa eu tenho muita fé quando saio da minha casa, ela me acompanha, me livro de todos males, todos os azares. Então, é minha fé. Eu sou do culto afro e vou esconder, não, eu digo 'eu sou do culto afro, eu sou uma mulher de Iansã', tenho muita fé, não tenho culpa disso... eu sou, sou da Irmandade da Boa morte, mas sou de Iansã, sou do culto afro, e me sinto muito feliz com isso. Tem muita gente que é e fica escondendo, eu não! Eu não boto na rua as minhas contas porque... mas se eu quiser botar eu boto, eu vou, me visto de baiana, eu faço o que eu quero.[28]

As relações entre o catolicismo popular e o candomblé são antigas. Configuram-se também na ocupação do espaço na cidade, que passou por mudanças, de sede e de capela, podendo expressar diferentes relações de reconhecimento e legitimação.

O preconceito em relação às irmãs negras era evidente em um passado muito recente. Dona Anália diz que

> [...] antigamente, minha filha, muitas irmãs aqui não viram discriminação, mas eu já vi! E digo com quem foi. Eu cansava de entrar nos lugares e tinha gente que chegava a mudar de cadeira, sentava assim... chegava a levantar, porque você sente quando você está numa discriminação, você sente. Você não diz nada, mas você vê, que ninguém é doido nem é cego, né. Levantava e sentava em outro banco, eu via aquilo e eu não dizia nada...

Ainda segundo esta entrevistada, a recente mudança, em 1995, da sede da Irmandade para o atual casarão próximo à Capela D'Ajuda expressa também uma nova significação dessa irmandade para a própria cidade e para visitantes brasileiros e estrangeiros:

> A coisa mudou, a coisa vem sendo mais divulgada, porque sempre a irmandade foi divulgada internacionalmente, participavam mais os americanos do que o próprio povo de Cachoeira, pessoas que vinham de vários países, mas hoje não, hoje vêm pessoas de vários países e está aqui junto da gente.[29]

---

[27] A relação das pessoas da região entrevistadas se encontra ao final deste artigo.

[28] A entrevista com dona Anália concedida à equipe encontra-se no Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

[29] Idem: entrevista com dona Anália.

As filarmônicas

A formação musical de crianças e adolescentes, ligada às filarmônicas, é uma tradição musical vigorosa que atravessou séculos e tem ainda grande representatividade na cidade de Cachoeira e São Félix, além de outras cidades do Recôncavo.

As filarmônicas são associações que agregam jovens em torno de diversos eventos na cidade de Cachoeira, tecendo uma rede ampla de relações sociais. Elas marcam e acompanham trajetórias no espaço da cidade e o caráter social e festivo de realizá-los. Funcionam como escolas de música com uma bem estruturada organização interna de aulas noturnas, ensaios e apresentações.

As duas orquestras filarmônicas da cidade de Cachoeira tiveram suas sedes no centro da cidade, junto ao teatro e à sede dos sete principais jornais e semanários, além da sede da ordem maçônica Caridade e Segredo, fundada em 1879. A Lyra Ceciliana foi

Filarmônica Lyra Ceciliana, festa da Irmandade da Boa Morte, 2005.



Fotos: Renata Gonçalves

Sede da Filarmônica Minerva Cachoeirana, 2005.



fundada em 13 de maio de 1870 e a Minerva Cachoeirana em 10 de fevereiro de 1878 (MARCELIN, 1996, p. 44). Hoje, as duas possuem sedes próprias e boas instalações.

As filarmônicas de Cachoeira cumprem um repertório de festas mais amplo do que em outras cidades do Recôncavo. No segundo semestre do ano, o calendário de festas intensifica-se. As filarmônicas estão presentes em várias procissões como a da Nossa Senhora da Boa Morte, de Nossa Senhora do Rosário, de São Cosme e São Damião, de Santa Bárbara, de Santa Cecília, de Nossa Senhora da Conceição, além dos desfiles cívicos, como a comemoração do 25 de junho, data magna de Cachoeira.

Além das festas, as filarmônicas agregam muitas pessoas em torno de eventos de natureza diversa. Estão presentes nas comemorações de associações como o Rotary Club, em comemorações civis e religiosas, atravessando todos os momentos da vida social de Cachoeira.

O depoimento de um morador de Cachoeira indica que, no começo do século XX, as viagens de navio entre cidades vizinhas promoviam passeios dançantes animados por uma das filarmônicas. Em depoimento, o senhor João da Matta disse "se ia daqui até lá dançando, brincando, satisfeito, sem o menor prejuízo nem coisas assim inúteis" (citado por RIBEIRO, 1994, p. 108).

O senhor Raimundo, atual tesoureiro da Minerva Cachoeirana, em entrevista concedida à equipe,[30] detalhou como as filarmônicas partilham, desde a sua fundação, de muitos eventos na cidade de Cachoeira e fora dela. Raimundo fala dos passeios que a filarmônica fazia, principalmente no mês de agosto na festa de Maragogipe, município vizinho de Cachoeira. Cada filarmônica fazia os passeios e vendia ingressos para os adeptos participarem da viagem. A banda e a orquestra tocavam para os passageiros dançarem até Maragogipe durante uma ou duas viagens. Chegando ao seu destino, a banda continuava a tocar, fazendo o mesmo no retorno.

Além das viagens, Raimundo também lembra outros tantos acontecimentos e festas nos quais as bandas de música tinham forte presença, como a "procissão dos navegantes". A procissão era pequena. Saía a banda, passava pela ponte e voltava para Cachoeira. Na década de 1970, acabaram os coretos que as filarmônicas faziam dentro dos festejos de 25 de junho. Havia o desfile cívico durante o dia e, à noite, os coretos. A Filarmônica Minerva Cachoeirana, durante os meses de maio e junho, ensaiava as peças de harmonias a serem executadas nos dias 25, 26 e 27 de junho. Segundo Raimundo,

> [...] existiam duas filarmônicas; aí, quando uma chegava e via a outra tocando a peça então... começava a tocar, às vezes o carro do caboclo, cabocla saía e as duas filarmônicas ficavam tocando... era uma confusão danada. Hoje não existe mais... mas era uma briga danada quando se encontravam as duas filarmônicas uma queria tocar mais que a outra, queria tocar melhor.

Para o regente da Lira Ceciliana, Orlando José Mascarenhas, "antigamente saía até briga". Os músicos da Lira não passavam na rua da Minerva, e os músicos da Minerva

[30] A entrevista com o senhor Raimundo concedida à equipe encontra-se no Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

não passavam na rua da Lira. Havia disputas musicais durante as quais os músicos se agrediam verbalmente e fisicamente e até com o próprio instrumento. Para o regente,

> Hoje em dia a relação é boa. Eu sou amigo particular do regente, mas a partir do momento que a gente veste a camisa,um quer tocar melhor do que o outro, e é isso que faz com que a filarmônica se mantenha erguida. Pois, a partir do momento em que eu toque mal, a outra filarmônica não vai se preocupar em tocar bem. Existe essa competitividade, e a gente tenta mantê-la bem, mas dentro de uma coisa saudável, [...] é uma tradição européia de filarmônica. Até em outros lugares do Brasil, se chama banda de música, não se chama filarmônica. Você vai a Minas Gerais, eles falam banda de música, eles não falam filarmônica. Os antigos ainda escreviam philarmônica com ph. Tinha toda essa tradição européia.[31]

Ainda segundo o depoimento do regente da Lira Ceciliana:

> Cachoeira é um pedaço da Europa, já que os navios embarcavam no Iguape, que é um engenho aqui perto. Os navios com negros desembarcavam no Iguape. E com esse desembarque no Iguape, vinham também livros, partituras e instrumentos da Europa. Aí, toda cultura e tradição vieram não só dos negros, mas também da Europa. Tanto que todo o instrumental da lira é francês. O antigo instrumental. A primeira filarmônica, o primeiro instrumental da lira era francês. Tranquilino Bastos tinha condições, e mandou ver na Europa, e veio junto nesses navios o instrumental da Lira.

Nas festas, existem percursos que são executados pelas filarmônicas, ora uma, ora a outra, ora ambas. A comemoração do dia 25 de junho é um exemplo. Nesse dia, há um percurso que se inicia em São Félix e atravessa a ponte até Cachoeira, sendo acompanhado por uma das bandas. E um outro percurso, realizado de Cachoeira até a Casa de Câmara e Cadeia, acompanhado da outra banda.

As festas de Nossa Senhora D'Ajuda e da Boa Morte são as que perfazem o menor percurso na cidade, ainda que seja o itinerário mais valorizado por seus participantes, pois destaca o centro urbano histórico onde se concentram as principais edificações, tais como as Igrejas da Matriz e do Complexo do Carmo e a Casa de Câmara e Cadeia. A Festa da Boa Morte saía da igreja da Matriz, subia a rua Ana Néri, chegando à rua Rui Barbosa. Passava a rua Treze de Maio, chegava à praça Teixeira de Freitas, subindo e voltando novamente pela rua Ana Néri.

Nos últimos anos, esse percurso tem se modificado. Atualmente, a procissão parte da Sede da Irmandade, desce a rua Treze de Maio, segue pela rua Teixeira de Freitas, passa pela rua 25 de Junho e, então, pela rua Ana Néri. Esse percurso maior se deve à presença do grande número de turistas que apreciam e registram, através de câmeras, todo o percurso das irmãs pelas ruas de Cachoeira. Em agosto do ano de 2005, o percurso privilegiou a passagem pela praça da Aclamação devido às filmagens da TVE Bahia.

Outras procissões fazem percursos maiores e extrapolam o circuito restrito ao centro urbano que tão bem caracterizam as festas da Boa Morte e da Ajuda. A festa de São

[31] A entrevista com Orlando José Mascarenhas concedida à equipe encontra-se no Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Cosme da Igreja Brasileira sai do alto. O percurso é longo, pois, segundo Raimundo, "a procissão do bispo da Igreja Brasileira é muito demorada e anda muito devagar". A procissão de Santa Bárbara, da Igreja da Santa Casa, acontece no dia 4 de dezembro. A Procissão do Monte, que acontece no dia 8 de dezembro, sai da igreja do Monte, passa pela rua da Feira, às vezes sobe a rua dos Artistas, segue pelo Caquende e retorna pela Sete de Setembro e Treze de Maio.

Há também festividades na zona rural: Santo Antonio de Capoeiruçu, em junho; a festa de Belém, em janeiro; Santiago do Iguape, em julho. Há a festa da Semana Santa, com três procissões: a procissão do Senhor dos Passos, do Senhor Morto e do Senhor Ressuscitado, depois da missa de aleluia. Acontecia outra procissão durante a Semana Santa, que não ocorre mais: era a procissão da Paciência com sete andores. Também havia a procissão dos Remédios, que não acontece mais atualmente.

Lugares

O conjunto edificado

No conjunto edificado de Cachoeira, podemos, com certa facilidade, identificar aquilo que alguns autores chamam de paisagem dos grupos dominantes e paisagens alternativas (COSGROVE, 1984, 1989).[32] É perceptível a diferença entre os conjuntos arquitetônicos do núcleo onde o poder estava concentrado: entre aquele delimitado pelo conjunto do Carmo, Casa de Câmara, praça Aristides Milton, praça Maciel e o rio Paraguaçu, e aqueles que compõem as áreas conhecidas como Recuada e Alto do Rosarinho, ocupadas pela população negra de ex-escravos e alforriados. Esta primeira área é aquela que melhor exemplifica a estagnação econômica da cidade. Abandonada pela elite que antes a ocupara, hoje é composta por sobrados em ruínas ou por edifícios civis que foram reapropriados para outros usos. Somente as formas ligadas ao poder instituído, isto é, a Casa de Câmara e Cadeia e as igrejas mantêm as funções originais para as quais foram construídas. No entanto, mesmo algumas destas passaram por transformações, como o Convento do Carmo, transformado em pousada. Se antes essa área representava a paisagem da cultura dominante, hoje representa uma paisagem residual, ainda para utilizar a classificação proposta por Cosgrove. Enquanto rugosidades, esses imóveis têm dificuldade para encontrar novas funções. Recentemente pode-se identificar uma tendência em adaptar tais bens ao uso, como pousadas ou similares. Entretanto, enquanto não há uma readequação do uso, esses objetos estão excluídos de um círculo de ações, por isso seu estado de ruína.

O espaço que corresponde à Recuada e ao Alto do Rosarinho continua ocupado por uma população negra. Constituído por casas em pequenos lotes, foi pouco transformado e continua exercendo a função para a qual foi construído – habitações para uma população excluída. Nessas áreas também encontramos alguns dos terreiros, espaços que marcam a religiosidade de seus ocupantes, bem como sua excentricidade em relação ao poder constituído, uma vez que este, durante muito tempo, reprimiu o seu estabeleci-

[32] COSGROVE (1989) ainda subdivide esta última em paisagens residuais, emergentes e excluídas.

Relação dos Terreiros de Candomblé de Cachoeira e de seus líderes (2005) fornecida pela Prefeitura Municipal da Cachoeira[33]		
Nome	**Responsável**	**Localização**
Zôogodo Bogum Male Seja Hundê – Roça de Ventura	Ambrósio Bispo Conceição - Boboso	Fazenda Ventura – Lagoa Encantada
Rumpame Ayono Runtó Loji	Gayacú Luiza Franquelina da Rocha	Alto da Levada- Caquende
Ilê Axé Ogodô Dei	Iyá Maria (Justo)	Rua Benjamin Constant – Ladeira da Cadeia
Ilê Axé Ota Ilê	Iya Filhinha	Três Riachos
Ilê Axé Alaketo Omim Alá	Iyá Lucia	Três Riachos
Ilê Axé Ogum Megegê	Iyá Delesi	Alto do Cucuí
Ilê Axé Xangô	Iyá Terezinha	Alto do Cucuí
Candomblé de Joãozinho da Goméia	Babalorixá Walter	Linha Velha
Terreiro de Oxossi	Iyá Cleuza	Ladeira do Alto do Cruzeiro – Pitanga
	Iyalorixá Madalena	Alto do Rosarinho
	Babalorixá Benício	Ladeira Manuel Vitório
Terreiro Nkice Macumbe Dendezeiro	Iyá Nilta Conceição	Alto da Levada
Terreiro de Iansã	Iyá Dionísia	Rua Faceira – Caquende
Ilê Ici Mimo	Babalorixá Duda	Terra Vermelha
L'Oba Nekun	Iyá Lucia de Oxalá	Terra Vermelha
Ilê Eran Opê Olowa – Viva Deus	Babalorixá Luiz Sergio Barbosa	Terra Vermelha
L'Oba Nekun Filha – D. Lira	Iyá Ledinha de Oyá	Ladeira do Monte

mento. A listagem abaixo, oferecida pela prefeitura de Cachoeira, indica a localização dos terreiros de Candomblé no município.

Há ainda uma terceira zona: a área de expansão da cidade nos século XIX e XX, ao longo da avenida atualmente denominada Antonio Carlos Magalhães e adjacências, em função da construção da ferrovia e da estação, e que hoje corresponde à área de comércio da cidade. Essa área, visivelmente a mais dinâmica da urbe, demonstra que, a despeito da propalada decadência de Cachoeira, esta não é uma cidade morta, nem mesmo do ponto de vista econômico.

O rio Paraguaçu

O rio Paraguaçu teve importância central para o trânsito de pessoas e produtos, além de ser fonte de histórias e memórias. O Paraguaçu fez nascer a cidade de Cachoeira às suas margens por ser a via que permitiu a penetração portuguesa na região, sendo Cachoeira o último ponto navegável, a partir do litoral, do Baixo Paraguaçu. O rio, que tem no

[33] A segunda etapa do projeto está realizando o mapeamento preliminar dos terreiros da região.

seu curso grandes cachoeiras, só é navegável nos 33 km que separam Cachoeira de sua desembocadura em Salvador.

A história de Cachoeira está fortemente ligada ao maior dos rios da Bahia, que nasce na Chapada Diamantina, perfazendo 664 km até se juntar ao mar, na baía de Todos os Santos. Em Cachoeira, é constante a presença do rio nas atividades econômicas e culturais da cidade, o que o torna importante referência para a configuração espacial da cidade.

O eixo fundamental da cidade, ainda no século XIX, era a "rua principal", que corria paralela ao rio no trecho compreendido entre o Caquende, o Pitanga e o início do Pasto, daí afastando-se dele na subida para o Capoeiruçu, ganhando altura e defendendo-se das enchentes do Paraguaçu. A segunda rua mais importante era a "rua de baixo". Essa era o principal centro comercial, estando muito exposta às enchentes, muitos freqüentes, ao ponto de levar à construção de novas áreas de expansão em terrenos mais altos, no decorrer do século XIX.

O rio Paraguaçu coloca em destaque a "ambigüidade" e contradição da região que vive hoje entre o esquecimento e o isolamento e, paralelamente, tem suas manifestações culturais, musicais e festivas exaltadas, ainda que essas também careçam de recursos. Representa ele próprio uma contradição histórica que se estende à região mais ampla referente ao Baixo Paraguaçu. O rio já teve uma grande importância no estado da Bahia, conectando fluxos de mercadorias, pessoas e saberes. Atualmente, presencia-se um processo de assoreamento do rio, que limita a navegação em alguns trechos e a impede definitivamente em outros. A barragem Pedra do Cavalo, construída na década de 1970 para o abastecimento de água e fornecimento de energia, gerenciado pelo grupo Votorantim, contribuiu para o controle do fluxo das águas, evitando as grandes enchentes. Mas essa mudança no regime do rio também contribuiu para uma alteração da sua salinidade, diminuindo a quantidade de mariscos e peixes. Além disso, o Paraguaçu, principalmente em seu trecho próximo a Cachoeira, sofre com o grave problema de contaminação da água, resultando no aumento de doenças tais como a esquistossomose.

Algumas entrevistas, feitas em nossa primeira viagem a campo com pescadores, tanto mais velhos como jovens, apontam para um desejo de que voltasse a haver um intenso movimento fluvial no Paraguaçu. Este desejo reflete uma compreensão, por parte de alguns habitantes, da cidade como um rico e movimentado porto de escoamento de pessoas e mercadorias.

Cabe fazer duas observações quanto ao uso do rio. A primeira refere-se ao impacto ambiental/ecológico da construção da barragem Pedra do Cavalo, sentido profundamente pelos pescadores mais velhos, que comparam a abundância da fauna antes da construção da barragem com a atual escassez.[34] Os pescadores jovens não conheceram a fartura que caracterizava a fauna do rio antes da construção da barragem, sendo, portanto, muito menos críticos em relação à sua construção. Ao contrário, lidam com a realidade pesqueira com animação e são gratos à Votorantim pelas parcas melhorias que esta empresa promoveu, como mecanismo de compensação pelo impacto ambiental negativo. Notemos, contudo, que o Paraguaçu sempre foi um rio de maré (ou uma ria).

[34] As entrevistas concedidas à equipe encontram-se no Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Em 1888, um engenheiro nomeado pelo presidente de província para estudar o rio já afirmava: "As marés se manifestam neste rio até muito acima de Cachoeira, atingindo a altura de 2,3m, observada na escala que fincamos no porto." (UFBA/IPHAN, 1979, p. 146).[35] A segunda observação refere-se ao caráter sagrado do rio Paraguaçu para o povo-de-santo da cidade de Cachoeira.[36]

Tocamos, ao falar sobre o impacto ambiental da barragem, num assunto delicado, porque aparentemente sem solução imediata. São evidentes o poder simbólico e representativo do rio Paraguaçu como marca da memória de que, por um longuíssimo período, a cidade foi integrada ao país. O rio simboliza as trocas, as chegadas e saídas. As canções sobre o "vapor de Cachoeira" ressoam estes tempos. O rio representava a riqueza, a integração, o movimento, cuja atual ausência é tão nostalgicamente lamentada.

O contraste, sentido como imensa perda, entre a antiga integração e o atual isolamento de Cachoeira em relação ao país, pode ainda ser solucionado pelo retorno à navegação fluvial, muito apontado como uma "solução mágica". Vários entrevistados comentaram sobre suas esperanças em ver o rio vivo novamente. Ananias, líder das comunidades quilombolas do vale do Iguape, por exemplo, sugere que se implemente um turismo étnico através do rio, na bacia do Iguape. Em Nagé, pescadores jovens falaram de seu desejo de que saveiros voltassem a navegar pelo rio, trazendo e levando mercadorias e pessoas.[37]

A navegabilidade do Paraguaçu encontra-se, ao que parece, comprometida (embora não irremediavelmente perdida) pelas obras da barragem Pedra do Cavalo e posterior hidrelétrica Pedra do Cavalo, executadas respectivamente pelas empresas Odebrecht e Votorantim. Trata-se de um impasse a ser resolvido, um impasse muito significativo, pois as novas bases sobre as quais a cidade poderá se reerguer e com as quais passa a se identificar são definitivamente diferentes das anteriores e não mais se assentam no comércio. Será que terão que ser inventadas? Ou já existem, precisando apenas de estímulos e incentivos? É neste quadro que faz sentido uma pesquisa sobre as principais manifestações culturais em Cachoeira, sejam manifestações mais conhecidas, sejam outras mais locais e menos "famosas", mas que se perpetuam como focos de resistência de uma identidade dos grupos que as praticam (ceramistas, charuteiras, músicos das duas filarmônicas, sambistas, pais e mães-de-santo etc.)

O Mercado

O mercado é o local por excelência das trocas econômicas e também das trocas sociais entre as localidades. O mercado e a feira que se forma ao seu redor, três vezes por semana – quarta, sexta e sábado –, são grandes elos do território de Cachoeira. É ali que

---

[35] Entrevista concedida à equipe por Pedro, pescador de Nagé e Diretor Cultural da Unidade Simplificada de Beneficiamento do Pescado, cuja sede foi patrocinada pela Votorantim a partir da reforma do antigo Yatch Club de Nagé (Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro).

[36] Entrevista com Luiz Cláudio do Nascimento concedida à equipe (Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro).

[37] Entrevista com o senhor. Ananias Viana concedida à equipe (Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro).



Foto: Renata Gonçalves

Feira vista de cima do mercado municipal, fevereiro de 2005

uma grande parte dos moradores do Iguape e de Belém da Cachoeira se encontra com os moradores do centro urbano. Nesse sentido, junto com as festas, o mercado representa um grande lócus da sociabilidade na região.

A venda na feira também representa o ganha-pão de uma parte considerável dessas populações. A venda de farinha, vinda principalmente da região de Belém, além da venda de mariscos, peixe fresco ou seco e de azeite de dendê, vindos, dentre outros lugares, do Iguape, representam, na maior parte das vezes, a única fonte de renda para essas pessoas. Propomos para a segunda fase que seja feito um estudo mais detalhado das redes que se formam a partir da feira e do mercado e de sua importância.

Nos dias em que acontece a feira no mercado, é grande o fluxo de pessoas que caminham pela cidade. Sábado é o dia de maior movimento. O número de animais e carros circulando pelas ruas se intensifica consideravelmente. Há uma maior intensidade da dinâmica social. Essa dinâmica não se restringe à população do município de Cachoeira, dizendo respeito também aos seus distritos como Belém, São Francisco do Iguape e municípios vizinhos.

Sabemos que há uma dinâmica da vida na cidade nos dias úteis, que se diferencia dos fins de semana. RIBEIRO (1994) observa que, de segunda a sexta-feira, permanecem na cidade os aposentados e os jovens em idade escolar e, nos fins de semana, muitos daqueles que trabalham nos centros próximos voltam para Cachoeira. Em uma das entrevistas realizadas pelo autor, fala-se de Cachoeira como "cidade-dormitório" (RIBEIRO, 1994, p.101). Esse ponto é interessante, pois indica que há um determinado ritmo de vida, uma determinada "temporalidade" orientada pelas relações de trabalho estabelecidas pelas pessoas de Cachoeira com o seu entorno e para além dele.

Nos distritos se concentram as pequenas propriedades com plantações de mandioca, feijão, banana e dendezeiros. É também nos distritos onde estão as casas de farinha e as casas onde se prepara o azeite de dendê. Logo, percebe-se uma preparação que antecede os dias da feira. Devemos estar atentos para os meios de transporte de mercadorias. Vimos que, em relação aos distritos de Cachoeira, é bastante utilizado o transporte de cangalhas no lombo de animais. Há alguns feirantes que vêm de carro próprio ou alugado.

Em São Francisco do Iguape, em uma sexta-feira que antecedia o dia do mercado, observamos animais e cangalhas em toda a extensão da estrada que liga tal distrito a Cachoeira. As cangalhas repletas de bananas eram colocadas lado a lado, já preparadas para o dia que se seguia – um sábado de feira. Caberia ainda investigar com mais detalhes quais são os cultivos nos arredores, verificando tanto os distritos mais próximos subordinados a Cachoeira, como também o município vizinho de São Félix.

Além dos itens acima destacados, ocorre também a comercialização de roupas, sapatos e acessórios no espaço externo do prédio do mercado municipal, em pequenas barracas com toldo de lona que se espalham por toda a praça. Faz fronteira com a rua que têm lojas de produtos diversos e a lateral do mercado. Essas mercadorias são compradas, sobretudo, em Feira de Santana, onde há algumas fábricas e confecções de roupas, e revendidas em Cachoeira. Vale investigar se há também comercialização de roupas compradas em outras localidades, como Salvador, por exemplo.

No interior do mercado, o espaço é ocupado pela exposição e venda de carnes e farinhas. O andar superior não é utilizado para a comercialização de produtos, pois lá ficam a administração do mercado, bares e dois banheiros. É, portanto, o espaço externo ao mercado que abriga a maior parte dos feirantes e sua diversidade de produtos. Há uma diversidade tanto no que se refere ao produto comercializado, como também ao tipo de barraca em que são expostos e vendidos e ao local propriamente ocupado pelo feirante e sua mercadoria. Algumas bancas com estrutura de ferro e lona circundam todo o mercado; o espaço da frente é ocupado pelas bancas que vendem condimentos, as “bolas” de maniçoba, grãos diversos, principalmente feijão e farinha. Circundando o espaço externo ao mercado no sentido horário, observa-se um maior número de bancas com estrutura mais simples ou, simplesmente, lonas estendidas no chão com pequenas quantidades de algum produto, sejam bananas, quiabo, pimentas ou frutas da época. Há também a venda de alguns objetos de barro, como panelas, frigideiras e pequenos fornos, além da confecção de cestos, roupas, peneiras e cangalhas de palha, porém em menor número.

O mercado de peixes, que fica separado do espaço mais amplo do mercado, foi reinaugurado em 13 de março de 2005, o que levou à proibição da venda nas ruas. De acordo com algumas vendedoras, nesse espaço as vendas caíram sensivelmente. No atual mercado de peixes, há maior preocupação com a condição de higiene dos produtos que antes ficavam expostos em lonas estendidas no chão das ruas adjacentes ao mercado municipal. Não há, contudo, sistema de refrigeração.

A feira também promove trocas não monetárias de pequenas quantidades de produtos, como farinha, banana ou quiabo.

Em uma das bancas há comida, que é feita e degustada na feira. Próxima ao local onde os objetos de barro ficam expostos, há uma grande mesa à qual as pessoas se sentam para comer, servidas pela cozinheira que mantém o arroz, o feijão e a carne aquecidos em grandes panelas de aço sobre os fogões de barro. A feira representa um espaço privilegia-

do de sociabilidades e afetividades, onde consumidores e vendedores das diversas localidades de Cachoeira e seu entorno se encontram não só para comprar ou vender produtos, mas também para conversarem, cultivarem as amizades, colocarem os assuntos em dia, marcarem encontros e se divertirem. A feira é certamente um local de socialização importante em Cachoeira; pois relaciona produtos e pessoas de distritos de Cachoeira, São Félix e arredores, que fazem uso do mercado e da feira como espaço de trocas diversas.

Não foram vistas apresentações musicais ou performances nesse espaço. Entretanto, havia um carro de som que divulgava uma rádio da cidade e distribuía um jornal gratuito de Cachoeira.

Ofícios

O ofício das charuteiras

Ao selecionarmos um "ofício" como o das charuteiras domésticas, que abrange atualmente alguns pequenos grupos de mulheres em Cachoeira, São Félix e Maragogipe, não queremos restringir a um determinado grupo de mulheres essa atividade, como se tal "ofício" abarcasse toda a sua vivência, e tampouco pretendemos limitar tal atividade ao que ela se configura hoje. O principal objetivo é, portanto, a partir do estudo do "ofício" das charuteiras domésticas, entender uma dinâmica social que faz sentido nos dias de hoje para a vida dessas pessoas, que as aproximam e as integram socialmente na contemporaneidade. Além disso, queremos nos remeter ao longo período em que o fumo foi o segundo produto da pauta exportadora de Cachoeira e que estabelecia outras relações de trabalho, lazer e sociabilidades distintas daquelas que se configuram hoje. E, assim, buscaremos perceber de que modo esse "ofício" vem respondendo pela configuração espacial/territorial das localidades estudadas.



Foto: Renata Gonçalves

Charuteiras na fábrica de charutos Talvis, fevereiro de 2005

As charuteiras trabalham em fábricas e também em casa. Geralmente, aprendem o ofício ensinado por mulheres charuteiras em suas redes familiares e de amizade. No Recôncavo, atualmente, a atividade de enrolar charutos e cigarrilhas é majoritariamente feminina, embora haja também mão-de-obra masculina. Há um grande número de pequenas charutarias, cuja produção é comprada pelas lojas de artigos religiosos de umbanda e candomblé ou que possuem suas próprias redes de distribuição para os mercados de Salvador, Feira de Santana, Jequié etc.

Algumas mulheres fazem charutos em casa para sustentar a casa e os filhos. As crianças, nessas famílias, desde os dez anos de idade já sabem fazer charutos. Os donos das firmas participam do quadro social da região e colaboram nas festas. Nas novenas de Santa Cecília, uma noite de reza é dirigida pelos donos das fábricas, que, em alguns casos, são escolhidos como padrinhos da santa.

As capeadeiras domésticas: geração e gênero

Joanice é casada, teve seu primeiro filho aos 17 anos e hoje, aos 35 anos, é avó. Seu marido é taxista. Eles moram em uma pequena casa próxima à área comercial da cidade. Em sua adolescência, Joanice já havia trabalhado com o cultivo do fumo, cuidando desde o broto até a colheita e secagem da folha. Relatando sua experiência nessa atividade, ela nos diz que o tempo de desenvolvimento da planta depende do solo, mas chega a ser de apenas 15 dias. As folhas escolhidas não podem estar furadas ou rasgadas. Devem estar inteiras e perfeitas. Já crescidas, as folhas são então atravessadas pelo talo por um arame longo e colocadas para secar, aquecidas pela fumaça de um fogo brando. Este processo, artesanal, difere em escala do processo industrial de esticamento e secagem das folhas que vimos na fábrica Danco, em Cruz das Almas.

Joanice é quem descreve esse processo, pois já havia trabalhado com o cultivo e secagem de folhas em uma empresa agroindustrial (agroindústria fumageira). Ela também já trabalhou em fábricas, mas prefere trabalhar em casa, pois pode paralelamente cuidar de seus netos e fazer outras atividades como a de manicure e a comercialização de “geladinhos” produzidos em sua casa e vendidos na rua por outra pessoa. O trabalho de capeamento consiste em forrar a cigarrilha já prensada com a folha de fumo, dando o acabamento final. A folha vem seca da fábrica. Ela molha (não muito), enrola, amacia, destala, corta a ponta da capa com cuidado para não cortar o fumo. A Talvis fornece a matéria-prima para que mulheres trabalhem em casa e levem as cigarrilhas semi-prontas para serem finalizadas.

Joanice aprendeu a fazer capeamento de cigarrilhas há três anos, processo ensinado por sua amiga e vizinha Carlúcia. As cigarrilhas são capeadas com a ajuda de outras pessoas da família com as quais divide o pagamento. Todas as segundas e quartas-feiras, Joanice pega na fábrica cerca de 2.500 cigarrilhas para fazer em casa. O valor pago por cigarrilha é de dois centavos. Em casa, produzem de 15.000 a 20.000 cigarrilhas por mês, o que equivale a uma remuneração entre R$ 300 e R$ 400. Não há produção de charutos em casa, apenas de cigarrilhas. Joanice não tem carteira assinada, apesar de ter entregado à fábrica cópia dos documentos para registrar. O pagamento é feito de dois em dois meses, o que não possibilita que Joanice possa contar com essa única atividade para o seu sustento. Não é a sua principal renda, pois nas palavras dela “não tem como” arcar com as despesas de casa sem a previsão de um pagamento mensal.

Por isso, prefere trabalhar em casa onde se pode investir em outros trabalhos, além da possibilidade de se produzir intensiva e exaustivamente e, com isso, ter um pagamento superior ao trabalho pago mensalmente aos funcionários da fábrica.

Segundo Joanice, existe cerca de quarenta mulheres que trabalham para a Talvis, fábrica de charutos sediada em Cachoeira. Há algum tempo, foi aberta também uma fábrica em Cruz das Almas onde trabalham mulheres que são, na maioria, de Cachoeira. Ela também diz que existem alguns homens trabalhando em casa. Em Cachoeira não se compra muito, quem compra mais são os estrangeiros.

Carlúcia vem de uma família de charuteiras. Sua mãe trabalhou na Danco, onde ela também se empregou nos últimos três anos de existência da fábrica – entre 1997 e 1999. Sua avó trabalhou na fábrica Suerdieck e sua bisavó, com charutos. Carlúcia teve o seu primeiro filho recentemente, há três meses. Ela está de licença maternidade, pois é funcionária da Talvis. Aprendeu a fazer capeamento de cigarrilhas com o antigo gerente desta firma. Trabalhou como supervisora de qualidade dos charutos e cigarrilhas entregues à fábrica pelas charuteiras domésticas. Quando o trabalho não estava bem feito, o gerente dava mais uma ou duas chances antes de dispensar a funcionária, caso o desleixo persistisse.

Cássia, outra amiga e vizinha, está aprendendo com Carlúcia a ser capeadeira. Trabalhou há seis anos na fábrica Danco, seis meses antes do seu fechamento. Ela almeja ser empregada pela Talvis com carteira assinada. Há algumas semanas, ela passou a vender refeições e bebidas no mercado. Antes, trabalhava no bar de seu marido, que fica no segundo piso do mercado, mas recentemente separou-se dele.

A mandioca e a produção da farinha

O cultivo da mandioca e a fabricação da farinha são importantes referências no território de Cachoeira. Eles criam uma rota de contato que vai desde o fabrico da farinha até a venda do produto no centro urbano de Cachoeira.

O cultivo é feito por grupos e famílias. Dona Milinha é a mais velha de quatro irmãos cuja propriedade é destinada ao plantio da mandioca, junto de outros gêneros como a laranja e a criação de algumas cabeças de gado, além da casa de farinha.

A casa de farinha tem grande importância local. Dona Milinha narra um pouco da trajetória da casa de farinha:

> É lá, acima daquele largo. Aí a gente se mudou pr'aqui, a gente nessa época tinha casa de farinha lá manual, que era a Rodete. Depois quando a gente se mudou pr'aqui, a gente trouxe o Rodete mesmo, que ralava a mão. Com a continuação, a gente passou a botar o animal pra ralar, tinha um negócio chamado "bunaneira", era o animal que ralava. Tinha um rapaz que morava em Belém, que é falecido, e que sabia fazer essa coisa, que era uma roda grande onde o animal ficava rodando e a gente ralava a mandioca. Depois que passou, apareceu motor a gasolina, a gente comprou motor a gasolina, num sei mais de quantos anos era motor a gasolina, ralava mandioca a gasolina. Agora torrava de rodo, ainda tem o rodo. Agora já fez dois anos, vai fazer três anos aí meus irmãos todos

moram na rua, quando meu pai faleceu todos ficaram dizendo que não iam fazer mais nada. Mas eu sempre fui insistente, fui insistente porque a mais velha da família sou eu. Fui insistente e disse: "Olha, num vou sair daqui, num vou terminar a casa de farinha", quando ele faleceu, a casa de farinha tinha dois fornos, era torrava rodo, era dois fornos. E eu fiquei mantendo a casa de farinha, e digo: "olha, a casa de farinha eu não termino e continua dos dois fornos". Passou, quando foi... Tinha que ser gasolina porque não tinha energia aqui. Depois quando apareceu a energia aí eu disse: "Agora que apareceu a energia, o que é que faz?". Aí quando foi um dia assim eu dormi e pensei: "Olha, eu vou chamar meus irmãos pra ver o que eles combinam", e vou botar um forno pra parar de torrar farinha à mão. Aí eles resolveram depois que meu pai tinha falecido fazia quatro anos... Fulano tá criando mais, eu tenho um irmão que cria um animal aqui há muitos anos, que é professor Ênio, muito deles no tempo do meu pai criava muitos gados, e tinha pasto. Aí eles resolveram: "Vamos dividir". Aí chamaram lá pra dividir, e eu tô aqui quieta. O que fizerem pra mim tá bom, não dei minha opinião. A opinião que eu tinha que dar, eu dei, foi eu tomar conta do meu pai por 5 anos, 6 meses e 18 dias, minha mãe faleceu e eu agüentei até o fim. Minha única opinião foi a única coisa eu tinha pra fazer. Teve pessoas que por fora disseram que eu fosse outra pessoa qualquer, tinha que dividir isso aqui, que eu tinha que exigir nem que fosse um palmo de terra a mais porque no trabalho que eu tive, que os outros não perderam um dia de ganhar um centavo, não perderam feira, não perdeu nada, e eu perdi tudo não indo a lugar nenhum tomando conta do meu pai. Eu disse não, isso aí eu não fiz pago, eu fiz por minha lei, vontade e minha obrigação, porque eu que morava dentro de casa, e não chamei pessoa nenhuma, não queria nada. Então quando dividiu cada um ficou com uma parte. Minha irmã ficou com aquela parte dali, e eu fiquei aqui, aí ele junto com aquele que chama Fernando que tem uma casa ali, e a casa lá do canto é do professor Ênio, que tem os coqueiros. Aí dividiu tudo, mas não tinha energia. Quando apareceu energia um dia, eu deitei e pensei: "Amanhã vou a Cachoeira, quando chegar em Cachoeira, vou chamar Fernando, Ênio e Silvia, vou procurar saber deles o que eles querem reunir pra colocar um forno elétrico, pra tirar o trabalho. Tudo planta roça por aqui. Professor Ênio planta, Fernando planta, Silvia planta, tudo planta roça. E quando é na hora de torrar uma farinha, eu que moro aqui é uma dificuldade: "Vem torrar uma farinha?" – "Hoje eu não posso", "Amanhã eu não posso", não sei o quê, "Torrar farinha é ruim". E quando eu fazia farinha, o trabalho mais era meu, às vezes o Fernando aceitava torrar uma farinha, ou o Ênio, e eu que tinha o trabalho pra juntar uma lenha, eu que tinha que ter o trabalho pra coisa, e aquela dificuldade. Aí não, vamos colocar um forno elétrico. Aí eu disse: "Olha, eu vou explicar pra vocês como é que é. Todo mundo tem que dar uma ajuda. Todo mundo tem roça, e todo mundo tem que fazer a farinha, mas quem mora sou eu. Uma parte divide pras três, e a outra parte é minha, porque eu que moro. Aí eles combinaram e colocaram o forno. Colocou forno e depois do forno que já tinha energia colocou um motor elétrico pra ralar mandioca que era a gasolina, tiramos o motor a gasolina pra colocar o motor elétrico.[38]

[38] Entrevista com dona. Milinha, concedida à equipe (Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro).

Dona Milinha relata que a casa de farinha, na verdade, atende a várias famílias da localidade. São muitos os que vão ao local diariamente fazer a farinha. Para usar os equipamentos da casa, ela diz que há uma taxa que "é três litros por quarto, vinte litros tem três quartos, porque uma quarta é vinte litros, então eles ficam com dezessete e dá três". Dona Milinha oferece um relato do cotidiano desse processo: "ontem mesmo o Fernando fez uma tarefa. Hoje já fizeram farinha aqui, uma parenta fez uma tarefa e foi embora. Amanhã tem um rapaz que vai torrar amanhã aqui, é pouco, mas vai torrar".

O trabalho na casa de farinha requer atenção e cuidados. Como salienta, "fui cevar uma mandioca e com a velocidade da bola a mandioca dançou, quando ela dançou, ela foi em cima do meu olho. Note esse meu olho, veja como está diferente. [...] tem uma semana, quinze dias eu não fiz, quando há oito dias teimei de fazer, então tomei uma quentura, olha só faltou eu cair na rua, pois nem falar eu podia, até pra andar eu arrastava o pé".

O trabalho requer também dedicação; "eu perco duas noites na semana, eu trabalho muito. Perco muitas noites de sono. [...]. eu trabalho em tudo. Faço beiju, dá um trabalho imenso, tem que ralar muito coco no ralo.

O relato de dona Milinha aponta a casa de farinha como um local nodal na região de Belém. Enquanto local de exercício de um oficio, ela cria uma circulação entre os mais diferentes indivíduos moradores da localidade. A farinha, junto de outros produtos feitos pelos moradores, é vendida na feira. Cria-se então um trânsito em Belém em torno da casa de farinha interligado ao centro urbano que é o ponto de venda dos produtos. A farinha coloca em circulação boa parte da rede de territorialidade cachoeirana.

Exposição Campanha "Cachoeira, quem é você?"

Como coroamento desta primeira fase da pesquisa, foi montada uma Exposição Campanha na sede do escritório técnico do IPHAN, em Cachoeira. A Exposição "Cachoeira, quem é você?" procurou apresentar um mapeamento preliminar das referências culturais do território cachoeirano, realizado nesta primeira etapa de desenvolvimento do projeto "Rotas da alforria".

A exposição foi composta por um conjunto de painéis com textos, mapas e imagens que compunham uma narrativa sobre o desenvolvimento histórico daquele sítio urbano. Este conjunto tinha por intenção retratar as práticas culturais do território de Cachoeira, além de um painel interativo, onde a população pôde deixar comentários, sugestões, histórias, receitas, desenhos, fotos, enfim, qualquer registro que desejasse. A exposição contou ainda com um grupo de monitores, oriundos da localidade, que atuaram como facilitadores dos processos mediativos.

Os painéis seguiram o roteiro que pode ser visualizado no Quadro a seguir:

A exposição foi inaugurada em 10 de agosto de 2005 e atraiu um público amplo, oriundo dos mais variados locais, como pode ser visualizado no relato de um dos monitores que trabalharam na exposição:

> A abertura da exposição campanha foi realizada no dia 10 de Agosto de 2005, às 11 h. A abertura foi ótima, com vários visitantes, inclusive pessoas de outras localidades, como de Salvador, Feira

de Santana, Itália, França, Espanha, Inglaterra e outros países. Tivemos a presença dos pesquisadores do IPHAN, que já se encontravam na cidade para a organização da exposição.

No momento da abertura, as pessoas ficavam impressionadas com todo aquele trabalho, durante o dia foram cerca de quinhentas pessoas, a maioria eram turistas.

No decorrer do dia, só aconteceram coisas boas, muitas pessoa ficavam curiosas, faziam muitas perguntas sobre a exposição, e nós monitores procurávamos tirar todas as suas dúvidas.

Devido a todo esse trabalho, só tive boas impressões, pois tivemos a oportunidade de conhecer pessoas novas, conhecer a cultura das outras pessoas e principalmente comparar essa cultura com a nossa (Dinailton Ribeiro, relato de monitoria).[39]

Painéis da exposição				
Painel 1	**Painel 2**	**Painel 3**	**Painel 4**	**Painel 5**
Território/Espaço Conteúdo: -Mapa do território -Fotos de lugares (rio Paraguaçu) - Texto sobre o presente	**Território/ Tempo** Conteúdo: - Mapas cadastrais (evolução) - Fotos antigas - Texto histórico	**Território/ Referências culturais** Conteúdo: - Mapas com legendas das referências culturais + fotos	**Território/ Referências culturais** "Onde todos se encontram" Conteúdo: - Lugares MERCADO MUNICIPAL + IGREJAS e TERREIROS	**Território – "a cidade é o nosso próprio movimento"** "Juntem-se ao projeto" Conteúdo: - Fotos do trabalho de campo + trabalho no arquivo - intervenção do público

A grande repercussão da exposição e seus resultados positivos ficaram expressos pelo número de visitantes, 1.296 assinaturas nos livros de visitas em apenas dez dias, e pelo interesse despertado pelas escolas locais. Ratifica este dado o relato de um outro monitor que diz: "Esta única monitoria foi de suma importância para mim. Eu aprendi muito com a exposição e aconteceram momentos marcantes" (Palloma Braga, relato de monitoria).

Além disso, o IPHAN foi procurado por pessoas ligadas às escolas e à prefeitura para que a exposição permanecesse por mais tempo na cidade, talvez em caráter permanente, o que acabou por acontecer, a partir de solicitação do responsável pelo escritório técnico do IPHAN em Cachoeira. Alguns painéis foram refeitos para retirar o caráter provisório da exposição que permanecerá montada até a conclusão do projeto, cuja segunda etapa foi iniciada em outubro de 2007.

[39] Ao fim do período previsto da exposição, cada monitor preparou um relato de sua experiência (Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro).



Foto: Renata Gonçalves

Exposição Campanha "Cachoeira, quem é você?"



Fotos: Rafael Winter Ribeiro

Baianas do Samba de Roda Suerdick e estudantes visitam a Exposição Campanha "Cachoeira, quem é você?"



Atividades realizadas pela equipe (janeiro a agosto de 2005)
Atividades
1 – Levantamento bibliográfico, complementando a primeira fase do INBI-SU, realizado nos meses de junho a agosto de 2002. Bibliotecas pesquisadas: Noronha Santos (IPHAN), Biblioteca Nacional, do CEAO (Centro de Estudos Afro-Orientais - UFBA), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, Instituto de Geociências da UFBA, IBGE, PPGG (Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRJ), PPGAS (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFRJ); - Leitura e confecção de fichas bibliográficas; - Delimitação teórico-metodológica; - Preenchimento dos formulários do INRC da Etapa Preliminar;
2 – Levantamento de dissertações e teses sobre temas afins (Cachoeira, Recôncavo Baiano, Escravidão, cultura afro-descendente, quilombos e quilombolas etc.); - Leitura e embasamento para proposta de trabalho de campo e delimitação do tema; - Elaboração de textos com ênfases antropológica, arqueológica, geográfica e histórica;
3 – Levantamento de fontes arquivísticas e iconográficas no Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro; - Confecção de fichas arquivísticas;
4 – Levantamento cartográfico e de dados socioeconômicos do IBGE; - Geração em Estacarte de mapas a partir de dados socioeconômicos do IBGE;
5- Trabalho de campo em Cachoeira de 18 a 25 de fevereiro de 2005 - Percurso a pé e de carro pelo centro urbano e áreas de ocupação de ex-escravos em Cachoeira e na região quilombola do Iguape; - Percurso pelo rio Paraguaçu até o Engenho Vitória; - Reconhecimento de municípios vizinhos (São Félix, Maragogipe e Santo Amaro); - Reuniões com as equipes da COPEDOC, CNFCP, 7a Superintendência Regional e representante do escritório técnico de Cachoeira; - Participação na 2a reunião dos sambadores do Recôncavo, realizada no campus da UEFS em Santo Amaro; - Mapeamento preliminar de referências culturais; - Entrevistas com pesquisadores locais; - Contatos com membros da população local, vinculados aos bens culturais levantados (bandas filarmônicas; manifestações de dança e música afro-descendentes, como o samba-de-roda e a esmola cantada; artesanato em cerâmica; produção de farinha; mercado e feira municipal; produção de cigarrilhas e charutos; pesca). - Realização de entrevistas e agendamento de futuros encontros para o segundo trabalho de campo; - Contatos e entrevistas com membros das instituições locais (prefeitura municipal de Cachoeira e São Félix, LEAA – Laboratório de Etnomusicologia e Antropologia Aplicada, Irmandade da Boa Morte); - Fotografias documentando as práticas culturais e os espaços onde ocorrem;

Atividades
6 – Reunião com a Fundação Palmares – (Sra. Miriam Caetana – Brasília); - Contato com o representante das comunidades quilombolas da bacia do Iguape (Ananias Nery Viana);
7- Reuniões pós-campo - Relatório técnico de campo;
8 – Revisão e legendagem das fotos; - 1a versão do arquivo de imagens;
9 – Sistematização das notas de campo, cotejando com os levantamentos realizados em fontes bibliográficas; - Produção de quatro textos individualizados com ênfases diferenciadas (História, Geografia, Antropologia e Arqueologia);
10 – Transcrição das entrevistas; - Arquivos de depoimentos e entrevistas transcritos;
11 – Realização de grupos de discussão; - Proposta de delimitação da área e seleção de bens culturais a serem identificados; - Diagrama da rede de relações entre os bens inventariados, o território e os lugares;
12 – Reuniões em conjunto com a Copedoc e o CNFCP; Preparação da exposição campanha em Cachoeira;
13 – Segundo trabalho de campo em Cachoeira, de 17 a 26 de maio de 2005; - Revisão e mapeamento das referências culturais relacionadas na primeira viagem a campo, considerando nossa proposta de delimitação territorial; - Visita às comunidades quilombolas do Caonge, Calembá e Engenho da Ponte, localizadas no Iguape; - Visita acompanhada ao Arquivo Municipal de Cachoeira; - Contato pessoal com o representante das comunidades quilombolas da Bacia do Iguape junto à Fundação Palmares; - Aprofundamento de pesquisa na região do Iguape; - Entrevistas em profundidade com moradores do Iguape, Engenho Vitória e Belém de Cachoeira, capeadeiras domésticas, dirigentes e músicos das bandas filarmônicas, feirantes, administradores municipais; - Fotografias complementando a documentação das práticas culturais iniciadas no primeiro campo; - Mapeamento preliminar do uso do solo urbano; - Estreitamento de parcerias estabelecidas no primeiro campo (Prefeitura Municipal, pesquisadores locais e alguns feirantes e produtores); - Inserção de um jovem cachoeirano ligado ao LEAA na nossa pesquisa;
14 – Reuniões pós-campo; - Relatório técnico de campo;

Atividades
15 – Revisão e legendagem das fotos; - Alimentação do arquivo de imagens;
16 – Transcrição das entrevistas; - Alimentação do arquivo de depoimentos e entrevistas transcritas;
17 – Sistematização das notas de campo, cotejando com os levantamentos realizados em fontes bibliográficas e os textos já produzidos; - Revisão dos quatro textos individualizados com ênfases diferenciadas (História, Geografia, Antropologia e Arqueologia); - Revisão do diagrama de relações entre as práticas e o território; - Revisão e produção de mapeamentos;
18 – Reuniões com a equipe do CNFCP para montagem da Exposição Campanha na sede do escritório técnico em Cachoeira; - Planejamento conjunto dos conteúdos a serem apresentados na exposição;
19 – Reuniões internas da equipe Copedoc com arquiteta contratada; - Programação visual e produção da exposição: mapeamentos, seleção de fotos, textos, diagramas;
20 – Terceiro trabalho de campo em Cachoeira, 8 a 16 de agosto; - equipe de pesquisadores Copedoc e CNFCP, coordenação e diretoria da Copedoc e equipe do Arquivo Noronha Santos; - Montagem e instalação da Exposição- Campanha com a equipe do CNFCP; - Inauguração da Exposição em 10 de agosto; - Contato estabelecido entre a equipe do Arquivo Noronha Santos e o responsável pelo Arquivo Municipal de Cachoeira; - Complementação das informações obtidas nos campos anteriores;
21 – Realização de grupos de discussão. - Revisão e complementação dos formulários do INRC – etapa preliminar; - Delimitação da área e seleção de bens culturais a serem investigados e inventariados; - Texto analítico final integrando as experiências; - Relatório final.

Informações adicionais sobre as entrevistas realizadas

Campo I (18 a 25 de fevereiro de 2005):

1 – Entrevista com gerente de produção da fábrica de charutos Talvis – Antonio José Gomes da Silva (Tonho).

Tema: história da fábrica Talvis, principais fornecedores de fumo enfardado, tipos diferenciados de produtos, destino da produção, processo produtivo na fábrica e fora dela (charuteiras domésticas).

2 – Entrevista com vendedora de farinha no mercado municipal – Dona Dalvinha.

Tema: inserção no mercado municipal, cotidiano da atividade comercial, tipos diferenciados de farinhas, origem das farinhas, informações sobre o cultivo e moagem da mandioca. Através desta entrevista, estabelecemos contato com a família do marido de Dalvinha (Fernando Soares do Santos), que habita há várias gerações na região de Belém de Cachoeira e lá cultiva mandioca e mantém uma casa de farinha.

3 – Entrevista com a mais velha ceramista de Coqueiros (distrito do município de Maragogipe) e vice-presidente da Associação de Ceramistas local– Ricardina Pereira da Silva (dona Cadu).

Tema: história de sua iniciação profissional/artesanal, tipos principais de peças confeccionadas, processo de trabalho (individual) e queima (coletiva) das peças, principal destino/mercado consumidor dos produtos, papel do rio Paraguaçu no transporte da matéria prima, informações sobre a Associação de Ceramistas local (financiamento da construção da sede pela Votorantim, organização interna etc.).

4 – Entrevista com antigo pescador de Coqueiros – seu Antonio.

Tema: informações gerais sobre a atividade da pesca naquela região, impacto da construção da barragem Pedra do Cavalo, na década de 1970, sobre a fauna aquática, conseqüências daquele impacto na atividade pesqueira, papel da colônia de pescadores de Maragogipe na vida social dos pescadores.

5 – Entrevista com o diretor e o vice-diretor da nova Unidade Simplificada de Beneficiamento do Pescado, em Nagé (distrito de Maragogipe) – Fredson Marques de Souza (Preto) e Albino Souza Matheó (Juninho).

Tema: informações sobre a situação atual da atividade de pesca e beneficiamento (defumação) do camarão, financiamento da construção da sede pela Votorantim, organização interna, atividades culturais propostas pela nova Associação.

6 – Entrevista com antigas moradoras de Nagé – Áurea Sales Ribeiro (Iaiá), Jaide Barbosa e Judite Barbosa de Morais (Zuzú).

Tema: Preto e Juninho nos conduziram a estas senhoras pelo fato de elas terem participado de festas que aconteciam em Nagé e ainda saberem cantar algumas canções de antigos ternos. Elas cantaram, e conversamos com elas e com Preto e Juninho sobre a retomada de antigas tradições, objetivo do diretor e vice-diretor do novo centro cultural de Nagé.

7 – Entrevista com a gerente e sub-gerente da manufatura de charutos Matheó, em Nagé – Salvelina Santana Matheó (Leninha) e Lenivalda Santana Matheó (Leni).

Tema: história daquela fábrica familiar, origem do fumo enfardado, tipos de charutos e cigarrilhas produzidas, processo de produção com a utilização maciça de charuteiras domésticas (somente duas embaladoras trabalhavam na sede), planos de ampliação da sede e mudanças no regime de trabalho das charuteiras, destino da produção.

8 – Entrevista com produtora de farinha de Belém (distrito de Cachoeira) – Domília (dona Milinha).

Tema: história da família em Belém – dona Milinha é cunhada de dona Dalvinha (entrevista 2) -, cultivo da terra, principais produtos cultivados, uso de eletricidade na casa

de farinha, aluguel do maquinário para agricultores pobres de roça de mandioca, organização do trabalho entre cultivo, produção de farinha e venda no mercado.

9 – Entrevista com secretários de Cultura e de Educação de São Félix e Cachoeira – Adelmira dos Santos Rodrigues (professora Dedeu – secretária municipal de Educação de S. Félix), Jorge Luiz de Souza Rodrigues (diretor de casa de cultura Américo Simas, em São Félix), Perivaldo Costa Pinto Júnior (Júnior – coordenador de projetos da secretaria de Educação de são Félix), Alex Kaorner Simões (Professor Alex – secretário municipal de Educação e Desporto de Cachoeira), Cleydson Sá Barreto do Rosário (Keu – assistente do secretário de Turismo e Cultura, Antonio Morais, em Cachoeira)

Tema: informações sobre projetos culturais, de educação e turismo nas duas cidades, informações mais detalhadas sobre a educação em Cachoeira e em particular sobre situação das escolas na região do Iguape (distrito de Cachoeira).

10 – Entrevista com a provedora da festa de 2005 da Irmandade da Boa Morte - dona Anália.

Tema: História da irmandade, trajetória de dona Anália na irmandade desde sua entrada como "irmã de bolsa" até a função atual de provedora da festa de 2005.

11 – Entrevista com diretor da banda filarmônica Lira Ceciliana – Raimundo Alberto Ferreira de Cerqueira.

Tema: história da banda filarmônica, desde sua fundação (1870), composição social dos músicos (histórica e atualmente), funcionamento rotineiro (escolinha, ensaios, apresentações etc.), papel social da filarmônica em Cachoeira.

12 – Entrevista com o historiador e pesquisador Luiz Cláudio do Nascimento.

Tema: pesquisas já realizadas por este historiador sobre temas importantes da história de Cachoeira e do Recôncavo, principalmente aqueles ligados ao papel dos afro-descendentes na ocupação do centro urbano e as ligações deste território urbano com as zonas rurais (engenhos Vitória e do Iguape).

Campo II (17 a 26 de maio de 2005):

13 – Entrevista com vendedora de farinha no mercado municipal – dona Dalvinha.

Tema: retomar contato com Dalvinha, fonte importante para a pesquisa, na região de Belém. Informações mais pessoais sobre a história da família de seu marido naquela região e sobre a passagem do cultivo de fumo para o de roça de mandioca, na primeira metade do século XX.

14 – Entrevista com funcionário da prefeitura (secretaria do Meio Ambiente) – Henio Soares dos Santos (professor Henio).

Tema: professor Henio também é cunhado de dona Dalvinha (entrevistas 2 e 13) e falou sobre a história de sua família, agricultores em Belém. Falou da transição do cultivo de fumo para mandioca e da nova situação de plantio de fumo, desenvolvido por grandes fazendeiros e não mais por pequenos proprietários.

15- Entrevista com administrador do mercado municipal de Cachoeira – Carlos Antonio Ribeiro (Carlinhos Mau).

Tema: papel do administrador, tipo de mercadorias ali vendidas, organização do mercado, composição social e origem dos feirantes, origem dos diversos grupos de mercadorias.

16 – Entrevista com o secretário de Turismo e Cultura da prefeitura de Cachoeira – Antonio Morais.

Tema: principais festas e eventos da cidade, locais e percursos das festas e procissões, organização da cidade para eventos de grande porte (São João, Boa Morte).

17- Entrevista com a musicista da banda filarmônica Lira Ceciliana – Paloma Braga Lopes.

Tema: história pessoal da musicista, estímulos para permanecer na banda desde criança, importância desta atividade nos planos de vida, papel da família.

18 – Entrevista com o regente da banda filarmônica Lira Ceciliana – Orlando José da Fonseca Mascarenhas (Zé Cotia).

Tema: organização da rotina de estudos da banda, principais festas em que a banda comparece, itinerário/percurso em cada festa.

19 – Entrevista com o regente, o tesoureiro e um antigo músico da banda filarmônica Minerva Cachoeirana – Felisberto José da Silva, Raimundo Vanderlei Oliveira e Valter Sebastião do Rosário.

Tema: história da banda filarmônica desde seu início (1878), história pessoal de cada um dentro da banda, organização das atividades da escola de música, dificuldades e estímulos para a continuidade desta atividade, perspectivas para o futuro.

20 – Entrevista com representante das comunidades quilombolas da região do Iguape junto à Fundação Palmares – Ananias Nery Viana

Tema: situação das dez comunidades quilombolas que representa (Caonge, Calembá, Dendê, Calolé, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Embiara, Engenho Vitória, Caibongo Velho, Tombo, Engenho da Salamina); atividades de subsistência da população e atividades culturais organizadas por Ananias (grupos de dança e teatro).

21 – Entrevista com a orientadora espiritual do terreiro do Caonge – Iguape – Gilvane Viana (Vanda).

Tema: situação da escola do Caonge e a religiosidade no lugar.

22 – Entrevista com moradores de três comunidades quilombolas do Iguape – Caonge, Calembá e Engenho da Ponte (vários).

Tema: cotidiano da população moradora das comunidades, suas dificuldades e seu modo de vida, festas e tradições culturais mais antigas dos lugares.

23 – Entrevista com o morador mais antigo do engenho Vitória – seu Raimundo.

Tema: história do engenho no século XX, processo de decadência da localidade, resistência em sair dali, mesmo com ofertas dos filhos para morar em Salvador ou Cachoeira.

24 – Entrevista com o filho de seu Raimundo, Roberto de Sousa Vieira, que mora em Cachoeira.

Tema: obras de recuperação do engenho Vitória na década de 1980, informações sobre antigas edificações na localidade, como olaria, capela, aqueduto, senzala.

25 – Entrevista com moradora antiga do engenho Vitória – dona Elza Cupertino.

Tema: período áureo do engenho, atividades e locais antes vigentes (olaria, casa de festas, capela), hoje inexistentes, oportunidades de trabalho anterior e atualmente.

26 – Entrevista com charuteiras domésticas – Joanice de Jesus Juliano (Nego), Carlúcia Bastos Sena e Cássia Pereira Carvalho.

Tema: antigüidade e tradição familiar nesta atividade, relação com as manufaturas/fábricas, opção pelo trabalho em casa, importância anterior e atual da atividade na cidade.

Campo III (8 a 16 de agosto/2005):

27 – Entrevista com Celisia – gerente de produção dos fumais da DANCO em Cruz das Almas.

Tema: processo produtivo da folha do tabaco para capa de charutos e cigarrilhas, desde a semeadura até a secagem final.

28 – Entrevista com Carlos Daniel Schmidt – gerente de produção da DANCO.

Tema: relação da empresa com os pequenos agricultores, e a entrada da empresa em Belém de Cachoeira com uma extensa área de plantio.

29 – Entrevista com mulheres produtoras de farinha e derivados em casa de farinha comunitária em Tupim/Belém.

Tema: o uso comunal da casa de farinha, o destino da produção, perspectiva de vida das entrevistadas.

30 – Entrevista com Aurelino Francisco, presidente da Associação Comunitária do Tabuleiro da Vitória.

Tema: participação daquela comunidade no grupo de comunidades quilombolas do Iguape.

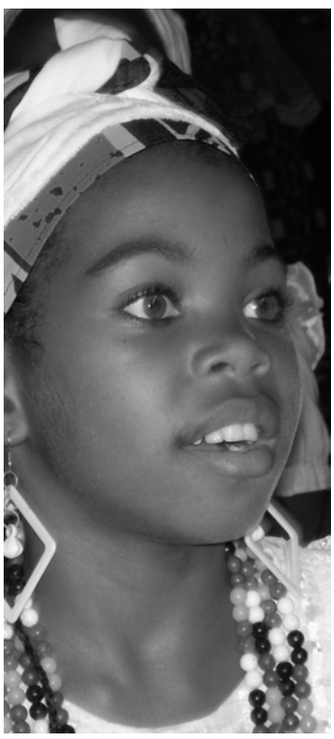
Renata de Sá Gonçalves

Os quilombos do Iguape – para pensar os limites étnico e territorial

Este texto é produto de uma sistematização realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2006 com foco no estudo das comunidades que se auto-reconhecem como quilombolas da região do Vale do Iguape, localizado no município de Cachoeira, na Bahia.

Essa breve pesquisa deu continuidade à etapa de levantamento preliminar realizada de janeiro a agosto de 2005 no âmbito do Projeto Rotas da Alforria.

Na etapa realizada em 2005, surgiu a necessidade de aprofundamento da temática das comunidades afro-descendentes habitantes do distrito do Iguape, no município de Cachoeira, na Bahia. Naquele momento, foram feitas duas visitas de campo realizadas pela equipe que contava com uma antropóloga, uma historiadora e um geógrafo. Na ocasião foram feitas quatro entrevistas com moradores da região e com Ananias Viana, coordenador do Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape, órgão ao qual estavam associadas muitas de comunidades. No início de 2006, foram levantados dados junto aos órgãos envolvidos com a certificação dessas comunidades, principalmente a Fundação Palmares, e o INCRA.[40]



A tentativa de estabelecer definições e limites para o tratamento das ações afirmativas e de reconhecimento das comunidades afro-descendentes vem ganhando centralidade nos últimos anos para as políticas públicas, para pesquisas em diferentes campos do conhecimento e requer constante atualização.

O alcance deste texto, entretanto, se restringe a uma contextualização das questões suscitadas a partir do processo de reconhecimento das comunidades do Iguape tal como apresentado no ano de 2005. Essa questão nos levou a estudar o tema a partir das comunidades quilombolas em estudos antropológicos e jurídicos em articulação com as políticas de reconhecimento e de preservação de seu patrimônio.

---

[40] Ver anexos no fim do texto.

Apresentando o contexto

O vale do Iguape com 130 km², corresponde a 1/3 do território do município de Cachoeira, que tem 398,6 km². Segundo os dados informados pelo portal do Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia,[41] essa região tornou-se Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape, ocupando uma área de 8.117 ha de mata atlântica a partir do decreto federal de 11 de agosto de 2000.

O historiador Luís Cláudio NASCIMENTO (2005)[42] em estudo sobre a região, afirma que as rebeliões escravas no Recôncavo Baiano foram freqüentes na freguesia de Santiago do Iguape, zona açucareira de Cachoeira, a mais importante vila baiana. De 1814 até 1828, pelo menos seis rebeliões aconteceram nesse território. Tais rebeliões exigiram a mobilização de grandes contingentes policiais e de gente armada para conter centenas de africanos de vários engenhos que, em conjunto, incendiaram canaviais, assassinaram feitores, saquearam casas-grandes. Nascimento indica que, em 23 de abril de 1831, os escravos de vila de Cachoeira e do distrito de Santiago do Iguape continuavam promovendo rebeliões em conjunto.

Segundo dados levantados pelo historiador, havia na região de Santiago do Iguape, no século XIX, em torno de cinqüenta engenhos espalhados em uma área de aproximadamente 130 km². Os engenhos, entretanto, não eram grandes latifúndios, o que significa dizer que casas-grandes, senzalas e canaviais ficavam muito próximos uns dos outros. Essa proximidade facilitava a interação entre escravos, principalmente africanos, não só no convívio cotidiano e nos momentos de celebrações festivas, mas também e principalmente nos momentos de conflitos.

Ainda, segundo os dados de NASCIMENTO (2005), com exceção de duas rebeliões que aconteceram na vila de Cachoeira em 1828, as rebeliões anteriores, de 1814, 1826, 1827 foram deflagradas por africanos dos engenhos da Ponte, Vitória, Buraco, Moinho, Conceição, Novo, Desterro e Guaíba. Esses engenhos – e ainda outros a eles contíguos – os engenhos Calolé, Cruz, Calembá, Cabonha, Santo Antonio do Açu (Engenhoca) e Rosário – eram os mais importantes do Iguape. Além de contíguos, juntos eles perfaziam uma área de 43 mil ha (43 km²), isto é, representava um pouco mais de 1/3 da área total do Iguape. Ao considerar que a média da população de um engenho era de 100 negros para 6 brancos e mulatos, a população escrava dos treze engenhos acima citados somava em torno de 1.300 indivíduos, o que correspondia a 1/3 da população escrava da freguesia de Santiago do Iguape em 1835, que era, segundo Reis, de 3.982 indivíduos, sendo que desse total, 2.115 eram africanos.

NASCIMENTO (2005) indica a constância e a intensidade de rebeliões que aconteceram na primeira metade do século XIX. Essa época foi de importantes acordos diplomáticos em torno da supressão do tráfico. A sua posterior ilegalidade, o fluxo e o refluxo de africanos entre a Bahia e o golfo do Benin são alguns dos fatores que, segundo o historiador, definem esse período como especialmente fértil para a construção de um projeto consciente de instauração de identidades africanas no Brasil.

* * *

[41] http://www.seia.ba.gov.br/

[42] Agradeço ao historiador cachoeirano Luiz Cláudio Nascimento por disponibilizar um artigo ainda não publicado sobre as revoltas de escravos na região do Iguape à equipe.

Na contemporaneidade, os limites étnicos para a definição de identidades negras vêm sendo debatidos na antropologia que se constituiu como um campo de interlocução importante para a formulação de políticas públicas para as populações que se auto-intitulam afro-descendentes. A temática sobre a afro-descendência e a questão racial orientam muitos debates atuais e têm alcances distintos. As ações vão desde as ações afirmativas, como a política de cotas para negros nas universidades, por exemplo, até a demarcação de terras quilombolas. Cabe aqui contextualizar o segundo tema.

A perspectiva dos antropólogos reunidos no Grupo de Trabalho da ABA[43] sobre Terra de Quilombo, em 1994, é expressa em documento que estabelece alguns parâmetros da atuação no campo. De acordo com esse documento:

> [...] o termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo 'ressemantizado' para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. [...] Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (O´DWYER, 2002, p. 18).

O texto constitucional não evoca apenas uma "identidade histórica" que pode ser assumida e acionada na forma da lei. Segundo o texto, é preciso, sobretudo, que "esses sujeitos históricos presumíveis existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra que, por direito, deverá ser em seu nome titulada". Assim, qualquer evocação do passado deve corresponder a uma forma atual de existência. Tal aspecto presencial, focalizado pela legislação, tem levado os antropólogos a seguir um princípio básico: "fazer o reconhecimento teórico e encontrar o lugar conceitual do passado no presente" (O´DWYER, 2002, p. 14)

Para o antropólogo Fredrik BARTH (2000), a persistência dos limites entre os grupos sociais deixa de ser colocada em termos dos conteúdos culturais que encerram e definem suas diferenças. Assim, o problema da contrastividade cultural passa a não depender mais de um observador externo que contabilize as diferenças ditas objetivas, mas unicamente dos "sinais diacríticos", isto é, das diferenças que os próprios atores sociais consideram significativas. Em vez de emitir uma opinião preconcebida sobre os fatores sociais e culturais que definem a existência de limites, é preciso levar em conta as diferenças consideradas significativas para os membros dos grupos étnicos, como adverte Barth.

Pode-se alegar que a definição das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos como grupos étnicos atributivos dá margem a manipulações da identidade étni-

[43] O envolvimento da Associação Brasileira de Antropologia com o debate, conceituação e intervenção sobre as comunidades remanescentes de quilombos tem sua primeira ação formalizada com a institucionalização, em 1994, do Grupo de Trabalho Terras de Quilombo que se ampliou em 1996 com a criação da Comissão de Terras de Quilombos. A finalidade da comissão era organizar e planejar as ações da ABA com relação a esse tema, bem como assessorar a diretoria em ações externas que exigissem contato com órgãos do Judiciário e do Ministério Público, garantindo o cumprimento das recomendações constantes em laudos de antropólogos-peritos nos processos de reconhecimento e demarcação desses territórios.

ca pelos atores sociais. É assim que os laudos antropológicos ou relatórios de identificação sobre as comunidades negras rurais não podem prescindir do conceito de grupo étnico com todas as suas implicações. O limite étnico que define o grupo deve passar, portanto, a contar igualmente com a sua concomitante territorial.

Em pesquisas nas comunidades negras rurais, os antropólogos se depararam com situações em que a categoria quilombo como objeto simbólico representa um interesse diferenciado para os diversos sujeitos históricos. Em termos gerais, em relação à territorialidade dos grupos étnicos remanescentes de quilombo, a literatura sobre o tema aponta que a noção de etnicidade emerge em um contexto tipicamente conflituoso de contato com a sociedade nacional mais ampla. A idéia de um território fixo, delimitado, é, por sua vez, esboçada no interior do grupo étnico quando este se vê compelido, pelas frentes de expansão ou por setores politicamente influentes, interessados em suas terras, a ordená-las e demarcá-las. A esse procedimento, O'Dwyer classificou como 'processo de territorialização'. Desse modo, a própria noção de quilombo deve ser reconhecida como "modo de conhecimento", fundado numa experiência histórica específica e usado segundo critérios de validade próprios ao grupo.

Os trabalhos que vêm sendo apresentados por antropólogos a partir de finais da década de 1990 partem do pressuposto de que, se é verdade que a comunidade não prescinde de uma base territorial, isso não significa que os seus limites sejam dados a partir dela. Pelo contrário, a própria delimitação espacial de uma comunidade existe enquanto materialização de limites dados a partir de relações sociais. As discussões sobre o tema giram em torno da dificuldade em identificar os limites de um bem imaterial, ou seja, além de especificar quais são os valores culturais, históricos, simbólicos que o tornam especialmente qualificado e merecedor de tombamento, como delimitá-lo territorialmente? Como preservá-lo? E, por fim, qual é o papel dos inventários nesses casos?[44]

Os limites jurídicos para a preservação do patrimônio das comunidades quilombolas

Considerando que muitas das comunidades quilombolas – onde pode haver vestígios materiais dos antigos quilombos – são carentes de recursos, vivendo em condições precárias, como conciliar a responsabilidade criada pela lei de tombamento com a melhoria da qualidade de vida dessas mesmas comunidades?

Guilherme MENDONÇA (2005)[45] apresenta um estudo sobre os limites e alcance da legislação ligada ao patrimônio e que serve atualmente como referência à preservação da cultura quilombola. O decreto-lei 25/37 não garante a propriedade dos

[44] Em curso no IPHAN, há diversos tipos de inventários que seguem propósitos e metodologias diversificadas: o inventário nacional de bens móveis e integrados – INBMI, o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados – INBI-SU e o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. [45] Guilherme Mendonça foi bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN da turma de 2005 e produziu dois relatórios que tratam da questão jurídica na prática de preservação e tombamento de quilombos.

bens tombados, razão pela qual se pode afirmar que o tombamento das comunidades remanescentes de quilombos não irá assegurar a propriedade coletiva das terras que ocupam. A regulamentação do art. 68 do ADCT se dá pelo decreto 4887/03 que não alude ao tombamento. O autor alerta que mesmo que prevalecesse a interpretação extensiva do tombamento dos novos quilombos, este tombamento não seria favorável para a comunidade, que é viva e dinâmica por excelência, uma vez que o ato traz consigo seus efeitos legais, dispostos no art. 17 do diploma que o regulamenta:

> Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem sem prévia autorização do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de 50% do dano causado.

Na argumentação de MENDONÇA (2005), se fosse aplicado o decreto-lei 25/37 haveria um conflito entre direitos fundamentais: o direito a existência digna e o direito à memória. Para a resolução deste conflito, deve-se aplicar a teoria da ponderação dos interesses, que prega a prevalência do interesse que, no caso concreto, seria aquele que mais observe o princípio da dignidade da pessoa humana, no entanto, sem afastar completamente o outro interesse. Este princípio daria coerência e unificaria todos os demais, servindo de cânone interpretativo.

Como demonstra o autor, até o momento, nenhum quilombo foi tombado nos termos do parágrafo 5º do artigo 216 da Constituição. O único tombamento desse tipo feito após a promulgação da Constituição foi o quilombo do Ambrósio, em Ibiá, Minas Gerais. Entretanto, este foi inscrito nos livros do tombo usando os antigos critérios de avaliação de valor histórico e arqueológico, pois é certamente um caso de valor excepcional nos sítios arqueológicos nacionais.

Mendonça enfatiza o fato de que é necessário encontrar uma forma de atuação que concilie as determinações legais com a valorização e a proteção dos antigos quilombos, pois independentemente da solução adotada, esta terá repercussões, não só na forma como o Instituto age, como também na forma como a própria sociedade vê esses quilombos. Com essa preocupação em mente, a atual direção do IPHAN estabeleceu um projeto de estudos para a normatização dos tombamentos de quilombos, visando a aplicação do dispositivo constitucional.

Há algumas décadas, órgãos da área da cultura, da educação e do patrimônio já atuavam de modo difuso na preservação do patrimônio cultural afro-descendente. O IPHAN havia tombado alguns bens materiais visando a preservação da "cultura afro-descendente" no Brasil, como foi o caso da serra da Barriga onde se erguera o quilombo dos Palmares. A serra foi inscrita nos livros do tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1986. No entanto, somente após a Constituição de 1988 este assunto tomou dimensão de política pública, inclusive com a criação da Fundação Cultural Palmares, junto ao Ministério da Cultura.

A partir daquele momento, foram instituídas então novas "linhas de frente", criando obrigações legais do Estado para ação mais ativa e eficaz nesse âmbito. Dois pontos do texto constitucional determinam de modo explícito que o Estado trate a questão dos afro-descendentes. O art. 68, do ato das disposições constitucionais transitórias (ADCT), determina que: "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado

emitir-lhes os títulos". No texto constitucional propriamente dito, no capítulo "Da Cultura", foi decidido que "ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos" (parágrafo 5o, art. 216). Essas determinações consolidaram no Ministério da Cultura a necessidade de priorizar a questão da preservação da memória do período da escravidão. As duas instituições do Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares e IPHAN, passaram então a refletir e atuar com mais profundidade sobre o assunto.

O artigo 68 das disposições transitórias trabalha claramente com grupos – comunidades – o que permitiu uma abordagem visando a valorização de grupos discriminados, em uma ação afirmativa de compensação de "dívidas históricas". O critério de "auto-reconhecimento", em que os grupos declaram-se como descendentes de quilombolas, regulamentado juridicamente pelo decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, foi o parâmetro adotado para identificação das comunidades e conseqüente obtenção da posse da terra. O parâmetro da auto-atribuição da condição de afro-descendente não se restringe à questão quilombola. É tema de intensos debates, inclusive no que se refere às cotas para negros nas universidades e empresas. Portanto, toca em aspectos da construção de etnicidades e do modo como nos pensamos como nação.

Dessa forma, já há mais de duas mil comunidades identificadas como descendentes de quilombos, não havendo a relação exclusiva ou direta com grupos formados por descendentes de escravos fugidos e resistentes à escravidão. Entre essas comunidades, há muitas formadas por descendentes de escravos libertos (pelo censo de 1872, quase metade da população livre do Brasil era "de cor") e também muitas comunidades formadas após 1888, quando já não havia escravidão e, portanto, não havia mais quilombos – pelo menos tal como se entendia o conceito no período da escravidão.[46]

Há no IPHAN alguns estudos de tombamento em andamento. Contudo, ao IPHAN não cabe propriamente a questão da titulação da propriedade das terras, que fica a cargo do INCRA, mas cabe cumprir o determinado no § 5o do art. 216 da Constituição, referente aos "documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos". Considerando que o tombamento é um instrumento legal que só pode ser usado em bens materiais, não tendo aplicação em relação a "comunidades", a conceituação de "quilombos" adotada pelo decreto 4.887 [47] – a autodefinição das

[46] Essas categorias não se encontram estabilizadas no IPHAN, que tem instalado um debate acerca dos limites das suas responsabilidades constitucionais e do seu âmbito de ação para formulação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural dos grupos afro-descendentes formadores da sociedade brasileira.

[47] Na Constituição há uma distinção clara entre os objetos tratados pelo art. 68 do ADTC e pelo §5o do art. 216: o primeiro trata das comunidades "irmanadas por uma mesma herança cultural e histórica". Essas comunidades são formadas por pessoas que se localizam em um espaço geográfico também material. Contudo, elas transcendem essas limitações – a comunidade remanescente de quilombolas deve ter existido desde muito antes de qualquer de seus membros ter nascido e presumivelmente continuará a existir por muitas gerações. Ao mesmo tempo, não há nenhuma exigência de vinculação da comunidade a determinado espaço geográfico ocupado por ela no período da escravidão. Já a abordagem do segundo dispositivo constitucional, além de sofrer das restrições legais do instrumento usado para o tombamento – o decreto-lei 25/37 –, deve obedecer a critérios que divergem da questão das comunidades. O § 5o do art. 216 foi bem específico, tratando dos antigos quilombos colocando, portanto, uma dimensão cronológica no assunto, dimensão que não está presente no art. 68. Além disso, o artigo trata de objetos materiais, já que os bens protegidos são os documentos e sítios. Portanto há uma diferença básica nas coisas tratadas, assim como na forma como deverão ser abordadas.

comunidades – deve ser repensada. Considerando que os objetos a serem trabalhados na preservação da memória dos grupos que resistiram à escravidão são diferentes, há que se levar em conta a redefinição do termo quilombo, do decreto 4.887 e, principalmente, as conseqüências de um eventual tombamento para as comunidades. Como demonstra Mendonça, além dos problemas inerentes à aplicação de uma nova medida, para a qual ainda não há experiência na Instituição, há uma profunda mudança conceitual que deve ser levada em consideração.

MENDONÇA (2005) nos traz a interessante caracterização proposta pelo historiador doutor Carlos Eugênio Líbano Soares.[48] As "comunidades remanescentes de quilombos ou quilombos históricos" seriam aquelas formadas por descendentes de escravos negros fugidos até 13 de maio de 1888 como forma de resistência ao regime escravista. São os quilombos em sentido estrito. Já as "comunidades remanescentes de senzalas" seriam aquelas comunidades formadas por descendentes de escravos negros que habitavam as senzalas na época de escravidão e que, com a abolição, foram beneficiários de doação das terras ou que permaneceram nelas, ou ainda, aquelas comunidades criadas por negros libertos. Sabe-se que muitos senhores de escravos doaram suas fazendas aos negros ou abandonaram as terras em virtude do declínio econômico de suas atividades nas diversas crises econômicas. Os "novos ou modernos quilombos" são aquelas comunidades formadas após a abolição e que se auto-denominam como quilombos, no sentido ressemantizado do termo.

A comunidade Kalunga, localizada no nordeste de Goiás na região dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, é um exemplo de comunidade remanescente de quilombo. A comunidade Flexal, no município de Mirinzal no Maranhão, é um bom exemplo de comunidade remanescente de senzala. Essa última foi formada a partir de escravos que habitavam a senzala e escravos libertos que possuíam um relacionamento amigável com os senhores de escravos, inclusive sabe-se que a comunidade estava localizada a menos de 100 metros da casa grande.[49] Há outros exemplos dessa proximidade, como a Comunidade Campinho da Independência, em Paraty-RJ; o Quilombo de Ivanporanduva e as demais comunidades no vale da Ribeira em São Paulo. O quilombo da família Silva em Porto Alegre foi conhecido como o primeiro quilombo urbano do país.

Logo, os terreiros de candomblé, segundo os termos jurídicos (MENDONÇA, 2005) também podem ser considerados quilombos, desde que assim se reconheçam, por se enquadrarem no conceito de remanescentes de comunidades de quilombo previsto no decreto 4887/03.

Essa mudança conceitual em que a noção de quilombo se expandiu e ganhou contornos muito diversos vem sendo tema de discussão fervorosa nas mais diversas áreas do conhecimento, dentro e fora da academia, junto aos grupos sociais e junto aos órgãos responsáveis pela formulação e gestão de políticas públicas, dentre os quais o próprio IPHAN.

---

[48] Em entrevista informal realizada em 2005 no Departamento de Patrimônio Material do IPHAN, a convite do historiador Adler Homero, citada por MENDONÇA (2005).

[49] Cf. SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos. Proteção jurídica da diversidade biológica e cultural. São Paulo: Petrópolis, 2005, p.172. O processo de tombamento n.1352-T-95 é referente à comunidade de Frechal, no município de Mirinzal do Maranhão.

Construindo a noção de quilombo: o caso do Iguape

Em 2004 e 2005, assistiu-se à demanda de comunidades que se auto-reconhecem como remanescentes de quilombos na região do Iguape. Esse é um caso exemplar, com características muito próprias, que merece estudo mais aprofundado. Os pedidos de reconhecimento e certificação como remanescente de quilombos pela Fundação Palmares foram enviados, no decorrer daqueles dois anos, assinados por Ananias Viana[50] (coordenador executivo do Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape – CECVI) e Luiz Antonio Costa Araújo (núcleo de projeto do Centro de Estudo Pesquisa e Ação Sociocultural). Aos documentos necessários para o encaminhamento dos processos foi anexado um manifesto intitulado "requerimento dos núcleos rurais que compõe a comunidade e ou território quilombola do Vale e Bacia do Iguape no Município de Cachoeira – Bahia". Os processos são:[51]

– Caimbongo Velho, município de Cachoeira (publicado no DOU de 10 de dezembro de 2004, seção 1 folha 8, através da portaria nº 35, de 6 de dezembro de 2004)

– Dendê/Engenho da Praia/Engenho da Ponte/Calemba/Caonge, município de Praia Grande (publicado no DOU de 10 de dezembro de 2004, seção 1 folha 8, através da portaria nº 35, de 6 de dezembro de 2004)

– Engenho da Vitória, município de Cachoeira (publicado no DOU de 10 de dezembro de 2004, seção 1 folha 8, através da portaria nº 35, de 6 de dezembro de 2004)

– Engenho Novo do Vale do Iguape, localizada no município de Cachoeira, estado da Bahia (publicado no DOU de 12/07/2005, seção 1, folha 15, através da portaria nº 28, de 4/07/2005)

– Imbiara/ Calolé/ Tombo, município de Cachoeira (publicado no DOU de 10 de dezembro de 2004, seção 1, folha 8, através da portaria nº 35, de 6 de dezembro de 2004)

– São Francisco do Paraguaçu, localizada no município de Cachoeira, estado da Bahia, (publicado no DOU de 12/07/2005, seção 1, folha 15, através da portaria nº 28 de 4/07/2005).

O pedido de certificação vem por parte de um conjunto de núcleos rurais distantes uns dos outros em média de 1,5 km denominados como Caonge (13 famílias), Dendê (15 famílias), Calembá (27 famílias), Engenho da Ponte (30 famílias), Engenho da Praia (8 famílias), Calolé e Tombo (72 famílias), Imbiara (25 famílias) e Engenho da Vitória (79 famílias)[52] que, conforme está descrito em documento apresentado pelo CECVI, representam um total de 269 famílias,

---

[50] A entrevista com Ananias Nery Viana (2005), coordenador do Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape- CECVI e de ações para o reconhecimento das terras quilombolas na região de Cachoeira, foi realizada no dia 19 de maio de 2005 pela equipe formada por Rafael Winter, Renata Gonçalves e Beatriz Lessa (Arquivo Central do IPHAN – Rio de Janeiro).

[51] Os processos para certificação de comunidades do Iguape foram informados pela Fundação Palmares à antropóloga Renata de Sá Gonçalves no âmbito do Projeto Rotas da Alforria.

[52] Dados fornecidos por Ananias Viana a partir de levantamento realizado pelo Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape.

> [...] descendentes dos povos africanos trazidos a partir do século XVI para trabalhar na plantação da cana-de-açúcar e outros serviços, na condição de mão-de-obra escrava, onde, nos dias atuais localizam-se nos mesmos espaços físicos ou território, nas margens dos manguezais da Reserva Extrativista da Baía do Iguape, nas terras férteis do massapê ainda cercados pela monocultura da cana-de-açúcar e plantio do dendê. [...] Moramos em casa de taipa e chão batido, sem água encanada e tratada, sem energia elétrica, completamente isolados pelo difícil acesso das estradas vicinais no período de inverno e privados do direito à terra em dimensão suficiente e necessária para produzir gerando renda satisfatória para uma sobrevivência familiar com dignidade.

As comunidades que permaneceram nessa antiga região de engenhos inferem na atualidade o reconhecimento do que chamam "nosso passado escravista" e da "situação de exclusão social e econômica, na qual vivemos de então até os dias atuais", requerem mudanças efetivas e melhorias das condições precárias em que vivem, pois "jamais aceitaremos um futuro semelhante". Essa consciência os leva a afirmar, como descreve a carta produzida pelas comunidades associadas ao Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape, que

> Somos sim, a continuidade de uma tradição de luta e resistência contra a escravidão, somos sim, os produtores e transmissores de uma tradição cultural manifestada através das religiões afro, das diversas línguas e dialetos afro, da música e dança, da culinária e outros valores bem especiais que incorporamos dos colonizadores como forma de sobrevivência, a exemplo da organização de mulheres negras da Irmandade da Boa Morte. Somos sim, descendentes, remanescentes de negros e negras que se organizaram de várias formas para resistir à escravidão, como exemplo: a carta de alforria, comprada pelo escravo ou doada pelo senhor; a compra de terras ou cessão de espaço em vida ou através de testemunho; a conquista de terreno por serviços prestados em lutas oficiais (como a guerra do Paraguai) ou como capataz de grandes senhores em empreendimentos particulares; a fixação de grupos em locais ermos e distantes após a fuga.

Essas e outras formas deram origem às terras de pretos, comunidades negras, mocambos e, mais recentemente, ao termo "remanescente de quilombo".

As "terras de preto" descrevem aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica por famílias de ex-escravos. Os descendentes dessas famílias permaneceram nas terras há várias gerações sem proceder à partilha, sem desmembrá-las e sem delas se apoderarem individualmente (ALMEIDA, 1988). Além do uso comum da terra, o trabalho é coletivo. Como explicam moradores da comunidade do Engenho da Ponte no Iguape:

> Isso já vem de nossos ancestrais, porque até vindo da África para cá, eles já vinham no coletivo. Embora se separasse as famílias, quando chegava aqui virava uma família. E até aqui para eles fugirem, eles fugiam em grupo. E até hoje eles trabalham em grupo, no coletivo.[53]

[53] Entrevista com moradores do Engenho da Ponte no Iguape – maio/2005.

De acordo com o decreto 4.887, as comunidades do Iguape se auto-definem remanescentes de quilombo, e, portanto, pedem e requerem o registro no livro de Cadastro Geral, de expedição de certidão pela Fundação Cultural Palmares.

Nesse sentido, Ananias Viana critica o termo "alforria", tal como usado na atualidade, visto que, na sua opinião, não é essa a idéia que as comunidades gostariam de apresentar de sua afro-descendência, ligada com freqüência à escravidão e a uma carga pejorativa da condição dos negros, de submissão. Segundo ele, a noção de "Carta de Alforria" foi utilizada estrategicamente no pedido de certificação das terras e em todo o seu processo para enfatizar a "liberdade" que não tinham ainda, pois não tinham o reconhecimento das terras. Com a certificação das comunidades, a "Carta de Alforria" já não parecia uma noção adequada para as demandas locais e o termo mais adequado em sua opinião seria a de "Rota da Liberdade".

Assim, para a construção de sua identidade afro-descendente para o pedido de certificação, as comunidades do Iguape articulam sua história mais recente à memória e ao passado de lutas. Afirmam que a história dos remanescentes de quilombolas do território e das comunidades negras do Vale e Reserva Extrativista da Baía do Iguape do município de Cachoeira remete ao século XVI, durante o governo Mem de Sá. A determinação dos colonizadores pela dominação do espaço da bacia do Iguape traduzia a certeza das vantagens estratégicas da exploração econômica da cana-de-açúcar e seu beneficiamento através dos engenhos.

Uma vez rememorado no presente, esse passado de lutas é manejado de modo a sustentar a dimensão libertária de lutas. Desse modo, após a enumeração de alguns fatos históricos, Ananias reforça a ação de remanescentes de quilombolas em um determinado contexto histórico, relacionando-a com as ações contemporâneas no processo de demarcação de terras e de patrimonialização como instrumentos de acesso para reagir politicamente.

Ao discordar de uma relação de passividade e submissão, Ananias atualiza a compreensão sobre a luta dessas comunidades lançando mão de ações em prol da continuidade, da valorização e do incentivo às práticas e às atividades cotidianas como a mariscagem, a feitura do óleo/ azeite de dendê, a confecção de pequenas embarcações, os cantos, as danças, as crenças na "ancestralidade". Ananias continua o seu apelo convidando as autoridades do Ministério da Cultura e demais instituições do governo federal para visitarem esse território remanescente de quilombos, vivenciar e conhecer seus modos de vida, a sua expressão cultural como os bens culturais, que ele descreve como sendo o samba de roda duro, ritmos e dança afro, capoeira, esmola cantada, terno de reis, culto religioso do candomblé e mitos, como também os bens materiais como os resquícios arquitetônicos em ruínas (sede da fazenda Imbiara, sobrado do engenho Vitória, estrutura dos engenhos Maruin, Calembá, Praia e Cruz), incluindo como bens materiais a preservação dos manguezais, a plantação de dendê e de cana-de-açúcar, as reservas de mata atlântica em acelerada devastação. Ele chama atenção para os recursos naturais da região, convidando as pessoas a conhecê-la, a circularem pelos rios que cortam os manguezais, e depois a saborearem uma moqueca de peixe e variados mariscos.

Apesar da situação de exclusão social, econômica e racial a que tais comunidades estão submetidas, Ananias reforça que elas continuam organizadas. Suas lutas e atuações são articuladas através das ações políticas e educativas desenvolvidas pelo Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape – CECVI, o Projeto Paraguaçu da Faculdade

de Educação da UFBA, Centro de Estudo, Pesquisa e Ação Sociocultural – CEPASC e Comissão de Justiça e Paz – CJP.

Ananias relata que essas instâncias começaram a fazer um trabalho dentro dessas comunidades, incentivando, resgatando por conta própria, "puxando pela memória das pessoas" suas músicas, danças e histórias. Elas estimularam a formação de uma companhia de dança, visando multiplicar esse tipo de trabalho em outras comunidades (capoeira, dança, teatro). São principalmente os valores do enfrentamento, da persistência que são destacados. Como ele descreve:

> Cresceu o interesse da comunidade por tudo, até pela luta mesmo, pela terra, pelo projeto de desenvolvimento sustentável. Isso aí incentivou muito a cultura em si. Incentivou muito mesmo as comunidades para o nível que era e como está hoje. Incentivaram muito através da cultura, e isso se fala em todo lugar que estou conversando porque a comunidade já não estava mais acreditando mais em nada. Em nada, nada, nada! [...] Hoje a gente está querendo trazer essas pessoas de volta porque lá a comunidade não tem energia ainda. A gente está puxando energia com o programa 'Luz para todos'. Projeto sustentável. Não tinha nada disso, hoje já tem.[54]

Ananias também destaca os problemas das estradas intransitáveis que tornam inviável o escoamento de produtos, além das conseqüências negativas trazidas pela construção da barragem Pedra do Cavalo que, ao alterar o fluxo das águas, diminuiu o volume de peixes. As comunidades ribeirinhas que vivem da mariscagem sofreram um grande impacto. Além disso, alguns fazendeiros compraram justamente essas áreas perto dos manguezais, e "é ali onde o pescador encontra mais pescado, mais mariscos, mas não se deixa mais pescar ali porque passa a ser propriedade particular". Por isso, segundo Ananias, na referida entrevista,

> Tem pessoas que se revoltam, cria revolta mesmo! Mas a gente consegue minimizar as coisas, e ensinando qual é o caminho de luta, de conquista. Aí eles conseguem captar isso e lutar mesmo. A gente acha interessante, dentro desses 505 anos de Brasil é a primeira vez que acontecem essas coisas nas comunidades. Depois que o presidente Lula entrou deu benefícios para dentro dessas comunidades. Porque o pessoal diz assim 'descendentes de escravos', e eu costumo dizer a eles: 'Não somos descendentes de escravos, somos descendentes de africanos porque nos trouxeram de lá para cá para servir de escravos aqui'.[55]

Tendo destacado as carências, Ananias propõe realizar, como estratégia para dinamizar as atividades na região, atividades que atraíam turistas – um "turismo étnico". Em sua proposta, os turistas conheceriam o que foram as comunidades, os engenhos, as ruínas dos engenhos, saindo de Cachoeira, visitando as comunidades por terra ou rio, visitando todas as comunidades que tenham engenho ou ruínas de engenho.

Ananias sugere que o governo invista não propriamente na restauração de prédios, pois a maioria já se encontra em estado lastimável de conservação, mas que cuide das ruínas

---

[54] Entrevista com Ananias Viana – maio/2005.

[55] Idem. Entrevista com Ananias Viana.

"para não acabar" e "limpar aquelas ruínas de maneira correta". Com isso, não é tanto a "retórica da perda" (GONÇALVES, 1996) que orienta as suas sugestões, mas uma apropriação positiva de um passado de ação que é atualizado pelas lutas presentes. Na sua proposta, "o turista que chegasse lá ia ter a dança, a capoeira, as comidas típicas, iam ter assim uma recepção para eles em cada engenho daquele". Na sua concepção, antes de restabelecer um passado, onde o turista poderia ser levado a uma outra época com prédios, roupas, atividades do passado, são as atividades atuais que fazem parte do seu cotidiano que dariam vida e estimulariam esse turismo.

Um importante elemento no discurso de Ananias e que compõe a construção da identidade de remanescentes de quilombo na região é a "ancestralidade". Nas palavras de Ananias:

> Os nossos ancestrais, que já se foram, se sentem felizes de verem as coisas mudando dentro das comunidades ... Coisas que eles não viram... nossos tataravós, bisavós... coisas que eles não viram e estão vendo acontecer agora. E tem muitos velhos que me falam lá: 'Oh, meu filho eu queria tanto antes de morrer ver acontecer essas coisas aqui...'. E eles já estão vendo o projeto sustentável, eles já estão vendo a regularização da terra, mas eles não querem morrer antes de verem a terra que é nossa.

A demarcação dos limites territoriais é também fonte de muita discussão, pois constitui questão crucial e em permanente articulação com a definição dos limites étnicos, tema que atravessa campos do conhecimento e das políticas públicas de forma mais ampla.

> Fez a demarcação, e aí já ampliou o território. Por exemplo, tem localidade que a comunidade já usou e que os nossos ancestrais usaram também, e hoje não usa mais porque os usineiros, os fazendeiros não aceitam mais que usem. Mas a minha mãe, minha avó usaram. Aí a gente ampliou para as que já usou, e em direito. E demarcou lá também! Por exemplo, os cemitérios, eles colocaram trator e derrubaram tudo. Onde se enterrava o pessoal. Chama-se 'Santa Maria'. E aí, era aonde se enterrava os escravos e as comunidades, por exemplo, têm parentes meus que foram enterrados lá, e aí eles demoliram tudo com trator como eles demoliram os engenhos. Os engenhos não se acabaram assim caindo. Eles meteram o trator! Derrubaram tudo! E lá a gente quer a restauração do cemitério porque anda muito, sete ou oito quilômetros quando morre uma pessoa que vai de canoa. E a gente quer a restauração! A gente quer isso![56]

Ao ressaltar o trabalho sobre as comunidades quilombolas, Ananias propõe uma formulação do que é, na sua visão, o patrimônio imaterial e a entende em si mesma como uma ação ao que o IPHAN denomina de salvaguarda.

> Porque o que está se recuperando é a cultura imaterial, é aquilo que não é visível. É aquilo que a televisão pode chegar e entesourar, e acabar com isso. Então o trabalho político que está sendo feito através do projeto dos quilombolas, tem que se tentar associar a esse projeto de recuperação da cultura imaterial. Até para fortalecer esse projeto mais político, porque esse Jarbas precisa

[56] Idem. Entrevista com Ananias Viana.

> entender... tem uma história que eu não sei se vocês conhecem que, o Jarbas estava querendo derrubar uma árvore centenária, e o trator de esteira começou a bater na árvore, e a árvore não caía, ate que a esteira quebrou, algum santo quebrou a esteira do trator. Então virou uma senhora e disse 'olha, não derrubem essa árvore porque ela tem uma história. Aqui era onde os negros se reuniam para fazerem seus rituais...'. Essa árvore é muito fundamental, eu me esqueço o nome dela, mas ela é fundamental, importantíssima, porque ela pertence aos oguns, ela pertence aos ancestrais. Então o cara disse 'Ah é!', então foi falar com o Jarbas, então o Jarbas disse pra deixá-la lá onde ela estava. Logo, o Jarbas precisa ficar sabendo da existência disso, mas de outras coisas também, que se ele fizer isso ele vai destruir outras coisas como uma culinária.
>
> A prefeitura sempre deixou a comunidade desassistida. E não é só o governo de agora, sempre foi desassistida. Só teve um governo que assistiu as comunidades quilombolas, que foi o governo de Salú, que eu acho que vocês devem ter a oportunidade de conhecer. Ele fez um projeto agrícola, lá na comunidade do Calolé, no engenho da Ponte, esse projeto objetivava a sustentabilidade das comunidades. A partir do momento que terminou o mandato dele e entrou o novo prefeito, o novo chegou lá e acabou como projeto, derrubou tudo, pegou tratores caminhões, do prédio que armazenava o feijão, o milho, tirou até as telhas. E isso é defeito de vários prefeitos do Brasil. Eles não querem dar continuidade ao que o anterior fez, mas só aquilo que ele que fez.[57]

A construção de um passado e de um presente de lutas, a ancestralidade, a delimitação territorial e as articulações entre as lideranças locais são aspectos que constituem a identidade étnica afro-descendente requerida por essas comunidades da região do Iguape. É só compreendendo as questões locais juntamente às demandas de ordens diversas que uma política de salvaguarda poderá ser eficaz. E apenas dando lugar aos diversos atores sociais envolvidos na mediação em torno dos limites territoriais e étnicos que entenderemos a formulação das rotas da alforria da atualidade.

* * *

[57] Idem. Entrevista com Ananias Viana.

Dados citados:

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NAS CERTIFICAÇÕES DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO IGUAPE

1. Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro – DPA – Fundação Palmares

LEGISLAÇÃO: A Fundação Cultural Palmares (FCP), tem a tarefa de praticar e assinar os atos necessários ao efetivo cumprimento do disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal, que confere às Comunidades Remanescentes de Quilombos o direito ao título de posse das terras que ocupam.

SOBRE O IGUAPE: No estado da Bahia, segundo dados de março de 2005 fornecidos pela DPA

CERTIDÕES EMITIDAS – 86

COMUNIDADES CERTIFICADAS – 101

Relação das certidões de auto-reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, emitidas pela Fundação Cultural Palmares, conforme decreto 4887/2003 e publicadas no Diário Oficial da União.

– Especificamente no município de Cachoeira, foram certificadas as doze comunidades abaixo listadas:

– **Caimbongo Velho,** município de Cachoeira (publicado no DOU de 10 de dezembro de 2004, seção 1, folha 8, através da portaria nº 35, de 6 de dezembro de 2004)

– **Dendê/ Engenho da Praia/ Engenho da Ponte/ Calembá/ Caonge,** município de Praia Grande (publicado no DOU de 10 de dezembro de 2004, seção 1, folha 8, através da portaria nº 35, de 6 de dezembro de 2004)

– **Engenho da Vitória,** município de Cachoeira (publicado no DOU de 10 de dezembro de 2004, seção 1 folha 8, através da portaria nº 35, de 6 de dezembro de 2004)

– **Engenho Novo do Vale do Iguape,** localizada no município de Cachoeira, estado da Bahia (publicado no DOU de 12/07/2005, seção 1, folha 15, através da Portaria nº 28 de 4/07/2005)

– **Imbiara/ Calolé/ Tombo,** município de Cachoeira (publicado no DOU de 10 de dezembro de 2004, seção 1, folha 8, através da portaria nº 35, de 6 de dezembro de 2004)

– **São Francisco do Paraguaçu,** localizada no município de Cachoeira, estado da Bahia, (publicado no DOU de 12/07/2005, seção 1, folha 15, através da Portaria nº 28 de 4/07/2005).

2. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

LEGISLAÇÃO: A base legal das ações para reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos tem sua sustentação no art. 68 do Ato das Disposições Transitórias, que garante às comunidades que estejam ocupando suas terras o reconhecimento da propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos. O dispositivo Constitucional foi regulamentado pelo decreto 4.887/2003, que delega ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do INCRA, a competência de implementar a determinação constitucional.

SOBRE O IGUAPE: Em janeiro de 2005 o INCRA iniciou o processo de identificação, delimitação e demarcação das comunidades quilombolas do Iguape, em Cachoeira, com a elaboração do relatório pelo técnico do INCRA, Marcelino Gallo, que fez o levantamento de informações a respeito da área e das famílias que vivem na comunidade.

As atividades são realizadas através de convênio firmado entre o Instituto e a Fundação Cultural Palmares. Ainda encontra-se em andamento o levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agronômicas e ecológicas junto às entidades públicas e privadas; planta e memorial descritivo do perímetro do território; cadastramento das famílias remanescentes de quilombos e demais ocupantes; e levantamento da cadeia dominial.

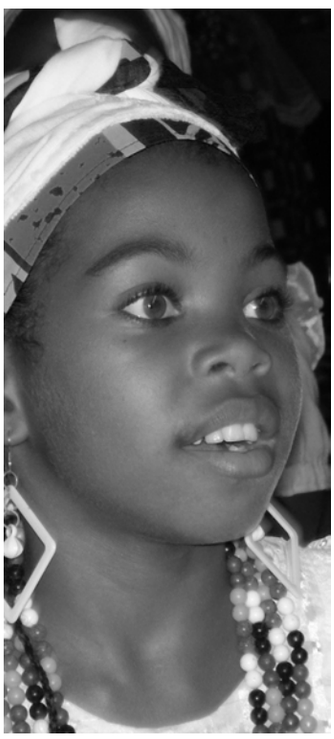
3. Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape- CECVI

Ananias Nery Viana (coordenador executivo do Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape- CECVI) e Luiz Antonio Costa Araújo (núcleo de projeto do Centro de Estudo Pesquisa e Ação Sociocultural).

Os pedidos de certificação foram encaminhados à Fundação Palmares em 2004 e 2005. Vêm por parte de um conjunto de núcleos rurais distantes uns dos outros em média de 1,5 km denominados como Caonge (13 famílias), Dendê (15 famílias), Calembá (27 famílias), Engenho da Ponte (30 famílias), Engenho da Praia (8 famílias), Calolé e Tombo (72 famílias), Imbiara (25 famílias) e Engenho da Vitória (79 famílias) que conforme está descrito no documento, representam um total de 269 famílias “descendentes dos povos africanos trazidos a partir do século XVI para trabalhar na plantação da cana-de-açúcar e outros serviços, na condição de mão-de-obra escrava, onde, nos dias atuais localizam-se nos mesmos espaços físicos ou território, nas margens dos manguezais da Reserva Extrativista da Baía do Iguape.

A AÇÃO DO CNFCP
1) Relatório do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

Integrado à equipe abrangente do Projeto Rotas da Alforria, o CNFCP constitui sua "sub" equipe com profissionais de seu quadro e pesquisadores contratados: Letícia Vianna, coordenadora do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, fez a supervisão geral da aplicação da metodologia do INRC; Elizabete Mendonça, com experiência em projetos de inventários e apoio a comunidades artesanais na Bahia, pesquisou e orientou a documentação relativa à cultura popular da região abrangida pelo Projeto "Rotas da Alforria", bem como deu apoio na concepção e montagem da exposição campanha em Cachoeira; Raul Lody, com ampla experiência em projetos no estado, foi o mediador com a Irmandade da Boa Morte e concebeu a sinalização na sede desta Irmandade, além de ter dado apoio ao inventário. Houve também, em momentos específicos, o suporte das assistentes de pesquisa Cléo Vieira e Cecília de Mendonça, do fotógrafo Francisco da Costa e do designer Luiz Carlos Ferreira. As assistentes de pesquisa realizaram todo o levantamento bibliográfico e audiovisual no acervo do CNFCP, o fotógrafo documentou a Festa da Boa Morte em 2004 e o designer elaborou o projeto museográfico e a montagem da exposição campanha "Cachoeira, quem é você?". Além destes profissionais, foram contratadas especificamente para este projeto a pesquisadora Francisca Helena Marques e a assistente de pesquisa Any Manuela Nascimento, que residem em Cachoeira e já possuíam ampla experiência de pesquisa de campo, assim como grande articulação com a comunidade.



Reconhecimento do campo

A experiência do Projeto Rotas da Alforria foi inovadora para o CNFCP porque ofereceu a oportunidade de trabalhar o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC – de acordo com a proposta inicial desenvolvida pela Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN – Copedoc, ou seja, a de aplicar o inventário tendo o território como referencial, o que, nesse caso, foi inicialmente delimitado pela divisão geopolítica do município, mas contemplou a integração de outros municípios além de Cachoeira, como São Félix, na definição da paisagem cultural.

Assim, os trabalhos foram pautados pela organização e desenvolvimento de pesquisa de campo, tendo como meta um levantamento preliminar, de modo a obtermos um mapeamento de referências culturais populares naquele território. Neste contexto, foram feitos levantamentos documentais, identificação e descrição de bens culturais de forma sistemática, por meio do preenchimento de formulários próprios do INRC, e documentação audiovisual das referências, as quais foram divididas nas seguintes categorias: Celebrações, Formas de Expressão, Saberes e Modos de Fazer, Edificações e Lugares.

O levantamento preliminar foi feito com base na metodologia da antropologia cultural: a etnografia de campo e interpretação de dados. A sistematização dos conhecimentos produzidos foi realizada seguindo a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC/IPHAN). Para melhor desenvolvimento da pesquisa, foi necessário e importante estabelecer parcerias locais.

De maneira integrada com outros projetos em andamento no CNFCP, que possibilitou recursos de passagens e diárias na Bahia, foi possível o reconhecimento prévio do campo antes da liberação efetiva dos recursos do Projeto "Rotas da Alforria", viabilizados somente em fins de 2004. Foram identificadas as potenciais pessoas e instituições colaboradoras e/ou parceiras com as quais se ia trabalhar e realizadas reuniões prévias. Foi possível também que a pesquisadora Elizabete Mendonça e o fotógrafo Francisco da Costa pudessem documentar a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte em 13, 14 e 15 agosto de 2004, uma das principais manifestações da cultura popular no município de Cachoeira. Houve ainda uma volta ao campo no período de 26 a 28 de novembro, para melhor reconhecimento de outros aspectos da comunidade cachoeirense em momento em que a cidade não estava em festa.

Após a liberação dos recursos destinados ao projeto, as viagens foram feitas conforme o cronograma de trabalho estabelecido pela coordenação e de acordo com a demanda das ações relativas à sinalização da Irmandade, à montagem e remontagem da exposição campanha.

Parcerias e apoios

Foi da maior relevância o estabelecimento de parceria com a Associação de Pesquisa em Cultura Popular e Música Tradicional do Recôncavo (APCM/Recôncavo) e o apoio das Faculdades Jorge Amado (FJA). Juntos, pudemos melhor desenvolver a pesquisa de campo, documentação audiovisual e viabilizar uma infra-estrutura de trabalho local. Com isso, foi possível envolver jovens com idades entre 15 e 23 anos, residentes em Cachoeira e Salvador, em atividades de introdução à pesquisa etnográfica, de modo que o projeto contribuiu para a sensibilização da importância das políticas públicas na área do patrimônio cultural. Assim, a parceria e o apoio institucional permitiram, nessa etapa inicial, uma ação piloto de educação, que descreveremos em tópico específico e foi detalhada no artigo de Francisca Marques, nesta publicação.

Nessa perspectiva, as Faculdades Jorge Amado disponibilizaram os equipamentos necessários para a documentação audiovisual realizada no âmbito do projeto e selecionaram alunos para atuarem como auxiliares de pesquisa. Os universitários selecionados dos cursos de Rádio e TV e Jornalismo foram Camila Garcia, Daniela Penha, Fabrício Jabar, Leonardo Lima, Miguel Chastinet, Vanessa Vieira, Verônica Portella e Webert Costa.

A Associação de Pesquisa em Cultura Popular e Música Tradicional do Recôncavo viabilizou instalações para que os alunos que residem em Salvador pudessem ter uma base em Cachoeira; fez a seleção dos alunos do ensino médio de Cachoeira que já participavam de ações no laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Áudio (LEAA/ Recôncavo) e permitiu que fosse utilizada sua infra-estrutura. Os jovens selecionados foram Dinailton Ribeiro, Itamaraci da Purificação Gomes, Jairo Conceição, Leandro Farias, Palloma Gomes Braga e Paulo Vitor Farias Mascarenhas.

Contribuição na definição/delimitação das localidades

O exercício para definição do sítio – Cachoeira e São Félix – foi ponderado a partir das variáveis dadas pela história, geografia, antropologia, em função de reflexões desenvolvidas mais intensamente pela equipe abrangente do Copedoc. Entretanto, em função do foco da pesquisa orientada pelo CNFCP, tratamos de pré-definir a "natureza" dos bens do universo da cultura popular que iríamos incluir no levantamento preliminar. Nesse sentido, observamos a importância de incluir, além da área em comum trabalhada – Cachoeira/Centro urbano –, as localidades denominadas Lagoa Encantada, Engenho da Vitória, Tabuleiro da Vitória e Muritiba, escolhidas porque são pontos estratégicos de detenção de saberes e organização de práticas sociais relativas à cultura popular.

Levantamento preliminar

Devido à complexidade e amplitude dos temas que seriam trabalhados nesse levantamento preliminar, não foram estabelecidas novas categorias conceituais. Trabalhou-se com as indicadas no INRC (Celebração, Formas de expressão, Saberes, Edificações e Lugares) e com a noção de cultura popular. Procuramos perceber as mudanças de significados resultantes de interações entre culturas ditas tradicionais e populares e entre produção material e imaterial de um grupo e sua interação com a modernidade, tendo em vista que tais bens são passíveis de transformação, como quaisquer elementos que são frutos do processo dinâmico da cultura. Observamos a necessidade de compreensão da rede de significados e práticas (comportamento, crenças, conhecimentos, costumes etc.) que identificam e distinguem os diferentes grupos sociais que detêm os saberes relacionados aos bens próprios desse sítio.

Nesta perspectiva, o mapeamento preliminar levantou 83 bens, sendo eles: Abará, Acaçá, Acarajé, Águas de Oxalá, Alto do Rosarinho, Azeite-de-dendê, Beiju, Boitá, Boneca de pano, Bumba-meu-boi, Cachoeira da Vila Real, Cachoeira do Japonês, Câmara Municipal, Capela da Ajuda, Capoeira, Caruru, Caruru de Santo, Casa de Ana Nery, Casa de Farinha, Cigarrilha, Charuto, Dança dos Orixás, Datas Cívicas, Engenho da Vitória, Escultura em barro, Escultura em ferro, Escultura em madeira, Esmola Cantada, Farinhas, Feira livre, Festa de Caboclo, Festa de Cosme e Damião, Festa D'Ajuda, Festa da Boa Morte, Festa de Nossa Senhora da Conceição do Monte, Festa de Nossa Senhora do Carmo, Festa de Nossa Senhora do Rosário, Festa de Santa Bárbara, Festa de Santa Cecília, Festa de São Benedito, Festa do Deus Menino, Festa do Divino, Festa dos Navegantes, Filarmônica, Fumo, Fuxico, Igreja da Santa Casa de Misericórdia, Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte, Igreja do Carmo, Igreja do Rosari-

nho, Igreja dos Remédios, Igreja Matriz, Ilê Axé Alaqueto Kodedê, Ilê Axé Alaqueto Oxum Apara, Ilê Axé Gã-Nyré, Ilê Axé Oyá Funan, Ilê Axé Ogunja, Irmandades de Negros, Lavagem do Beco, Levada do Caquende, Licor, Maniçoba, Mascarado (Mandu e Cabeçorras), Mercado Municipal, Mungunzá, Pedra da Baleia, Pintura, Reggae, Rio Paraguaçu, Samba-de-Roda, São João, Sede da Irmandade da Boa Morte, Semana Santa, Terno de Reis, Terreiro Caboclo Guarani de Oxossi, Terreiro Ogodo Nibu, Terreiro Roupamy Zogodô Parô Taby, Terreiro Rumpayme Ayono Runtologi, Terreiro Zoogodô Bogum Male Seja Undê, Tocata dos Mortos, Trança Fitas, Vatapá e Xilogravura. Entretanto, é necessária a coleta de mais informações sobre algumas das manifestações listadas acima para uma identificação "verticalizada", mais adensada.

Levantamento de dados e preenchimento das fichas[58]

Anexo 1: Bibliografia (BA_01_00_05_F1-_A1)

O levantamento bibliográfico foi realizado nas Bibliotecas Municipal de Cachoeira, Municipal de São Félix, Pública do Estado da Bahia, Pública Thales de Azevedo, da Fundação João Fernandes da Cunha, do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, das Faculdades Jorge Amado, da Escola de Música da UFBA, da APCM/Recôncavo, Juracy Magalhães, Anísio Teixeira e Amadeu Amaral/CNFCP.

Foram levantadas 103 publicações, sendo 38 não seriadas e 65 seriadas sobre Cachoeira e Recôncavo, com ênfase na história e na cultura popular local, referenciadas segundo as normas 6023/2000 da ABNT.[59]

No campo "Assunto", iniciamos com a abordagem do território referente à publicação 'Cachoeira (BA)', 'São Félix (BA)', 'Recôncavo Baiano'. Em seguida, colocamos o tema central do projeto 'População afro-descendente', especificamos a temática 'Cultura popular', 'História', 'Folclore', ´Etnobotânica' e incluímos termos específicos da publicação, como, por exemplo: Arte popular, Artista popular, Exposição, Máscara, Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, Festa de Nossa Senhora da Ajuda, Mandu, Bumba-meu-boi, Segura a Véia, Festa de São João, Teatro popular, Festa da Mãe d'Água, Iemanjá, Festa do Bonfim, Festa de caboclo, Escultura, Cerâmica, Candomblé, Religiosidade, Sincretismo, Indumentária, Caboclo, Samba de roda, Irmandade da Boa Morte, Ordem Terceira do Carmo, Acervo, Música, Lundu, Samba, Cantiga, Filarmônica, Instrumento musical, Músico, Bem tombado, Patrimônio, Lenda, Mito, Orixá, Feira livre, entre outros. Tais termos foram, sempre que possível, cruzados com os utilizados pela Biblioteca do CNFCP.

Ainda nesse campo, optamos também por incluir um resumo de no máximo cinco linhas sobre a publicação.

No campo "Onde encontrar" (das publicações seriadas), incluímos, sempre que possível, além da instituição, setor e referência.

Este formulário foi encaminhado à Copedoc em setembro de 2005.

---

[58] Todo material digital produzido pelo CNFCP foi entregue em cópia para a Copedoc.

[59] Todo levantamento bibliográfico realizado durante a execução do projeto encontra-se consolidado na Ficha do INRC – ANEXO I, BIBLIOGRAFIA, reproduzida nesta publicação, nos anexos.

Anexo 2: Registros Audiovisuais (BA_01_00_05_F1-_A2)

O levantamento destes registros foi preenchido com base no Arquivo Audiovisual do CNFCP, no Instituto de Radio Difusão do Estado da Bahia (IRDEB), no Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Áudio – APCM/Recôncavo, e nos registros produzidos em campo durante o projeto.

Os registros fotográficos retratam os entrevistados e as manifestações da cultura popular e estão organizados tematicamente em arquivo digital, divididos em Celebrações, Edifícios, Entrevistados, Exposição campanha, Formas de expressão, Lugares, Ofícios. Foram incorporados ao Arquivo Audiovisual do CNFCP 1.508 registros fotográficos produzidos pela equipe do CNFCP no âmbito do projeto. Dos 2.120 registros fotográficos realizados pela pesquisadora Francisca Marques e seus auxiliares, foram incorporadas apenas 1.060 imagens, pois as demais não possuíam qualidade de reprodução e/ou informacional.

As 96 entrevistas foram feitas com pesquisadores e detentores de saberes referentes às manifestações da cultura popular local, sendo eles: Almir Oliveira da Cruz (Mimo), Ana Clara Sena Amorim, Anália da Paz Santos Leite, Anatália Silva de Jesus, Antonia Barboza de Melo, Benedita Barbosa Sodré da Silva, Camila de Matos Lopes, Carlos Alberto Dias do Nascimento (Fory), Carlos Palma, Celestino S. da Silva (Louco Filho), Dagma Bonfim Barbosa dos Santos, Dalva Damiana de Freitas, Dermival Pereira Mascarenhas, Dulce dos Santos, Edilene Soares dos Santos, Edina da Cruz Miranda, Edson Gomes, Elias Mecês de Pinho, Estelita Souza Santana, Eunice dos Santos Pacheco, Eurídes Marques, Evanildo Teiga da Silva, Fabio Batista, Florisvaldo Ribeiro dos Santos, Gayacu Luiza, Gilmar Barreto dos Santos, Helena Maria Milhazes, Hilda Teles de Oliveira, Isaac Tito, Ivoneide Cerqueira Dias dos Santos, Jerusa Moreira dos Santos, Joanice de Jesus Julião, Jorge Freitas, Jorlanda Souza Freitas, Júlio Santana, Justina Ferreira Sila, Lourival Cardoso de Araújo (Dory), Luiz Cláudio Dias do Nascimento, Marcelino de Jesus, Márcia Maria Lopes, Marcio Lima, Marcos Roberto Pinho Conceição, Maria Benedita Santana Gomes, Maria Bonifácia Costa dos Santos, Maria da Glória dos Santos, D. Maria de Angola, Maria de Angola, D. Maria do Ketu, Maria Helena Araújo Vale, Maria José dos Santos Matos, Maria Lícia Melo, Marlene Santos Souza, D. Meire de Omolu, Mister Nascimento, Narciso Muniz dos Santos, Natália de Jesus Santos, Nivaldo Costa, Nivaldo da Silva, Odete Pereira de Oliveira, Paulo Vitor Farias Mascarenhas, Raimundo Alberto Ferreira de Cerqueira, Raimundo dos Santos, Reinaldo Balbino dos Santos, Renilde Rodrigues da Conceição, Roque Cardoso Nonato, Roque Pinto, Salustiano Coelho de Araújo, Silvestre Kael, Sirlene da Hora dos Santos, Sueli Pereira de Souza, Tin Tim Gomes, Valmir dos Santos, Wanderlina dos Reis Rodrigues.

Os registros que possuem autorização de uso serão disponibilizados ao público nos arquivos do CNFCP e da APCM/Recôncavo em meio digital. A transcrição de todas as entrevistas não está prevista pelo projeto.

Foram entregues cópias do material audiovisual produzido em campo para os entrevistados e a Copedoc.

Este anexo encontra-se ainda em fase de preenchimento, seguindo os critérios de elaboração apresentados no Anexo 1; entretanto, a transcrição de todas as entrevistas não será possível para esta etapa do projeto.

Anexo 3: Bens Culturais Inventariados (BA_01_00_05_F1-_A3)

Este anexo foi preenchido de acordo com o objetivo de levantamento dos bens culturais e contempla 43 bens identificados, sendo eles: Águas de Oxalá, Boitá, Caruru de Santo, Festa D'Ajuda, Festa da Boa Morte, Semana Santa, Festa de Caboclo, Festa de Cosme e Damião, Festa do Divino, Festa de Nossa Senhora da Conceição do Monte, Festa da Santa Cecília, Festa de Nossa Senhora do Rosário, Festa de São Benedito, São João, Datas Cívicas – 13 de março e 25 de junho –, Festa dos Navegantes, Tocata dos Mortos, Caruru de Santo (celebração), Capoeira, Reggae, Samba-de-Roda, Esmolas Cantada, Trança-fitas, Filarmônica (formas de expressão), Casa de Farinha e Feira Livre (Lugar), Boneca de pano, Escultura em madeira, Escultura em barro, Escultura em ferro, Xilogravura, Cigarilha, Caruru, Vatapá, Maniçoba, Mungunzá, Abará, Acaçá, Acarajé, Farinhas, Beiju, Licor e Azeite-de-dendê (ofício de modos de fazer).

Anexo 4: Contatos (BA_01_00_05_F1-_A4)

Foram estabelecidos 64 contatos com pessoas que são referências na comunidade, como detentores dos saberes relacionados à cultura popular, devotos ou intelectuais e lideranças locais. Com base nesses contatos, realizamos entrevistas durante a pesquisa de campo e preenchemos este anexo.

Anexo 5 - Acervos Museológicos (BA_01_00_05_F1-_A5)

O levantamento foi realizado no Museu do Folclore Edison Carneiro do CNFCP e na Associação de Pesquisa em Cultura Popular e Música Tradicional do Recôncavo, sendo identificados 68 objetos tridimensionais e seis bidimensionais. Seguimos as normas 6023/2000 da ABNT.

O campo "Assunto" seguiu o mesmo padrão do Anexo 1.

Incluímos no campo "Onde encontrar", além da instituição, sempre que possível, o número de tombo e a localização dentro do museu.

Sinalização da Irmandade da Boa Morte

No âmbito do projeto, foi proposta, pelo CNFCP, como ação efetiva de mobilização da comunidade, a criação do Memorial da Irmandade da Boa Morte. Entretanto, quando iniciamos as ações em campo, percebemos que o valor orçado não era suficiente para atendermos às necessidades da proposta inicial do projeto. Sendo assim, foi realizado, como primeira ação, um projeto de sinalização bilíngüe, português e inglês, incluindo textos sobre a história e a organização sócio-religiosa da Irmandade e fotografias.

O projeto, de certo modo, nasce a partir de experiências anteriores do Centro com a Irmandade e teve projeto de comunicação visual de Maria Helena Pereira, contratada pelo projeto. A instalação da sinalização, módulo preparatório para o futuro memorial da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, ocorreu na semana anterior ao ciclo de festas, em agosto de 2005.

Exposição Campanha

Inicialmente, outra proposta sugerida de envolvimento direto com a comunidade foi a realização de uma exposição seguindo o formato da Sala do Artista Popular/ CNFCP, no Rio de Janeiro, cujo foco seria a produção artesanal de um artesão ou de um grupo de artesãos. Contudo, no desenvolvimento do projeto, verificou-se a oportunidade de agir de maneira mais coordenada, ressaltando para a população local o Projeto Rotas da Alforria e suas possibilidades e desdobramentos na comunidade. Surgiu, assim, a idéia de uma Exposição Campanha a ser realizada no escritório Técnico do IPHAN, em Cachoeira.

A linha conceitual da exposição foi delineada pela ação conjunta da Copedoc com o CNFCP, dando prioridade às questões territoriais e históricas, buscando sempre formas de estimular a interação e respostas da comunidade.

A exposição, denominada Cachoeira, quem é você? foi inaugurada em 10 de agosto de 2005. Nos primeiros dez dias de exposição, o número de visitantes que assinaram o livro chegou a 1.296, sendo que, normalmente, a este número, pode ser somado um percentual de 30% de visitantes que não assinaram.

Outros fatos perceptíveis foram as respostas da comunidade, que vieram por meio das muitas visitas agendadas pelas escolas estaduais; por mensagens deixadas no painel interativo da exposição e no livro de visitantes; pela propaganda boca-a-boca; pelo espaço em rádio aberto para a divulgação da exposição; pelo empréstimo realizado pelo artesão Louco Filho de uma peça de seu atelier para compor a exposição; e pelo interesse da Fundação de Cultura Municipal em manter, em seu espaço, a exposição.

Devemos frisar, no entanto, que, durante o processo de montagem, foram verificados problemas na produção visual das plotagens que eram de responsabilidade do CNFCP. Imediatamente foram buscadas soluções possíveis para tais questões, encomendando-se recortes em ploter e providenciando a vinda de um aplicador de Salvador, especialmente para substituir legendas e complementar os textos.

Verificou-se também que um painel deveria ser totalmente substituído, sendo então feita encomenda de modo a complementar as informações. Para a inauguração, esse painel foi temporariamente substituído por um módulo de materiais e artesanatos locais. O painel só chegou dois dias depois da inauguração da exposição que, mesmo assim, foi inaugurada na data e no horário previsto, cumprindo seus objetivos de dialogar com diferentes segmentos da comunidade de Cachoeira.

A montagem da exposição teve o apoio da Associação de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro para a realização de reparos necessários e dos deslocamentos do designer Luiz Carlos Ferreira e de Elizabete Mendonça.

Posteriormente, devido à alta visitação e interesse da comunidade, decidiu-se manter a exposição durante todo o período do projeto. Para atender à expectativa de continuidade da exposição, os painéis e folders foram remodelados pelo Setor de Difusão do CNFCP, em diálogo permanente com a equipe que concebeu a exposição original. O projeto financiou os custos de gráfica, aplicação dos painéis e deslocamento da pesquisadora Elizabete Mendonça para acompanhar os trabalhos locais.

Ação educativa[60]

Como foi descrito, a parceria e o apoio constituído nesta etapa do projeto possibilitaram ações relacionadas à educação, desenvolvidas por meio de integração entre universitários das Faculdades Jorge Amado e estudantes do ensino médio, orientandos do LEAA/ Recôncavo em Cachoeira; por meio de workshop sobre introdução aos bens culturais e saberes da cultura popular; treinamento de técnicas de entrevistas; treinamento de técnicas de captação e edição de áudio; treinamento de técnicas de captação de imagens; treinamento de técnicas de escrita de diário e anotações de campo; esclarecimentos sobre o projeto Rotas da Alforria e sobre os trabalhos do CNFCP; relatos de pesquisa e/ou registro de bens culturais já realizados pelo CNFCP; sistematização das notas e diários de campo; e seleção e treinamento dos monitores da exposição campanha[61] que é, em si, uma ação educativa.

Em nossas reuniões de acompanhamento e supervisão dos trabalhos de campo da equipe local, foi considerado positivo o avanço dessas ações, avaliadas por meio dos depoimentos dos estudantes vinculados ao projeto. Tanto os alunos de Salvador quanto os de Cachoeira afirmaram que conheceram traços de sua cultura até então pouco valorizados por eles.

Considerações finais

Ao longo da primeira etapa do projeto, o CNFCP precisou adaptar suas metas iniciais. Além das mudanças referentes à sinalização do Memorial da Irmandade da Boa Morte e à configuração da exposição, como já expusemos nos respectivos tópicos, foram necessárias redefinições quanto ao preenchimento das fichas do INRC. Especialmente, sobre pesquisa e preenchimento do INRC, propusemos: levantamento bibliográfico, audiovisual, museológico e preliminar dos bens relacionados à cultura popular, com preenchimento nos anexos 1 a 5; verticalização/identificação detalhada da Festa da Boa Morte, com preenchimento da ficha de identificação de celebração (F20); verticalização /identificação detalhada do samba-de-roda, com preenchimento da ficha de identificação de forma de expressão (F40) e produção de textos sobre os bens verticalizados. Por sugestão da pesquisadora Francisca Marques, incluímos também a verticalização/ identificação detalhada da Festa de Nossa Senhora da Ajuda, com preenchimento da ficha de identificação de celebração (F20) e produção do texto. No desenvolvimento do trabalho, percebemos a impossibilidade de mantermos estas metas e redimensionamos as verticalizações exclusivamente para a Festa da Boa Morte. Ocorreram problemas no computador da pesquisadora local, o que acarretou a perda da ficha de identificação da Festa da Boa Morte e do texto etnográfico sobre este bem antes que esse material nos fosse repassado.

Além das reuniões periódicas entre as equipes da Copedoc, 7ª Superintendência Regional e do representante do escritório técnico de Cachoeira e CNFCP, buscamos outros

[60] Este tópico será analisado na segunda parte deste relatório, redigida por Francisca Marques.

[61] A orientação da monitoria foi realizada em conjunto com a Copedoc.

mecanismos de integração entre as equipes, por meio de visitas de campo e entrevistas conjuntas; compartilhamento dos registros audiovisuais e contato com pesquisador e orientação de assistentes de pesquisa local para auxílio e acompanhamento em campo.

Os documentos resultantes desta investigação preliminar precisam de complementação a partir de mais pesquisas de campo e da transcrição das cerca de 60 horas de entrevistas já realizadas.

Parte dos documentos audiovisuais produzidos no âmbito do projeto Rotas da Alforria foi incluída na mídia online, desenvolvida pelo Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Áudio (LEAA/Recôncavo) . Esta mídia, desenvolvida por jovens e adolescentes atendidos pela ONG APCM/Recôncavo, participou do projeto Scenes and Sounds of My City e foi escolhida como um dos dez melhores projetos artísticos apresentados entre 61 centros digitais e escolas de todo o mundo. Como um dos resultados desta atividade, um dos adolescentes, Leonilson dos Santos Cerqueira, também sambador mirim do Samba-de-roda Suerdieck, foi aos Estados Unidos, na condição de um dos dez Embaixadores Mundiais da Juventude, representando o Brasil e Cachoeira no 13º Simpósio de Artes Eletrônicas, em San Jose, Califórnia, que aconteceu entre 7 e 13 de agosto de 2006. Dois fatores devem ser considerados ao fim desta primeira etapa:

- A necessidade de acompanhamento para avaliar e criar uma sistematização das demandas geradas junto à comunidade.
- A possibilidade de parceria com a prefeitura, na segunda etapa, para viabilizar o deslocamento da equipe local e dos pesquisadores da Copedoc e CNFCP nas visitas às localidades mais distantes.

Propomos como ações da segunda etapa do projeto, a serem desenvolvidas pelo CNFCP:

- Processamento e tratamento informacional do material produzido na primeira etapa;
- Pesquisa e preenchimento das fichas de INRC sobre a Festa da Boa Morte;
- Preparação do dossiê de candidatura da Festa da Boa Morte para inclusão no Livro de Celebração do IPHAN;
- Adaptação do Memorial da Boa Morte como constituição de um centro de memória.

Francisca Marques

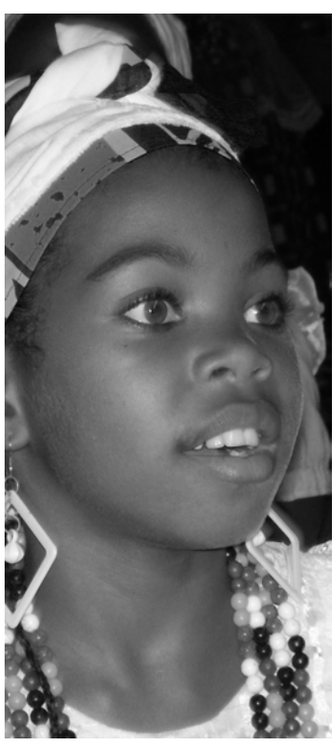
A AÇÃO DO CNFCP
2) A educação e as práticas comunitárias no projeto Rotas da Alforria

[...] O ato de estudar (pesquisar), no fundo, é uma atitude frente ao mundo. Estudar (pesquisar) é também e sobre tudo pensar a prática e pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo.

Paulo Freire, 2001.

A presente seção aborda parte do desenvolvimento do projeto Rotas da Alforria em Cachoeira, Recôncavo da Bahia. No planejamento inicial, o projeto compreendeu a formação de jovens para atuarem junto às políticas públicas na área do patrimônio cultural, através de uma ação educativa e da realização de um conjunto de atividades de inventário (trabalho de campo e laboratório) previstas para desenvolvimento em cinco meses (dezembro a abril de 2005).[65]

Em meados de dezembro de 2004, havia uma sinalização positiva para o encaminhamento dos trabalhos, mas logo em seguida surgiram dúvidas quanto ao seu início. Naquele período, já era confirmada a participação de Francisca Marques (etnomusicóloga) e Any Freitas (assistente de pesquisa) trabalhando no projeto em Cachoeira. Também tinha sido acordada a colaboração dos alunos do Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Áudio (LEAA/Recôncavo) como auxiliares de pesquisa no projeto.[66]



[65] Desde junho de 2004, já haviam sido iniciadas as conversações com o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular através da antropóloga Letícia Vianna. Esses contatos se estreitaram em agosto, com a visita e estadia da museóloga Elizabete Mendonça e do fotógrafo Francisco da Costa do CNFCP em Cachoeira, durante a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte (2004). Em setembro, durante o Seminário de Treinamentos Técnicos do IPHAN para Uso da Metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais, no Auditório do Museu do Folclore Edison Carneiro (CNFCP/IPHAN), no Rio de Janeiro, houve apresentação e contato entre a equipe que participaria da primeira etapa do projeto Rotas da Alforria em Cachoeira.

[66] Alguns dos colaboradores do LEAA eram também orientandos de Francisca Marques no Núcleo de Rádio das Faculdades Jorge Amado em Salvador.



Foto: Francisca Marques

Any Freitas, 20 anos, sambadora, auxiliar de pesquisa no Projeto Rotas da Alforria

A parceria do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular com a Associação de Pesquisa em Cultura Popular e Música Tradicional do Recôncavo, ONG que mantém o LEAA, desenvolveu um mapeamento das referências culturais para dar início ao processo de inventário dos bens e saberes da cultura popular em Cachoeira.

A educação comunitária é uma forma de ensino aberta a todas as áreas de conhecimento, temáticas e faixas etárias. Ela pode envolver também uma educação voltada para o patrimônio ou educação patrimonial.

Nesse modelo de trabalho educativo, há, entre os sujeitos, um envolvimento em coletividade (atividade coletiva/comunitária) que pode estabelecer o que Paulo Freire apontou como autêntico diálogo:

> [...] os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nessa perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo da ação, o papel de sujeitos criadores.(FREIRE, 2001, p.58-59)

Pode-se pensar a mesma relação como pesquisador/auxiliar de pesquisa – auxiliar de pesquisa/pesquisador, assim como no campo se projetam o êmico e o ético, na perspectiva de que ambos se encontram mediatizados por algo e dialogam sobre o mesmo objeto, produzindo e construindo determinado conhecimento.

Esse processo educativo, segundo Paulo Freire, torna os sujeitos envolvidos cognoscentes e criativos.[67]

> Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria. Na verdade, do ponto de vista da natureza humana, a esperança não é algo que a ela se justaponha. A esperança faz parte da natureza humana. (FREIRE, 2002, p. 37)

A valorização da experiência que os educandos e educadores têm em práticas contextualizadas na realidade concreta do seu cotidiano (espaço pedagógico), se

[67] A constituição do sujeito no processo histórico-social-cultural vem sendo pensada, discutida e aplicada como método pedagógico desde VYGOTSKY (1896-1934). Podemos associar, no entanto, o trabalho do educador francês Célestin FREINET (1896-1966) à pedagogia de Paulo Freire, já que ambos acreditavam na capacidade do aluno em organizar sua própria aprendizagem. O que Freinet chamou de "texto livre", Freire aplicou como "método global de alfabetização".



Foto: Itamaraci Gomes

Maniçoba (à esquerda);
Fumo (abaixo, à esquerda);
Azeite de Dendê (abaixo);
Cerâmica (ao pé da página)



Foto: Jairo Conceição



Foto: Dinailton Ribeiro



Foto: Leandro Farias



Foto: Francisca Marques

Os cachoeiranos Itamaraci Gomes, Leandro Farias, Any Freitas, Paulo Vitor Mascarenhas, Dinailton Ribeiro e Jairo Conceição (auxiliares de pesquisa no Projeto Rotas da Alforria)

associada a projetos vinculados a políticas públicas, como ocorreu com o projeto Rotas da Alforria, podem contribuir, e muito, para que esses educandos e mestres, parceiros e autônomos na sua aprendizagem e saberes, tornem-se agentes mantenedores, multiplicadores e difusores do patrimônio cultural local. Isso se constitui em conscientização e salvaguarda desses bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais.

Os jovens envolvidos nesse trabalho demonstraram enorme interesse na participação e colaboração para o projeto Rotas da Alforria.

Discutimos o papel do pesquisador e a importância do trabalho de campo, a escrita etnográfica, a documentação audiovisual e a formação de acervos. Pensamos sobre o conhecimento envolvido na atividade de pesquisa e nos organizamos para atuação concentrada de "varredura" no período entre janeiro e fevereiro de 2005.[68]

Fatores bastante positivos contribuíram para a junção dos dois grupos de alunos que atuaram como auxiliares de pesquisa. Os jovens de Cachoeira (sete alunos) tinham a vivência e experiência do saber local no seu cotidiano e, obviamente, o conhecimento e sua desenvoltura em campo são bastante eficazes.[69] Por outro lado, os alunos de comunicação social (sete alunos também – um jornalista e seis radialistas) tinham habilida-

[68] Tanto a disponibilidade da pesquisadora quanto a dos alunos era estreita porque as atividades teriam que ser desenvolvidas durante as férias, até o início das aulas deles em Cachoeira e Salvador (fevereiro) e as dela no doutorado em São Paulo (abril). Letícia Vianna do CNFCP foi muito correta e precisa na advertência de que talvez fosse arriscado começar o projeto antes da liberação da verba, mas, por pressão dos alunos e pelo tempo curto para desenvolvimento da atividade, a decisão foi de tocar o projeto em frente. Teria sido totalmente contraproducente "um banho de água fria" no ânimo coletivo naquele momento, não tendo sido possível recuar.

[69] Os alunos de Cachoeira foram Any Manuela Freitas, Itamaraci da Purificação Gomes, Paulo Vitor Farias Mascarenhas, Dinailton Ribeiro, Leandro Farias, Palloma Braga e Jairo Conceição.

des voltadas à utilização do audiovisual, uso de equipamentos, técnicas de captação e edição de áudio e imagens.[70] Seria a oportunidade de uma complementaridade e troca de conhecimentos, produtiva e intensa, o que realmente se confirmou durante o desenvolvimento do projeto.[71]

Durante o treinamento dos alunos, que foi feito separadamente em Salvador e em Cachoeira, foram apresentados conceitos de cultura popular e de patrimônio imaterial e destacadas as categorias celebrações, formas de expressão, modos de fazer, lugares e edificações. Imediatamente vieram idéias para discussões: o samba-de-roda é uma forma de expressão que ocorre em celebrações como a Festa da Boa Morte, por exemplo; os Cabeçorras são formas de expressão, mas o fazer a cabeçorra é também um saber. Surgiram também questões com relação a lugares e edificações: a Pedra da Baleia é um lugar, uma edificação ou os dois?

Foram conhecidas as fichas do INRC e pensadas formas de entendimento e utilização destas no desenvolvimento do trabalho. Imediatamente, pensamos numa síntese das fichas para fazer as entrevistas. Optamos pela organização de roteiros elaborados a partir das categorias e das fichas a elas correspondentes.[72]

A sugestão do CNFCP foi realizar uma "varredura" e listagem das referências culturais de Cachoeira e São Félix.[73] A equipe de Cachoeira organizou uma lista de referências e fontes para compor a base do levantamento preliminar.[74] Foram feitas visitas às bibliotecas e arquivos de Cachoeira e São Félix para levantamento de textos e informações básicas sobre as festas e a cultura popular local.[75]

A partir de janeiro, estando as duas equipes concentradas no espaço da Associação de Pesquisa em Cultura Popular e Música Tradicional do Recôncavo, em Cachoeira, houve apresentação geral do grupo.

Na retrospectiva do que já havia sido conversado sobre o desenvolvimento do projeto, foi feita a formação de grupos de trabalho e distribuição de tarefas e decidido que os

---

[70] Os alunos de Salvador foram Camila Garcia, Daniela Penha, Fabrício Jabar, Leonardo Lima, Vanessa Vieira, Verônica Portella e Webert Costa.

[71] Outras experiências com atividades educativas em Cachoeira podem ser encontradas em: MARQUES, 2005, p. 22; MARQUES, 2003; MARQUES, 2002, p. 219; MARQUES, 2001, p.65.

[72] Os anexos e fichas baseados na metodologia do INRC são extensos e trabalhosos para serem aplicados em projetos de curto período. Eles requerem tempo (médio e longo prazo) porque a documentação produzida se soma à recolhida em dados paralelos complementares museológicos (A5), bibliográficos (A1) e audiovisuais (A2). Esses dados têm formatações específicas, que vão ser passadas para as fichas. Já o anexo (A3) pressupõe os bens culturais inventariados, ou seja, a representação de cada referência cultural identificada pelo mapeamento. Os formulários (f20/f40) fazem recortes na pesquisa para a verticalização de bens (celebrações/formas de expressão). As fichas de verticalização pressupõem profundidade de conhecimento do bem em foco. Uma etnografia complementa a ficha de verticalização.

[73] Esse território se ampliou para o engenho da Vitória e a região da Pioneira durante trabalho de campo da equipe do LEAA; também ao Tabuleiro da Vitória, no auxílio à pesquisa da farinha desenvolvida pela pesquisadora Maria Dina Nogueira do CNFCP; e, por extensão, ao Iguape, Nagé, Coqueiros e comunidades quilombolas, acompanhando os pesquisadores Beatriz Lessa, Rafael Winter e Renata Gonçalves (equipe da Copedoc).

[74] A listagem foi feita a partir das categorias já mencionadas. No decorrer do trabalho, essa lista naturalmente se ampliou, assim como as fontes de novas referências.

[75] A internet também foi utilizada como ferramenta de busca e pesquisa em laboratório.

grupos seriam mistos, com jovens de diferentes faixas etárias e de diferentes formações (ensino fundamental, médio, e superior).[76] Foram formados quatro grupos de trabalho,[77] que receberam alguns itens de cada categoria para buscar as fontes e fazer entrevistas. Os lugares foram itens comuns a todas as equipes e mereceram visitas que resultaram na documentação de ruínas, paisagens e do conjunto arquitetônico do Centro Histórico de Cachoeira (edificações). A equipe de Cachoeira recebeu também treinamento de captação de som (operação de equipamento digital, além de tipos, diretividade e uso de microfones) e uma breve conceituação diferenciando trabalho acústico e paisagens sonoras.[78] Também foi debatida a importância da fotografia, assim como noções elementares de enquadramento, luz e operação técnica de câmera digital.[79]

Entrevistas: memória e oralidade

Parte importante da metodologia desse trabalho foi coletar a documentação através de entrevistas individuais e de biografias. Dessa forma, buscamos, em diferentes indivíduos, considerações sobre um mesmo tema, objetivando posteriores análises cruzadas. Nas entrevistas coletivas, centramos o foco na produção de conhecimento e no fazer pesquisa, especialmente.

Assim como Bruno Netll, consideramos, que "o uso de biografia – essencialmente autobiografia, obtida através de entrevistas (que devem ser checadas e editadas) – é a principal inserção ao método de campo antropológico" (NETLL , 1983, p. 247).

Baseados também na experiência de Paul Thompson, que considera que a vida individual é veículo concreto da experiência histórica e só pode ser plenamente compreendida como parte de um todo, buscamos incorporar e reinterpretar os três modos pelos quais, segundo ele, a história oral pode ser construída (THOMPSON,

---

[76] As idades dos estudantes variaram entre 15 e 23 anos.

[77] Um grupo permaneceu todo o período de férias em Cachoeira, mas houve revezamento nos finais de semana e nos trabalhos de campo especiais, como a ida ao engenho da Vitória e à Festa do Boita no terreiro de Gaiaku.

[78] Para o etnomusicólogo Samuel Araújo, a música, ou quaisquer outras formações acústicas, constitui formas contextualizadas de trabalhar um tempo sincrônico qualitativo. Ele as compreende como múltiplas manifestações 'coletivas' circunscritas no tempo e no espaço, ou ainda, como conjuntos de relações das quais seres humanos organizam e trabalham acusticamente o tempo (ARAUJO, 1993). Paisagens sonoras (do inglês sound+scapes) foi uma terminologia criada pelo compositor e pesquisador canadense Murray Schafer, a qual pressupõe um conjunto de sonoridades que implica na "totalidade do ambiente sonoro". Em nossa pesquisa, tanto o trabalho acústico quanto paisagens sonoras se aplicam como designação de registro sonoro. No entanto, a paisagem sonora sugere um conjunto de sons (naturais, humanos ou tecnológicos), enquanto o trabalho acústico "focaliza" uma prática socialmente determinada, também considerada performance (por exemplo, entrevistas).

[79] De acordo com BITT-MONTEIRO (1998) a fotografia é um meio de simplificação na busca e síntese de resultados. Como linguagem de criatividade visual, tanto a fotografia como o processamento de imagens, são formas "de ver, descobrir e questionar o passado". Fotografar também pode ser, "uma forma de expressão, ou 'congelamento' de uma situação e seu espaço físico inserido na subjetividade de um realismo virtual". Seja ela impressa, exposta ou projetada, a fotografia está integrada a várias áreas das atividades humanas. Como linguagem ampla e sem tradução específica, "constituída por uma leitura livre, sem normas e formalismos", para Bitt-Monteiro, ela é intrinsecamente "constituída de lapsos de tempo fragmentados em uma realidade ocasional ou dirigida, obtida pelo fotógrafo-autor" (BITT-MONTEIRO, 1998. Disponível em: http://www.ufrgs.br/fotografia/port/07_artigos/04_atg/index.htm).



Foto: Any Freitas

Dinailton Ribeiro entrevista D. Maria Bonifácia sobre o acarajé

1992, p. 254): a narrativa como biografia individual; as coletâneas de narrativas; e a análise cruzada.

Nas entrevistas coletivas foram convidados pesquisadores que falaram sobre temáticas como a história social de Cachoeira[80] e a utilização da viola na música brasileira.[81]

Essas coletivas funcionaram como exercícios para os alunos. Eles recebiam previamente uma informação básica sobre o pesquisador e o tema. Um dos grupos escrevia uma breve introdução datada da entrevista que seria apresentada por um aluno da equipe, que também formularia, ao final da comunicação, as primeiras questões para iniciar troca de idéias e discussões[82] (ver entrevistas com Luiz Cláudio Nascimento; Andréia Carneiro Souza).

Outra modalidade dessas coletivas foi a narrativa biográfica, uma forma de estudar a cultura popular através de histórias de vida. O entrevistado narrou histórias e lem-

---

[80] No encontro com o historiador Luiz Cláudio Nascimento, foi feita uma retrospectiva histórica de Cachoeira, centrada na expansão urbana, surgimento dos candomblés e as irmandades de negros em Cachoeira no século XX e histórias sobre a vida de Gaiaku Luiza.

[81] De passagem por Cachoeira, foi convidada a musicóloga Andréa Carneiro de Souza. Ela falou do desenvolvimento da pesquisa sobre a viola que realizava naquele momento por vários estados do Brasil. O interesse da sua ida a Cachoeira e ao Recôncavo foi pesquisar o instrumento, seus toques e conhecer seus tocadores. Toda equipe foi colaborativa com Andréa, o que lhe facilitou rapidamente contatos e entrevistas. Um grupo de alunos acompanhou e auxiliou essa pesquisa como guias. Esse trabalho de pesquisa resultou no livro Viola Instrumental Brasileira – patrocínio Petrobrás Cultural (SOUZA, 2005).

[82] No caso da viola, os alunos cachoeiranos foram investigativos com relação à pesquisa e colaborativos com informações sobre a viola do samba em Cachoeira.

branças da sua participação nas festas populares de Cachoeira (ver entrevistas com Raimundo Cerqueira).

Já as entrevistas individuais eram organizadas a partir das referências e dos contatos. A equipe entrava em contato com a fonte para agendamento da entrevista. Os roteiros eram elaborados e discutidos no laboratório anteriormente à ida a campo. Na equipe, cada membro desenvolveu tarefas conjuntas e diferentes (entrevista, gravação do áudio, fotografia).

No trabalho "Etnomusicologia aplicada: uma reflexão crítica sobre dois projetos de pesquisa e ação", a pesquisadora Julia Tygel (UNICAMP) registrou o ponto de vista de alguns auxiliares de pesquisa que compartilharam a experiência de campo para o projeto Rotas da Alforria.

> Júlia Tygel: Eu queria saber como foi isso de você ser de Cachoeira e estar lá entrevistando as pessoas. Como as pessoas que vocês, que você entrevistou, encararam isso?
>
> Paulo Vitor Farias Mascarenhas: Pensavam que eu era de São Paulo. 'Você é da onde? De São Paulo?'; 'Eu não, sou cachoeirano mesmo''. Eu ouvi muito isso. Realmente as pessoas não tinham essa experiência de pessoas daqui, da própria cidade, ir pra lá querer saber mais a respeito deles, gravar uma entrevista. Conversar com eles a respeito da cultura da cidade. Demonstrar de certa forma algum interesse no que eles faziam. Então aí... passei por isso. Quem me conhecia, me recebia super bem, quem não me conhecia, me recebia super bem também. É... mas, sempre apareceriam essas perguntas: 'Você é da onde? De São Paulo?'; 'Eu não, sou daqui mesmo, sou do Cucuí de São Cosme. Conhece não sei quem?'; 'Ah, conheço sua mãe, conheço seu pai...' Essa coisa toda. Aí acabava que isso era uma coisa melhor até para o papo se desenvolver [...] Só quem vive isso pode dizer, sabe e sente o que aconteceu'. (Paulo Vitor Farias Mascarenhas, 19 anos, em entrevista com Júlia Tygel, em fev. 2006)
>
> Vanessa Vieira: Foi muito bom que eu tive essa experiência na prática. [...] A gente ia até as pessoas e a gente queria ouvir as pessoas. E o mais interessante era quando a gente procurava as pessoas mais idosas. Normalmente, os mais idosos gostam muito de falar e quase ninguém tem paciência para escutar. E a gente tava lá querendo ouvir tudo o que essa pessoa tinha para falar, e eles adoravam. Ficavam sempre felizes quando a gente ia encontrar com eles. Eu acho que o mais bacana desse projeto era que levantava a estima das pessoas. A gente aumentava a estima e as pessoas ficavam muito felizes, se sentindo importantes. (Vanessa Vieira, 21 anos, em entrevista com Júlia Tygel, em 6 fev. 2006)

A entrevista como recurso preparatório para a observação participante em performances (musical e ritual) também foi uma característica das práticas pedagógicas desse projeto. Os alunos acompanharam toda a Festa do Boitá no terreiro jeje Rumpayme Ayono Runtologi. Essa atividade teve duração de vários dias, em semanas alternadas de janeiro de 2005.

Dona Luiza Franquelina da Rocha, Gaiaku Luiza, foi entrevistada semanas antes do início da festa, mas não quis falar do Boitá naquele momento. Segundo ela, se as alunas

demonstrassem interesse participando da festa, ela então falaria a respeito. O diário de campo de Daniela Penha, 18 anos, registrou esse encontro.[83]

> Diário de Campo
>
> Cachoeira, 12 de janeiro de 2005
>
> Como de costume, começamos nosso dia indo atrás das fontes pré-identificadas. Para compensar o dia de ontem, fizemos hoje várias entrevistas.
>
> Na primeira delas, sofremos um pouco pra chegar ao local. Tivemos que subir duas ladeiras e mais de 70 degraus, mas valeu a pena, pois conhecemos dona Luiza, Gaiaku Luiza, de 95 anos. Ela é uma espécie de grã-mestre do candomblé jeje. Essa tradição jeje é rara no Brasil. Só existem esses terreiros aqui em Cachoeira e no Rio de Janeiro. D. Luiza é a maior autoridade dentre os dois. Ela nos falou que a festa só acontece uma vez por ano, santo, só baixa um e a tradição é mantida a sete chaves. Segundo Gaiaku, os segredos, ou seja, a tradição, está sendo banalizada. As pessoas, por dinheiro, acabam destruindo e revelando verdades que dizem respeito só a quem realmente crê no candomblé.
>
> Ela ainda nos contou que ela foi a baiana que inspirou Dorival Caymmi na canção "O que é a baiana tem?". Devido a isso, ela viajou muito, conheceu vários lugares que ficarão marcados para sempre em sua memória.
>
> Depois nos mostrou fotos, seus santos e toda a sua casa, inclusive seu quarto. Quando estávamos lá, ela nos contou que sua maior vaidade são os perfumes. Saímos de lá mais enriquecidas em experiência vivida, felizes, realizadas e também cheirosas. Dona Luiza nos deu literalmente um banho de perfume!

Procurada em três ocasiões, depois da festa, Gaiaku foi encontrada doente. Ela faleceu poucos meses depois.

---

[83] Em "Confronting Field (Note) In and Out of the Field: Music, voices, texts, and experiences in Dialogue", Gregory BARZ (1992, p. 45-61) assinala que as anotações e diário de campo fazem parte do processo de interpretação, representação, compreensão e análise da experiência dentro e fora do campo e requerem concentração e disciplina do pesquisador. Nelas, estão imbuídas como narração reflexiva e descritiva a relação entre o "self" e o "outro" tomando o campo, em geral na primeira pessoa, para formar discursos cujos processos se revelam, além do diálogo e da experiência, como processo de trabalho e desenvolvimento de nós mesmos como pesquisadores, seres humanos e cidadãos, através da escrita. Essa produção de conhecimento, a partir de um envolvimento intersubjetivo intenso, processa-se tanto como "uma exteriorização objetivante" do sujeito quanto uma "interiorização reflexiva" do real (ver ROCHA; ECKERT,1998). No nosso entender, as notas e o diário de campo imprimem a forma mais pessoal e confessional do exercício de observação, reflexão e interpretação da experiência e das relações entre o pesquisador e sua comunidade de estudos. Assim como Barz, entendemos que a prática da escrita tem também função de catarse e diálogo imerso em um plano introspectivo que, ao relermos, trazem não apenas fatos, mas imagens visuais e sonoras, e, especialmente, sentimentos próprios do contexto em que estivemos inseridos enquanto produzimos conhecimento (pesquisa).



Imagens da Procissão do Boitá





Fotos: Itamaraci Gomes

Gayaku Luiza sendo entrevistada por Vanessa Vieira e Camila Garcia.

O diário de Any Freitas acrescenta outros elementos de observação e descrição da performance ritual no Boitá:

> Os homens (ogans) estavam vestidos de blusa branca e calça branca, e na frente da calça, amarrado de um lado a outro da cintura, tinham uma espécie de pano branco. Eles usavam contas de seus voduns. As pessoas que estavam incorporadas estavam com uns panos brancos traspassados no corpo, saias brancas compridas, pano branco enrolado na cabeça e colares brancos de búzios. Alguns voduns estavam com um objeto de palha enfeitado com búzios na cabeça e colares coloridos. A fila saiu do salão, deu uma volta na árvore e seguiu para dar a volta do lado de fora da casa (Any Freitas, 19 anos, jan. 2005).

A orientação aos alunos durante as entrevistas foi sempre buscar, mesmo que minimamente, os pontos mais importantes do roteiro: memórias, descrição de eventos e performances, modos de fazer, objetos, indumentária, instrumentos, culinária; representações, sentidos, comportamento, música, religiosidade etc.[84]

No bloco de anotações abaixo, temos um exemplo de discussão para formatação de um dos roteiros:

> Celebração - Festa de Cosme e Damião (Leandro Farias)
>
> • O trajeto da procissão
>
> • A diferença dessa festa para a de outros Santos.
>
> • O significado da indumentária (por que a capa? As cores?).
>
> • De onde vêm os recursos pra festa?
>
> • Quais orações?
>
> • Ainda faz missa em latim? Por quê?
>
> • Como é feita a relação da comissão da festa?
>
> • Por que nove dias de festa se o dia é 27 de setembro?
>
> • A história de Cosme e Damião. Como veio parar na Bahia?
>
> • Relação com as filarmônicas.
>
> • Etapas de construção da festa.
>
> • Trajes.
>
> • Diferença entre Católica Apostólica Brasileira e Católica Apostólica Romana?
>
> • Como é feito o caruru de santo?
>
> • Perceber a questão religiosa social (maioria muito pobre) e o nacionalismo forte. (Leandro Farias, 15 anos)

[84] Em diversas situações ficou claro para os alunos que o imprevisto permeia o "fazer o campo" e nem sempre é possível transpor do roteiro para o processo de documentação.

Na situação da entrevista foi enfatizada a importância de olhar para o entrevistado como um colaborador participativo. Foi lembrado aos alunos que o entrevistado é também autor da entrevista e do trabalho.[85]

Superando os obstáculos e desafios

Foram vários os desafios operacionais e técnicos nessa fase.[86] Tínhamos uma máquina fotográfica e três MDs disponíveis para captação e um para edição do áudio, o que levava as equipes a se revezarem com os equipamentos. Havia uma dinâmica de atividades de laboratório e campo intensas. Enquanto uma equipe saía, outra voltava; os dados recolhidos eram imediatamente transferidos para o computador para que os MDs fossem reutilizados. Algumas entrevistas foram longas, o que significou congestionamento do uso dos dois computadores para arquivamento. Como os arquivos de áudio são grandes, rapidamente os HDs ficaram pesados e tiveram que ser esvaziados. Houve necessidade de transferência de parte do material como cópia para CD. Além disso, não havia descarregamento simultâneo de áudio como nas fotos digitais e, portanto, a transferência do áudio levava o mesmo tempo da entrevista. A não padronização da catalogação desses dados, no momento da transferência do áudio e das fotos, resultou num longo trabalho posterior: renomear todos os arquivos e organizá-los por categoria para o preenchimento dos anexos, organizar as imagens, editar o áudio e organizar, por categorias, as faixas dos CDs que foram gravados para o acervo do Museu do Folclore (CNFCP).[87] Paralelamente a isso, estavam sendo preenchidos o anexo 4 (contatos) e o anexo 1 (bibliografia). As fichas de autorizações de uso de voz e imagem foram utilizadas depois do início das entrevistas, e embora tenha havido dificuldades no retorno aos entrevistados para solicitar as assinaturas, o que demandou dialogar e explicar as intenções das autorizações e do projeto, boa parte deles foi colaborativa.[88]

---

[85] O trabalho de ROUCHOU (2000) considera que "os oralistas trabalham com colaboradores e não com informantes em suas entrevistas. É mais um parceiro que vai lançar novas luzes sobre o tema proposto pelo autor do projeto. Aqui caberia abrir uma outra discussão, que seria a autoria do texto em História Oral, uma vez que a relação é construída entre as duas partes: o oralista e seu colaborador".

[86] Toda estrutura técnica e de sustentação do projeto naquele momento foi mantida pela Associação de Pesquisa em Cultura Popular e Música Tradicional do Recôncavo, pela pesquisadora e pelos colaboradores do LEAA, assim como alimentação, hospedagem, transporte entre Cachoeira-Salvador e na região de Cachoeira, energia, material de limpeza, equipamentos, acessórios, internet etc. A liberação da verba para o salário da pesquisadora e auxiliar viria apenas no final de janeiro de 2005 e seria interrompida de março a maio, quando foram liberadas as duas últimas das quatro parcelas do pagamento. Isso trouxe o caos financeiro tanto para o desenvolvimento do projeto como para nossas necessidades pessoais e profissionais no ano de 2005. É importante dizer que as Faculdades Jorge Amado apoiaram os trabalhos de campo no período janeiro-fevereiro com um kit de equipamentos: dois microfones, fones, pistola, MD e máquina fotográfica. Esse equipamento foi retirado em concordância com a coordenação de comunicação da instituição para uso da pesquisadora Francisca Marques no período de férias.

[87] As entregas de material audiovisual para o CNFCP ocorreram nos meses de agosto e setembro de 2005. Foram entregues dois CDs de fotos e 43 CDs de fonogramas.

[88] Cada entrevistado, gradativamente, vem recebendo uma cópia de sua entrevista. No CD, constam o nome do projeto e as instituições nele envolvidas. Até agora foram entregues 42 cópias de CDs.

Durante a estadia dos alunos em Cachoeira, recebemos a visita da museóloga Elizabete Mendonça e da socióloga Maria Dina Nogueira, pesquisadoras do CNFCP. Elas foram acompanhar o andamento do projeto e ampliaram a visão dos alunos sobre a pesquisa e o trabalho de inventário através da comunicação de suas experiências em inventários como os do acarajé e da farinha.

A participação de Elizabete Mendonça no desenvolvimento do projeto Rotas da Alforria foi fundamental. Houve muito trabalho compartilhado na fase posterior ao campo, sobretudo no preenchimento dos anexos. Foi necessária a sistematização dos dados para que eles pudessem ser organizados e padronizados e foram inúmeras e exaustivas as alterações e revisões dos anexos 1 ao 5.

Ainda no primeiro semestre de 2005, mantivemos contato e trabalhamos com a historiadora Beatriz Lessa, o geógrafo Rafael Winter e a antropóloga Renata Gonçalves, pesquisadores da Copedoc. Eles foram receptivos com a proposta de trabalho de formação de pesquisadores entre jovens e adolescentes em Cachoeira e contribuíram com conhecimento, doação de livros e DVDs e, sobretudo, amizade.

Os pesquisadores do CNFCP e da Copedoc trataram os alunos sempre de forma gentil e respeitosa, o que despertou consideração de todos.

Colocamos à disposição da Copedoc todo a material audiovisual levantado, utilização do espaço, contatos, equipamentos e um auxiliar de pesquisa, Dinailton Ribeiro, foi cedido para acompanhamento da equipe.

Depois do campo intensivo, em laboratório, foram feitos o tratamento do material e preenchidos os anexos. Essa etapa ficou concentrada no trabalho de Francisca Marques, Any Freitas e Elizabete Mendonça. Tivemos a colaboração de Itamaraci Gomes, Dinailton Ribeiro, Leandro Farias e Palloma Braga desenvolvendo os trabalhos de campo paralelos para complementação de dados e cobrindo os eventos e as festas do calendário de Cachoeira e São Félix, de abril a julho.

Nos meses seguintes, o uso contínuo dos equipamentos também ceifou um MD e levou os dois computadores a falências seqüenciais, o que gerou bastante transtorno, especialmente nos meses de julho a agosto.

Anteriormente e durante esse período, houve a preparação para a Exposição Campanha. Encaminhamos uma seleção de fotos que fizeram parte do material de divulgação do projeto Rotas da Alforria: o convite da Exposição, cartões postais e o folder “Cachoeira, quem é você?”. Os alunos ficaram visivelmente satisfeitos e estimulados ao verem o resultado do seu trabalho impresso. Isso se somou à participação de cinco deles como monitores da Exposição no período de agosto a setembro. Durante o dia de abertura da Exposição, foi também apresentada uma vinheta do projeto acompanhada de um feature radiofônico sobre Cachoeira.[89]

É essencial dizer que o projeto e o material de divulgação do projeto Rotas da Alforria foram muito bem recebidos pela comunidade de Cachoeira. Eles tiveram um papel

[89] Algumas imagens e sons documentados no âmbito do projeto Rotas foram utilizados em produções audiovisuais dos alunos do LEAA/Recôncavo no projeto Scenes and Sounds of My City (DigiArts-UNESCO), disponível em unesco-mycity.paris4.sorbonne.fr/gallery/050324/dia/LEAA e no fotoblog Diário de Campo (acesso em http://leaa-reconcavo.fotoblog.uol.com.br/).



Foto: Renata Gonçalves

Rafael Winter, geógrafo do projeto, orienta os monitores da Exposição Campanha Leandro Farias e Itamaraci Gomes

didático importante, se considerarmos que o grande fluxo de visitantes da Exposição Campanha foram alunos do ensino médio e fundamental de Cachoeira e São Félix. A visitação à Exposição, o folder, o olhar sobre os objetos, a composição e distribuição dos painéis, o contato com os monitores, tudo foi estimulante e serviu de referência (o folder especialmente) para trabalhos escolares.

A esse respeito, o trabalho de TYGEL (2006) traz outra referência:

> Júlia Tygel: O que você acha que esse trabalho tem contribuído para a cidade e para os grupos?
>
> Dinailton: Muita coisa, principalmente a informação [...]. O próprio cachoeirano não sabe a cultura que Cachoeira tem; que a sua cidade tem. A partir desse projeto não só as pessoas de fora, das outras cidades, outros estados, quanto os de Cachoeira [tiveram acesso à informação] [...] Por que esse trabalho que nós fizemos, o resultado foi implantado aqui na cidade; foi exposto. Foi feita uma exposição no prédio do IPHAN. (Dinailton Ribeiro dos Anjos em entrevista a Júlia Tygel - 11 fev. 2006)

Os convites da Exposição Campanha foram entregues aos entrevistados do projeto, o que também surtiu um olhar positivo da comunidade sobre o projeto e a perspectiva de uma nova fase de trabalhos do IPHAN em Cachoeira.

Em setembro, foi apresentado o resultado parcial do projeto Rotas da Alforria no I Encontro de Avaliação de Inventários de Referências Culturais em Brasília. No evento, foi feita a síntese do trabalho realizado pela Copedoc e CNFCP em Cachoeira. Houve uma repercussão claramente positiva com relação ao projeto como um todo, tanto por parte dos diretores como dos técnicos e pesquisadores do IPHAN.

Metas e limites

A meta de trabalho proposta pelo CNFCP na primeira fase do desenvolvimento do projeto Rotas da Alforria (dezembro-abril), em Cachoeira, foi o preenchimento das Fichas do INRC Anexos 1 a 5; duas fichas f20 (Festa de Nossa Senhora da Boa Morte / Festa de Nossa Senhora da Ajuda); uma f40 (Samba-de-roda) e a produção de três textos (etnografias) sobre os bens verticalizados. Foi uma previsão de trabalho impossível de cumprir. A partir de setembro, o trabalho se concentrou nos anexos, na verticalização da Festa da Boa Morte (f20) e num texto (etnografia).

Durante o projeto, foram feitas entrevistas com quatro irmãs da Boa Morte.[90] Não houve, por parte da direção da entidade, comunicação com as irmãs para que elas gravassem entrevistas para o projeto, conforme havia sido acordado na reunião da Irmandade com a Copedoc e o CNFCP. As entrevistas foram cedidas porque as irmãs já conheciam a pesquisadora e os auxiliares do LEAA. Mesmo assim, elas não tiveram e nem têm permissão da direção da Irmandade para assinar qualquer autorização.

A aplicação do roteiro das entrevistas foi pensada de duas formas: uma factual e temporal, como seqüências dos processos descritivos da Festa, e outro subjetivo, buscando conhecer a trajetória de vida da Irmã entrevistada, sua religiosidade sincrética, o papel social como participante da Irmandade e, obviamente, a sua relação com a morte. Não houve tempo de desenvolver a proposta plenamente. Desde abril, o projeto teve continuidades e descontinuidades, sobretudo porque as pessoas envolvidas, por questão de sobrevivência, não tinham mais como colocar dedicação integral a ele.

Para preenchimento da f20, não foi utilizado o material recolhido durante o projeto Rotas da Alforria; ele está incompleto. O fichamento e a etnografia feitos em intervalos entre novembro 2005, janeiro, março e abril 2006 foram baseados na pesquisa sobre a Irmandade da Boa Morte que vem sendo desenvolvida por Francisca Marques desde 2000.[91] Consultados sobre como conciliar a questão institucional e autoral da pesquisa e dos dados, tanto o CNFCP como a coordenação do projeto Rotas da Alforria (Copedoc) foram tranqüilizadores.[92]

Houve, no entanto, um acidente técnico de formatação de HD no computador de trabalho, o que acarretou na perda de todo trabalho produzido no projeto Rotas da Alforria (inclui-se o material que ainda não havia sido entregue – f20, etnografia).

---

[90] As Irmãs foram dona Estelita Souza Santana, dona Dagma Barbosa, dona Jorlanda de Souza e dona Anália da Paz Santos Leite.

[91] Sonoridades do Mito na Irmandade da Boa Morte, projeto de doutorado em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (2004); Samba-de-roda em Cachoeira Bahia: uma abordagem etnomusicológica, dissertação de mestrado em etnomusicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003).

[92] É importante salientar que a estrutura de abordagem dos questionários funciona como um mapeador inteligente de absorção de dados. O pesquisador que vai iniciar uma nova pesquisa vai ter uma gama de dados a serem levantados que, pela própria metodologia, vão direcionar seu trabalho. O especialista, por outro lado, deve ter consciência, se o projeto for de breve duração, que vai dispor do seu construto intelectual e disponibilizar dados, questões, análises e conclusões sem considerar qualquer retorno ao que investiu ou estiver investindo em seu objeto de estudo. Há um dilema que o pesquisador enfrenta quando empreende esse tipo de trabalho.

Conclusão

Dos 83 bens levantados de forma preliminar, foram identificados 47 bens nas categorias celebração, formas de expressão, ofícios e lugares.

Celebrações

Águas de Oxalá / Boitá / Datas Cívicas / Festa de Caboclo / Festa de Cosme e Damião / Festa de Nossa Senhora da Ajuda / Festa de Nossa Senhora da Boa Morte / Festa de Nossa Senhora da Conceição do Monte / Festa de Nossa Senhora do Carmo / Festa de Nossa Senhora do Rosário / Festa de Santa Bárbara / Festa de Santa Cecília / Festa de São Benedito / Festa do Deus Menino / Festa do Divino / Festa dos Navegantes / São João / Semana Santa / Terno de Reis / Tocata dos Mortos

Formas de expressão

Bumba-meu-boi / Capoeira / Dança dos Orixás / Esmola Cantada / Filarmônicas / Mascarados (Mandu e Cabeçorras) / Samba de Roda / Trança Fitas

Modos de fazer

Abará / Acaçá / Acarajé / Azeite-de-dendê / Beiju / Boneca de pano Caruru / Escultura em barro / Escultura em ferro / Escultura em madeira / Farinha / Licor /Maniçoba / Fumo / Fuxico / Mungunzá / Pintura / Vatapá / Xilogravura

Lugares[93]

Alto do Rosarinho / Cachoeira da Vila Real / Cachoeira do Japonês Engenho da Vitória / Feira de Cachoeira / Levada do Caquende / Rio Paraguaçu / Bairro do Rosarinho / Cucui de Brito / Cucui de Caboclo / Rua da Feira / Caquende / Pedra da Baleia / Centro Histórico

[93] A Feira de Cachoeira foi o único lugar descrito no anexo 3.

Atividades Realizadas

Seleção dos auxiliares de pesquisa em Cachoeira e Salvador;
Treinamento em INRC;
Discussão sobre o papel do pesquisador e introdução ao trabalho de campo e práticas de laboratório;
Treinamento em escrita etnográfica (bloco de anotações, diário de campo, captação e edição de som, operação de câmera digital e introdução elementar à fotografia);[94]
Mapeamento e levantamento preliminar das referências culturais de Cachoeira e São Felix;
Levantamento bibliográfico em Cachoeira, São Felix e Salvador;
Organização dos grupos de trabalho;
Realização de entrevistas e documentação de performances orais, musicais e rituais; gravação de paisagens sonoras;
Processamento do áudio e das imagens e back up do material recolhido;
Disponibilização do material áudio-visual para pesquisadores do COPEDOC;
Trabalho de campo conjunto com o COPEDOC;
Preenchimento dos anexos 1, 3, 4, 5;
Revisão dos anexos 1, 3, 4, 5;
Organização e padronização do áudio e das imagens recolhidas;
Preenchimento do anexo 2;
Seleção e envio do material para a Exposição Campanha;
Seleção e treinamento dos Monitores da Exposição Campanha;
Trabalho dos monitores da Exposição Campanha;
Entrega dos CDs aos entrevistados (em andamento);
Organização por categoria e produção dos CDs de imagens para o CNFCP (2120 fotos / 1060 fotos recusadas / 2 CDs);
Organização por categoria, edição e produção dos CDs de áudio para o CNFCP (100 fonogramas / 43 cds);
Relatório I;
Revisões do anexo 2;
Apresentação do projeto Rotas da Alforria no I Encontro de Avaliação de Inventários de Referências Culturais em Brasília;
Preenchimento da f20 e produção de etnografia sobre a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte (material perdido);
Relatório II.

[94] Não foi utilizado o vídeo porque não dispúnhamos de equipamentos e acessórios naquele momento.

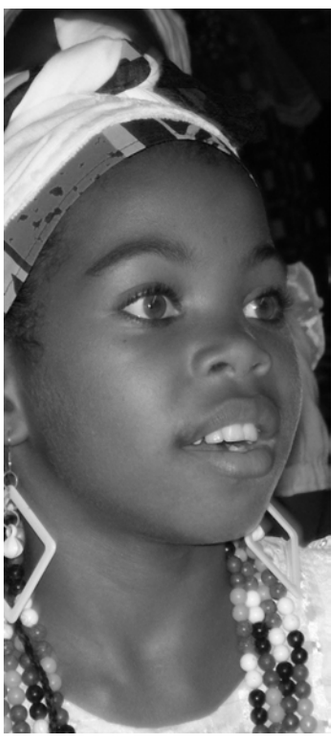
Monica Muniz Melhem

Tratamento do acervo documental sobre a região de Cachoeira, Bahia

Introdução

O acervo preservado no Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro – constitui uma importante fonte de pesquisa para a história do patrimônio cultural brasileiro. A origem e história do arquivo confundem-se com a da própria Instituição. Ambos passaram a funcionar em abril de 1936 e, ao longo desses anos, o arquivo teve seu acervo enriquecido, principalmente, pela documentação produzida e acumulada pela Instituição no exercício das atividades de identificação, proteção e promoção do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, etnográfico e paisagístico do país. Essa documentação necessita de tratamento técnico desenvolvido por meio de atividades de identificação, descrição, notação, higienização e acondicionamento, visando assegurar a sua integridade física e preservar o seu conteúdo informacional, disponibilizando-o ao acesso público.

O tratamento do acervo documental sobre a região de Cachoeira (BA), depositado nos Arquivos do Iphan no Rio de Janeiro e Bahia visava, sobretudo, a disponibilização dessas fontes documentais como parte do projeto Rotas de Alforria, subsidiando a produção de conhecimento para o exercício das outras etapas previstas no projeto.



O objetivo principal de tratamento da documentação arquivística era a aplicação de um "modelo" de metodologia que contemplasse todo o ciclo de tratamento técnico, desde a identificação dos documentos até a digitalização e microfilmagem de toda a documentação, com a transferência de suporte necessária à preservação e acesso, congregando fontes complementares dispersas em diferentes regiões – RJ e BA.

O total do acervo era de 71 metros lineares de documentação, sendo 6 metros no Rio de Janeiro e 65 metros no arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN, em Salvador. No entanto, nessa primeira etapa, foi selecionada somente a documentação sobre um bem imóvel tomado como exemplo do acervo do Rio de Janeiro para a aplicação da metodologia desenvolvida.

Sobre o “acervo Cachoeira”

O “acervo Cachoeira” depositado no Arquivo Central do IPHAN, que compreende o período de 1937 a 1989, aproximadamente, é composto de documentos produzidos a partir dos atos institucionais relacionados aos bens que foram objeto de estudo para tombamento ou somente para avaliação, dos processos de tombamento e das intervenções preventivas e de conservação no patrimônio edificado. Nesse conjunto encontram-se processos específicos de tombamento, registros de intervenções de preservação e conservação dos monumentos, documentos de pesquisa histórica que revelam e levantam notas e conteúdos biográficos e administrativos sobre os bens, além de outros assuntos pertinentes à missão de preservação do patrimônio público. Estão presentes também os registros das ações anteriores e posteriores à transformação da cidade em Monumento Nacional (1971), quando são tomadas medidas e ações políticas e jurídicas com o objetivo de implementar e regulamentar a lei nº 67.025/71, que estabelece a preservação e proteção, pelo IPHAN, da cidade e de seu conjunto paisagístico, requerendo e exigindo do órgão ações e medidas ordinárias e extraordinárias para preservação.

A documentação trabalhada corresponde a 84 bens identificados no município de Cachoeira, que foram objeto de análise para preservação do patrimônio cultural, e é constituída por documentos textuais, iconográficos e cartográficos distribuídos entre as séries Obras, Inventário, Processos de Tombamento, Arquivo técnico-administrativo, Planos e projetos. Foram contabilizadas 39 caixas-arquivo, equivalentes a cerca de 6 metros lineares de documentação, além de 28 processos de tombamento, num total de 10.500 folhas.

Etapas de trabalho, equipes e metodologia

O trabalho se realizou em etapas e com equipes diferenciadas, sendo que algumas dessas etapas puderam se desenvolver paralelamente, e que se resumem a:

1 - Etapa Preliminar – análise do universo contextual e leitura de bibliografia básica sobre Cachoeira;

2 - Etapa de Identificação dos bens móveis e imóveis do município de Cachoeira e separação dos documentos presentes no Arquivo Central do IPHAN / RJ - preparação de relatórios para conferência; análise dos documentos arquivísticos;

3 - Etapa de Conservação - higienização superficial e pequenos reparos;

4 - Etapa de Descrição - análise, organização e descrição em formulário padronizado; elaboração de código de notação; aplicação do código de notação aos documentos; inserção das informações em bases de dados (documentação textual e fotografia);

5 - Etapa de digitalização, homologação e microfilmagem - digitalização da documentação referente ao bem selecionado (Cd’s e DVD’s), homologação das imagens digitalizadas, microfilmagem eletrônica;

6 - Inserção das imagens digitalizadas na bases de dados – adequação da base de dados de documentação textual;

7 - Etapa de Acondicionamento definitivo – invólucros para documentos textuais e fixação de fotografias.

1 - Etapa Preliminar

O projeto teve início em julho de 2005, com a contratação de equipes e sistematização e leitura de uma bibliografia básica sobre os aspectos cultural, econômico, arquitetônico e urbanístico do município, possibilitando uma visão ampla da importância de Cachoeira como patrimônio. De igual modo, permitiu também delimitar com maior precisão a relação de bens tombados, individualmente e/ou em conjunto, nesse município, cujos registros textuais e iconográficos estão depositados no Arquivo Central do IPHAN, no Rio de Janeiro.

Num primeiro momento foram realizadas duas atividades básicas para o tratamento de acervos documentais: **a identificação do universo contextual** de que trata a documentação; **a análise dos documentos arquivísticos.**

A identificação do universo contextual a ser trabalhado permite ao profissional do tratamento da informação ater-se ao trabalho de pesquisa sobre o produtor / produtores da documentação e do contexto social, histórico e cultural em que as suas atividades foram desenvolvidas e no qual o acervo, objeto do tratamento, encontra-se inserido em termos informacionais. A análise dos documentos arquivísticos é essencial na formulação do conceito de conjunto documental, aliado à pesquisa que busca reconstruir o "cenário contextual" em que esses documentos foram produzidos e preservados. Essas etapas devem convergir para a elaboração de uma estratégia de organização / arranjo embasada na leitura e análise dos conteúdos informacionais, nas suas inter-relações, e para a descrição arquivística que espelha a lógica adotada na organização destes documentos.

Para o desenvolvimento do tratamento técnico da documentação foi contratada, inicialmente, uma equipe formada por dois auxiliares de documentação, um auxiliar de conservação que sob a supervisão e coordenação dos dois técnicos da Gerência de Documentação Arquivística e Bibliográfica da Copedoc, incluindo o Laboratório de Conservação, estabeleceram a metodologia mais adequada à realização deste trabalho. Para finalização do trabalho foi contratada uma arquivista para revisão e complementação dos dados coletados.

Originalmente, a proposta era aplicar um tratamento modelar, no que se refere a organização, higienização, acondicionamento e disponibilização de informações textuais e digitais, em toda a documentação sobre os bens móveis e imóveis de Cachoeira depositada no Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, respeitando-se, entretanto, o arranjo já existente. O acervo do Arquivo encontra-se organizado por Séries e Subséries, ordenadas, em sua maioria, pela Unidade da Federação; Município e Bem (imóvel ou móvel), com informações registradas em bases de dados específicas.

2 - Identificação preliminar dos bens móveis e imóveis do município de Cachoeira e separação dos documentos presentes no Arquivo Central do IPHAN/RJ.

Primeiramente, foram identificados 84 bens com documentação textual e/ou iconográfica no Arquivo do IPHAN/ RJ. Logo a seguir, foi feito o levantamento da documentação sobre esses bens, móveis e imóveis, presentes nas séries do Arquivo do IPHAN, delineando-se o universo a ser organizado de modo quantitativo e tipológico.

Com o auxílio da base de dados do Arquivo foi compilada uma primeira listagem relacionando a documentação sobre um mesmo bem nas séries: Processos de Tombamento, Obras, Inventário, incluindo a subsérie Museus, Planos e projetos e Arquivo Técnico-administrativo. O objetivo era obter uma visão global não somente da quantidade de material, mas também de sua tipologia e localização topográfica por cada bem. Essa etapa teve como arcabouço o arranjo já adotado pelo Arquivo, isto é: uma organização geográfica hierarquizada pela Unidade da Federação, Município e, dentro desses, os bens que foram objeto de estudo ou avaliação por parte dos técnicos do órgão.

Em seguida, foi feita uma análise para a racionalização dos conjuntos documentais já existentes em suas respectivas séries, buscando recompor a lógica de produção do documento que, por vezes, foi desestruturada em função do manuseio contínuo da documentação e do desconhecimento de metodologia arquivística por parte de técnicos e usuários. Sempre que possível e quando evidenciado pela documentação, buscou-se reagrupar um conjunto documental originalmente produzido como único, possibilitando a organização de dossiês temáticos e / ou cronológicos, separando-se documentos em duplicidade. Essa análise também permitiu o agrupamento em novos dossiês que narravam de forma mais esclarecedora o desenvolvimento das intervenções praticadas nas edificações e no conjunto arquitetônico.

3 - Etapa de Conservação

Paralelamente ao desenvolvimento da etapa de levantamento de bibliografia e análise contextual, teve início o trabalho de higienização da documentação, sob a supervisão do Laboratório de Conservação e Restauração do IPHAN. O tratamento de conservação realizado no acervo documental do Arquivo Central do IPHAN, durante o Projeto Rotas da Alforria, constou de atividades como: higienização, acondicionamento e realização de pequenos reparos em aproximadamente 6 metros lineares de documentos textuais, fotografias, desenhos arquitetônicos e recortes de jornal, referentes ao município de Cachoeira, BA.

Este tratamento visou estancar e estabilizar alguns processos de deterioração que estão sendo identificados em grande parte dos documentos. Muitos destes problemas foram determinados no momento da produção dos documentos, há mais de 65 anos, como por exemplo, papel de polpa não alcalina e tintas ácidas. Outros problemas ocorreram no decorrer da vida do documento, tais como, manuseio e guarda inadequados, flutuação dos índices de umidade relativa e temperatura nas áreas de guarda do acervo.

Com o tratamento realizado, se pretendeu melhorar a guarda dos documentos, com novos invólucros confeccionados com papéis especiais, que vão protegê-los principalmente contra a poeira e ataque de microorganismos, como também evitará danos provocados pelo manuseio indevido. Este tratamento, conhecido como conservação preventiva, visa ainda prolongar a vida dos documentos e possibilitar o acesso ao acervo no estudo do patrimônio histórico.

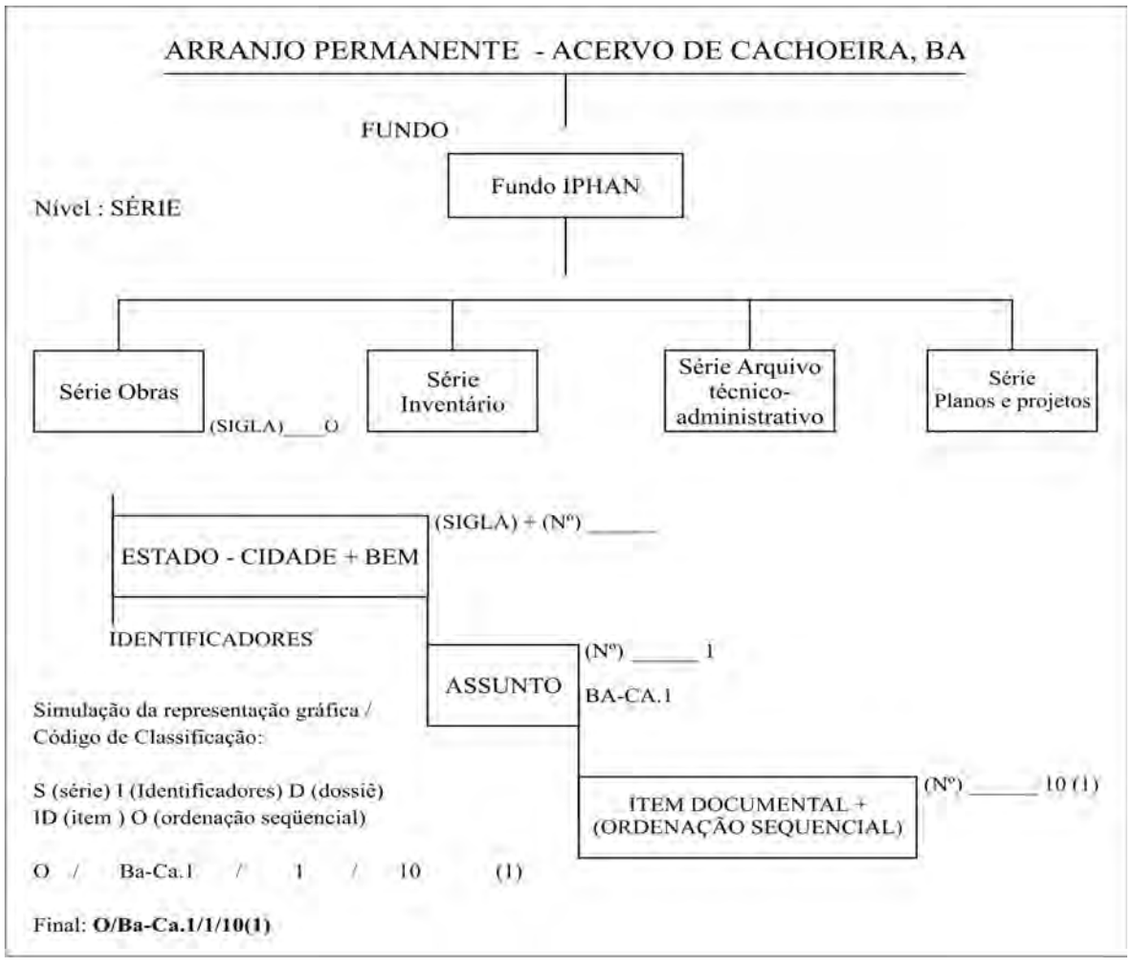
Esse trabalho consistiu na retirada de grampos e clips metálicos, limpeza superficial, planificação e pequenos reparos quando necessário. As folhas, uma vez soltas, eram numeradas para orientar o técnico de documentação na elaboração do arranjo e reordenação do acervo.

O modelo de acondicionamento preliminar também foi definido nesse momento: dossiês organizados em folder de papel alcalino com a documentação interna intercalada por folhas de papel neutro. As fotografias soltas seriam acondicionadas em papel adequado fixadas com cantoneiras, em poliéster. As fotografias que acompanhavam relatórios de obras foram mantidas junto aos mesmos, observando-se as necessidades específicas de acondicionamento.

Nesta etapa, as fotografias não foram acondicionadas com cantoneiras, pois poderiam ser danificadas no processo de desmontagem para a digitalização. Desse modo, o acondicionamento definitivo, com a colocação de cantoneiras, só foi realizado ao final do trabalho de digitalização / microfilmagem.

4 - Etapa de Descrição

A organização em dossiês foi definitiva na elaboração de um código de notação a ser aplicado em toda a documentação. Elaborar um código de notação consiste em criar um elemento identificador único para cada documento que forneça informações sobre a qual conjunto documental ele pertence e sua posição dentro deste conjunto, permitindo que, em caso de retirada física, o mesmo seja reconduzido ao seu dossiê de origem. Essa codificação individual foi aposta no documento textual, no canto superior direito, preferencialmente, em lápis 6 B e no caso de documento fotográfico, no verso. Para o acervo de Cachoeira o código adotado ficou assim estabelecido:



Com os dossiês organizados e após a colocação dos códigos nos documentos, iniciou-se o processo de descrição desses registros em formulário padronizado para a inserção das informações nas bases de dados do Arquivo Central do IPHAN – Documentação textual e Fotografia (Anexo 1, página 141 e Anexo 2, página 142). Na formatação da base foi usada a terminologia indicada na Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G) para a descrição de áreas essenciais à informação sobre o acervo (Área de Identificação, Área de conteúdo, Área de Condições de Acesso e Uso e Área de Controle). A descrição de documentos fotográficos foi inserida na base Fotografias, relacionando-a ao documento textual correspondente, quando necessário. Nessa fase também foi contabilizado o quantitativo de fotogramas, uma previsão para a futura digitalização / microfilmagem, sendo considerado também o verso de documentos textuais e iconográficos; isto é, cada página, um fotograma (formato até A 4).

O volume documental encontrado e o nível de detalhamento da descrição provocou algumas mudanças de rumo necessárias para a viabilização do projeto, em função do orçamento e tempo de execução. Ficaram então definidos os seguintes aspectos:

- Toda a documentação sobre os bens de Cachoeira identificados no Arquivo do IPHAN seria organizada, higienizada, descrita, acondicionada e as informações inseridas nas bases de dados correspondentes, conforme padrão já adotado no Arquivo.
- Em conjunto com a 7ª Superintendência Regional, foram selecionados três bens tombados como objeto de estudo para a aplicação de código de notação.
- Um desses bens seria escolhido para a realização da digitalização e microfilmagem de toda a documentação sobre ele existente no Arquivo do IPHAN, com acesso às imagens incluído na base de dados e disponibilizada ao usuário.

Assim, foi selecionado o Sobrado à Praça da Aclamação, 4 para o exemplo modelo do projeto Cachoeira. Esse prédio é hoje a sede do Escritório Técnico do IPHAN em Cachoeira, BA. (Anexo 3, página 144)

5- Etapa de Digitalização, Homologação e Microfilmagem

Esse projeto revestiu-se também de caráter experimental quanto à tecnologia utilizada para sua reprodução em meio digital. Eram dois os objetivos a serem alcançados:

- digitalizar como forma de possibilitar o acesso às informações ao usuário presencial e remoto, por meio da Internet.
- preservar a documentação em microfilme, mídia com caráter probatório, reconhecido nacional e internacionalmente.

Após pesquisas e informações trocadas com outras instituições, optamos por realizar a microfilmagem eletrônica da documentação, isto é, microfilmar os documentos a partir da base digital gerada na etapa anterior. O processo inicia-se com a digitalização dos documentos já higienizados, descritos, codificados e com informação inserida em base de dados. O material é digitalizado e armazenado em Cd's e DVD's para que as imagens possam ser conferidas pelo IPHAN para certificação de que são fidedignas ao original. Após a homologação pelo solicitante do serviço, isto é, o ateste da instituição de que as imagens estão de acordo com o original, essas imagens são transpostas para o formato

de microfilme, podendo ser geradas quantas cópias originais se deseje. Cabe ressaltar que somente empresas certificadas e cadastradas junto ao Ministério da Justiça podem realizar a microfilmagem com finalidade de preservação.

6 - Etapa de Inserção das Imagens no Banco de Dados

A bases de dados de documentação textual do Arquivo do IPHAN/ RJ, em formato Access, sofreu uma pequena adaptação para a inserção das imagens digitalizadas relacionando-as aos dossiês específicos. Foi aplicado um procedimento semelhante ao já adotado para a visualização de documentos fotográficos, acrescentando-se o conceito de dossiês (várias imagens para uma mesma descrição). As imagens digitais, organizadas em arquivo no formato PDF, foram inseridas, por meio de link, à descrição correspondente ao seu dossiê/ item na base de dados de documentação textual. Os arquivos digitais foram nomeados de acordo com os códigos de notação já estabelecidos, o que possibilita a exata identificação do documento e seu arquivo digital correlato. As imagens de documentos fotográficos também foram inseridas na base de dados correspondente utilizando-se o formato JPG para a visualização individualizada (Anexo 3).

7 - Etapa de Acondicionamento definitivo

O acondicionamento definitivo com a colocação de cantoneiras para a fixação das fotografias e o encapsulamento dos documentos textuais em invólucros de poliéster foi realizado ao final do trabalho de digitalização / microfilmagem. Os dossiês organizados foram, então, acondicionados em pastas, sem elásticos e sem grampos, e estas em caixas-arquivo com identificação externa.

Conclusão

O projeto Rotas da Alforria realizou um dos objetivos propostos para a sua primeira etapa, que foi o tratamento técnico, em caráter exemplar, da documentação sobre o imóvel selecionado “Casa à Praça da Aclamação, 4” – atual sede do Escritório Técnico do IPHAN em Cachoeira. A redução do universo documental a ser objeto do trabalho foi necessária em virtude das dificuldades na disponibilização dos recursos orçamentários.

Apesar de ter reduzido o universo documental trabalhado, o resultado foi extremamente proveitoso, visto que a documentação escolhida para tratamento mostrou-se totalmente adequada para representar o universo do Arquivo, resultando num modelo apto a ser aplicado em todos os demais segmentos documentais.

Um dos critérios definidos para se selecionar a documentação modelo foi a análise cuidadosa sobre a informação do bem nas diferentes séries documentais do Arquivo, o que permitiu montar-se uma cronologia de atuação, antes dispersa nas referidas séries.

O tratamento técnico aplicado também demonstrou o sucesso dos critérios escolhidos, visto que possibilitou o cumprimento de todas as etapas planejadas para a documentação, a saber: seleção dos documentos nas várias séries, higienização / acondicionamento, descrição, organização e digitalização / microfilmagem e disponibilização em base de dados.

Na etapa de coleta e descrição dos documentos, observou-se a complementaridade dos conteúdos levantados com aqueles identificados na documentação existente no Arquivo Municipal de Cachoeira. Neste sentido foi realizado levantamento local por conta do projeto das Fontes do arquivo municipal que segue em anexo para estudo.

O Arquivo Municipal de Cachoeira

Paralelamente ao levantamento da documentação sobre Cachoeira foi realizada, por parte da equipe técnica da Copedoc, uma visita a Cachoeira, BA (em agosto de 2005), visando conhecer o acervo documental do Escritório Técnico de Cachoeira, em seqüência à visita técnica ao Arquivo do IPHAN de Salvador. Foi possível também conhecer, in loco, a região, os bens móveis e imóveis visualizados através da documentação textual e iconográfica presentes no Arquivo Central do IPHAN. Na oportunidade, foi solicitado pelo responsável do Arquivo Municipal de Cachoeira o levantamento / diagnóstico do acervo documental ali existente. O diagnóstico está presente no Anexo 4.

Gerência de Documentação Arquivística e Bibliográfica:

Francisca Helena Barbosa Lima, *gerente*

Lygia Guimarães, Conservadora, *supervisora*

Mônica Muniz Melhem, Documentalista, *supervisora*

Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha, *fotógrafo (revisão e acompanhamento de digitalização)*

Equipe terceirizada:

Eliana Rodrigues Simões, *Auxiliar de documentação – 8 meses*

Felipe de Brito Vieira, *Auxiliar de documentação – 8 meses*

Flávio Santos de Paula , *Auxiliar de documentação – 2 meses*

Luciano Jesus de Souza, *Técnico em Informática – 8 meses*

Rejane Beatris Schneider, *Arquivista - 3 meses*

Ricardo Antonio da Ascenção Silva, *Auxiliar de conservação - 8 meses*

Tiago Francisco Monteiro, *Auxiliar de documentação - 3 meses*

Digitalização e Microfilmagem, *Femade Microfilmagem e Digitalização de Documentos*

Anexo 1

Formulário para descrição de documentação textual

Área de Identificação Nível

ód. Referência: _____ Fundo: _____ Coleção: _____

Série: _____ Subserie: _____

Dossiê: _____

ados sobre o Bem

Denominação: _____

Outros Nomes: _____

º do Processo: _____ UF: _____ Município: _____

Cidade: _____ Localidade: _____

eríodo

Data Inicial: _____ Data Final: _____

ocalização Topográfica

Móvel: _____ Caixa/Pasta/Envelope: _____

imensão e Suporte

e Doc. Textuais: _____ Nº de folhas: _____ Forma: _____

Espécie: _____

Documentos Especiais

Fotos: _____ Negativos: _____ Fitas: _____ Recortes/Jornais/Revistas: _____

Mapas/Plantas: _____ Desenhos: _____ Extratos livros/Periódicos: _____

umentos Bibliográficos: _____ Outros: _____

Área de Conteúdo

Resumo

ortes de jornais e revistas: _____ a _____

Assunto

Bens: _____

oa Física: _____

dade Coletiva: _____

Município: _____

Termos: _____

Observações

rea de Condições de Acesso e Uso

ado de Conservação

Estado de Conservação

☐ Ferrugem ☐ Rasgos ☐ Fita Adesiva

☐ Papel Amarelecido ☐ Fotografia Colada

tamento Indicado

☐ Higienização ☐ Retirar clips e grampo ☐ Realizar pequenos reparos

☐ Novo acondicionamento: ☐ Pasta ☐ Folder

☐ Desmembrar pasta

Idioma: _____

rea de Controle

Anexo 2

Formulário para descrição de documentação fotográfica

Fundo/Coleção:	**IPHAN**
Série:	
Subsérie:	
Código:	**IPHAN/**

Título:	
Local:	
Município:	**UF:**
Data-Limite:	**a**
Tipologia:	
Origem/Aquisição:	
Restrições de reprodução:	
Outras Informações:	

Formulário para descrição de itens fotográficos

Descrição		
Nrº de Registro:	Ano:	Arquivo Digital:
Caixa:	Pasta:	Envelope:
Autor / Estúdio:	Dimensão:	Cromia:
Notações Antigas:		
Descrição:		

Digitalizador:	Preenchimento:	Data Preenchimento:

Reprodução				
Número:	Dimensão:	Ano:	Quantidade:	Formato:
Autor / Estúdio:	Loc. Topográfica:			

Anexo 3

Resultado da inserção de informações e imagens digitalizadas na base de dados – documentação textual



Arquivo Central
GEDAB/COPEDOC
Documentação Textual: Resultado da consulta

IPHAN/Arquivo Técnico Administrativo AT/BA-CA.75/I

Sobrado à Praça da Aclamação, 4; Prédio à Praça da Aclamação, nº 4; Museu Regional de Cachoeira; Casa Suzart; Casa Suzarca; Casa do DPHAN

Praça da Aclamação; Cachoeira; BA
Nº do processo: 0204-T-39 Período: 00/00/1942 - 22/11/1952
Fotos: 17; Documentos especiais: 04
Dossiê composto de documentos textuais e especiais, dos procedimentos de aquisição (por compra) do imóvel à Rua Dr. Inocêncio Boaventura, nº 57, de propriedade da Sr. Judith Landulpha. Adquirida com a finalidade de ser a sede do DPHAN em Cachoeira, a casa sofreu obras de adaptação e recebeu objetos e móveis incorporados ao Patrimônio do DPHAN, conforme consta nos documentos deste conjunto documental. Estão registrados dados sobre valores, procedimentos e forma de aquisição, como também as medidas empreendidas para a recuperação e adequação do imóvel às necessidades do DPHAN.
- 3 Fotografias da Rua Inocêncio Boaventura. [AT/BA-CA.75/1/1(1-3)]
- 2 Fotografias da Rua Inocêncio Boaventura, por Pinheiro em 1942. [AT/BA-CA.75/1/2(1-2)]
- Correspondência de Pedro Angelo José Ghislandi para Rodrigo Melo Franco Andrade, em 25/09/1950, comunicando aquisição da Casa do DPHAN. [AT/BA-CA.75/1/3]
- Carta nº 502 de RMFA para Ghislandi, em 28/09/1950, autorizando aquisição da Casa em Cachoeira pelo valor de Cr$ 15.000,00. [AT/BA-CA.75/1/4]
- Telegrama de 28/10/1950, aprovando compra de casa em Cachoeira. [AT/BA-CA.75/1/5]
- Ordem de pagamento ao Dr. Pedro Ghislandi, em 5/10/1950. [AT/BA-CA.75/1/6]
- Telegrama nº 287 de RMFA para Ghislandi, 6/10/1950, comunicando que foi expedida ordem de pagamento. [AT/BA-CA.75/1/7]
- Carta manuscrita de Ghislandi para RMFA, de 13/12/1950. [AT/BA-CA.75/1/8]
- Ofício nº 579 de RMFA para Ghislandi, em 27/12/1950, acusando recebimneto da carta manuscrita. [AT/BA-CA.75/1/9]
- Nota das despesas da compra da casa nº 57, à Rua Dr. Inocencio Boaventura, na Cidade de Cachoeira. [AT/BA-CA.75/1/10]
- Carta manuscrita de Ghislandi para Pedro Ghislandi, em 4/03/1951. [AT/BA-CA.75/1/11(1-2)]
- Bilhete manuscrito de Ghislandi para RMFA, em 9/4/1951. [AT/BA-CA.75/1/12]
- Carta nº 192 de RMFA para Ghislandi, em 16/04/1951. [AT/BA-CA.75/1/13]
- Carta manuscrita de Ghislandi para RMFA, de 26/04/1951, solicitando procuração. [AT/BA-CA.75/1/14]
- Carta de RMFA para Ghislandi, em 30/04/1951, prestando esclarecimentos sobre a questão da Casa de Cachoeira. [AT/BA-CA.75/1/15]
- Carta manuscrita de Ghislandi para RMFA, de 25/06/1951, relatando as escrituras da Casa de Cachoeira. [AT/BA-CA.75/1/16]
- Carta nº 351 de RMFA para Ghislandi, de 18/07/1951, confirmando o recebimento das escrituras alguns dias atrás. [AT/BA-CA.75/1/17]
- Cópia da carta nº 351 de RMFA para Ghislandi, de 18/07/1951, confirmando o recebimento das escrituras alguns dias atrás. [AT/BA-CA.75/1/18]
- Telegrama de Ghislandi para RMFA, de 17/07/1951, desejando saber se foram recebidas as escrituras de Casa de Cachoeira. [AT/BA-CA.75/1/19]
- Telegrama nº 287 de RMFA para Ghislandi, em 18/07/1951, comunicando que as escrituras foram recebidas com atraso. [AT/BA-CA.75/1/20]
- Telegrama nº 289 de RMFA para Ghislandi, em 01/09/1951, comunicando que autorizará ao Banco Bahia fazer entrega de 11.000 para as despesas em Cachoeira. [AT/BA-CA.75/1/21]
- Carta de Ghislandi para RMFA, de 24/08/1951, sobre as obras em Cachoeira. [AT/BA-CA.75/1/22]
- Informação 170, de Renato de Azevedo Duarte Soeiro, em 31/08/1951. [AT/BA-CA.75/1/23]
- 6 fotografias de 1951, referentes a Casa do DPHAN. [AT/BA-CA.75/1/24]
- 8 fotografias de 1952, referentes a Casa do DPHAN. [AT/BA-CA.75/1/25]
- Relatório de despesas das obras na casa do DPHAN, por Ghislandi em 17/03/1952. [AT/BA-CA.75/1/26]

Localização Topográfica Móvel AA01 Mód.75 Caixa: 0408 Pasta: 0002 Envelope: 01

Imagens digitalizadas dossiê AT/BA-CA.75/1



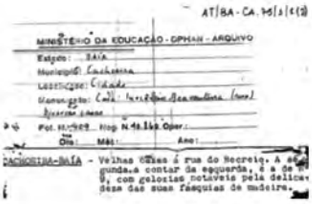
AT/BA-CA.75/1/1 (1) F



AT/BA-CA.75/1/1 (1) V



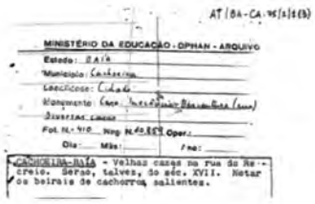
AT/BA-A.75/1/1(2)F



AT/BA-CA.75/1/1(2) V



AT/BA-CA.75/1/1(3) F



AT/BA-CA.75/1/1(3) V



AT/BA-CA.75/1/2(1) F



AT/BA-CA.75/1/2(1) V



AT/BA-CA.75/1/2(2)F



AT/BA-CA.75/1/2(2)V



AT/BA-CA.75/1/3



AT/BA-CA.75/1/4



AT/BA-CA.75/1/5 F



AT/BA-CA.75/1/5 V



AT/BA-CA.75/1/6

Anexo 4

ARQUIVO MUNICIPAL DE CACHOEIRA, BA

Levantamento e diagnóstico



AGOSTO/2005

Denominação: Casa na Rua Benjamin Constant, 17 (antiga Ladeira da Cadeia)

Histórico: É desconhecida a data de construção deste edifício, mas, sua tipologia parece indicar o período de transição entre os séculos XVIII e XIX. Localiza-se em terreno íngreme, sendo ligeiramente recuada do lote e implantada sobre terrapleno, possuindo assim um sub-solo parcial que se constitui num apartamento autônomo.
Sua planta retangular se organiza a partir de um corredor central, típica do período, com salões voltados para a rua, quartos e alcovas para o corredor e jantar nos fundos que se prolonga na varanda posterior, com gradil de treliça. A peculiaridade do edifício fica por conta de uma ala lateral independente, para os serviços, construída sob o puxado de uma das águas do telhado. Sua construção parece ter-se dado em diferentes momentos, sendo trechos do edifício em pedra e cal e outros, em pau-a-pique.
A composição da fachada destaca-se pela sua horizontalidade e pano de telhados, possuindo envazaduras simples e porta de entrada encimada por adorno em estuque.

Uso atual: Arquivo Público Municipal de Cachoeira

Processo nº: 244-T

Livro do Tombo das Belas Artes: Vol. 1, Folha 61, Inscrição 287-A, em 16/09/1943

ARQUIVO MUNICIPAL DE CACHOEIRA, BA

Visita e mensuração do acervo do Arquivo Histórico de Cachoeira (Ladeira Benjamin Constant), em 10 de agosto de 2005.
Técnicos do IPHAN: Francisca Helena Barbosa Lima, Lygia Guimarães, Mônica Melhem e Ana Cláudia Cupertino

Com o auxílio de uma cópia xerox da planta do prédio, em anexo, as salas foram numeradas pela equipe técnica do IPHAN para localização do acervo e sua mensuração.

SALA	Documentação	Dimensão	Instrumentos de pesquisa
1	Atendimento e recepção		
1.1	Documentação da Prefeitura - administrativa, antiga e recente, orçamento, processos contábeis, estatutos. (1976 -)	252 caixas (x 0.14 cm) = 35,28 m lineares	Sem instrumento de pesquisa; acesso pela etiqueta na caixa
	Periódicos, anais, doc. parlamentar, registro de terras	5,15 m lineares	Não tem listagens ou inventários
	Documentação da Prefeitura – processos contábeis, orçamento, regime, estatutos	14, 29 m lineares	Não tem listagens ou inventários
TOTAL DA SALA 1.1 - PREFEITURA: 54, 72 m lineares			
2	Documentos dos períodos Colônia e Império - Inventários		
	Brasil – Colônia	106 cx = 13,78 m lineares	Fichário organizado em ordem alfabética
	Brasil – Império (procurações=87 cx) Documentação encadernada	219 cx = 28,47 m lineares 10,89 m lineares Total: 39,56 m lin.	Inventário de 132 cx
	Subtotal Inventários Colônia e Império: 42,25 m lin		
	Documentação administrativa da Câmara Municipal (aguardando local e mobiliário para armazenamento)	27 cx = 3,51 m lineares doc. avulso = 8,45 m lin. Total = 12,46 m lin.	Caixas identificadas por etiquetas com o assunto e período
	Subtotal Câmara: 12,46 m lin.		
TOTAL DA SALA 2 - COLÔNIA E IMPÉRIO: 54,71 m lineares			
2.1	Documentos da Câmara Municipal (aguardando mobiliário e local para armazenamento) Documentos avulsos	100 pastas (x 0.7) = 7 m lin.; 60 cx (x 0.14) = 8,40 m lin. 0.38 m cúbicos	Documentação empilhada
TOTAL DA SALA 2.1 - CÂMARA MUNICIPAL:			
3	Documentação da Prefeitura: 1990 – 2004 . Documentos avulsos (administração 2004, freqüência funcional, processos 2002)	48.45 m lineares	Documentação empilhada
TOTAL DA SALA 3 - PREFEITURA RECENTE: 48.45 m lineares			
4	Corredor . Documentação da Prefeitura e da Câmara 1920 - 1990	120 cx (0.14) = 16.08 m lineares	Etiquetas

TOTAL DA SALA 4 - CORREDOR: 16.08 m lineares			
5	Cozinha: Tributação e contracheques	10 cx (0.14) = 1.40 m lineares	Sem instrumento (documentação depositada sobre uma mesa)
TOTAL DA SALA 5 - COZINHA: 1.40 m lineares			
6	Hemeroteca	108 cx (0.14) = 15.12 m lineares volumes e amarrados = 33,73 m lineares	A documentação tem listagem parcial
TOTAL DA SALA 6 - HEMEROTECA: 48.85 m lineares			
7	Sala Republicana . documentação geral –Documentação Republicana do Poder Judiciário, Cível (pensão, divórcio, executivo fiscal e outros); Crime (homicídio, lenocínio e outros) . códices . inventários	317 cx (0.15) = 47.55 m lin. 1.10 m lineares 72 cx (0.15)=10.80 m lin.	Etiquetas nas caixas com assunto e período. Inventários têm fichários
TOTAL DA SALA 7 - REPUBLICANA: 59.45 m lineares			
8	Prefeitura até a década de 1980 . Obras e serviços urbanos, impostos, tributos, contábeis etc . Códices	498 cx (0.14)= 70.72 m lin. 16.95 m lin.	Etiquetas nas caixas com assunto e período. Inventários têm fichários
TOTAL DA SALA 8 - PREFEITURA DÉCADA DE 1980: 87.67 m lineares			
9	Processos Contábeis: 1896 – 1979 . alistamento eleitoral, folha de pagamento, processos contábeis da Prefeitura, documentação da Câmara e da Prefeitura	576 cx (0.14)= 80.64 m lin.; documentos avulsos = 1.83 m lin.	Etiquetas nas caixas com assunto e período. Inventários têm fichários
TOTAL DA SALA 9 - PROCESSOS CONTÁBEIS: 82.47 m lineares			
TOTAL GERAL: 453.80 m lineares			

Alguns títulos de periódicos encontrados na Hemeroteca:
A Cachoeira, A Imigração, A Lucta (Ilhéus), A Ordem (1876-1933), a Paz (Santo Amaro), A Tarde (1967 -), A tribuna, A Vida valenciana (Valença), A Voz de Itapetinga, Ação Comum (Rio de Janeiro), Arquivo Judiciário (RJ), Bahia Chic (Salvador), Catolicismo (Campos, RJ), Cidade de Santos, Cimento e Concreto, Correio agropecuário, Correio de São Felix, Correio da Bahia, Correio do Interior (Itaberaba), Correio do livro (SP), Correio do São Francisco (Juazeiro), Correio do SENAC (RJ), Correio Universal, Correio de Aracajú, Correio de Notícias (Salvador), Destaque (Salvador), Diário da Bahia, Diário Oficial (Manaus), Diário do Grande ABC (SP), Diário de Guarulhos (SP), Diário de Manaus









Fotos 1 a 4 - salas do Arquivo Municipal de Cachoeira em agosto de 2005







Fotos 5 a 7 - salas do Arquivo Municipal de Cachoeira em agosto de 2005







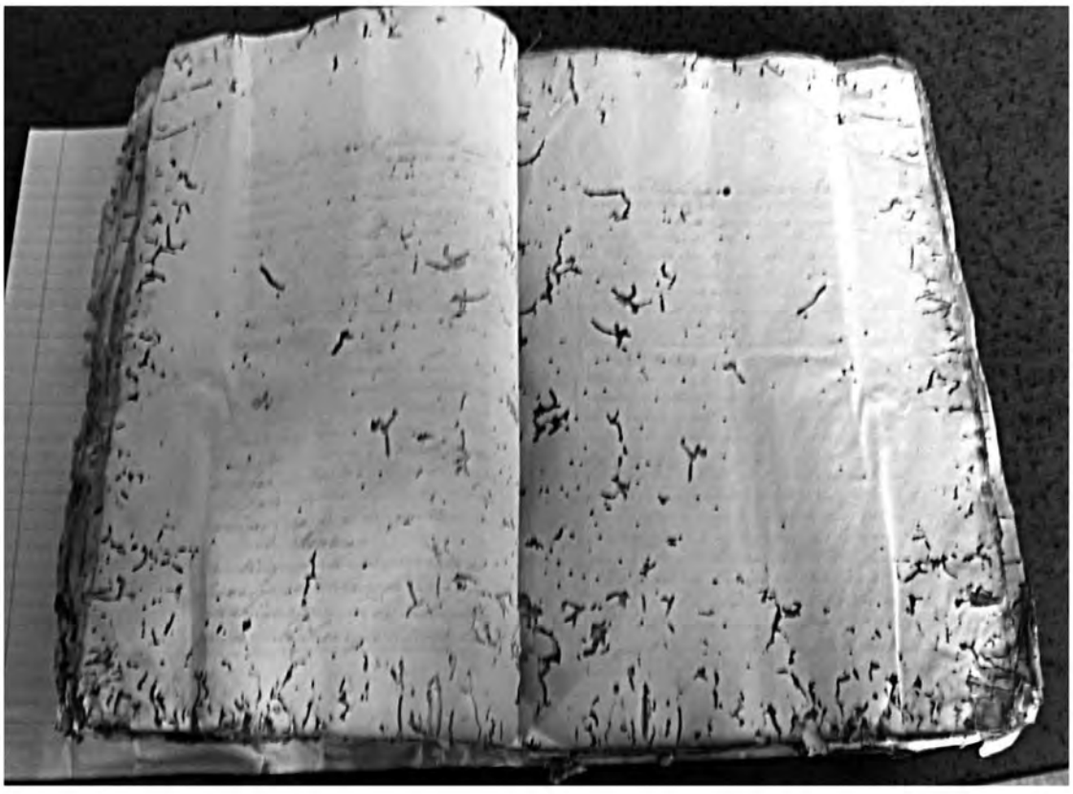
Fotos 8, 9 e 10 - salas do Arquivo Municipal de Cachoeira em agosto de 2005







Fotos 11, 12 e 13 - salas do Arquivo Municipal de Cachoeira em agosto de 2005





Fotos 14 e 15 - documentos do Arquivo Municipal de Cachoeira em agosto de 2005





Foto 16 - documentos do Arquivo Municipal de Cachoeira em agosto de 2005
Foto 17 - detalhe da situação das caixas para acondicionamento

Bibliografia Consultada

ACIOLI LOPES, Gustavo. Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial. *Mneme- Revista de Humanidades,* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, v. 5, n. 12, out./nov, 2004. (Dossiê: Cultura e Sociedade na América Portuguesa).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, terras de santo, terras de índio – posse comunal e conflito. *Revista de Humanidades,* Brasília, Universidade de Brasília, n. 15, 1988, p.42-49.

ARAUJO, Samuel. Descolonização e discurso: notas acerca do poder, do tempo e da noção de música. *Revista Brasileira de Música,* Rio de Janeiro, v. 20, 1993, p. 25-31.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BARZ, Gregory. Confronting Field (Note) In and Out of the Field: Music, voices, texts, and experiences in Dialogue. In: BARZ, G.F.; COOLEY, T.J. (eds.) *Shadows in the field. New perspectives for fieldwork in ethnomusicology.* Oxford: Oxford University, 1992, p. 45-61.

BERBERT DE CASTRO, Renato. *A Tipografia Imperial-Nacional da Bahia*. São Paulo: Ática, 1984.

BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. In: *L'Espace Géographique,* v. 12, n. 1, 1984, p. 33-34.

_____. (org.). *Cinq propositions pour une théorie du paysage.* Paris: Champ Valon, 1994.

BITT-MONTEIRO, Mario. *O momento da fotografia, suas relações com a comunicação globalizada e sua atual configuração acadêmica na UFRGS*. 1998. Disponível em: http://www.ufrgs.br/fotografia/port/07_artigos/04_atg/index.htm

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Quilombos: comunidade e patrimônio. *Revista Eletrônica do IPHAN*. N. 1, set./out. de 2005. Disponível em: http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=55. (Dossiê: Brasil afro-descendente).

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.): *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-153.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, 1992, p. 115-121.

_____. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.) *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.

COSGROVE, Denis. *Social formation and symbolic landscape.* Londres: Croom Helm, 1984.

_____. Geography is everywhere: culture and simbolism in human landscapes. In: GREGORY, D.; WALFORD, R. (orgs.) *Horizons in Human Geography*. Londres: Macmillan, 1989, p. 118-135.

COULANGES, Fustel. *A cidade antiga*. Lisboa: Clássica, 1988.

DUNCAN, James. *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ENGLISH, Paul Ward; MAYFIELD, Robert C. The Cultural Landscape. In: ENGLISH, P.W.; MAYFIELD, R.C. (org.) *Man, Space, and Environment. Concepts in Contemporary Human Geography*. New York, London, Toronto: Oxford University Press, 1972, p. 3-9.

FERREIRA DOS REIS, Isabel. "Uma negra que fugio e consta que já tem dous filhos": fuga e família entre escravos na Bahia oitocentista. *Afro-Ásia,* Salvador, Universidade Federal da Bahia-CEAO, n. 23, 2000, p.29/48.

FONSECA, Denise. *Coooperação e confronto: resistência social na periferia dos engenhos de açúcar na Bahia*. Rio de Janeiro: Historia y vida, 2001.

FONSECA, M.C.L. *O patrimônio em processo.* Rio de Janeiro: Minc/Edufrj, 1997.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos.* 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 1978.

_____. *O saber local*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana. Ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: Edurfj, 1996.

GUIA DE CACHOEIRA. Prefeitura de Cachoeira - Bahia.

HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização e identidade. A rede "gaúcha" no nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (orgs.) *Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 169-190.

_____. *O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros.* Rio de Janeiro: IBGE, 1958, v. 20.

IBGE. Departamento de Geografia. *Região de influência das cidades.* Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IPAC–BAHIA. *Inventário de Proteção ao Acervo Cultural, Monumentos e Sítios do Recôncavo.* 2. ed. Salvador: 1982.

IPHAN/COPEDOC. *Projeto Rotas da Alforria. Trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira/BA.* Rio de Janeiro: 2005. (Relatório técnico).

IPHAN/DID. *Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação.* Brasília: IPHAN/MINC, 2000.

LACOSTE, Yves. *La géographie, ça sert d´abord à faire la guerre.* Paris: Maspero, 1976.

LUGAR, Catherine. Tabaco trade and growers of Bahia. In: ALDEN, D; DEAN, W. (eds) *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brasil and Portuguese India*. Florida: Florida University Press, 1977.

MAIA, Carlos Eduardo S. Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares. Proposições sobre festas brasileiras. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 191-218.

MARCELIN, Louis Herns. *A invenção da família afro-americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Bahia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

MARQUES, Francisca. Educação comunitária e etnomusicologia: a colaboração participativa e o desenvolvimento docente do pesquisador através do trabalho de campo. *COLÓQUIO DE PESQUISA DA PÓS GRADUAÇÃO,* 3., 20 mar. 2002. UFRJ – Centro de Letras e Artes – Escola de Música.

_____. Educação Patrimonial e Comunitária: desafios e perspectivas para uma etnomusicologia aplicada. *Boletim do Fórum Social Mundial.* Porto Alegre: 2005.

_____. Ethnomusicological research and communitarian demands: an experience in Cachoeira, Bahia. In: (Abstracts) *International Council for Traditional Music, WORLD CONFERENCE,* 36., Rio de Janeiro, July 4-11, 2001, p. 65.

_____. *Festa da Boa Morte: identidade, sincretismo e música na religiosidade brasileira*. 2004. Disponível em: http://www.naya.org.ar.

_____. *Samba-de-roda em Cachoeira, Bahia: uma abordagem etnomusicológica*. Dissertação (Mestrado em Música) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

MELLO E SOUZA, Laura de. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von; SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820: excertos e ilustrações.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

MENDONÇA, Guilherme Cruz de. *Considerações jurídicas sobre a preservação da cultura quilombola no Brasil. Conceitos, categorias e instrumentos.* IPHAN: Relatório Técnico referente ao ano de 2005.

MONDADA, Lorenza; SÖDERSTRÖM, Ola. Du texte a l'interaction: parcours a travers la géographie culturelle contemporaine. In: *Géographie et Cultures,* v. 8, 1993, p. 71-82.

NASCIMENTO, Luis Cláudio Dias do. *Invenção de Identidades Africanas no Recôncavo Baiano. Rebeliões Escravas, Formação de Famílias, Compadrio, Domesticidade e Religiosidade de Cunho africano em Cachoeira – Bahia*. Mimeo. 2005.

_____. Presença do Candomblé na Irmandade da Boa Morte: interação, resistência e suicídio cultural. *JORNADA SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS NA AMÉRICA LATINA*, 8., São Paulo, 1998. Mimeo.

_____. *Senhoras da Boa Morte*. Cachoeira: s/d. Mimeo.

NETLL, Bruno. Come back and see me next Tuesday. In: *The study of ethnomusicology: An Introduction*. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1983, p. 247-289.

O´DWYER, Eliane Cantarino (org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortêz de. *O Liberto: seu mundo e os outros*. Salvador 1790/1890. São Paulo: Ed. Corrupio, 1988.

ORMINDO, Paulo (coord.) *Programa de Desenvolvimento Integrado da Cidade Monumento de Cachoeira*. Salvador: UFBA, 1976.

PERNAMBUCO (Estado). Arquivo Geral de Pernambuco. *Compromisso da Irmandade N. Senhor do Bom Jesus dos Martírios da Villa do Recife*.

POMIAN, K. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – O Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: UFBA, Centro de Estudos Baianos, 2001.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Recôncavo Rebelde: Revoltas escravas nos engenhos baianos. *Afro-Ásia*. Salvador, Universidade Federal da Bahia-CEAO, n. 15, 1992.

_____. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996, p. 7-33.

REIS SILVA, Daniel R. Tombamento. In: *De Cine teatro à Alma da Cidade. Cine teatro central e os discursos do patrimônio na cidade de Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado-IFCS-PPGSA). – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

RIBEIRO, Lola Medeiros Netto. *Patrimônio histórico – uma leitura da diversidade social em Cachoeira–BA*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, 1 v., 242 p., Salvador, 1994.

ROCHA, Ana Luiza C.; ECKERT, Cornélia. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. *Revista de Antropologia*. V. 41. São Paulo, 1998.

ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e religião. Uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

_____. *Hierópolis: o sagrado e o urbano*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

ROUCHOU, Joële. História oral: entrevista-reportagem x entrevista-história. *Revista de Antropologia*. V. 41. São Paulo, 2000.

SANTANA, Ângela. Breve histórico de Cachoeira. In: ROCHA, N.M.D. *Cachoeira e Cachoeiranos: uma bibliografia*. São Francisco do Paraguaçu, Cachoeira: Centro Cultural João Antonio de Santana, 2001.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos. Proteção jurídica da diversidade biológica e cultural.* São Paulo: Petrópolis, 2005.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O dono da terra: o caboclo nos candomblés da Bahia*. Salvador: SarahLetras, 1995.

SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo.* Salvador: UFBA, 1959.

_____. *Espaço e método.* São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.* São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.

SILVA, Pedro Celestino. Cachoeira e seu município. *Revista do IGHBa,* Salvador, n. 63, 1937.

_____. Cachoeira e seu município. In: *Revista do IGHBa*, Salvador, n. 64, 1938.

SILVA, Valdélio Santos. Rio das Rãs à luz da noção de quilombo. *Afro-Asia*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, n. 23, 1999, p. 267-295.

SOUZA, Andréa Carneiro. *Viola Instrumental Brasileira.* 1. ed. Rio de Janeiro: Artviva, 2005.

SOUZA, A. L. Notícias históricas da Cachoeira. *Estudos Bahianos,* Salvador, Universidade Federal da Bahia, n. 5, 1972.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.) *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA LEÃO, Ivson M. de et all. Relações sócio-culturais barrocas nas irmandades de cor nas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. *Mneme – Revista de Humanidades,* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, v. 5, n. 12, out/nov, 2004.

THIÉBLOT, Marcel J. Fumo e fumeiros no Brasil: Pesquisas sobre os plantadores de tabaco e artesãos do fumo. *Cadernos de Folclore,* São Paulo, n.4, 1988.

THOMPSON, Paul. A Entrevista. In: *A voz do passado: história oral.* São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 254-337.

TUAN, Y.F. Space and Place: Humanistic Perspective. GALE, S.; OLSSON, G. (orgs.) *Philosophy in Geography.* Dordrecht: Reidel, 1979, p. 387-427.

UFBA/IPHAN. *Evolução Urbana de Cachoeira – Séculos XIX e XX*. V. 2. Salvador: 1979.

Formulários do INRC

Visando apresentar a experiência de preenchimento dos formulários do INRC, anexamos de modo completo a FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO, pela sua densidade de informações; o ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIA, por ser um instrumento de pesquisa produzido pelo projeto, que reúne todas as fontes bibliográficas utilizadas pelas diferentes frentes de trabalho e o ANEXO 3 – BENS CULTURAIS INVENTARIADOS ,que apresenta a listagem de todas as referências culturais mapeadas.

INRC - Ficha de Identificação do Sítio

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE IDENTIFICAÇÃO** **SÍTIO**	CÓDIGO DA FICHA					
	BA	01	01	05	F10	--
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO SÍTIO		CACHOEIRA E SÃO FÉLIX
OUTRAS DENOMINAÇÕES		
ESTADO		BA
MUNICÍPIO		Cachoeira e São Félix
DISTRITO OU SUBDISTRITO		Cachoeira, São Félix, Belém da Cachoeira, Iguape
LOCALIDADES INVENTARIADAS	NO SÍTIO	Cachoeira, São Félix, Belém da Cachoeira, Iguape
	NO ENTORNO	Cruz das Almas (parcial), Nagé (parcial)

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.



MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	BA	01	01	05	F10	--

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS*.

SÍNTESE
A região de Cachoeira e São Félix apresenta uma riqueza de tradições representativas do sincretismo entre a colonização européia e a cultura africana trazida pelos escravos. A cidade de Cachoeira possui sua área urbana tombada e reconhecida como patrimônio nacional, com edificações que remontam ao século XVIII, XIX e XX, fruto da exploração da cana-de-açúcar, do fumo e do comércio de escravos. Durante muitos anos a cidade constituiu um importante entreposto comercial entre Salvador e o interior, que contribuiu para a riqueza e variedade das manifestações culturais ali encontradas. Além do patrimônio construído já reconhecido pelo Estado, a feira da cidade revela elementos singulares da culinária da região como maniçoba. O calendário das festas é intenso, entre eles destacando-se a da Irmandade da Boa Morte e a de Nossa Senhora da Ajuda. A forte presença do candomblé é outro elemento fundamental da identidade cachoeirana, sendo encontradas relações com a religião em quase todas as demais manifestações culturais da região.

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	BA	01	01	05	F10	--

4. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA* .

4.1. LOCALIZAÇÃO

Os municípios de Cachoeira e São Félix estão localizados na Microrregião Homogênea do Recôncavo Baiano e Região Econômica do Recôncavo Sul. Localizados no baixo curso do rio Paraguaçu, a sede do município de Cachoeira dista 110 Km de Salvador e 46 Km de Feira de Santana. A sede do município de Cachoeira está posicionada ainda entre as coordenadas geográficas de 12º 37' 06" de latitude Sul e 38º 57' 21" de longitude Oeste de Greenwich, enquanto São Félix está a 12º 36' 17" de latitude Sul e 38º 58' 20" de longitude Oeste de Greenwich, ambos a uma altitude de aproximadamente 50 m em relação ao nível do mar. Têm como principais vias de acesso às suas sedes as conexões BR-324/Ba-026 (Santo Amaro), BR-101/Ba-502 (Belém de Cachoeira) e BR-101/Ba-492 (via Muritiba), tendo sido desativado o acesso a Salvador por via fluvial. Seus municípios fazem limites com os de Conceição da Feira, Santo Amaro, Saubara, Maragogipe, Governador Mangabeira, Muritiba, São Felipe e Cruz das Almas.

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

Os municípios de Cachoeira e São Félix, no estado da Bahia, estão localizados na Região Fisiográfica do Recôncavo Baiano. Cachoeira é caracterizada pela presença de formações do tipo Tabuleiros pré-Litorâneos, Tabuleiros Interioranos, Tabuleiros do Recôncavo e Baixada Litorânea.

O conjunto orográfico de Cachoeira apresenta duas partes distintas: a mais alta, estendendo-se pelas partes norte, centro e sudeste, com altitudes variando entre 150 e 300 metros; a mais baixa, com altitudes entre 5 e 50 metros, localizada à orla do rio Paraguaçu, especialmente na bacia do Iguape. Os solos podem ser divididos em três tipos: os ferrolíticos, os vertissolos e os hidromórficos.

O clima é classificado como úmido e subúmido e seco subúmido, apresentando temperatura média anual de 25,4º C. A pluviosidade média anual varia entre 1.000 e 1.800 mm, sendo o período chuvoso entre os meses de maio e julho. As condições de altitude, forma de relevo e cobertura vegetal fazem com que haja variações microclimáticas consideráveis. Ao sul do município de Cachoeira, envolvendo a baia do Iguape, os totais pluviométricos ultrapassam 2.000 mm anuais, sem estação seca e com umidade relativa do ar superior a 80%, caracterizando clima tropical super úmido. Na parte central do sítio, acompanhando o vale do Paraguaçu e nas serras do Iguape, Guaíba e Boa Vista e nos tabuleiros setentrionais, o clima é o tropical úmido, com chuvas bem distribuídas, mas com menor intensidade. A calha do rio, onde estão localizados os centros urbanos de Cachoeira e São Félix é bem mais quente e menos chuvosa que a área de tabuleiros.

Todo o sítio está localizado na bacia do Rio Paraguaçu, sendo este o principal curso d'água, fazendo também o limite entre os municípios de Cachoeira e São Félix. Na sua parte mais baixa, o Paraguaçu forma um lagamar, a Baía do Iguape ou Lagamar do Iguape, que apresenta características de braço de mar, ou ria. Recebe uma série de rios e riachos em seu percurso, no perímetro urbano de Cachoeira, destacam-se o Pitanga e o Caquende que, durante muitos anos, formaram os limites naturais da urbe. Outros rios que se destacam em importância são o Açu, Inhaúma, Grande e Acutinga. O rio Paraguaçu possui sua nascente na Chapada Diamantina e atravessa áreas com pluviosidade superior a 1.000 mm anuais, concentrada em alguns meses. Com isso, o Paraguaçu apresenta regime torrencial, típico dos rios nordestinos, mas perene. Isso faz com que o rio apresente um período expressivo de cheias, hoje controladas em seu baixo curso com a represa da Pedra do Cavalo, construída na década de 1980. Na altura de Cachoeira e São Félix, o rio possui uma largura de 1 Km, à jusante, alarga-se até a Ponta do Paraguaçu, onde se abre numa grande baia: a baia do Iguape. Ao sul o rio estreita-se novamente na Ponta Salamina, alargando-se na altura da Ponta Cabeça de Negro, permanecendo assim até a sua desembocadura na baia de Todos os Santos.

Originalmente a região era coberta por Mata Atlântica nas áreas não inundáveis e por manguezais, sobretudo nas áreas alagadiças do Iguape. A área de mata original foi completamente devastada, sendo hoje ocupada pela agricultura e pela pecuária, restando apenas algumas pequenas áreas de mata secundária e terciária. A área de manguezal do Iguape encontra-se hoje protegida como reserva extrativista pelo IBAMA e, apesar das intervenções que sofreu ao longo da história e do impacto causado pela barragem da Pedra do Cavalo, que alterou o regime de salinidade da água, apresenta-se em razoável estado de conservação.

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	BA	01	01	05	F10	--

4.3. MARCOS EDIFICADOS

Cronologia das Construções de Cachoeira

1563 – CONSTRUÇÃO DA CAPELA DE SÃO THIAGO DO IGUAPE.

1606 – CONCLUSÃO DA PRIMEIRA ERMIDA NO LOCAL ONDE HOJE É A CAPELA DA AJUDA. ELA FOI RECONSTRUÍDA NOVAMENTE, NO MESMO LUGAR, EM 1665 E 1673.

1683 – CONSTRUÇÃO DO SOBRADO ACASTELADO DE JOÃO RODRIGUES ADORNO, AO LADO DA CAPELA DA AJUDA

1686 – CONSTRUÇÃO, PELOS JESUÍTAS, DO SEMINÁRIO E IGREJA DE NOSSA SENHORA DE BELÉM.

1688 – INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO DOS CARMELITAS (IGREJA DA ORDEM DO CARMO E CONVENTO).

1700 – COLOCAÇÃO DA PRIMEIRA PEDRA DO EDIFÍCIO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA. TÉRMINO DA OBRA EM 1712.

1734 – CONCLUSÃO DO EDIFÍCIO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA.

1742 – CONSTRUÇÃO DO NOVO PELOURINHO DE CANTARIA E COLUNA PEDESTAL DE PEDRA.

1777 – DESTERRO DA ATUAL PRAÇA DA ACLAMAÇÃO, NO TRECHO FRONTEIRO À CASA DE CÂMARA E CADEIA, SEGUINDO-SE À CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA ELEVADA DA FRENTE DO EDIFÍCIO, E RESPECTIVA ESCADA DE ACESSO.

1781 – INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO CHAFARIZ PÚBLICO QUE FOI INTERROMPIDA (OU REALIZADA PARCIALMENTE), SENDO RETOMADA SOMENTE NO SÉCULO XIX, COM TÉRMINO EM 1858.

1795 – CONSTRUÍDA A IGREJA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DO MONTE.

1828- CONSTRUÍDO O PRIMEIRO CEMITÉRIO DE CACHOEIRA, NOS FUNDOS DO HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. LOCALIZAVA-SE PRÓXIMO À IGREJA DA SANTA CASA.

1830 – CONSTRUÇÃO DO SOBRADO QUE HOJE ABRIGA O MUSEU HANSEN BAHIA (ESTE IMÓVEL HOSPEDOU D. PEDRO II EM 1858 E A PRINCESA ISABEL COM SEU MARIDO, CONDE D'EU, EM 1885.

1842/1846 – CONSTRUÇÃO DA IGREJA DO ROSARINHO (MONTE FORMOSO)

1845- FICA PRONTA A FACHADA DA IGREJA DA MISERICÓRDIA.

1846 – FICAM PRONTAS AS TORRES DAS IGREJAS DA MISERICÓRDIA E DA CONCEIÇÃO DO MONTE.

1882 – INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA PONTE D. PEDRO II. 1885 – CONCLUSÃO DA PONTE D. PEDRO II

1893- CACHOEIRA POSSUÍA DEZ IGREJAS, QUATRO COM TORRES E SEIS SEM ELAS. COM TORRES: MATRIZ N. SRA. DO ROSÁRIO,IGREJA DO CARMO, DE SÃO JOÃO DE DEUS (PRAÇA DO HOSPITAL) E IGREJA DA CONCEIÇÃO DO MONTE. ÀS SEIS SEM TORRES SÃO: N.SRA. DOS POBRES, AO CAQUENDE, NOSSA SRA. DO CARMO, ORDEM TERCEIRA, N. SRA. DO AMPARO, N.SRA. DOS REMÉDIOS, N. SRA. DO ROSÁRIO DO CORAÇÃO DE JESUS, NO ALTO DO MONTE FORMOSO(ROSARINHO) E A CAPELA D'AJUDA.

1895 – CONSTRUÇÃO DA IGREJA DA NOSSA SENHORA DO MONTE.

1946- AQUISIÇÃO, PELO IPHAN, DO SOBRADO SITO À PRAÇA DA ACLAMAÇÃO, NO 4, QUE FUNCIONA ATUALMENTE COMO MUSEU E SEDE DO IPHAN (ESCRITÓRIO TÉCNICO)

1971 (13 DE JANEIRO) – O GOVERNO FEDERAL CONVERTE CACHOEIRA EM MONUMENTO NACIONAL, PELO DECRETO NO.68.045.

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	BA	01	01	05	F10	--

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

5.1. RESUMO

CACHOEIRA TEM REGISTRO COMO POVOADO, DEPOIS FREGUESIA, VILA E FINALMENTE CIDADE DESDE O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO. OS PRIMEIROS ENGENHOS DA BAHIA LÁ SE INSTALARAM, NAS TERRAS DE MASSAPÊ NO ENTORNO DA ENSEADA DO IGUAPE. AS TERRAS MAIS ELEVADAS, CHAMADAS DE TABULEIRO, FORAM LOCAL DE PLANTAÇÃO DE FUMO, MERCADORIA ENTÃO TROCADA POR ESCRAVOS. O NÚCLEO URBANO DESDE ENTÃO ABRIGA OS ARMAZÉNS COM O AÇÚCAR DOS ENGENHOS, O FUMO E AS MERCADORIAS QUE CHEGAM DO SERTÃO PARA SEREM EMBARCADAS PARA SALVADOR E VICE-VERSA, OU SEJA, CACHOEIRA ERA O NÚCLEO ONDE AS MERCADORIAS CHEGADAS DA METRÓPOLE ERAM CONCENTRADAS, ANTES DE ESPALHAREM-SE PELO INTERIOR. A FUNÇÃO PORTUÁRIA E COMERCIAL SEMPRE CARACTERIZOU A CIDADE, ATÉ SEU ISOLAMENTO, NO SÉCULO XX, POR NÃO TER SIDO INTEGRADA AO TRAÇADO DA MALHA RODOVIÁRIA, NOVO E PREDOMINANATE TIPO DE TRANSPORTE DE PESSOAS E MERCADORIAS. CACHOEIRA TEVE IMPORTANTE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E MILITAR NA GUERRA DA INDEPENDÊNCIA, PROCLAMANDO A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL MESES ANTES DO 7 DE SETEMBRO DE 1822 (25 DE JUNHO DE 1822). ESTA DATA É ATÉ HOJE COMEMORADA NA CIDADE.

5.2. CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
1613	CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA AJUDA
1674	CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE CACHOEIRA, A PARTIR DO DESMEMBRAMENTO DO IGUAPE, FEITAS EM TERRAS DOADAS AO CAPITÃO JOÃO ADORNO.
1698	ELEVAÇÃO DO POVOADO À VILA E INSTALAÇÃO DO PRIMEIRO PELOURINHO, EM MADEIRA E FERRO.
1816	OS ALEMÃES CHEGAM À CIDADE, OS MEURON SÃO OS PRIMEIROS. OS DANEMMANN SÓ CHEGAM EM 1873.
1819	VIAGEM INAUGURAL DO VAPOR DE CACHOEIRA
1822	EM 25 DE JUNHO D. PEDRO I É PROCLAMADO REGENTE, ANTES DO 7 DE SETEMBRO.
1826	A CIDADE RECEBE O TÍTULO DE "HERÓICA" DE DOM PEDRO I, EM VISITA A CACHOEIRA, PELA PARTICIPAÇÃO DA CIDADE NA GUERRA DA INDEPENDÊNCIA.
1830	Construção do sobrado que hoje abriga o museu Hansen Bahia (este imóvel hospedou D. Pedro II em 1858 e a Princesa Isabel com seu marido, Conde D'eu, em 1885.
1837	A VILA É ELEVADA À CIDADE, PELA LEI N. 44, DE 13 DE MARÇO.
1837	CACHOEIRA É SEDE DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DA BAHIA DURANTE A REBELIÃO DENOMINADA "SABINADA".

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	BA	01	01	05	F10	--

1855	EPIDEMIA DE CÓLERA MORBUS MATA 3.000 PESSOAS NA CIDADE, 8.500 NA COMARCA E 29.500 NA PROVÍNCIA
1873	CHEGADA DOS DANNEMANNS À CIDADE, COM INAUGURAÇÃO DE SUA FÁBRICA DE CHARUTOS.
1885	CONCLUSÃO DA PONTE D. PEDRO II
1928	INAUGURAÇÃO DA RODOVIA SALVADOR - FEIRA DE SANTANA (BR 324 -?)
1971	(13 DE JANEIRO) – O GOVERNO FEDERAL CONVERTE CACHOEIRA EM MONUMENTO NACIONAL, PELO DECRETO NO.68.045

6. PERFIL SOCIOECONÔMICO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

6.1. POPULAÇÃO

Segundo o recenseamento do IBGE de 2000, os município de Cachoeira e São Félix possuíam uma população residente total de 44.115, sendo 30.416 em Cachoeira e 13.699 em São Félix. Em Cachoeira a população está distribuída da seguinte forma: 18.174 no distrito sede, 7.036 em Belém da Cachoeira e 5.206 no distrito de Santiago do Iguape.

População Residente

Nome Município	Cachoeira	São Félix
Código Município	290490	292900
Variável	Valor	Valor
Pessoas residentes - resultados da amostra	30 416	13 699
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade	24 315	11 048
Mulheres residentes - 10 anos ou mais de idade	12 569	5 695
Homens residentes - 10 anos ou mais de idade	11 746	5 353
Pessoas residentes - 0 a 3 anos	2 490	1 021
Pessoas residentes - 4 anos	582	268
Pessoas residentes - 5 e 6 anos	1 328	512
Pessoas residentes - 7 a 9 anos	1 701	850
Pessoas residentes - 10 a 14 anos	3 261	1 477
Pessoas residentes - 15 a 17 anos	2 314	1 048
Pessoas residentes - 18 a 19 anos	1 571	687
Pessoas residentes - 20 a 24 anos	3 241	1 503
Pessoas residentes - 25 a 29 anos	2 354	1 142
Pessoas residentes - 30 a 39 anos	3 767	1 804
Pessoas residentes - 40 a 49 anos	2 819	1 340
Pessoas residentes - 50 a 59 anos	2 007	818
Pessoas residentes - 60 a 64 anos	799	356
Pessoas residentes - 65 a 69 anos	669	266
Pessoas residentes - 70 a 74 anos	651	235
Pessoas residentes - 75 a 79 anos	381	200
Pessoas residentes - 80 anos e mais	481	172

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	BA	01	01	05	F10	--

NOTA : Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.

6.2. QUALIDADE DE VIDA

Cachoeira e São Félix - Unidades de Saúde - 2002

	Cachoeira	São Felix
Estabelecimentos de Saúde total	10	6
Estabelecimentos de Saúde públicos	7	6
Estabelecimentos de Saúde privados	3	0
Estabelecimentos de Saúde com internação	2	1
Estabelecimentos de Saúde com internação públicos	1	1
Estabelecimentos de Saúde com internação privados	1	0
Estabelecimentos de Saúde sem internação	8	5
Estabelecimentos de Saúde sem internação públicos	6	5
Estabelecimentos de Saúde sem internação privados	2	0
Estabelecimentos de Saúde de apoio à diagnose e terapia	0	0
Estabelecimentos de Saúde de apoio à diagnose e terapia públicos	0	0
Estabelecimentos de Saúde de apoio à diagnose e terapia privados	0	0
Estabelecimentos de Saúde com plano de saúde próprio	0	1
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviços a plano de saúde de terceiros	3	1
Estabelecimentos de Saúde com atendimento particular	3	1
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviços ao SUS	9	6
Postos de trabalho de nível superior	97	72
Postos de trabalho de médicos	70	58
Postos de trabalho de enfermeiros	7	5
Postos de trabalho de odontólogos	9	4
Postos de trabalho de nível técnico/auxiliar	81	64
Postos de trabalho de auxiliar de enfermagem	51	40
Postos de trabalho de técnicos de enfermagem	2	0
Leitos	129	80
Leitos disponíveis ao SUS	129	80
Internações no ano de 2001	5637	4803
Equipamentos de diagnóstico através de imagem	6	9
Equipamentos de infra-estrutura	2	1
Equipamentos por métodos óticos	4	4
Equipamentos por métodos gráficos	4	4
Equipamentos para terapia por radiação	0	0
Equipamentos para manutenção da vida	23	18
Mamógrafos com comando simples	0	0
Mamógrafos com estereotaxia	0	1
Tomógrafos	0	1
Eletrocardiógrafos	3	3
Ultra-som dopller colorido	0	2
Ultra-som ecógrafo	3	2
Eletroencefalógrafos	1	1
Equipamentos de hemodiálise	0	0
Raio X para densitometria óssea	0	0
Raio X até 100mA existentes	1	1
Raio X de 100 a 500mA	1	1

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	BA	01	01	05	F10	--

Raio X mais de 500mA	0	0
Equipo odontológicos	4	4
Grupo de geradores	1	1

Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2002; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

6.3. TRABALHO E RENDA FAMILIAR

Rendimento Médio

Nome Município	Cachoeira	São Félix
Código Município	290490	292900
Variável	Valor	Valor
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - sem instrução e menos de 1 ano de estudo	4 015	1 768
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - até 1 salário mínimo	7 128	3 515
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 1 a 2 salários mínimos	2 738	1 241
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 2 a 3 salários mínimos	744	316
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 3 a 5 salários mínimos	684	295
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 5 a 10 salários mínimos	591	127
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 10 a 20 salários mínimos	217	98
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 20 salários mínimos	70	42
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - sem rendimento	12 143	5 413
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento	12 172	5 635
Homens residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento	6 555	3 140
Mulheres residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento	5 617	2 495
Rendimento nominal - pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento - médio mensal	301,15	270,44
Rendimento nominal - homens residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento - médio mensal	340,55	279,89
Rendimento nominal - mulheres residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento - médio mensal	255,16	258,56

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000
NOTA : Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.

6.4. EDUCAÇÃO

Ensino - Cachoeira e São Félix - 2003-2004

	Cachoeira	São Felix
Matrícula - Ensino fundamental - 2004 (1)	8456	2958
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2004 (1)	2907	657
Matrícula - Ensino fundamental - escola públia federal - 2004 (1)	0	0
Matrícula - Ensino fundamental - escola publica municipal - 2004 (1)	4537	2102
Matrícula - Ensino fundamental - escola privada - 2004 (1)	1012	199

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	BA	01	01	05	F10	--

Matrícula - Ensino médio - 2004 (1),,Matrículas	2385	744
Matrícula - Ensino médio - escola pública estadual - 2004 (1)	1902	573
Matrícula - Ensino médio - escola pública federal - 2004 (1)	0	0
Matrícula - Ensino médio - escola pública municipal - 2004 (1)	0	171
Matrícula - Ensino médio - escola privada - 2004 (1)	483	0
Matrícula - Ensino pré-escolar - 2004 (1)	1178	699
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2004 (1)	0	0
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2004 (1)	0	0
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2004 (1)	742	486
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola privada - 2004 (1)	436	213
Docentes - Ensino fundamental - 2004 (1)	352	146
Docentes - Ensino fundamental - escola pública estadua - 2004 (1)	99	39
Docentes - Ensino fundamental - escola pública federal - 2004 (1)	0	0
Docentes - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2004 (1)	170	92
Docentes - Ensino fundamental - escola privada - 2004 (1)	83	15
Docentes - Ensino médio - 2004 (1)	87	43
Docentes - Ensino médio - escola pública estadual - 2004 (1)	57	29
Docentes - Ensino médio - escola pública federal - 2004 (1)	0	0
Docentes - Ensino médio - escola pública municipal - 2004 (1)	0	14
Docentes - Ensino médio - escola privada - 2004 (1)	30	0
Docentes - Ensino pré-escolar - 2004 (1)	57	41
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2004 (1)	0	0
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2004 (1)	0	0
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2004 (1)	33	29
Docentes - Ensino pré-escolar - escola privada - 2004 (1)	24	12
Escolas - Ensino fundamental - 2004 (1)	49	30
Escolas - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2004 (1)	8	1
Escolas - Ensino fundamental - escola pública federal - 2004 (1)	0	0
Escolas - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2004 (1)	35	25
Escolas - Ensino fundamental - escola privada - 2004 (1)	6	4
Escolas - Ensino médio - 2004 (1)	5	2
Escolas - Ensino médio - escola pública estadual - 2004 (1)	3	1
Escolas - Ensino médio - escola pública federal - 2004 (1)	0	0
Escolas - Ensino médio - escola pública municipal - 2004 (1)	0	1
Escolas - Ensino médio - escola privada - 2004 (1)	2	0
Escolas - Ensino pré-escolar - 2004 (1)	30	25
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2004 (1)	0	0
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2004 (1)	0	0
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2004 (1)	25	21
Escolas - Ensino pré-escolar - escola privada - 2004 (1)	5	4
Matrícula - Ensino superior - 2003 (2)	1127	0
Matrícula - Ensino superior - escola pública estadual - 2003 (2)	0	0
Matrícula - Ensino superior - escola públia federal - 2003 (2)	0	0
Matrícula - Ensino superior - escola publica municipal - 2003 (2)	0	0
Matrícula - Ensino superior - escola privada - 2003 (2)	1127	0
Docentes - Ensino superior - 2003 (2)	75	0
Docentes - Ensino superior - escola pública estadua - 2003 (2)	0	0
Docentes - Ensino superior - escola pública federal - 2003 (2)	0	0
Docentes - Ensino superior - escola pública municipal - 2003 (2)	0	0
Docentes - Ensino superior - escola privada - 2003 (2)	75	0
Escolas - Ensino superior - 2003 (2)	4	0
Escolas - Ensino superior - escola pública estadual - 2003 (2)	0	0
Escolas - Ensino superior - escola pública federal - 2003 (2)	0	0
Escolas - Ensino superior - escola pública municipal - 2003 (2)	0	0

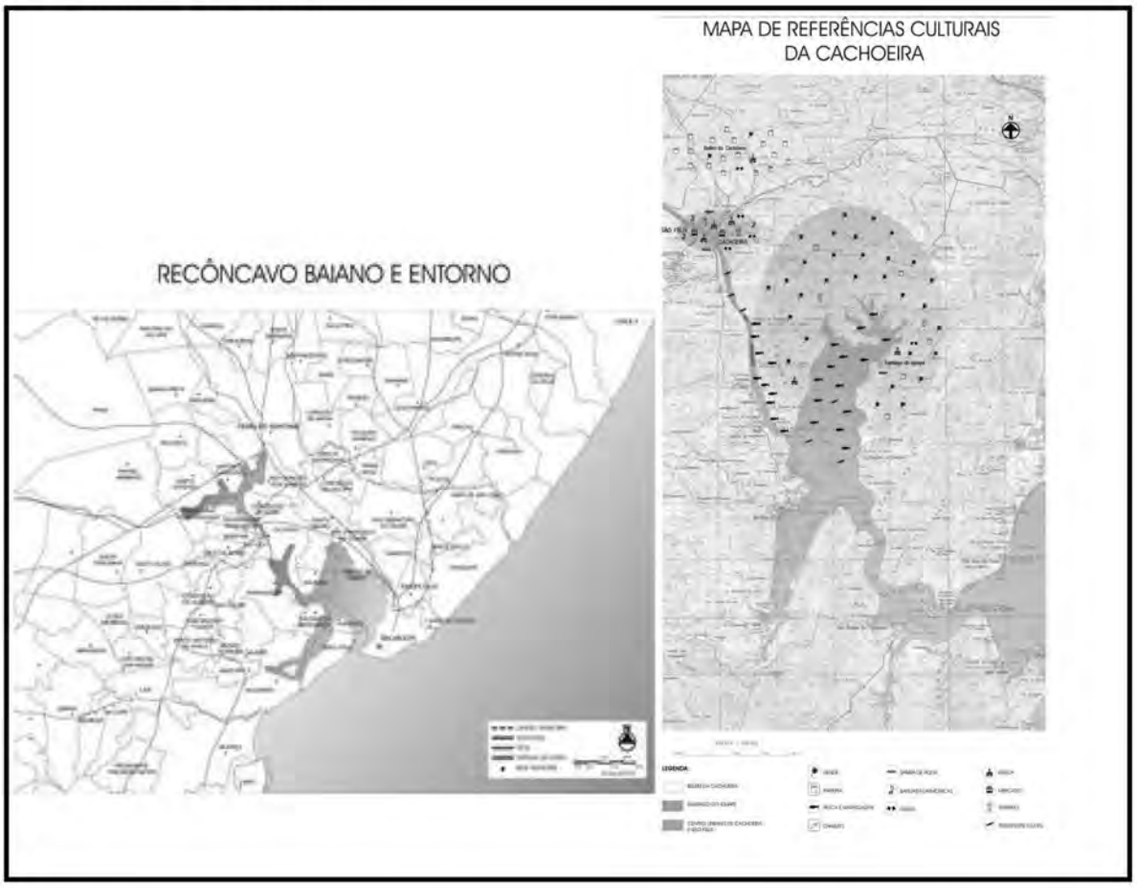
MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	BA	01	01	05	F10	--

Escolas - Ensino superior - escola privada - 2003 (2)	4	0

Fontes: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP ,(1)Censo Educacional 2004;
(2) Censo da Educação Superior 2003;Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

7. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS



MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	BA	01	01	05	F10	--

8. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PATRIMONIAL
Foram tombados imóveis isolados em 1938, 1939, 1940, 1941 e 1943. O conjunto arquitetônico e paisagístico de Cachoeira foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnológico e Paisagístico, número 49, folha 12, em 21/09/1971. Todo o centro urbano foi considerado objeto de tombamento, inexistindo, no entanto, delimitação de perímetro tombado até o momento. Não existe legislação de proteção estadual ou municipal. São Félix, por sua vez, não possui nenhum bem inscrito em livro do tombo do Iphan. Em 2000, a Bacia do Iguape foi considerada pelo Ibama como Reserva Extrativista com uma área total de 8.152,75 ha e um perímetro de 193.187,70 m, abrangendo os municípios de Maragogipe e Cachoeira.

9. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

9.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

9.2. RECOMENDAÇÕES

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	BA	01	01	05	F10	--

10. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: PARA LISTA DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

FORMULÁRIOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES	
ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA	
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS	
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	
ANEXO 4: CONTATOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

11. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	BEATRIZ LESSA, RAFAEL WINTER RIBEIRO, RENATA DE SÁ GONÇALVES	
SUPERVISOR	Márcia Chuva	
REDATOR	Rafael Winter Ribeiro	DATA
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Márcia Chuva	

INRC - Anexo 1
Bibliografia

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **ANEXO** **BIBLIOGRAFIA**	CÓDIGO DA FICHA					
	BA	01	01	04	F1-	A1
	UF	SITIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LIVROS E OUTRAS PUBLICAÇÕES NÃO SERIADAS

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
7 BRASILEIROS e seu universo: artes, ofícios, origens, permanências/ organização da exposição e coordenação do catalogo : Gisela Magalhães [e] Irmã Arestizabal. Brasília: MEC, 1974.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura Popular; Arte popular; Artista popular; Exposição [Catálogo da exposição "7 Brasileiros e seu universo" que entre outros artistas populares expôs obras do artista de Cachoeira, Louco. Nesta publicação há fotos do artista, do seu atelier e um pouco de sua história]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP 7.067.26-05:061.48(81) S495	1
A VISÃO popular da realidade: o perfil do colecionador. João Evangelista de Andrade Filho (coord.).: Brasília: Fundação Cultural, 1985, 100 p.: il. Catalogo da exposição realizada no Museu de Artes de Brasília no período de 16 de agosto a 15 de outubro.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura Popular; Arte popular; Artista popular; Exposição [Catalogo da exposição "A visão popular da realidade" que teve expostas obras do artista Louco, de Cachoeira.]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP 7.067.26:061.48 V822	2
ADONIAS, Isa. **Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial (1500-1822)**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1960.	Mapa, Cartografia; Inventário; Hidrografia.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	3
ALVES, Aristides. **Mascaras da Bahia** = Masks of Bahia [textos de Nelson de Araújo, Luiz Tenório de Oliveira, Rubens Fernandes Junior].: Salvador: Ed. do Autor, 2000.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura Popular; Máscara; Festa de N. Sra. Da Ajuda; Mandu; Bumba-meu-boi; Segura a Véia; Festa de São João [Livro de fotografias de máscaras das festas populares da Bahia. Em Cachoeira destacam-se as Caretas e Cabeçorras da Festa de N. S. da Ajuda, o Mandu, o Bumba-meu-boi e o Segura a Véia das festas de São João.]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP 391.8(813.8) A474M	4
AMARAL, Braz. **História da Independência da Bahia.** Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923	Independência do Brasil, História.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	5
AMARAL, Braz. **Resenha histórica da Bahia**. Bahia: Tipografia Naval, 1941.	Independência do Brasil; História.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	6

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

AMARAL, José Álvares do. **Resumo chronológico da província da Bahia desde o seu descobrimento em 1500**. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1922.	Cronologia; História; Transportes; Ferrovias; Navegação; Fluvial	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	7
ARAÚJO, Nelson de. **Cinco autos do Recôncavo**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1977.	Recôncavo baiano; População afro-descendente; Cultura popular; Teatro popular [Teatro popular.]	Biblioteca da Escola de Teatro/UFBA	8
Araújo, Nelson de. **Duas formas de teatro popular do Recôncavo.** Salvador, O Vice-Rei, 1979	Recôncavo baiano; População afro-descendente; Cultura popular; Teatro popular [Teatro popular.]	Biblioteca da Escola de Teatro/UFBA	9
ARAÚJO, Nelson de. **Pequenos Mundos** – um panorama da cultura popular da Bahia. Universidade Federal da Bahia (EMAC). Empresa gráfica da Bahia. 1986.	Cachoeira (BA); São Félix (BA); População afro-descendente; Cultura Popular; História [Um panorama da cultura popular da Bahia. Destaca-se capítulo sobre o Recôncavo, que aborda um pouco da história da cidade de Cachoeira]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP 398 (313.8) A663p Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	10
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Resenha de manuscritos e documentos outros da Secção Histórica do Arquivo Público do Estado da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1950.	Guias de Arquivo; Documentos Históricos; Documentos Oficiais; Manuscritos	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	11
AZAVEDO, Milton Pereira de. **Casa da Moeda da vila da Cachoeira.** Salvador: Secretaria do Interior e da Justiça, 1959.	Casa da Moeda; Independência do Brasil.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	12
BAHIA, Secretaria de Cultura e Turismo. **Guia cultural da Bahia: Recôncavo**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1997.	Guias; Inventário; Edificações; Patrimônio Cultural; Bens Culturais; Festas Religiosas; Festas Cívicas; Festas Populares.	Biblioteca Nacional / Referência	13
BARROS, Francisco Borges de. **A margem da história da Bahia**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1934.	História; Bahia; Cachoeira; Estradas.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	14
BARROS, Francisco Borges de. Diccionario Geographico e histórico da Bahia. Bahia: Impresa Offcial do Estado, 1923.	Dicionários; História; Geografia; Ruas; Edificalções; Praças; Igrejas; Sobrados; Agricultura; Comunicação; Transporte.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	15
BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1956, 2 vol.	Arquitetura Religiosa; Barroco; Igrejas.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	16

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.** S/l: s/ed, 1998.	Recôncavo; Sociedade [Coletânea de artigos sobre o Recôncavo Baiano, reunindo textos das décadas de 1950 à 1990].	Biblioteca Nacional / Obras Gerais.	17
BRASIL, Assis. **Paraguaçu e Caramuru: origens obscuras da Bahia.** Rio de Janeiro: Imago, 1999	Recôncavo; Romance Histórico. [Romance histórico dos primórdios da colonização portuguesa na Bahia]	Biblioteca Nacional / Obras Gerais	18
CALASANS, Jose. **Folclore Geo-histórico da Bahia e seu Recôncavo**. Rio de Janeiro: CDFB, 1972, 151 p (Folclore brasileiro; 7). Pesquisa realizada pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro em cooperação com a Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, sob a direção do prof. Jose Calasans.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura Popular; Folclore; Festa da Mãe d'água; Iemanjá; Festa do Bonfim; Festa do caboclo [Vários aspectos do folclore baiano: festa da Mãe d'água (Iemanjá), festa do Bonfim, a festa do caboclo (Salvador e Recôncavo). Aborda também as variantes do tema "o vapor de Cachoeira"]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP 398(813.8) C143f-1972	19
CALDERON, Valentin. **O Convento da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira.** Salvador: Gráfica Universitária da UFBA, 1976.	Ordens religiosas; Igrejas; Arquitetura Religiosa; Conventos; Ordem Terceira do Carmo	Biblioteca Nacional / Iconografia.	20
CARRAZONI, Maria Eliza (coord.) **Guia dos bens tombados.** Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1987.	Igrejas, Bens Tombados; Edificações; Guias; Monumentos.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	21
CASTRO, Renato Berbert de. **A tipografia Imperial-Nacional da Bahia.** São Paulo: Ática, s/d.	Imprensa; Cachoeira-BA [História da imprensa cachoeirana]	Biblioteca Nacional / Obras Gerais.	22
CATÁLOGO da exposição fotográfica sobre o Recôncavo Baiano. São Paulo: USP, 1970.	Catálogos; Fotografias; Igrejas; Arquitetura Religiosa; Exposições; Engenhos.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	23
CENTRO de Estatísticas e Informações. **Informações básicas dos municípios baianos: Região Paraguaçu**. Salvador: CEI, vol. 14, 1994.	Paraguaçu; municípios; estatística	Biblioteca Nacional / Obras Gerais	24
CENTRO de Estatísticas e Informações. **Informações básicas dos municípios baianos: Região Paraguaçu**. Salvador: CEI, vol. 8, 1994.	Recôncavo Sul; municípios; estatística	Biblioteca Nacional / Obras Gerais	25

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

COIMBRA, Silvia Rodrigues. **O Reinado da Lua:** escultores populares do Nordeste. Silvia Rodrigues Coimbra, Flavia Martins, Maria Leticia Duarte. Rio de Janeiro: Salamandra, 1980.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura Popular; Arte popular; Artista popular; Escultura; Cerâmica [A escultura popular brasileira e seus vários artistas populares. Destacam na cidade de Cachoeira, a obra e a história de vida dos escultores em madeira: Louco, Maluco filho, Doidão e Bolão, e ainda, os escultores de miniaturas em barro Armindo e seu irmão Tamba.]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP 7.067.26-05(812/813) C679r	26
CONSELHO de Desenvolvimento do Recôncavo. **Estudos Básicos para o projeto agropecuário do Recôncavo.** Salvador: Seplantec/Conder, 1970	Recôncavo (BA); Agropecuária; Cana; Fumo [Caracterização geral do sistema agropecuário do Recôncavo Baiano do ponto de vista histórico e econômico.	Biblioteca Nacional / Obras Gerais.	27
DUVAL, J. Guerra. **Álbum das curiosidades artísticas da Bahia.** Rio de Janeiro: Litho-Typographia Fluminense, 1928.	Fotografias; Arquitetura; Patrimônio Histórico; Conventos; Igrejas; Arquitetura Religiosa; Iconografia.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	28
ELBEIN DOS SANTOS, Juana. **Os nagô e a morte.** Petrópolis, Vozes, 1996.	Brasil; População afro-descendente; Cultura popular; Candomblé [Estudo sobre o candomblé nagô.]	Biblioteca do CEAO/UFBA	29
FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Encantos tradicionais da Bahia.** São Paulo: Liv. Martins, 1943.	Fotografias; Aquarelas; Igrejas; Aqueduto.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	30
FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Relíquias da Bahia (Brasil).** S.l: s.n, 1940.	Igrejas; Arquitetura Religiosa; Casa de Câmera e Cadeia; Fontes e Chafarizes; Pintura Sacra; Iconografia;	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	31
FERRETTI, Sérgio. **Faces da Tradição Afro-Brasileira:** religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO, 1999.	Brasil; População afro-descendente; Cultura popular; Religiosidade; Sincretismo; Etnobotânica [Coletânea de artigos]	Biblioteca do CEAO/UFBA	32
FERREZ, Gilberto. **Bahia: velhas fotografias 1858/1900.** Rio de Janeiro: Kosmos; Salvador: Banco da Bahia, 1988.	Fotografias; Paisagem urbana; Sobrados; Iconografia.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	33
FONSECA, Denise. **Cooperação e confronto: resistência social na periferia dos engenhos de açúcar na Bahia: 1791-1835.** s/l: s/ed: 2002.	Recôncavo; Escravidão; Açúcar, Engenhos.	Biblioteca Nacional / Obras Gerais	34

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

FRADE, Cáscia e outros. **BRASIL:** festa popular. 216p.il. Rio de Janeiro, Livroarte, 1980.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura Popular; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte [Livros de fotos e pinturas das festas populares do Brasil, inclui fotos da Festa de Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira.]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP 394.2 (81) B823	35
GONZALEZ, Lélia. Festas Afro-Brasileiras. In: **Festas populares no Brasil**. Editora index Ltda., 1989.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura Popular; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte [Livros de fotos das festas populares brasileiras. Aborda a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira.]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP 394.2 (81) G643f	36
Guia Cultural da Bahia **Recôncavo: 1" mapeamento da cultural da Bahia**. Governo da Bahia, Salvador: 1997, p. 57-72	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular [Guia Cultural de Cachoeira]	Biblioteca Pública do Estado da Bahia	37
HOMEM DE MELO, Francisco Inácio Marcondes, barão; MELO Francisco Homem de. **Atlas do Brazil.** Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1909.	Atlas; Mapa; Cartografia; Ferrovias; Hidrografia; Relevo; Divisão Territorial	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	38
HUE, Jorge de Souza. **Uma visão da arquitetura colonial do Brasil.** Rio de Janeiro: Agir, 1999.	Fotografias; Monumentos; Patrimônio histórico; Arquitetura colonial; Arquitetura religiosa; Conventos; Igrejas; Iconografia.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	39
IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, v. 20.	Povoamento; Geografia; Documentos Históricos; População; Edificações; Logradouros; Ruas; Iluminação Pública; Água; Abastecimento	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	40
IBGE. **Sínopse estatística do município de Cachoeira Estado da Bahia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948	Divisão Territorial; Estatística; Censo Demográfico; Distritos; Justiça	Biblioteca Nacional / Obras Gerais	41
IMPRESSÕES do Brazil no século vinte. Londres: Lloydes, 1973.	Ruas; Agricultura; Fumo; Comércio; Iluminação pública; navegação fluvial; indústrias; transportes.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	42
LEFÉVRE, Renée; FONSECA, Fernando Luis da. **Recantos, encantos e prantos da Bahia.** Rio de Janeiro. Arte e Cultura. São Paulo: EdUSP, 1977.	Aquarela; Desenhos; História; Arquitetura; Igrejas; Ruas; Edificações; Paisagem Urbana; Sobrados; Iconografia.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	43

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

LIMA, Ricardo Gomes. **LOUCO Filho: os caminhos da escultura no Recôncavo da Bahia**. Rio de Janeiro: Funarte, INF, 1988. 18p. il. (Sala do Artista Popular; 44)	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura Popular;; Arte popular; Artista popular; Escultura [Catálogo da Sala do Artista Popular sobre Louco Filho que deu continuidade ao trabalho de escultura em madeira, iniciado por seu pai, Boaventura, Louco.]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP 7.067.26-05:061.48 I59s	44
LODY, Raul. **Devoção e culto a Nossa Senhora da Boa Morte**. Rio de Janeiro: Altiva, 1981. 30p.:il.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura Popular; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte; Indumentária [A irmandade de N. S. da Boa Morte, sua história, seu culto, sua indumentária.]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP F255 (813.8) L824d	45
LODY, Raul. **Jóias de Axé:** fios de contas e outros adornos do corpo: a joalheria afro-brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.	Brasil; População afro-descendente; Indumentária; Adorno [Descrição e catalogação de indumentárias e ornamentos afro-brasileiros.]	Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	46
LODY, Raul. **Samba de Caboclo**. Cadernos de Folclore. Rio de Janeiro: FUNARTE e Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.	Bahia; População afro-descendente; Cultura popular; Caboclo [Estudo sobre a música dos caboclos.]	Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	47
MAIA, Tom; CALMON, Pedro; MAIA, Teresa Regina de Camargo. **Velho Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1983.	Desenhos; Arquitetura; Portos; Edificações; Patrimônio Histórico.	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	48
MAIA, Tom; Tereza Regina de Camargo. **Velha Bahia de Hoje.** Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1985.	Desenhos; Arquitetura; Paisagem; Paisagem Urbana; Igrejas; Edificações; Sobrados; Iconografia	Biblioteca Noronha Santos / IPHAN	49
MARQUES, Francisca. **Samba de Roda em Cachoeira, Bahia:** uma abordagem etnomusicológica. Dissertação de Mestrado, UFRJ/EM, 2003.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Samba de roda [Etnomusicologia. Estudo sobre o samba de roda em Cachoeira.]	Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	50
MELLO, Francisco José de. **História da cidade da Cachoeira**. Feira da Santana: Radami, 2001.	Cachoeira, História; Igrejas, [Descrição dos principais acontecimentos e da formação da cidade da Cachoeira-BA]	Biblioteca Nacional / Obras Gerais	51
MELLO, Francisco José. **Guia Bahia - Cachoeira Heróica Encantadora:** mapa do Recôncavo. Salvador: Radami, 2001.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular [Aspectos culturais e sociais de Cachoeira.]	Biblioteca Pública do Estado da Bahia.	52

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

MELO, Francisco José de. **História da cidade de Cachoeira**. S.l.: s.n, 2001.	Desenvolvimento econômico; Igrejas; Divisão Territorial; Casa de Câmara e Cadeia; Edificações; Fumo; Transportes; Água; Abastecimento; Saúde Pública, Casa de Câmara e Cadeia	Biblioteca Nacional / Obras Gerais.	**53**
MILTON, Aristides A. **Ephemerides Cachoeiranas**. Bahia: Typographia Bahiana, 1903.	Cronologia; Igrejas; Conventos; Capelas; Obras públicas; Casa de Câmara e Cadeia; Efemérides; Iluminação Pública; Impostos; Pontes.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	**54**
MORAES, A. J. de Melo. **Brasil Histórico.** Rio de Janeiro. Typ. Dos Editores/ Fauchon e Dupon, 1866-68, 3 vol.	História; Casa de Câmara e Cadeia; Comércio; Pelourinho; Igrejas; Povoamento..	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	**55**
NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias do. **A Boa Morte em Cachoeira**: contribuição para o estudo etnológico. Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Socio-Cultural de Cachoeira, 1988.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura Popular; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte [Estudo etnológico. Trata da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morteem Cachoeira, sua importância histórica, as irmãs, a estrutura social da irmandade, a obrigação, a festa, entre outros aspectos.]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP F255(813.8) N244b Biblioteca Municipal de Cachoeira Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	**56**
NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias do. **A capela d'ajuda já deu sinal**: relações de poder e religiosidade em Cachoeira. Salvador (CEAO), 1995.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Religiosidade [Estudo etnológico sobre vida e costumes religiosos em Cachoeira.]	Biblioteca do CEAO/UFBA Biblioteca Municipal de Cachoeira Biblioteca Municipal de São Felix	**57**
NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias do; ISIDORO, Cristina. **A Boa Morte em Cachoeira (contribuição para o estudo etnológico)**: Cachoeira: CEPASC, 1988.	Irmandades religiosas; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Mortes; Escravos; Escravidão; Festas Religiosas.	Biblioteca Nacional / Obras Gerais.	**58**
NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias do. **Candomblé e Irmandade da Boa Morte**. Cachoeira: Fundação Maria América da Cruz, 1999.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Candomblé; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte [Estudo da relação do candomblé com a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte.]	Biblioteca Municipal de Cachoeira Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	**59**
OLIVEIRA, Selma Soares de. **Imagens de Roca:** uma coleção singular da Ordem Terceira do Carmo. Dissertação de Mestrado. UFBA , 1997.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Ordem Terceira do Carmo; Acervo [Estudo sobre o acervo da Ordem Terceira de Cachoeira; histórico e análise descritiva das imagens.]	Biblioteca Central/UFBA	**60**

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **A crise da economia açucareira do recôncavo na segunda metade do século XIX**. Salvador: FCJA; UFBA-CEB, 1999.	Bahia, Economia; Recôncavo; Açúcar.	Biblioteca Nacional / Obras Gerais	61
OTT, Carlos. **Povoamento do Recôncavo pelo engenhos 1536-1888**. Salvador: Bigraf, 1996	Engenhos; Cana-de-açúcar; Igrejas; Conventos; Casa de Câmara e Cadeia; Obras Públicas.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	62
OTTI, Carlos. **O povoamento do Recôncavo pelos engenhos: 1536/1888**. S/l: s/ed, 1996	Recôncavo; Engenhos; Açúcar.	Biblioteca Nacional / Obras Gerail	63
PEDREIRA, Esther. **Folclore Musicado da Bahia.** Coleção Antonio Vianna, Vol. I, Fundação Cultural do Estado da Bahia, Salvador, 1978.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Música; Lundu; Samba; Cantiga [Transcrição de músicas de tradição popular (lundus, sambas, cantigas de rodas, entre outros)]	Biblioteca da Escola de Música/UFBA	64
PEDREIRA, Pedro Tomas. **O Rio Paraguaçu e a sua navegação.** Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1981.	Paraguaçu, Rio; Navegação; Embarcações; Cachoeira, História.	Biblioteca Nacional / Obras Gerais	65
PEDRO II, Imperador do Brasil. **Diário de viagem ao norte do Brasil.** Bahia: Universidade da Bahia, 1959.	Igrejas; Ruas; População; Descrições e viagens	IPHAN / Biblioteca Noronha Santos.	66
PEIXOTO, Afrânio. **Breviário da Bahia.** Rio de Janeiro: Agir, 1945.	Inclui fotografias e desenhos que retratam Slavador. História; Independência do Brasil.	IPHAN/ Biblioteca Noronha Santos.	67
PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o dicionário geográphico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894-1896, 3 vol.	Inclui verbete sobre Cachoeira. Dicionários; História; Geografia; Comércio; Indústria; Igrejas; População; Cemitérios.	Biblioteca Nacional / Referência	68
PINTO, Alfredo Moreira. **Atlas - texto chorographia do Brasil.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1900	Atlas; Geografia; Mapa; Cartografia; Divisão Administrativa; Ferrovias.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	69
PITA, Sebastião da rocha. **História da América Protuguesa**. Bahia: Imprensa Economia, 1878.	História; Historiografia; Geografia; Comércio; Descrição.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	70

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

RABELO, Alberto. **O papel da Cachoeira nas lutas da independência**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.	Independência do Brasil; Comércio; Estradas; Caminhos	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	71
REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp: 2000.	Iconografia; Desenhos; paisagem; Igrejas; Convento; Casa de Câmara e Cadeia; Santa Casa de Misericórdia.	IPHAN / Biblioteca Noronha Santos.	72
REIS, Antonio Alexandre Borges dos. **Chorographia e história do Brazil especialmente do Estado da Bahia**. Bahia: Diário da Bahia, 1894.	Divisão territorial; História; Geografia; População; Ferrovias	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	73
ROCHA, Nádia Maria Dourada. **Cachoeira e Cachoeiranos**. Salvador: Centro Nacional João Antonio de Santana, 2002.	Cachoeira (BA); População afro-descendente [Bibliografias]	Biblioteca da Fundação João Fernandes da Cunha Biblioteca Municipal de Cachoeira	74
ROCHA, Rubens. **A Fantástica Cachoeira:** jóia do Recôncavo Baiano. Salvador: 2002.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular [Aspectos culturais e sociais de Cachoeira.]	Biblioteca Pública do Estado da Bahia Biblioteca Municipal de Cachoeira Biblioteca Municipal de São Felix	75
ROCHA, Rubens. **Primeiro Centenário – Ponte D. Pedro II – Cachoeira – São Félix – 1885/1985**. s/l: s/ed, s/d.	Ponte D. Pedro II [História da Ponde D. Pedro II desde os primeiros pleitos para sua construção no século XVIII].	Biblioteca Nacional / Obras Gerais	76
SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Millet de. Diccionario **geographico histórico e descriptivo do Império do Brazil.** Paris: J. P. Ailland, Guillard, 1863, 2 vol.	Dicionários; Geografia; História; Igrejas; População; Agricultura; Comércio.	Biblioteca Nacional / Referência	77
SAMPAIO, Teodoro. **O estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e comércio**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.	Geografia; Economia; Comércio; Agricultura; Fumo; Fotografias	IPHAN / Biblioteca Nacional	78
SANTOS, Acácio S. Almeida, REGINALDSO, FUNDAJ, Massagana Lucilene. **Irmãs da Boa Morte, senhoras do segredo**. CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO. Recife:, 1996, v. 4, p. 98-112.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura Popular; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte [A história das Irmandades Negras no Brasil, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morteem Salvador e em Cachoeira, a festa, o segredo e a ancestralidade.]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP 323.15 (81=96):061.3 C749a	79

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

SANTOS, Jadson Luiz dos Santos. **Cachoeira:** III Séculos de História e Tradição. 1ª Edição. Bahia, Brasil, 2001.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; História; Cultura popular [Aspectos históricos, culturais e turísticos de Cachoeira.]	Biblioteca Municipal de Cachoeira Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	**80**
SANTOS, Jocélio Teles dos. "Divertimentos Estrondosos: Batuques e Sambas no Século XIX." In: **Ritmos em Trânsito:** Sócio-Antropologia da Música Baiana. Org. Livio Sansone e Jocélio Teles dos Santos. Projeto SAMBA, 1997.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Samba; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte [Estudo social do samba no séc. XIX. Referência sobre o batuque na Festa de Nossa Senhora da Boa Morte.]	Biblioteca da Escola de Música/UFBA	**81**
SANTOS, Miguel C., CONCEIÇÃO, Maria G., SANTOS, Daniel F. **Recôncavo Baiano:** realidade socioeconômica e cultural. Salvador: s/d.	Recôncavo baiano; População afro-descendente; Cultura popular; História [Aspectos históricos e culturais.]	Biblioteca Juracy Magalhães Jr.	**82**
SCHWEBEL, Horst Karl. **Bandas, filarmônicas e mestres da Bahia.** Salvador: UFBA /Centro de Estudos Baianos, 1987	Bahia; População afro-descendente; Filarmônica; Instrumento musical; Músico [Estudo sobre as filarmônicas; instrumentos, musicalidade e músicos.]	Centro de Estudos Baianos/UFBA	**83**
SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO (Sudetur). **Roteiros Turísticos Da Bahia de todos os Santos**, Salvador, s/d, p. 125-137.	Bahia; População afro-descendente; Cultura popular [Roteiro turístico e cultural]	Biblioteca do IPAC	**84**
SIMAS FILHO, Américo (org.). Termos de arrematação de obras da Cachoeira - 1758 / 1781. Salvador: UFBA, 1973.	Obras Públicas; Edificações; Administração Municipal; Ruas; Casa de Câmara e Cadeia;	IPHAN / Biblioteca Nacional.	**85**

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil.** Rio de Janeiro: Minc/FAE, 1985.	Atlas; Edificações; Bens Tombados; Guias; Arquitetura Religiosa; Igrejas.	IPHAN / Biblioteca Noronha Santos	**90**
THIÉBLOT, Marcel Jules. **Fumo e fumeiros no Brasil: pesquisa sobre os plantadores de tabaco e os artesãos do fumo.** São Paulo: Associação Brasileira do Folclore, 1988.	Agricultura; Fumo.	Biblioteca Nacional / Obras Gerais	**91**
TRAVASSOS, Elizabeth. **Baianas no samba de roda.** LINGUA mar. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura Popular; Samba de roda; Patrimônio [Estudo sobre o samba de roda no Recôncavo baiano. O valor de "antiguidade" invocada por alguns sambistas de Cachoeira em oposição ao samba de roda espetáculo. Trata ainda da notoriedade da cidade de Cachoeira ao ser tombada como Patrimônio Artístico Cultural do Estado da Bahia.]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP 800(469+6+81) L755	**92**
VERGER, Pierre & Carybé. **Lendas Africanas dos Orixás.** 4ª Edição. Salvador: Corrupio, 1997.	África; População afro-descendente; Cultura popular; Lenda; Mito; Orixá [Lendas e mitos dos orixás. Ilustrado.]	Biblioteca do CEAO/UFBA	**93**
VERGER, Pierre. **Artigos.** São Paulo: Corrupio, 1992.	África; População afro-descendente; Cultura popular; Orixá; Feira Livre [Coletânea de artigos. Análise das feiras livres africanas e do culto de Iami Oxorungá.]	Biblioteca do CEAO/UFBA	**94**
VIANA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia.** Bahia: Diário da Bahia, 1893.	Geografia; Praças; Ruas; Sobrados; Comércio; Ferrovia; Indústrias; Cultura.	IPHAN / Biblioteca Nacional.	**95**

2. PUBLICAÇÕES SERIADAS

Referência	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
A JÓIA baiana contada em detalhe. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 jun 1973.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Jóia [Pesquisa sobre as jóias usadas pelas negras baianas.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Vestuário/ Indumentária/ Geral – Indumentária - 39 1 página, 6 colunas, ilustração	**96**
ARNIZAU, José Joaquim de Almeida. Memória topográfica, histórica commercial e política da villa da Cachoeira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: v. 25, p 127-142, 1862.	Igrejas; Descrições; Edificações; Feiras, Polícia	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	**97**

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

ARTESANATO baiano: arte sem limites. **O Prelo**, set 1980.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Escultura; Cerâmica; Artista popular [Os pólos artesanais da Bahia. A cidade de Cachoeira, o artesanato de barro da família de Armando Santos, as esculturas de Louco e sua família e a Cooperativa Vale do Paraguaçu de bonecas de pano, cerâmicas e esculturas.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Artesanato/ Geral – artesanato – 453 1 página, 4 colunas, ilustração	98
BAHIA: calendário de festejos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 dez 1977.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Festa de Santa Bárbara; Caruru; Festa de N. Sra. da Conceição; Filarmônica [Programação de Festas na Bahia. Em Cachoeira: a festa de Santa Bárbara (missa, procissão e distribuição de caruru) e a Festa de N. S. da Conceição (missa e procissão com bandas locais Minerva e Lira Ceciliana)]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Religiosa/ Geral- Festas Religiosas - 107 1 página, 2 colunas, ilustração	99
BOA MORTE em Cachoeira: a cultura negra, viva e forte. **Jornal de Turismo**, set 1980.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte [A devoção e Irmandade de Nossa Senhora da Boa Mortee a Festa da Boa Morte em Cachoeira, os rituais e o calendário festivo]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Religiosa/ Festa de Nossa Senhora da Boa Morte - 7 1 página, 4 colunas, ilustração	100
CACHOEIRA revive tradição. **A Tribuna**, Santos, 12 ago 1983.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte [A devoção de N. S. da Boa Morte e a Festa da Boa Morte em Cachoeira, os rituais das festas e a programação oficial.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Religiosa/ Festa de Nossa Senhora da Boa Morte - 9 1 página, 5 colunas, ilustração	101
CACHOEIRA: a festa de São João. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jun. 1979. (3) f. il.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Festa de São João	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP 264-045;398 JOAO 79.06.22) Est. SP	102
CACHOEIRA: uma cidade com história, folclore e turismo. [s.ref.]	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Festa de São João; Candomblé; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte; Comida [Um histórico da cidade de Cachoeira e um roteiro folclórico que inclui festa de São João, de candomblé, da Boa Morte, fala ainda das comidas típicas: peixes, pitus, marisco e maniçoba.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Folclore (generalidades)/ Bahia - 135 1 página, 2 colunas, ilustração	103

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

CALASANS, Jose. O folclore histórico no Recôncavo da Bahia . **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, n. 5, p. 43-53, jul./dez. 1970.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Folclore; Trova [O folclore do Recôncavo e seus vários aspectos. Sobre Cachoeira o autor menciona as várias variantes da trova, "O vapor de Cachoeira".]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Revista de Cultura da Bahia, Salvador, n. 5, p. 43-53, jul./dez. 1970. Biblioteca Central/ UFBA	104
CALENDÁRIO de cultura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jul 1975	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte [Aborda as várias festas folclóricas e populares do Brasil, menciona, em Cachoeira, a festa de N. S. da Boa Morte e sua procissão]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Populares/ Geral – Festas Populares - 94 1 página, 6 colunas, ilustração	105
CALENDÁRIO Turístico. **Rodovia**, Rio de Janeiro, jul/ago 1973.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte [Calendário de Festas pelo Brasil, cita a Festa da Nossa Senhora da Boa Morte em Cachoeira.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Comemorações/ Geral – comemorações – 19 1 página, 2 colunas, ilustração	106
CAMPOS, Cíntia. Missa sem tambor. **Veja**, São Paulo, Jul 1988.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte [Aborda o caso da falta de tolerância de padres com a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte em Cachoeira]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Religião Afro-Brasileira/ Geral – Religião Afro-Brasileira - 447 e 448 2 páginas, 6 colunas, ilustração	107
CASTRO, Renato de. A casa da moeda da Vila da Cachoeira. In: **Revista de cultura da Bahia**, nº 8 julho-dezembro 1974, p 85-90.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Casa da Moeda [A implantação da casa da moeda em Cachoeira.]	Biblioteca Central/UFBA	108
CIDADE festejará grande data: 2. **Estado da Bahia**, Salvador, 30 de junho de 1962.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; 2 de julho; Caboclo [Programação dos festejos e explicação da tradição dos carros do caboclo e da cabocla, símbolos da festa.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Populares/ Festa de Dois de Julho - 6 1 página, 7 colunas, ilustração	109
DOIS DE JULHO e a Real Independência. In: **Revista da Bahia**, nº 36, Dezembro 2002.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; História [A contribuição da cidade de Cachoeira para a Independência da Bahia.]	Biblioteca Central/UFBA	110

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

DOIS DE JULHO, além do que é tradicional, apresentará uma série de outras atrações. **Estado da Bahia**, Salvador, 8 de julho de 1960.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; 2 de julho; Caboclo [Os festejos de Dois de Julho. Relata o festejo no ano de 1960, o fogo sagrado que saiu da cidade de Cachoeira e percorreu várias vilas que lutaram pela independência da Bahia.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Populares/ Festa de Dois de Julho - 2 1 páginas, 2 colunas, ilustração	111
É TEMPO de São João. **Jornal da Bahia**, Salvador, 18 jun. 1982 (2) f. il.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Festa junina	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP 264-045:398 JOAO 82.06.18 J. BA	112
EMOÇÃO nos baianos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 jun 1979.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Festa do Porto [A busca pela autenticidade levam baianos e turistas ao interior para os festejos juninos. Em Cachoeira, a festa mais procurada a principal atração é a Feira do Porto, com mais de 300 anos de existência]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Juninas/ Geral - Festas Juninas - 216 1 página, 2 colunas, ilustração	113
ERA DOIS DE JULHO: a pugna imensa travara-se nos cerros da Bahia. **Estado da Bahia**, Salvador, 1 de jul de 1960.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; 2 de julho; Caboclo [A história da importante data cívica na Bahia – 2 de julho. E alguns de seus símbolos, o caboclo e a cabocla.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Populares/ Festa de Dois de Julho - 3, 4 e 5 3 páginas, 7 colunas, ilustração	114
EXPOSIÇÃO lembra os 50 anos do I Congresso Afro-Brasileiro. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 nov 1984.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; I Congresso Afro-Brasileiro; Exposição [As comemorações dos 50 anos do I Congresso Afro-Brasileiro.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Manifestações Culturais/ Exposições/ Geral - Exposições - 115 1 página, 3 colunas, ilustração	115
FEIRA dos Caxixis, uma tradição da Bahia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 mar 1975.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Feira; Caxixi; Semana Santa; Procissão [A feira dos Caxixis e outros eventos do calendário da Bahia na semana santa. Em Cachoeira, a procissão da Paciência e o encontro de Senhor do Passos com N. S. das Dores.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Feiras/ Feira dos Caxixis - 39 e 40 1 página, 3 colunas, ilustração	116
FELIPE, Carlos. E guarde um pouco de você pra o folclore de um misterioso pai, chamado Brasil. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 12 nov 1976.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte [Várias datas festivas brasileiras, entre a elas a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Comemorações/ Geral – comemorações – 24, 25 e 26. 3 páginas, 5 colunas, ilustração.	117

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

FESTA da Boa Morte. A mulher negra agradece a liberdade. **O Globo**, 18 ago 1983,	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte [A devoção e Irmandade de Nossa Senhora da Boa Mortee a Festa da Boa Morte em Cachoeira, os rituais das festas e suas origens]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Festas Religiosa/ Festa de Nossa Senhora da Boa Morte - 10 1 página, 2 colunas, ilustração	118
FESTAS Folclóricas. Bahia e Minas. **Diário de Sorocaba**, 11 de ago de 1974.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte [Reportagem aborda várias festas folclóricas da Bahia e de Minas, em Cachoeira cita a festa de N. S. da Boa Morte]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Populares/ Geral - Festas Populares - 86 1 página, 4 colunas	119
FESTAS juninas para quem visita a Bahia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jun 1978.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Festa junina; Feira do Porto [Cachoeira apresenta a festa junina mais famosa da Bahia. Na cidade, outra atração é a Feira do Porto aonde são vendidas iguarias próprias da época.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Juninas/ Geral- Festas Juninas - 211 1 página, 3 colunas, ilustração	120
FESTAS juninas. As Fogueiras do interior. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 jun 1973.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Festa junina [As festas juninas no interior do Brasil. A reportagem faz referência a vários lugares aonde ocorrem essa manifestação, entre eles, a festa em Cachoeira]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Juninas/ Geral- Festas Juninas - 184 1 página, 4 colunas, ilustração	121
FESTIVAL mostra a graça do rico folclore baiano. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 set 1971.	Cachoeira (BA); São Félix (BA); População afro-descendente; Filarmônica [Realização do I Festival Baiano de Folclore, em Salvador, na programação filarmônicas das cidades de Cachoeira e São Felix.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Manifestações Culturais/ Festivais/ Geral - Festivais - 286 1/2 página, 3 colunas	122
FILHO, Godofredo. Guia poético e prosaico da cidade de Cachoeira. In: **Revista de cultura da Bahia**, nº 04, Jul-dez 1969. p 13-15.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Plano integral de cultura [Sugestões ao plano integral de cultura; a importância da realização de estudos e pesquisas na região de Cachoeira.]	Biblioteca Central/UFBA	123
GROPPER, S. Artesões baianos imprimem arte ao material do cotidiano. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 out 1975.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Arte popular; Artista popular [Reportagem fala de vários pólos artesanais da Bahia entre eles: o artesanato em Madeira de Boaventura da Silva Filho, Louco.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Artesanato/ Geral – artesanato – 317 a 320 4 páginas, 4 colunas, ilustração	124

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

JUNHO é o mais alegre dos meses de uma gente festeira. **Jornal da Bahia/ Shell**, Salvador, 21 de abr de 1978.	Cachoeira (BA); São Félix (BA); População afro-descendente; Festa junina [A reportagem aborda as antigas festas juninas em Salvador que hoje não são mais as mesmas e cita cidades menores, como Cachoeira aonde elas continuam prosperando e convertendo-se em atrativos turísticos.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Juninas/ Geral- Festas Juninas - 209 1 página, 4 colunas, ilustração	125
LAVAGEM da Bonfim manteve a sua pompa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jan 1966.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Cultura Popular; Festa do Bonfim; Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios [A festa do Bonfim e a participação das treze Marias da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios da cidade de Cachoeira.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Religiosa/ Festa de N. S. do Bomfim – 39 e 40 2 páginas, 3 colunas, ilustração	126
LINS, Stefane. O Recôncavo Baiano. **Jornal do Brasil**, 31 jul 1975.	Cachoeira (BA); São Félix (BA); População afro-descendente; Festa popular; Candomblé [Estudo sobre o Recôncavo Baiano e suas cidades. Em Cachoeira destaca as festas que ocorrem o ano inteiro e os vários candomblés.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Folclore Generalidades/ Bahia - 147 1 página, 5 colunas, ilustração	127
MARQUES, Francisca. Dalva de Cachoeira: samba e Boa Morte. IN: **Anais do 13° Encontro Nacional da ANPPOM** – Escola de Música, UFMG. Belo Horizonte, 23-27 abril 2001 – 628-632.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Biografia; Etnomusicologia; Samba de roda [Biografia de Dalva Damiana de Freitas. A formação do Samba de Roda Suerdieck entre as charuteiras na Fábrica Suerdieck e sua participação na Irmandade da Boa Morte]	Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	128
MARQUES, Francisca. "Sonoridades do Mito na Irmandade da Boa Morte". **Anais do II Colóquio de Pesquisa da Pós Graduação da Escola de Música da UFRJ**, nov. 2000, p. 73	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Etnomusicologia; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte [Estudo sobre a música na Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte.]	Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	129
MARQUES, Francisca. Educação Comunitária e Etnomusicologia: a colaboração participativa e o desenvolvimento docente do pesquisador através do trabalho de campo. **Anais do III Colóquio de Pesquisa da Pós Graduação da Escola de Música da UFRJ**, 20 mar 2002, p. 219.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Etnomusicologia [Relato de desenvolvimento de trabalho de educação comunitária entre músicos da Lyra Ceciliana durante trabalho de campo em Cachoeira, Bahia.]	Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	130

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

MARQUES, Francisca. Ethnomusicological research and communitarian demands; an experience in Cachoeira, Bahia. (Abstracts) **ICTM 36th World Conference**, Rio de Janeiro, Brazil, july 4-11, 2001. p.65.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Etnomusicologia [Relato da primeira fase de desenvolvimento de trabalho de educação comunitária para músicos adolescentes através da escrita etnográfica e da percepção de paisagens sonoras.]	Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	131
MARQUES, Francisca. Festa da Boa Morte: identidade, sincretismo e música na religiosidade brasileira. **III Congresso Virtual de Antropologia e Arqueologia**, out 2002.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Etnomusicologia; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte [Estudo sobre música e identidade na Festa de Nossa Senhora da Boa Morte.]	Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	132
MARQUES, Francisca. Irmandade da Boa Morte: música, mito e religiosidade afro-católica. **Anais do 8º Encontro de antropólogos do Norte e Nordeste – ABANNE**, jul de 2003.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Etnomusicologia; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte [Estudo sobre música e mito a partir da religiosidade da Festa de Nossa Senhora da Boa Morte.]	Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	133
MARQUES, Francisca. Memórias, cantos e rezas das Mulheres da Boa Morte. **Anais da XXIV Reunião Brasileira de Antropologia. Nação e Cidadania**. jun 2004. Centro de Convenções de Pernambuco. Olinda, Pernambuco, Brasil.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Etnomusicologia; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte; Método biográfico [Análise do discurso e da música através das trajetórias de vida das mulheres da Irmandade da Boa Morte.]	Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	134
MARQUES, Francisca. Samba de Roda na Festa da Boa Morte: entre o ritual e o divertimento das mulheres negras baianas. **Anais do 8º Encontro de antropólogos do Norte e Nordeste – ABANNE,** jul de 2003.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Etnomusicologia; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte; Samba de roda [Análise do samba de roda no contexto da Festa de Nossa Senhora da Boa Morte.]	Biblioteca Ernestina Santos Souza/APCM (Recôncavo)	135
MATOS, Raimundo José da Cunha. Épocas brasileiras: província da Bahia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, v. 311, p. 122-186, 1976.	Ordens religiosas; Administração colonial; Independência do Brasil.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	136
MOURA, Diógenes. Memórias de uma alma em movimento . **Revista Palavra**, Belo Horizonte, v. 1, n. 7, p. 66-72, out. 1999.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte [A Irmandade de N. S. da Boa Morte, a festa de N. S. da Boa Morte e a procissão.]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Revista, Belo Horizonte, v. 1, n. 7, p. 66-72, out./ 1999.	137
NORDESTE, aonde se inspira o folclore. Cem anos de mistério na festa de Nossa Senhora da Boa Morte. **Ultima Hora**, 3 ago 1988.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte [A devoção e a festa da Boa Morte em Cachoeira. A procissão organizada pela Irmandade de N. Sra. da Boa Morte]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Festas Religiosa/ Festa de Nossa Senhora da Boa Morte - 11 1/2 página, 3 colunas, ilustração	138

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

NOSSA SENHORA da Boa Morte. Festa pela liberdade do povo negro. **Jornal da Bahia**, 3 ago 1983.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte [A devoção de N. Sra. da Boa Morte e a Festa da Boa Morte em Cachoeira. Os rituais das festas e a programação oficial.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Festas Religiosa/ Festa de Nossa Senhora da Boa Morte - 8 1 página, 5 colunas, ilustração	139
O QUE QUE A BAHIA tem. **Visão**, 15 set 1961.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte [Reportagem sobre o relançamento do livro Bahia – Imagens da Terra e do Povo de Odorico Tavares com desenhos de Carybé. O livro aborda entre outras coisas a Irmandade de N. S. da Boa Morte]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Folclore Generalidades/ Bahia - 37 1 páginas, 3 colunas, ilustração	140
OLIVEIRA, Jorge. Vodu a ligação da áfrica com nossa cultura. **Última Hora**, 26 fev 1980.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Voduns; Eguns; Ilê Egungun [Reportagem sobre os voduns da tradição Jeje e o ritual dos eguns. Poucos são os lugares que cultuam egum abertamente. Em Cachoeira há a tradicional casa de Egun – Ilê Egungun]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Religião Afro-Brasileira/ Geral – Religião Afro-Brasileira 419 1 página, 5 colunas, ilustração	141
ONDE COMPRAR em Salvador o melhor artesanato. **O Globo**, Rio de Janeiro, jul 1973.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Artesanato; Sisal; Escultura [Reportagem sobre lugares para se comprar artesanato em Salvador, de Cachoeira é citado o artesanato em sisal de Candido Soares Xavier e as esculturas de Antonio Santos da Conceição.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Artesanato/ Geral – artesanato – 268 1 página, 7 colunas, ilustração	142
OS CENTROS de artesanato da Bahia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 ago 1979.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Artesanato; Cerâmica; Escultura; Arte popular; Artista popular [Reportagem fala sobre vários centros artesanais da Bahia, na cidade de Cachoeira cita o artesanato de barro, as esculturas de Louco e sua família e a Cooperativa Vale do Paraguaçu de bonecas de pano, cerâmicas e esculturas.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Artesanato/ Geral – artesanato – 431 a 435 5 páginas, 6 colunas, ilustração	143
OS VALES de criação. **Veja**, 18 de fevereiro de 1981.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Escultura; Arte popular; Artista popular [A arte popular no interior do país. Em Cachoeira, o sucesso do escultor de madeira Louco e seus discípulos "Doidão e Maluco".]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Artesanato/ Geral – artesanato – 468 a 471 4 páginas, 9 colunas, ilustração	144

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

PAULO FILHO, M. Folclore de danças indígenas. **Correio da Manhã**, 18 ago 1958.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Lavagem; Igreja de Nossa Senhora da Ajuda [O autor, entre outras coisas, aborda as Lavagens, motivo carnavalesco tipicamente pagão e cita a lavagem da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na cidade de Cachoeira, que foi proibida no inicio do século XX.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Danças/ Geral – Danças - 85 1 página, 2 colunas	145
PRAIAS, festas e muito folclore no histórico recôncavo baiano. **Diário do Grande ABC**, 30 out 1977.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Festa junina; Feira do Porto; Caboclo [Estudo sobre o Recôncavo Baiano e suas cidades. Sobre Cachoeira trata das festas de São João, a Feira do Porto e do Carro Simbólico do Caboclo.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Folclore Generalidades/ Bahia – 157 e 158 2 páginas, 4 colunas, ilustração	146
REIS, João José. Magia jeje na Bahia: a invasão do calundu do Pasto da Cachoeira, 1785. In: **Revista Brasileira de História**, V. 8, n. 16, 1988, pp.56-81.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Candomblé; Jeje [Estudo sobre o candomblé jeje.]	Biblioteca Central/UFBA	147
RODRIGUES, N; Tavares, H, Lins, L. O roteiro para o quentão. **Jornal do Brasil**, 14 jun 1989.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Festa junina [Roteiro de festas juninas pelo Brasil, na Bahia a indicação é a cidade de Cachoeira, maior São João na Bahia.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Juninas/ Geral- Festas Juninas - 254 1 página, 6 colunas, ilustração	148
SÃO JOÃO na cidade na cidade, uma tradição esquecida. **Diário da Noite**, Recife, 23 jun 1973.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Festa junina [Não há mais lugar para o São João nas grandes cidades. Sobre a cidade de Cachoeira a reportagem fala das programações para a festa daquele ano.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Juninas/ Geral- Festas Juninas - 185 1 página, 5 colunas, ilustração	149
SÃO JOÃO. [s. ref] , 20 jun 1988.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Festa junina [As Festas do Interior Baiano, entre elas a da Cidade de Cachoeira, com programação prevista de 20 a 25 de junho]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Juninas/ Festa de São João - 165 1 página, 2 colunas, ilustração	150
SEMANA SANTA na Bahia. **Jornal do Brasil**, Rio de janeiro, 17 mar 1978.	Cachoeira (BA): População afro-descendente; Semana Santa [As principais cidades da Bahia aonde há comemorações na semana santa, entre elas as celebrações da semana santa de Cachoeira.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Folclore Generalidades/ Bahia – 162 1 página, 6 colunas, ilustração	151

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

SENDRA, Claudia. Aqui se lutou pela liberdade. **Na Poltrona**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 23-29, setembro, 1999. il.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Festa junina; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, Candomblé [A história da cidade de Cachoeira e algumas suas manifestações populares: o candomblé, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, entre outras datas comemorativas.]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP [74322]	152
SERRA, O. J. T. Uma festa com o povo na rua. **Folhetim**, 4 out 1981.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Independência da Bahia; 2 de julho; Caboclo [Aborda a história da independência da Bahia e da manifestação popular de 2 de julho. Trata também da batalha da independência celebrada dia 25 de julho em Cachoeira e de elementos ligados a essa história como o caboclo e a cabocla]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Populares/ Festa de Dois de Julho - 11 1 página, 7 colunas, ilustração	153
SOUZA, Roberto. 2 de julho é um misto de Civismo, Folclore e Religião. **O Globo**, 1 jul 1965.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; 2 de julho; Caboclo [A programação da festa de 2 de julho na cidade de Salvador e seus vários elementos, entre eles o caboclo e suas manifestações em outras cidades como Cachoeira.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Populares/ Festa de Dois de Julho – 8 e 9 2 página, 2 colunas, ilustração	154
TRADICIONAL festa em Cachoeira, Bahia. **A Gazeta**, São Paulo, 9 ago 1979.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte [A devoção, a Irmandade e a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte em Cachoeira, os rituais e suas origens]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Religiosa/ Festa de Nossa Senhora da Boa Morte - 6 1 página, 4 colunas, ilustração	155
TRINDADE, Lena. A alegria da Boa Morte. **Jornal do Brasil**, Revista de Domingo, Rio de Janeiro, 20 ago 1977.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Festa de Nossa Senhora da Boa Morte [A devoção de N. S. da Boa Morte e a Festa da Boa Morte em Cachoeira.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Religiosa/ Festa de Nossa Senhora da Boa Morte - 2 a 5 4 páginas, 5 colunas, ilustração	156
UM BRASIL cheio de festas. **Jornal do Brasil**, Roteiros da fé, Rio de Janeiro, 10 set 2000.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte [As várias manifestações de fé pelo Brasil: festas, igrejas, procissões. Em Cachoeira, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e sua festa.]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Religiosa/ Geral-Festas Religiosas - 126 a 136 10 páginas, 24 colunas, ilustração	157

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

VELHAS BAHIANAS de Cachoeira deram mais colorido a lavagem folclórica do Bonfim. **A Tarde**, Salvador, 14 jan 1950.	Cachoeira (BA); Salvador; População afro-descendente; Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte; Lavagem do Bonfim [A ida das baianas pertencentes a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira a Lavagem do Bonfim em Salvador]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Religiosa/ Festa de N. S. do Bomfim - 2 2 páginas, 3 colunas, ilustração	158
VIANNA, Hildegardes Cantolino. Dois de Julho na Bahia: uma festa cívico-folclórica. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 40, p. 61-71, set./dez. 1974.	Cachoeira (BA); População afro-descendente; 2 de julho; Caboclo [Os festejos de 2 de julho, a história de seus símbolos, o caboclo e a cabocla, a introdução do fogo simbólico que sai da Cidade de Cachoeira]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular Revista Brasileira de Folclore, Rio de Janeiro, v. 13, n. 40, p. 61-71, set./dez. 1974	159
VITA, M. R. Na Bahia festa é feita de fogueira, fogos aipim e canjica. **Folha da Tarde**, São Paulo, 10 jun 1976.	Cachoeira (BA); Salvador; População afro-descendente; Festa junina; Feira do Porto [A programação da festa de São João na cidade de Cachoeira, citando que a principal atração é a Feira do Porto, também conhecida como Feira de São João Batista]	Hemeroteca da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP Pasta: Festas Juninas/ Geral- Festas Juninas - 201 1 página, 4 colunas, ilustração	160
WADDEY, Ralph. "Viola de Samba and Samba de Viola in the Recôncavo of Bahia (Brazil)" Part. II: Samba de Viola. In: **Latin American Music Review**. Vol. 2. 1981.	Santo Amaro (BA); População afro-descendente; Cultura popular; Samba de roda [Etnomusicologia. Estudo do samba de roda na região de Santo Amaro.]	Biblioteca do CEAO/UFBA	161
WADDEY, Ralph. Samba de Viola e Viola de Samba no Recôncavo Baiano. Parte 1: Viola de Samba. In: **Ensaios/Pesquisas nº 6** (1985); UFBA /CEAO	Santo Amaro (BA); População afro-descendente; Samba de roda; Etnomusicologia [Estudo do samba de roda na região de Santo Amaro.]	Biblioteca do CEAO/UFBA	162
ZAMITH, Rosa Maria Barbosa. O samba-de-roda baiano em tempo e espaço. **Revista Interfaces**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 53-66, ago. 1995.	Cachoeira (BA); São Félix (BA); Muritiba (BA); População afro-descendente; Música; Religião; Candomblé; Filarmônica [Pesquisa sobre o samba-de-roda no Recôncavo Baiano, suas várias expressões. Música e religiosidade nas cidades de Cachoeira, São Felix e Muritiba. Em Cachoeira, a autora observou candomblés e registrou oito conjuntos de música afro-baiana, as Filarmônicas: Lira Ceciliana e Minerva Cachoeirana, uma escola de música e três grupos de samba de roda.]	Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular Revista Interfaces, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 53-66, ago. 1995	163

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

3. TEXTOS INÉDITOS, RELATÓRIOS TÉCNICOS E MANUSCRITOS

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
(ÁLBUM de igrejas da Bahia). [1954]. 21 f.	Fotografias. Ordem Terceira do Carmo; Igrejas; Iconografia.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	164
(AQUEDUTO). [Século 20]. 1 f.	Fotografia. Aqueduto; Caminhos; Edificações; Iconografia; Sobrados.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	165
(CÂMARA Municipal da Cidade de Cachoeira). [Século 20]. 1 f.	Fotografia. Iconografia; Edificações; Casa de Câmara e Cadeia.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	166
(CASA colonial em que ficou hospedado D. Pedro I). [Século 20]. 2 f.	Fotografias; Pedro I, Imperador do Brasil; Sobrados; Arquitetura colonial; Edificações; Iconografia.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	167
(CIDADE de Cachoeira às margens do Rio Paraguaçu). [Século 20]. 1 f.	Fotografia. Igrejas; Edificações; Paisagem urbana; Praças.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	168
(CLAUSTRO da Ordem Terceira do Carmo). [Século 20]. 1 f.	Ordem Terceira do Carmo; Arquitetura Religiosa; Conventos; Iconografia; Ordens Religiosas.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	169
DEMONSTRAÇÃO da Bahia [Século 17]. 1 f.	Mapa. Rios; Povoamento; Fortifiações	Biblioteca Nacional / Cartografia	170
(IGREJA e convento de Santo Antônio). [Século 20]. 1 f.	Fotografia. Igrejas; Convento de Santo Antônio.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	171
IGREJA da Misericórdia. [Século 20]. 1 f.	Fotografia. Iconografia; igrejas; Santa Casa de Misericórdia; Praças.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	172
(IGREJA Matriz de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira). [Século 20]. 1 f.	Fotografia. Iconografia; igrejas; Edificações.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	173
ILHA de Burgos e vistas das cidades de Cahcoeira e São Félix. 1904. 2 .	Postal. Rio Paraguaçu; Pontes; Paisagem Urbana; Sobrados; Sítio Urbano.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	174
(INTERIOR da igreja e claustro da ordem Terceira do Carmo). 1945. 2 f.	Fotografia. Ordem Terceira do Carmo; Igrejas; Arquitetura Religiosa; Ordens Religiosa; Conventos.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	175
(INTERIOR da Matriz de Cachoeira). [Século 20]. 1 f.	Fotografia. Preservação; Igrejas; Iconografia.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	176
INTERIOR da Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira. [Século 20]. 1 f.	Fotografia. Iconografia; Igrejas; Preservação; Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	177
MAPA da capitania da Bahia, dividida em suas comarcas. [Século 18]. 1 f.	Mapa. Divisão Territorial; Estradas; Caminhos.	Arquivo Histórico do Exército.	178
MAPPA da província da Bahia para indicar curso da estrada do Paraguaçu. [Século 19]. 1 f.	Mapa. Estradas; Caminhos; Ferrovias; Mapa.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	179

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

(MATRIZ de Cachoeira). [Século 20]. 1 f.	Fotografia. Iconografia; Igrejas; Edificações.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	180
(MATRIZ de Cachoeira). [Século 20]. 1 f.	Fotografia. Edificações; Iconografia; Igrejas.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	181
(MATRIZ de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira). [Século 20]. 1 f.	Fotografia. Iconografia; Igrejas; Edificações.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	182
PIA da sacristia da Igreja da Ordem Terceira do Carmo. [1930]. 1 f.	Fotografia. Igrejas; Arquitetura Religiosa; Ordem Terceira do Carmo.	Biblioteca Nacional / Iconografia.	183
PLAN of the province of Bahia empire of Brazil. [Século 19]. 1 f.	Mapa. Caminhos; Estradas; Ferrovias; Divisão Terriotorial; Diamantes; Estrada de Ferro do Paraguaçu; Mapa.	Biblioteca Nacional / Iconografia.	184
PLAN showing districts serves by the Brazilian Imperial Central Railway. 1878. 1 f.	Mapa. Ferrovias.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	185
SACRISTIA da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. [1930]. 3 f.	Fotografia. Igrejas; Igreja de Nossa Senhora do Rosário; Pintura Sacra.	Biblioteca Nacional / Iconografia.	186
SOBRADO antigo na cidade de Cachoeira [Século 20]. 1 f.	Fotografia. Iconografia; Sobrados.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	187
(SOBRADO antigo na cidade de Cachoeira). [Século 20]. 1 f.	Fotografia. Iconografia; sobrados	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	188
BRANDÃO, Francisco Theobaldo Sanches. Esboço itinerário terrestre de Salvador até Rio de Janeiro. 1824. 1 f.	Mapa. A vila de Cachoeira é indicada como terceiro ponto do roteiro. Caminhos; Rios;	Arquivo Histórico do Exército.	189
BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas, Inspetoria Federal de Estradas. Estado da Bahia. 1913. 1 f.	Mapa. Estradas de ferro da Bahia, indicando as linhas em tráfego, em construção, contratadas, estudadas e em estudo.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	190
BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas, Inspetoria Federal de Estradas. Mapa da Viação férrea do Estado da Bahia. 1938. 1 f.	Mapa. Estradas de ferro da Bahia, indicando as linhas em tráfego, em construção, contratadas, estudadas e em estudo. Indica também as estradas de rodagem e caminhos.	Arquivo Histórico do Exército.	191
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA (Brasil). Mapa geral do estado da Bahia. 1953. 1 f.	Mapa. Indica as altitudes, estradas, rede de telégrafos, correios, rádio.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	192
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA (Brasil). Cartograma da divisão administrativa do estado. 1945. 1 f.	Mapa. Divisão Territorial.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	193
CUNHA, Capitolino B. P. Carta do Recôncavo Marítimo da Bahia. [Século 19]. 1 f.	Mapa. Rios; Caminhos; Divisão Territorial; Carta Naútica	Arquivo Histórico do Exército	194

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ (Brasil). Mapa cafeeiro da Bahia. 1945. 1 f.	Mapa. Apresenta a divisão territorial.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	195
MORALES DE LOS REIS, Adolfo; FRANÇA, Justino Oliveira de. Mappa do Estado da Bahia. 1895. 1 f.	Mapa. Rede de viação do estado da Bahia.	Arquivo Histórico do Exército.	196
MOREIRA, Arquimedes. Vista parcial de Cachoeira na Bahia (século XX).	Fotografia tomada do alto.	Biblioteca Nacional / Iconografia.	197
MOUCHEZ, M. E. Croquis de la baie de Bahia de Todos os Santos. 1894. 1 f.	Mapa. Carta militar francesa.	Arquivo Histórico do Exército.	198
PORTUGAL. José Fernandes. Plano hydrographico de Todos os Santos metrópole do Estado do Brasil. 1803. 1 f.	Mapa. Carta com indicação de profundidade e de rotas. Rios; Navegação.	Arquivo Histórico do Exército.	199
TIRION, Isaak. Kaart van de Aller-heiligen baay waar de hoofdstad legt van Brazil. 1744-1769. 1 f.	Mapa. Baia de Todos os Santos; Navegação.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	200
CARTA geographica e topographica da provincia da Bahia. 1855. 1 f.	Mapa; Divisão territorial; Caminhos; Rios; Mapas; Hidrografia.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	201
MAPPA administrativo da provincia da Bahia. 1862. 1 f.	Mapa. História administrativa; Brasil 2º Reinando, 1840-1889; Freguesias.	Biblioteca Nacional / Iconografia	202
GAENSLY, Guilherme. Bahia: Cachoeira e São Felix. 1870. 1 f.	Fotografia. Vista panorâmica tomada a partir de São Felix. Edificações; Ruas; Igrejas; Sobrados.	Biblioteca Nacional / Iconografia	203
BRUNLEES, James. Planta da Central Bahia Railway. 1885. 1 f.	Mapa. Estradas; Ferrovias; Relevo; Hidrografia.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	204
BAGGI, Jacome Martins, et al. Carta da provincia da Bahia. 1886-1888. 1 f.	Mapa. Rios; Relevo; Ferrovias; Hidrografia; Mapa.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	205
ARGOLLO, Miguel de Neive e. Mapa do Estado da Bahia. 1892. 1 f.	Mapa. Ferrovias; Rios; Relevo.	Biblioteca Nacional / Iconografia.	206
ARGOLLO, Miguel de Neive e. Mapa do Estado da Bahia. 1892. 1 f.	Mapa. Ferrovias; Rios; Relevo.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	207
(MAPPA do estado da Bahia). 1895. 1 f.	Mapa. Ferrovias; Estradas.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	208
FIRMINO, José Joaquim. Trecho da carta da Bahia. 1897. 1 f.	Mapa. Ferrovias; Estradas; Caminhos.	Arquivo Histórico do Exército.	209
SACRISTIA da Matriz de Cachoeira. 1910. 1 f.	Fotografia; Igreja da Matriz de Nossa Senhora do Rosário; Arquitetura de Interiores; Arquitetura Religiosa; Igrejas.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	210
MOREIRA, Arquimedes (Grande enchente do Rio Paraguaçu). 12/1910 – 3/1911.	Fotografia. Sobrados; Ruas; Paisagem urbana.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	211
SCHEMA das linhas telegráficas do Estado da Bahia. 1912. 1 f.	Mapa. Comunicações; Telegrafia.	Arquivo Histórico do Exército.	212
BAHIA; WEYLL, M Carlos. Mappa do estado da Bahia. 1913. 1 f.	Mapa. Ferrovias; Agricultura; Comércio; Economia.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	213
TORRES FILHO, Arthur. Mapa agricola da Bahia, 1921, 1 f.	Mapa. Agricultura; Divisão Territorial.	Biblioteca Nacional / Cartografia.	214

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO: BIBLIOGRAFIA	BA	01	01	04	F1-	A1

TORRES FILHO, Arthur. Mapa agrícola da Bahia. 1921, 1 f.	Mapa. Agricultura; Divisão Territorial	Biblioteca Nacional / Iconografia	215
(ALTAR-MOR da Igreja da Ordem Terceira do Carmo). 15/3/1932. 1 f.	Fotografia. Igreja da Ordem Terceira do Carmo; Igrejas; ordens Religiosas; iconografia; Arquitetura Religiosa	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	216
(PRÉDIO da Prefeitura). 15/3/1932. 1 f.	Fotografia; Arborização; Edificações; Edifícios Públicos; Iconografia; Ruas; Sobrados.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	217
CLAUSTRO do Convento do Carmo. 1945. 1 f.	Fotografia. Convento do Carmo; Arquitetura Religiosa; Ordens Religiosas	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	218
MAPA da cidade de Cachoeira. 1972. 1 f.	Mapa. Arruamento; Ruas; Edifícios; Igrejas; Praças; Planta Urbana.	Biblioteca Nacional / Cartografia	219
IBGE. Estado da Bahia. 1974. 1 f.	Mapa. Relevo apresentado com curvas de nível. Estradas; Hidrografia.	Biblioteca Nacional / Cartografia	220

4. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Francisca Marques; Cleoneide de Sousa Vieira; Cecilia de Mendonça; Verônica Portella; Rafael Winter Ribeiro; Renata Gonçalves; Beatriz Lessa	
SUPERVISOR	Letícia Vianna; Elizabete Mendonça	
PREENCHIDO POR	Francisca Marques; Elizabete Mendonça; Cleoneide de Sousa Vieira; Cecilia de Mendonça; Verônica Portella; Rafael Winter Ribeiro, Renata Gonçalves, Beatriz Lessa	DATA Janeiro, 2006.
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Márcia Chuva	

INRC - Anexo 2
Registros Audiovisuais

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS ANEXO REGISTROS AUDIOVISUAIS	CÓDIGO DA FICHA					
	BA	01	00	07	F1-	A2
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. FOTOGRAFIA E ARTES VISUAIS

TÍTULO OU LOCALIZADOR	**PROJETO Rotas da Alforria** - trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira/BA: Feira Livre	DATA	20 -10-2007	1
ASSUNTO	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Patrimônio Imaterial; Lugares; Feira Livre. Fotografias de vendedores e compradores da feira, barracas de frutas, carnes fresca e seca, mercado do peixe, produtos utilizados no candomblé e produtos oriundos da zona rural.			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	138 fotos (color);1280 x 960; 960 x 1280.			
LOCALIZAÇÃO	COPEDOC (IPHAN); 7ª SR (IPHAN) Acervo *Rotas da Alforria* - Arquivo de Som e Imagem "Dalva Damiana de Freitas" / Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Audiovisual (LEAA-Recôncavo) / APCM-Recôncavo.			
AUTOR / FONTE	MARQUES, Francisca.			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	**PROJETO Rotas da Alforria** - trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira/BA: Feira Livre	DATA	24 e 26-10-2007	2
ASSUNTO	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Patrimônio Imaterial; Lugares; Feira Livre. Fotografias de barracas de roupas, tabuleiro de acarajé, produtos importados, etc.			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	66 fotos (color);1280 x 960; 960 x 1280.			
LOCALIZAÇÃO	COPEDOC (IPHAN); 7ª SR (IPHAN) Acervo *Rotas da Alforria* - Arquivo de Som e Imagem "Dalva Damiana de Freitas" / Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Audiovisual (LEAA-Recôncavo) / APCM-Recôncavo.			
AUTOR / FONTE	MARQUES, Francisca; CRUZ, Danillo Luiz de Jesus da.			

2. VIDEO

Título ou Localizador	**PROJETO Rotas da Alforria** - trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira/BA; Festa da Ajuda	**Data**	04-11-2007	3
Assunto	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Patrimônio Imaterial; Celebrações; Festa da Ajuda; Lavagem das Baianas. Documentação audiovisual sobre a Lavagem das Baianas – Saída da Igreja do Rosarinho até a Capela da Ajuda.			
Descrição técnica	MPG Sony, imagem colorida, som. 8 vídeos. Tempo total: 6 min 08s.			
Localização	COPEDOC (IPHAN); 7ª SR (IPHAN) Acervo *Rotas da Alforria* - Arquivo de Som e Imagem "Dalva Damiana de Freitas" / Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Audiovisual (LEAA-Recôncavo) / APCM-Recôncavo.			
Autor / Fonte	MARQUES, Francisca. GONÇALVES, Renata.			

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	--	--	--	--	F1-	A2

3. GRAVAÇÃO SONORA

TÍTULO OU LOCALIZADOR	**PROJETO Rotas da Alforria -** trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira/BA: Feira Livre	DATA	13-11-2007	4
ASSUNTO	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Patrimônio Imaterial; Lugares; Feira Livre; Luiz Cláudio Dias Nascimento. Entrevista com Luiz Cláudio Dias Nascimento.			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Formato mp3 – 128 kbps – 53,01 mb – Tempo Total: 58min02s			
LOCALIZAÇÃO	COPEDOC (IPHAN); 7ª SR (IPHAN) Acervo *Rotas da Alforria* - Arquivo de Som e Imagem "Dalva Damiana de Freitas" / Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Audiovisual (LEAA-Recôncavo) / APCM-Recôncavo.			
AUTOR / FONTE	NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias. (entrevistado); MARQUES, Francisca; WINTER, Rafael. (entrevistadores)			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	**PROJETO Rotas da Alforria -** trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira/BA: Feira Livre	DATA	04-01-2008	5
ASSUNTO	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Patrimônio Imaterial; Lugares; Feira Livre; Nerivan Monteiro Cardoso. Entrevista com Nerivan Monteiro Cardoso (Migração dos feirantes para a Feira de São Felix).			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Formato mp3 – 128 kbps – 11,7mb – Tempo Total: 12min47s.			
LOCALIZAÇÃO	COPEDOC (IPHAN); 7ª SR (IPHAN) Acervo *Rotas da Alforria* - Arquivo de Som e Imagem "Dalva Damiana de Freitas" / Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Audiovisual (LEAA-Recôncavo) / APCM-Recôncavo.			
AUTOR / FONTE	CARDOSO, Nerivan Monteiro. (entrevistado); MASCARENHAS, Paulo Vitor Farias.; GOMES, Itamaraci da Purificação. (entrevistadores).			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	**PROJETO Rotas da Alforria -** trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira/BA: Feira Livre	DATA	04-01-2008	6
ASSUNTO	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Patrimônio Imaterial; Lugares; Feira Livre; Sr. Francisco. Entrevista com Sr. Francisco (Migração dos feirantes para a Feira de São Felix).			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Formato mp3 – 128 kbps – 1,59mb – Tempo Total: 1min44s			
LOCALIZAÇÃO	COPEDOC (IPHAN); 7ª SR (IPHAN) Acervo *Rotas da Alforria* - Arquivo de Som e Imagem "Dalva Damiana de Freitas" / Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Audiovisual (LEAA-Recôncavo) / APCM-Recôncavo.			
AUTOR / FONTE	Sr. Francisco (entrevistado); MASCARENHAS, Paulo Vitor Farias.; GOMES, Itamaraci da Purificação. (entrevistadores).			

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	--	--	--	--	F1-	A2

TÍTULO OU LOCALIZADOR	**PROJETO Rotas da Alforria -** trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira/BA: Feira Livre	DATA	04-01-2008	7
ASSUNTO	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Patrimônio Imaterial; Lugares; Feira Livre; Sra. Edna. Entrevista com Sra. Edna (Migração dos feirantes para a Feira de São Felix).			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Formato mp3 – 128 kbps – 2,98mb – Tempo Total: 1min37			
LOCALIZAÇÃO	COPEDOC (IPHAN); 7ª SR (IPHAN) Acervo *Rotas da Alforria* - Arquivo de Som e Imagem "Dalva Damiana de Freitas" / Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Audiovisual (LEAA-Recôncavo) / APCM-Recôncavo.			
AUTOR / FONTE	Sra. Edna (entrevistado); MASCARENHAS, Paulo Vitor Farias.; GOMES, Itamaraci da Purificação. (entrevistadores).			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	**PROJETO Rotas da Alforria -** trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira/BA: Feira Livre	DATA	04-01-2008	8
ASSUNTO	Cachoeira (BA); População afro-descendente; Patrimônio Imaterial; Lugares; Feira Livre; Sr. Marcos. Entrevista com Sr. Marcos (Migração dos feirantes para a Feira de São Felix).			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Formato mp3 – 128 kbps – 1,48mb – Tempo Total: 1min37s			
LOCALIZAÇÃO	COPEDOC (IPHAN); 7ª SR (IPHAN) Acervo *Rotas da Alforria* - Arquivo de Som e Imagem "Dalva Damiana de Freitas" / Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Audiovisual (LEAA-Recôncavo) / APCM-Recôncavo.			
AUTOR / FONTE	Sr. Marcos (entrevistado); MASCARENHAS, Paulo Vitor Farias.; GOMES, Itamaraci da Purificação. (entrevistadores).			

4. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	RENATA GONÇALVES; RAFAEL WINTER; FRANCISCA MARQUES (PESQUISADORES); PAULO VITOR FARIAS MASCARENHAS; ITAMARACI DA PURIFICAÇÃO GOMES; DANILLO DE JESUS DA CRUZ; DINAILTON RIBEIRO DOS ANJOS (AUXILIARES DE PESQUISA)		
SUPERVISOR			
PREENCHIDO POR	Paulo Vitor Farias Mascarenhas, Francisca Marques.	DATA	25-12-2007 a 07-01-2008
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO			

INRC - Anexo 3
Bens Culturais Inventariados

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **ANEXO** **BENS CULTURAIS INVENTARIADOS**	CÓDIGO DA FICHA					
	BA	01	00	05	F1-	A3
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	**Cachoeira**
LOCALIDADE	Cachoeira, Lagoa Encantada, Engenho da Vitória, Tabuleiro da Vitória.
MUNICÍPIO / UF	**Cachoeira/BA**

2. RELAÇÃO DOS BENS

2.1. CELEBRAÇÕES

DENOMINAÇÃO	Boitá			IDENTIFICADO SIM X / NÃO	1
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Final de janeiro	LUGAR	Terreiro de Gayacu Luiza Roça de Ventura	
DESCRIÇÃO	Celebração de nação Jeje Mahi que reverencia o vodun Bessém também associado ao orixá Oxumarê em outras tradições africanas. Em Cachoeira são feitos cultos e realizadas festas a Bessém em dois terreiros. O mais antigo é o chamado Roça de Ventura, Zoogodô Bogum Male Seja Undê (1860); o mais conhecido, Rumpayme Ayono Runtologi (1961), teve a liderança da ialorixá Luiza Franquelina da Rocha, sacerdotisa com o título honorífico de Gayacu, Senhora da Morte. Boitá, ou boitó, significa "buscar água" e conta a história do príncipe Bessém, também ligado às divindades Sobo e Azanzu, filhos de Mawu e Lisa, entidades criadoras do mundo. Conta-se que Bessém, preparando-se para visitar o reino de Sobo, consultou o Ifá, que lhe sugeriu cuidados na travessia e carregar consigo um colar de proteção. Sem levar em consideração o que lhe foi dito Bessém se desfez do colar e acabou perdido no deserto. Punido por sua irresponsabilidade foi transformado em cobra. Dando falta de Bessém, Sobo consultou o oráculo, que lhe revelou o ocorrido. Ele então partiu em sua busca para resgatá-lo. Quando encontrado, Bessém foi levado ao reino de Sobo, que ordenou a seus súditos que buscassem água para reverenciá-lo. O Boitá ocorre no final do mês de janeiro e apresenta diferentes etapas em seu processo ritual. No último dia da festa é feita uma procissão em que os voduncs manifestados vão em fila guiados pelos ogãs do terreiro. Todos vestem branco e andam descalços. Também percorrem um caminho dirigido à visitação das árvores sagradas do terreiro. Cada árvore corresponde a um vodum. Quando chegam à representação de Bessém cantam demoradamente, visitando por último Azanzu. A procissão deve ocorrer ao entardecer, mas deve finalizar antes de o sol se pôr. As orações e cantos são feitos em língua fon. D. Luiza Franquelina, Gayacu Luiza, faleceu em junho de 2005. • Esse bem merece pesquisa profunda e reconhecimento nos livros das celebrações.				
REGISTROS	Produziram-se imagens fotográficas e entrevistas durante o trabalho de campo.		Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Luiza Franquelina da Rocha Luiz Cláudio Nascimento Marcelino de Jesus		Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Águas de Oxalá		IDENTIFICADO SIM X / NÃO		2
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Ciclo de Festa dos Terreiros	LUGAR	Terreiros de Candomblé	
DESCRIÇÃO	Celebração que inicia as festividades da nação Ketu, embora possa também ser encontrada em casas de terreiro Angola e tenha certa similaridade com o Boitá da nação Jeje. Significa "purificação de terreiro". Não possui data fixa e acontece de acordo com o período de festa de cada terreiro. Em uma quinta-feira, os filhos-de-santo dormem no terreiro. Na madrugada de sexta são acordados pelo adjá da ialorixá da casa. Levantam-se rigorosamente em silêncio, tomam banho, e vestidos de branco seguem em procissão carregando quartinhas para buscar água em uma fonte ou rio. São feitas três viagens para buscar água. Essa cerimônia está associada ao mito de Oxalá que conta que Oxalufã (marca de Oxalá velho), sentindo saudades de seu filho Xangô, resolveu ir visitá-lo. Consultando o Ifá, foi-lhe recomendado que não fosse, mas que, se insistisse na viagem, levasse três roupas brancas e limo da costa. Oxalufã não poderia também, em qualquer situação, revelar sua identidade. No caminho Exu derramou sobre ele azeite-de-dendê. Trocando de roupa e limpando-se, Oxalufã seguiu em frente, mas foi novamente envolvido nas brincadeiras de Exu, que o sujou outras duas vezes, primeiro de carvão, depois de óleo de caroço de dendê. Quando chegava a Oyó, Oxalufã avistou o cavalo branco que havia presenteado seu filho e, tomando-lhe as rédeas, foi interpretado como ladrão, sendo espancado e preso. A partir de então Oyó sofreu anos de estiagem, culminando na perda das plantações e na esterilidade das mulheres. Xangô, rei de Oyó, foi consultar um babalaô para que ele apontasse o motivo dos infortúnios e lhe foi revelada a injustiça cometida sete anos antes contra seu pai. Ao retirá-lo da prisão, Xangô ordenou que seus súditos trouxessem água para que Oxalufã se banhasse e que todos em seu reino se vestissem de branco em honra e respeito a ele. Durante a época das Águas de Oxalá, as pessoas que participam das obrigações ficam restritas a determinadas atividades e alimentos. Na sexta-feira, por exemplo, não se come carne. Cada terreiro possui rezas e cantos específicos para essa celebração.				
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.		Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Elias Mercês de Pinho Gilmar Barreto dos Santos Luiz Cláudio Nascimento dona Maria do Keto dona Maria de Angola dona Maria de Omulu		Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Festa D'Ajuda			IDENTIFICADO SIM X	NÃO	3
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Novembro	LUGAR	Largo da Ajuda / Ruas de Cachoeira		
DESCRIÇÃO	Forma de entrudo carnavalesco associado aos atos festivos em louvor a Nossa Senhora D'Ajuda. Acontece durante 15 dias no mês de novembro. No aspecto religioso são feitos tríduos e procissão. De todas as festas do calendário de Cachoeira, a de Nossa Senhora da Ajuda é a de maior concentração e apelo popular. As ruas enchem-se de pessoas que cantam e dançam, animadas pelas charangas em longo percurso com paradas breves para que os músicos possam descansar e reabastecer-se com água ou outros tipos de bebidas. As charangas são grupos de músicos de sopro e percussão que tocam um repertório que mistura músicas tradicionais ("Capela da Ajuda já deu sinal/Levanta a máscara careta/Capela da Ajuda já seu sinal/Abaixa a máscara careta") com músicas da época (nacionais ou estrangeiras) popularizadas através das rádios e carros de som. Esses músicos geralmente estão ligados à Filarmônica Minerva Cachoeirana, embora se encontrem alguns de outras filarmônicas. O acontecimento remete às festividades de negros do passado colonial e sugere também as festas de eguns, caretas e mascarados. No que pertence aos costumes portugueses, apresenta marcadamente a personagem temática do cabeçorra. O cabeçorra personifica os costumes europeus pela indumentária: fraque de cetim, camisa de babados, bombacho, meias até o joelho e sapatilhas conhecidas como maria-mole, além de luvas e adereços como lenço e leque. Já o mandu, figura originária dos terreiros de candomblé, associada aos eguns, parece um ser amórfico. Ambas as figuras participam da festa muito discretamente, e estão presentes sobretudo no Terno da Alvorada. Eles "brincam" a festa entre as pessoas da comunidade e se comunicam emitindo sons e vozes distorcidas. A Festa d'Ajuda apresenta também a formação de blocos organizados para os ternos, lavagens e embalos. Esses blocos são compostos por pessoas da comunidade que se reúnem em torno de um tema comum, que pode ter um motivo cultural próprio, como é o caso das Baianas do Acarajé, ou motivos de sátira política local ou mesmo internacional. Recentemente tem havido a tendência aos blocos uniformizados com venda de "abadás", o que aponta para uma gradativa modificação nos interesses de participação da festa. A Capela da Ajuda, construção do século 17, é o ponto referencial de passagem dos blocos nos embalos, lavagens e ternos. O tocar do sino da capela é o sinal público do início das atividades da Festa da Ajuda. *Esse bem merece estudo aprofundado.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº		Anexos 1 e 2
CONTATOS	Luiz Cláudio Nascimento Maria Licia Mello Pereira Nivaldo da Silva Narciso Muniz dos Santos Odete Pereira Oliveira Antonio Jorge Souza Oliveira Marcos Roberto Pinho Conceição Jorge Freitas			Nº		Anexo 4

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Semana Santa				IDENTIFICADO SIM / NÃO	4
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Março ou abril	LUGAR	Igreja do Carmo / Ruas		
DESCRIÇÃO	A Semana Santa é o período religioso que celebra a vida, o sofrimento e a morte de Jesus Cristo. Ela se inicia após a quaresma, em data móvel no final do mês de março ou início de abril, tendo procissões como a maior parte de seus eventos. Uma das mais importantes é a Procissão do Encontro, realizada na sexta-feira que antecede a Semana Santa. Os andores de Nossa Senhora das Dores e do Senhor dos Passos saem da Ordem Terceira do Carmo e, depois de percorrer trajetos diferentes pelas ruas da cidade, se encontram em frente ao Colégio das Sacramentinas. Na quinta-feira santa acontece a missa da Santa Ceia; na sexta à tarde, a Procissão da Paixão de Cristo. Os cantos são em português, mas têm expressões em latim, cantadas em solo em diferentes pontos da cidade por uma jovem da comunidade que representa a personagem Verônica. Ainda na sexta-feira à noite é realizada a Procissão do Senhor Morto nas ruas de Cachoeira, acompanhada por populares e pelas irmandades religiosas. No sábado conserva-se o silêncio durante o dia e à noite celebra-se uma missa. Nos bairros do Caquende, Rosarinho e Rua da Feira é feita a queima do Judas. À meia-noite sai a procissão do Cristo Ressuscitado, com a imagem de Jesus carregada no andor pelas ruas da cidade acompanhada pela comunidade e uma das filarmônicas que toca músicas religiosas. Essa procissão é feita em ritmo muito rápido e por isso é também conhecida por “procissão do ligeirinho” ou “procissão do corre-corre”.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.				Nº	Anexos 1 e 2
CONTATOS	Padre Reinaldo Balbino dos Santos				Nº	Anexo 4

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Festa da Boa Morte			IDENTIFICADO SIM X / NÃO	5
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Agosto	LUGAR	Sede e Capela da Irmandade da Boa Morte; ruas de Cachoeira.	

DESCRIÇÃO

A Irmandade da Boa Morte, segundo relatos freqüentes, a partir de 1820 se estendeu à cidade de Cachoeira, Recôncavo baiano, local onde ainda hoje preserva seus rituais públicos e secretos.

(...) a Irmandade é um grupo que pertenceu aos escravos, com a luta. Foi pra Bahia, da Bahia foi que veio aqui pra Cachoeira. Em São Gonçalo tem, mas não faz a festa que nós fazemos. É só a missa e a procissão. Tudo é diferente. Nós participamos como os escravos faziam. Nós temos a missa das Irmãs falecidas. Nós temos a procissão da Boa Morte, que é o enterro (...) nós temos a procissão da Glória, que é a ressurreição de Maria. Então é uma coisa que vem passando de geração a geração. Foi uma promessa que os escravos fez na luta, no sofrimento, que eles alcançassem a liberdade... que a morte seria desaparecida, porque a morte é o sofrimento, e a vida é glória. E a glória é para sempre. (D. Estelita Santana, juíza perpétua da Boa Morte)

Ao contrário de outras irmandades negras que se estenderam à Cachoeira, a efetivação da Irmandade da Boa Morte não se deu no interior de uma igreja. Sua instalação foi feita em uma casa particular denominada Casa Estrela. No chão da calçada em frente à porta de entrada dessa casa ainda existe uma estrela em mármore branco.

Referência de sacerdotisas africanas e do povo de santo do Recôncavo, a Casa Estrela foi também local de iniciação e ponto de venda de produtos ritualísticos de candomblé em Cachoeira.

Existe na Irmandade uma hierarquia estabelecida no princípio de senioridade. As mais velhas detêm o conhecimento sobre os fundamentos da Boa Morte. Existem também requisitos para que uma mulher possa fazer parte da Irmandade. Ela deve ter idade superior a 45 anos, quando, acredita-se, passa ao desprendimento do desejo sexual para amadurecer a vida religiosa, ser consagrada a um orixá e, fundamentalmente, acreditar e ter fé em Nossa Senhora. Se aceita, fica durante três anos como "irmã de bolsa"; depois pode gradativamente ascender aos cargos de tesoureira ou escrivã, provedora e procuradora-geral e participar das eleições anuais para a organização das festas. O cargo de juíza perpétua, quando recebido por uma Irmã, só é transferido no momento de sua morte.

O caráter mítico que envolve os rituais da Irmandade da Boa Morte são singularmente expressos nos cânticos, rezas, danças, gestos, culinária, indumentárias e na relação que essas mulheres têm com a morte, a vida e o divertimento (samba-de-roda).

Programação dos rituais públicos da Festa de Nossa Senhora da Boa Morte

1º dia
18h – Saída do corpo de Nossa Senhora da sede da Irmandade em procissão pelas principais ruas de Cachoeira
19h – Missa na Capela da Irmandade pela alma das irmãs falecidas
21h – Ceia branca na sede da Irmandade

2º dia
19h – Missa de corpo presente na Capela da Irmandade seguida de Procissão do Enterro de Nossa Senhora da Boa Morte pelas principais ruas de Cachoeira

3º dia
9h – Missa da assunção de Nossa Senhora (da Glória), posse da comissão organizadora da festa do ano seguinte. Procissão festiva em homenagem a Nossa Senhora da Glória pelas principais ruas da cidade.

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

	11h – Valsa e samba-de-roda na sede da Irmandade e no Largo da Ajuda 12h – Almoço das irmãs e convidados na sede da Irmandade (feijoada) 14h em diante – Samba-de-roda no Largo da Ajuda 4º dia 12h – Almoço na casa da Irmandade (cozido) 20h – Samba-de-roda no Largo da Ajuda 5º dia 12h – Almoço na casa da Irmandade (caruru) 20h – Samba-de-roda no Largo da Ajuda Fonte: MARQUES, Francisca. Samba de Roda em Cachoeira, Bahia: uma abordagem etnomusicológica. Dissertação de Mestrado, Escola de Música, UFRJ, 2003 (descrição feita com base na dissertação e nas informações dos contatos citados abaixo)		
REGISTROS	Produziram-se imagens fotográficas e entrevistas durante o trabalho de campo.	**Nº**	Anexos 1 e 2
CONTATOS	Estelita Souza Santana Anália da Paz Santos Leite Dagma Bonfim Barbosa dos Santos Jorlanda Souza Freitas Maria da Glória dos Santos Renilde Rodrigues da Conceição	**Nº**	Anexo 4

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Festa de Caboclo			IDENTIFICADO SIM X / NÃO	6
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Durante o ano com ênfase no mês de julho.	LUGAR	Terreiros de candomblé de Cachoeira e de São Félix	
DESCRIÇÃO	O culto aos caboclos, seja em festas ou sessões, são comuns no calendário dos candomblés do Recôncavo, em especial em 2 de julho, dia de homenagens ao indígena por sua participação e resistência históricas nos confrontos e revoltas rurais e urbanos. O caboclo está especialmente ligado à independência da Bahia e ao apoio à libertação dos negros no século 19. As festas a eles dedicadas têm características muito particulares se comparadas aos cultos dos orixás, sobretudo no que diz respeito à música, à indumentária, às rezas, às oferendas, ao comportamento das entidades e ao transe. Existem, porém, etapas dos ritos que são comuns: as cantigas do padê (cantigas de saudação a Exu) e do xirê (saudação aos orixás) entoadas em língua "africana". Durante e depois da "virada de caboclo", ou seja, no momento em que os filhos-de-santo entram em transe, são feitas saudações e puxadas cantigas, algumas com referências afrocatólicas (alusão à Virgem Maria e a Jesus Cristo, mas também a Oxalá, Iansã, etc). Por outro lado, por se tratar de uma sessão de caboclo, a abertura dos trabalhos em muito se assemelha a uma sessão espírita de mesa branca. Os atabaques (rum, rumpi e lé), como em todos os rituais do candomblé, são instrumentos fundamentais no culto. Eles são alimentados em cerimônias especiais e, em ocasiões festivas, vestidos com faixas enlaçadas denominadas ojás. Através dos toques eles conduzem os passos e os movimentos dos caboclos nas coreografias. Considera-se que o rum seja o atabaque principal, ou aquele que "fala", improvisando e fazendo as variações rítmicas. Em frente aos atabaques são feitas reverências, puxados os sambas e executadas as danças. Geralmente não se utilizam aguidavis (ou baquetas), sendo a percussão feita com as mãos. Outro instrumento importante utilizado no candomblé de caboclo é o gã, sino metálico de campânula única tocado com uma haste também de metal, ou ainda o agogô. Os sambas de caboclo têm melodias curtas, rápidas, e o andamento é acelerado de acordo com o movimento dos caboclos, que sinalizam o término de sua *performance* algumas vezes jogando o corpo ou os braços sobre o atabaques. Um caboclo puxa uma cantiga ou tira uma chula que, se não for respondida por outros caboclos ou pelos presentes, é substituída por outra sucessivamente. O canto é feito de modo responsorial com alternância entre o caboclo e o público, que acompanha com palmas. Enquanto alguns caboclos bebem e fumam ou atendem aos participantes da festa, outros convidam as mulheres para sambar. Em algumas cerimônias de caboclos são tocadas violas e utilizadas 'taubinhas', que fazem a percussão em ostinato. É muito comum também a contratação de sambas-de-roda da região para homenagear os caboclos, que são grandes apreciadores de violas. Fonte: MARQUES, Francisca. Samba de Roda em Cachoeira, Bahia: uma abordagem etnomusicológica. Dissertação de Mestrado, Escola de Música, UFRJ, 2003 (descrição feita com base na dissertação e nas informações dos contatos citados abaixo)				
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.		Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Carlos Palma Maria Helena Araújo Vale Márcia Maria Lopes Maria Benedita Santana Gomes Jerusa Moreira dos Santos		Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Festa de Cosme e Damião			IDENTIFICADO SIM X	NÃO	7
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Setembro	LUGAR	Igreja Católica Brasileira		
DESCRIÇÃO	Culto dos mais antigos da Igreja, segundo o bispo da Igreja Católica Brasileira dom Roque Nonato, Cosme e Damião são santos evocados em missas desde o século 4. Na Bahia eles recebem forte devoção, sendo considerados santos de culto familiar, de terreiros e igrejas, em especial no mês de setembro. Cosme e Damião são relacionados à proteção das crianças e das mulheres grávidas de gêmeos. Uma característica dessa festividade ainda encontrada em Cachoeira é o peditório. É uma forma de esmola na qual adultos, ou crianças, carregando um quadro dos santos decorado por fitas coloridas e flores, pedem dinheiro passando de casa em casa ou solicitando às pessoas nas ruas uma esmola para fazer o caruru dos sete meninos. Breve histórico do culto em Cachoeira Em Cachoeira, até 1959, as igrejas não tinham altar de Cosme e Damião. Nessa época, Clemente José Macedo, devoto, visitando a Igreja dos Remédios, encontrou abandonado um par de imagens dos santos. Chegou a ele o conhecimento de que essas imagens haviam sido doadas pela senhora Eurides Cerqueira em 1952. Dona Eurides doou os santos por ter alcançado uma graça. Eles foram encaminhados à Igreja dos Remédios pelo monsenhor Carneiro, vigário de Cachoeira. Quando Clemente Macedo viu essas imagens na Igreja desativada decidiu construir uma capela para abrigá-las. Ele o fez, mas veio a falecer pouco tempo depois. A Capela de Cosme e Damião continuou funcionando de forma não oficial em um terreno doado na região do Cucui de Brito, onde hoje está instalada a Catedral de São Cosme e Damião, pertencente à Igreja Católica Brasileira. A Festa de Cosme e Damião Desde 1962, quando foi criada a Irmandade de Cosme e Damião, a Festa de Cosme e Damião vem sendo feita anualmente. No primeiro domingo de setembro é realizada uma missa. Nesse dia é feita a eleição dos juízes da festa e servido um caruru à comunidade. Por todo o mês há missas, novenas e orações até a chegada do dia maior da festa (27 de setembro). O juizado de Cosme e Damião é composto por um casal que divide as tarefas de organização da festa e usa as indumentárias da Irmandade, nas cores litúrgicas verde e vermelho. Segundo relatos, o vermelho simboliza o sangue dos mártires; o verde, a esperança da conquista da eternidade. As mulheres da Irmandade de Cosme e Damião usam a murca, espécie de capa pequena, e os homens uma capa maior chamada opa. Durante a procissão, o juiz carrega um bastão, e a juíza, uma palma. Todos os recursos da festa vêm da doação dos fiéis. No dia 27 há uma alvorada comemorativa, uma missa às 10h e, à tarde, a procissão, que percorre as ruas de Cachoeira e tem o acompanhamento das filarmônicas Lyra Ceciliana e Minerva Cachoeirana. A Festa de Cosme e Damião tem grande participação de devotos e reúne muitas crianças, em especial gêmeas, em sua procissão. Terminada a parte processional, é feita a bênção do Santíssimo Sacramento, e executado o hino nacional brasileiro. Depois é aberta a parte profana, com as apresentações de grupos da cultura local como o Trança-Fitas, a Esmola Cantada e o Samba-de-Roda.					
REGISTROS	Produziram-se imagens e entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Justina Ferreira da Silva Roque Cardoso Nonato Júlio Santana Eunice dos Santos Pacheco Eurides Marques			Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Festa do Divino			IDENTIFICADO SIM X NÃO	8
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Maio	LUGAR	Matriz de Nossa Senhora do Rosário	
DESCRIÇÃO	Festa de origem portuguesa que se popularizou no Brasil a partir do século 18. Durante o período colonial, era costume e tradição coroar-se o imperador no dia de Pentecostes, data que comemora a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos. O Pentecostes é também chamado de Festa da Colheita. Em Cachoeira, a festa do divino ocorre no mês de maio e tem duração de nove dias, embora os preparativos tenham início sete semanas antes do dia maior (Pentecostes). Durante esse período é feito o cortejo da bandeira do divino, que vai de casa em casa recolhendo donativos e dinheiro. São feitos também sorteios, rifas e bingos para angariar fundos e donativos para a festa. Ao término do novenário, parte importante do processo ritual da festa, o imperador sai de sua casa em direção à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde será celebrada a festa de Pentecostes e ocorrerá sua coroação. No passado a escolha do imperador era feita entre os filhos de pessoas e famílias ricas que organizavam a festa. Atualmente faz-se por sorteio realizado durante o novenário. O imperador é uma criança com idade entre 7 e 10 anos. No domingo da coroação essa criança é vestida a rigor com calça, blusa e colete brancos, faixa vermelha, manto, coroa e cetro. Algumas crianças são escolhidas para servir ao imperador carregando-lhe o manto. No passado, o imperador tinha o poder de libertar um preso da delegacia e o levava para almoçar e passar o dia em sua casa. A Igreja, no entanto, aboliu essa prática. Durante a missa dos festejos, no momento da glória, sete meninas vestidas de branco com faixas vermelhas, escolhidas pelos pais do imperador, soltam sete pombas. As pombas simbolizam os sete dons revelados pelo Espírito Santo e a paz trazida por eles. O cortejo do imperador é conduzido pela família da criança e acompanhado pela comunidade. As filarmônicas tocam dobrados, em procissão da matriz até a casa do imperador.				
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº	Anexos 1 e 2
CONTATOS	Narcisio Muniz dos Santos Dulce dos Santos Raimundo Cerqueira			Nº	Anexo 4

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Festa de Nossa Senhora da Conceição do Monte			IDENTIFICADO SIM X	NÃO	9
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Outubro	LUGAR	Igreja do Monte		
DESCRIÇÃO	A Festa de Nossa Senhora da Conceição é uma das celebrações mais tradicionais de Cachoeira. De caráter apenas religioso, é considerada festa branda por manter apenas incensamentos, novenas e cantos religiosos. É realizada pela Irmandade do Monte, cujos membros vestem opa (capa) branca que simboliza a pureza de Maria. Durante nove noites há novenas com orações e cantos. A exposição do Santíssimo ocorre durante a procissão eucarística. Nesse momento os Irmãos do Monte carregando tocheiros com velas acesas conduzem o padre e o "ostentório" ao altar em estilo do catolicismo colonial. No dia 8 de dezembro, na alvorada (às 6 h) faz-se uma salva de tiros com repique de sinos que acordam a população anunciando o dia. É rezado o Ofício de Nossa Senhora, oração que fala de todas as virtudes de Maria. Após a missa os irmãos se confraternizam e se prepararam para a procissão de Nossa Senhora da Conceição, às 16h. Na procissão pelas ruas de Cachoeira juntam-se à Irmandade do Monte representações de todas as outras irmandades de Cachoeira, a de Nossa Senhora da Boa Morte entre elas. Conta-se que em sua origem a Igreja do Monte não recebia negros nem pardos. Durante a procissão saem várias imagens em tamanho natural com mantos bordados em fios de ouro e coroas em prata. No retorno à Igreja ocorre o ápice da festa, com queima de fogos e a posse dos festeiros que serão responsáveis pela comemoração do ano seguinte.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Isaac Tito Helena Maria Milhazes			Nº	Anexo 4	

DENOMINAÇÃO	Festa de Santa Cecília			IDENTIFICADO SIM X	NÃO	10
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO ☒ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Novembro	LUGAR	Igreja do Monte		
DESCRIÇÃO	A Festa de Santa Cecília era organizada por músicos. Segundo relatos, seu início é anterior à formação por Tranquilino Bastos, em 1872, da filarmônica Lyra Ceciliana, que só assumiu oficialmente a comemoração em 1888. Santa Cecília é considerada a padroeira da música. No aspecto religioso, a festa era composta por tríduo, missa e procissão. Quanto às atividades profanas, fazia-se um carnaval com mascarados, caretas, lavagem de baianas, ternos de cozinheiras, lavadeiras e charuteiras. As comemorações ocorriam no dia 22 de novembro no largo do Monte. Acredita-se que devido à proximidade das datas festivas de Santa Cecilia e da Festa D'Ajuda intensificava-se muito a disputa entre os músicos das filarmônicas Lyra e Minerva. Atualmente a Festa de Santa Cecília restringe-se apenas a uma missa no dia 22 de novembro em homenagem à Santa com a presença dos músicos da Lyra Ceciliana na Igreja de Nossa Senhora do Monte.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Isaac Tito Raimundo Cerqueira Fábio Batista Maria Helena Milhazes			Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Festa de Nossa Senhora do Rosário			IDENTIFICADO XSIM	IDENTIFICADO NÃO	11
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Outubro	LUGAR	Matriz		
DESCRIÇÃO	A Festa de Nossa Senhora do Rosário ocorre em data móvel, na segunda quinzena de outubro. O culto à santa é um dos mais antigos do Brasil. Embora Nossa Senhora do Rosário seja a padroeira da cidade de Cachoeira, essa festa não apresenta grande prestígio entre os cachoeiranos. Trata-se de uma manifestação de caráter puramente religioso. A comissão organizadora da festa é escolhida entre os fiéis da Matriz. A cada noite um mordomo é responsável pela novena. As orações são feitas por grupos de pessoas da comunidade (secundaristas, comerciantes, professores, entre outros). No domingo da festa, a população é despertada por uma alvorada de sinos e fogos de artifício. Às 10h30 celebra-se a missa solene na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, de onde, às 16h, sai a procissão com os andores da santa padroeira, São José e Deus Menino acompanhados das filarmônicas Lyra Ceciliana e Minerva Cachoeirana.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº		Anexos 1 e 2
CONTATOS	Narciso Muniz dos Santos Dulce dos Santos Maria Licia Melo Pereira			Nº		Anexo 4

OCORRÊNCIA	ÉPOCA	outubro	LUGAR	Igreja do Monte	
DESCRIÇÃO	A Irmandade de São Benedito foi formada em Cachoeira durante a escravidão, entre os séculos 19 e 20. Formada por homens negros, instalou-se primeiramente na Igreja da Ajuda. Relatos apontam que devido às desavenças na Ajuda a irmandade migrou para a Igreja do Monte, trazendo consigo a imagem do santo. Nesse período a devoção a São Benedito cresceu em meio a pessoas brancas, que passaram também a integrar a irmandade. Com o passar dos anos a festa entrou em declínio, e tanto a parte profana como a religiosa deixaram de ser feitas. A Irmandade de São Benedito está extinta há mais de 30 anos. Em 2000, por intervenção de uma devota, também Irmã da Boa Morte, dona Ernestina Santos Souza, a Festa de São Benedito voltou a ser celebrada. Após a missa e a procissão de São Benedito, faz-se um samba ou a esmola cantada.				
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº	Anexos 1 e 2
CONTATOS	Isaac Tito			Nº	Anexo 4

DENOMINAÇÃO	São João			IDENTIFICADO SIM X	NÃO	13
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	junho	LUGAR	Feira do Porto, Cachoeira		
DESCRIÇÃO	O São João é um dos festejos mais populares da Bahia e exerce enorme atração turística para Cachoeira. Atualmente a Prefeitura Municipal faz os preparativos das festividades, e sua intervenção tem descaracterizado excessivamente a festa. Embora ainda se encontre a cidade toda enfeitada de bandeirolas, haja venda de iguarias da culinária típica da época (pamonha, licores, bolos, canjica, milho, amendoins, entre outros) são poucas as quadrilhas, o trança-fitas e o forró pé de serra. Em vez disso, amplia-se a tendência a contratar grupos de forró eletrônico, axé e pagode. Antigamente a festa era produzida pela comunidade. As pessoas faziam os preparativos em suas casas. Era comum os vizinhos perguntarem entre si: " São João passou por aí?". Em vários pontos da cidade havia fogueiras, brincadeiras e guerra de espadas. Integravam também a tradição os concursos de samba-de-roda e quadrilha, além da apresentação de repentistas, violeiros e sanfoneiros. As barracas de comida e bebidas eram montadas com palha de dendê. As brincadeiras também eram variadas: quebra-pote, corrida de saco e pau de sebo. Com o surgimento da Bahiatursa foi criada a Feira do Porto, também conhecida como Feira de São João, que acontece paralelamente aos eventos, com venda de cerâmicas de produtores de Maragogipinho e Coqueiros.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Dalva Damiana de Freitas			Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Datas Cívicas			IDENTIFICADO SIM X	NÃO	14
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Março / junho	LUGAR	Praça da Aclamação / Câmara Municipal		
DESCRIÇÃO	13 de março Comemoração do Dia da elevação de Cachoeira à categoria de cidade. É feita uma alvorada com queima de fogos, que se repete ao meio-dia e às seis da tarde. Pela manhã é rezada missa, e à tarde há sessão solene na Câmara dos Vereadores. 25 de junho Comemoração realizada anualmente desde 1824 que homenageia as lutas e a morte de cachoeiranos pela independência do Brasil. A data relembra o bombardeamento da então Vila pelos portugueses, em 1822. Segundo Roque Nonato, no passado, o 25 de junho era uma festa popular organizada por comissões que arrecadavam os meios para a festa. Com o passar do tempo a Câmara de Vereadores decidiu, através de um decreto, arcar com sua reallização. A festa começa no dia 1º de junho com o assentamento dos paus da bandeira nos extremos da cidade (Caquende / Ponta da Calçada / Rua da Feira). No dia 25 de junho é realizado o *Te deum* (toque solene) pelas filarmônicas. À tarde há uma reunião na Câmara, quando algum cachoeirano ilustre faz o discurso oficial, e depois sai um desfile com filarmônicas e fanfarras conduzindo o caboclo e a cabocla. Antigamente a cabocla saía do Bairro da Pitanga, mas com a emancipação de São Félix, Cachoeira doou a Cabocla para a outra cidade. Nesse período, o encontro do Caboclo com a Cabocla ocorre na Praça da Aclamação. Ambos saem em carros ornamentados participando do desfile cívico. Em Cachoeira não há comemoração do dois de julho, dia da Independência da Bahia. Nessa ocasião o Caboclo participa da festa em São Félix.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Fabio Batista Raimundo Cerqueira Roque Nonato			Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Festa dos Navegantes			IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO XNÃO	15
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO ☒ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR	Rio Paraguaçu / Cachoeira – São Félix		
DESCRIÇÃO	A Festa dos Navegantes era feita por barqueiros, pescadores e estivadores que trabalhavam nos navios, saveiros e lanchas do porto de Cachoeira. Organizados em sindicato, eles tinham como padroeira Nossa Senhora dos Navegantes. Anualmente era escolhido um domingo de maré cheia, quando havia missa pela manhã e procissão à tarde. A imagem saía da Matriz em direção ao cais. Os barcos e saveiros aguardavam, enfeitados com bandeiras. A comunidade seguia nas embarcações, e um navio conduzia as filarmônicas tocando em procissão até o Engenho da Vitória, de onde o cortejo voltava a Cachoeira. As pessoas desembarcavam no porto e seguiam a pé para São Félix. Alguns relatos dizem que a quantidade de pessoas participantes da festa era tanta, que a ponte D. Pedro II balançava na travessia Cachoeira-São Felix a pé. O encerramento da Festa dos Navegantes era feito com samba-de-roda na Praça da Manga em Cachoeira.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Salustiano Coelho de Araújo Dalva Damiana de Freitas Eunice dos Santos Pacheco Eurides Marques			Nº	Anexo 4	

DENOMINAÇÃO	Tocata dos Mortos			IDENTIFICADO XSIM	IDENTIFICADO NÃO	16
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	2 de novembro	LUGAR	Cemitério da Piedade		
DESCRIÇÃO	Homenagem feita anualmente aos mortos no dia 2 de novembro pela Filarmônica Minerva Cachoeirana. Na ocasião, trajados a rigor, os músicos saem em silêncio de sua sede e seguem em direção ao cemitério, onde tocam marchas fúnebres em *performances* em diferentes pontos do cemitério. O retorno à sede também é feito em silêncio.					
REGISTROS	Produzida entrevista durante o trabalho de campo.			Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Marcio Lima			Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Caruru de Santo			IDENTIFICADO XSIM	IDENTIFICADO NÃO	17
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Junho a dezembro	LUGAR	Casas, terreiros de candomblé		
DESCRIÇÃO	Entre junho e dezembro há festas domiciliares feitas por devoção, comemoração, cumprimento de promessa ou pedidos nas datas festivas a Santo Antônio/Ogum (junho), São Roque/Obaluaê (agosto), São Cosme e Damião/Ibeji (setembro) e Santa Bárbara/Iansã (dezembro). Por reverência e homenagem, na ocasião é preparado e oferecido um prato típico da culinária baiana, o caruru – comida feita com quiabos, camarão seco, amendoim ou castanha-de-caju, dendê e temperos. Conhecido como "caruru de preceito" ou "caruru dos meninos", o caruru de Cosme e Damião é o mais difundido entre os baianos e é muito popular em Cachoeira. Na ocasião, as casas são incensadas e decoradas com flores e arranjos. Velas e quartinhas com água e mel são colocadas no altar dos santos de onde, diz-se, eles provam do caruru que lhes é dedicado. Além de rezas, benditos e cantos entoados por adultos e crianças, os donos da casa reúnem sete crianças e a elas oferecem o prato principal (caruru) acompanhado por vatapá, farofa de dendê, pipoca, feijão-fradinho, feijão-preto, ovos cozidos, acaçá, banana-da-terra, doces e queimados (balas). Depois de servidas as crianças, os adultos se servem. Pessoas em cuja família tiver havido falecimentos recentes devem abster-se do alimento nessas ocasiões, sob risco de outras mortes na família. Uma característica da festividade a São Cosme e Damião ainda observada em Cachoeira é o peditório. Trata-se de uma forma de esmola na qual adultos ou crianças, carregando um quadro dos santos decorado por fitas coloridas e flores, pedem dinheiro passando de casa em casa, ou solicitando às pessoas nas ruas uma esmola para rezar a missa e fazer a festa do santo (distribuir o caruru). Participam do caruru de santo pessoas de todas as classes. O evento geralmente se encerra com o chamado samba de caruru.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº		Anexos 1 e 2
CONTATOS	Dalva Damiana de Freitas Benedita Barbosa Sodré da Silva Ivoneide Cerqueira Dias dos Santos Jerusa Moreira dos Santos Hilda Teles de Oliveira Marlene Santos Souza João Sodré da Conceição Maria José dos Santos Matos			Nº		Anexo 4

2.2. EDIFICAÇÕES

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO				IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO NÃO	18
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR			
DESCRIÇÃO						
REGISTROS				Nº		
CONTATOS				Nº		

2.3. FORMAS DE EXPRESSÃO

DENOMINAÇÃO	Capoeira			IDENTIFICADO XSIM	IDENTIFICADO NÃO / 19
TIPO	☐CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☒ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR	Praças públicas / academias	
DESCRIÇÃO	Tanto na área urbana quanto na rural de Cachoeira/São Félix existem os Grupos Raça e o Grupo Cultural Raízes dos Orixás que praticam a capoeira regional e seguem movimentos e técnicas iniciadas por Mestre Bimba. A música da capoeira tem toques e cantigas além do samba-de-roda, e os instrumentos usados são berimbau, atabaque e pandeiro. O berimbau é confeccionado pelos próprios capoeiristas. Trata-se de cordofone composto de verga de madeira, geralmente biriba, arame (ou fio de pneu), cabaça e caxixi. Usa-se uma baqueta, pedra ou moeda para percutir e fazer soar o arame. Na roda de capoeira o berimbau é o instrumento de comando do jogo. Se for toque luna, a roda se comporta de determinado jeito; se o toque for cavalaria, a *performance* dos capoeiristas será diferente. Cada toque caracteriza um tipo de jogo. Embora o Raízes dos Orixás e o Grupo Raça tenham capoeiristas espalhados pelo mundo, em Cachoeira o Raízes carece de recursos e estímulo. São os capoeiristas que o mantêm com recursos próprios. Alguns dão aulas em escolas e academias; outros oferecem aulas gratuitas à comunidade.				
REGISTROS	Produziram-se entrevistas e imagens fotográficas durante o trabalho de campo.			Nº	Anexos 1 e 2
CONTATOS	Contramestre Guarda Roupa (Raízes dos Orixás)			Nº	Anexo 4

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Reggae			IDENTIFICADO XSIM	IDENTIFICADO NÃO	20
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☒ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	ANO TODO	LUGAR	PALCOS EM EVENTOS		
DESCRIÇÃO	Em Cachoeira desde a década de 1970, o *reggae* tem grande influência na cultura local. A força do ritmo e das letras emerge como a musicalidade da consciência negra do Recôncavo. Embora a crítica e religiosidade de Bob Marley tenham sido influentes e fundamentais na formação dos músicos, em Cachoeira, o gênero tomou feições próprias, sendo conhecido como "*reggae* de resistência". Edson Gomes é um dos nomes mais importantes desse movimento, assim como Nengo Vieira, Sine Calmon e Tin Tim Gomes, que nos anos 90 encabeçaram o grupo Remanescentes.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas e imagens fotográficas durante o trabalho de campo.			Nº		Anexos 1 e 2
CONTATOS	Edson Gomes Edmundo Gomes (Tin Tim Gomes) Silvestre Kael			Nº		Anexo 4

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Samba-de-roda				IDENTIFICADO: XSIM / NÃO	21
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☒ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Ano todo	LUGAR	Ruas, praças e palcos (Cachoeira / São Félix / Muritiba)		

DESCRIÇÃO

O samba no Recôncavo baiano está inserido em diversos contextos coletivos. Ao mesmo tempo música, letra, dança e grupo, ele é amplamente difundido em eventos tanto domésticos, sociais, culturais quanto religiosos.

Em Cachoeira, o samba é fundamental ao entendimento do *modus vivendi* da comunidade, o que caracteriza que seu "uso", "poder" e "valor" são vivenciados e compartilhados coletivamente, quase alheios e distantes da concepção de música como produção e consumo, tão evidentes no contexto e no tempo das grandes cidades. O samba de Cachoeira é feito pelo povo para o próprio povo.

Como conhecimento transmitido de geração a geração, o samba é eminente e expressivo porque se estende a partir do convívio familiar, particular, mas não exclusivamente, das relações de família, parentesco e domesticidade de negros e mestiços.

Encontramos dois tipos característicos de samba em Cachoeira: o samba-corrido e o samba barravento.

O que se evidencia comparativamente é que o samba-corrido tem andamento mais acelerado do que o do barravento. No corrido (também chamado "samba ligeiro" e "samba jogado") "o puxador canta" e "o coro responde" (usando outra expressão local, "todo mundo grita").

O samba de barravento é o chamado samba lento, samba amarrado. Nele, durante a introdução e a ponte instrumental, um(a) sambador(a) entra e faz a roda sambando nos pés o miudinho. Depois passa a vez a outra pessoa através de umbigada (ou outro gesto de sinalização à roda).

Outra modalidade, o samba-chula, também conhecido como samba de viola, de característica rural, apresenta diferenças rítmicas, melódicas e de entonação se comparada àquelas duas. Em regiões como Santo Amaro e São Francisco do Conde esse samba é feito com violas machete. Embora o samba-chula seja comum em algumas regiões do Recôncavo, em Cachoeira ele é encontrado apenas no distrito de Santiago do Iguape.

Instrumentos

A orquestra do samba é formada por instrumentos de cordas e percussão: viola, violão, cavaquinho, timbaus (marcação e repique), maraca, pandeiros, triângulo, reco-reco e 'taubinhas'. Alguns relatos sugerem que "nas antigas" as tocatas levavam apenas a viola como instrumento de cordas, sendo a percussão feita com tambori, prato e faca, e palmas. Há registros também da utilização do bandolim e do banjo antes da adoção atual do cavaquinho. Além da instrumentação básica e dos aparatos tecnológicos comuns a todos os grupos, observamos a utilização também da timba, do surdo e do tamborim na percussão.

Coreografia

A coreografia do samba em Cachoeira é o chamado 'samba no pé'. Nela existe um tipo específico de sapateado denominado miudinho, cujo movimento dos pés paralelos é descrito como um deslocamento para frente e para trás.

Identificamos 12 grupos de samba-de-roda somados os de Cachoeira aos de São Félix e Muritiba. Todos estão ativos com exceção do Samba-de-Roda Vitória, que desistiu do samba para se tornar grupo de seresta, e do Samba-de-Roda Amor de Mamãe, desfeito com o falecimento de seu puxador, Augusto Passos da Costa, o Dedão.

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

	Samba-de-Roda Amor de Mamãe — Cachoeira Samba-de-Roda Esmola Cantada — Cachoeira Samba-de-Roda Filhos do Caquende — Cachoeira Samba-de-Roda Filhos de Nagô — São Félix Samba-de-Roda Filhos de Ogum — São Félix Samba-de-Roda Iamin — Cachoeira Samba-de-Roda Filhos do Paraguai — Muritiba Samba-de-Roda Suerdieck — Cachoeira Samba-de-Roda Filhos da Barragem — Cachoeira Samba-de-Roda Vitória — Cachoeira Samba-de-Roda do Iguape — Iguape – Cachoeira Samba-de-Roda Filhos da Serra — Muritiba Fonte: MARQUES, Francisca. Samba de Roda em Cachoeira, Bahia: uma abordagem etnomusicológica. Dissertação de Mestrado, Escola de Música, UFRJ, 2003 (descrição feita com base na dissertação e nas informações dos contatos citados abaixo)		
REGISTROS	Produziram-se entrevistas e imagens fotográficas durante o trabalho de campo.	Nº	Anexos 1 e 2
CONTATOS	Dalva Damiana de Freitas Eugênio Bispo da Silva	Nº	Anexo 4

DENOMINAÇÃO	Tincoãs		IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO XNÃO	22
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☒ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO ☒ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	1960 a 2000	LUGAR		
DESCRIÇÃO	Grupo formado por músicos de Cachoeira no início da década de 1960, cuja música ainda desperta interesse em um público variado e crescente porque combina a música tradicional do Recôncavo, em especial o candomblé e o samba-de-roda, à harmonia vocal dos antigos boleros. A base instrumental dos Tincoãs era composta por violão, atabaque, agogô e cabaça. Seu repertório apresenta composições de autoria, sobretudo de Dadinho e Mateus Aleluia, entre adaptações e releituras de músicas tradicionais como "A força da Jurema", "Obaluaê", "Embola, Embola" e "Capela da Ajuda". O grupo passou por diferentes formações até acabar definitivamente em 2000. Inspirado e seguindo o mesmo estilo dos Tincoãs, em 2005, foi criado em Cachoeira o grupo Jeje-Nagô.				
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.		Nº		Anexos 1 e 2
CONTATOS	Valmir dos Santos		Nº		Anexo 4

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Esmola Cantada			IDENTIFICADO: XSIM / NÃO		23
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☒ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Março e setembro	LUGAR	Ladeira da Cadeia		
DESCRIÇÃO	Grupo ligado à extinta Irmandade das Almas que fazia orações e cantorias em cruzeiros para pedir às almas que não houvesse enchente em Cachoeira. A Esmola Cantada hoje é um grupo cultural organizado com sede na Ladeira da Cadeira e é formado por homens e mulheres; seu repertório inclui desde cantos religiosos ao samba-de-roda. Os peditórios para a Esmola Cantada ocorrem nas ruas no mês de março, mas o grupo também se reúne para pedir colaboração e donativos para a festa da Santa Cruz. A Santa Cruz, símbolo da Fé Cristã, foi levada ao bairro da Ladeira da Cadeia em 15-11-1957. Desde então os devotos organizam esses festejos, que acontecem durante o mês de setembro. Na Esmola Cantada os homens cantam e tocam os instrumentos (pandeiros e violas enfeitados); as mulheres fazem o coro e dançam ao centro da roda. Elementos do bumba-meu-boi e do samba-de-roda foram incorporados à música (uso de 'taubinhas' de madeira em substituição às palmas, por exemplo). A Esmola Cantada era também chamada de Lindro Amor.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas e imagens fotográficas durante o trabalho de campo.			Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Carlos Alberto Fraga Lobo			Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Trança-fitas			IDENTIFICADO: XSIM	NÃO	24
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☒ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Junho / Setembro	LUGAR	Festas de Largo		
DESCRIÇÃO	As festas em torno de mastros enfeitados são consideradas referências antigas tanto para os portugueses quanto para os indígenas. Em Cachoeira, o trança-fitas é uma tradição também antiga que se manteve até recentemente apenas por dedicação e entusiasmo próprios de dona Camila de Matos Lopes (dona Vanda). Segundo ela, sua concepção do trançar as fitas no ritmo correto foi aprendida na infância e desenvolvida partir do trançado de cabelos. A tradição do trança-fitas também aparece como referência no cancioneiro do Recôncavo: O terno do trança-fitas / sai hoje nessa alegria / todas unidas, unidas sempre sairemos todo ano / com prazer e alegria / Oh, Cachoeira heróica / Terra das maravilhas/ Todo seu povo brilha / Nas suas festas lindas / Oh, que saudades Quando passar os dias / Me faz lembrar/ Dos prazer dessa folia. O trança-fitas caracteriza-se por dança feita em torno de mastro carregado por uma menina e em cuja ponta são presas 12 fitas de cores diferentes. As outras extremidades são seguradas por 12 meninas (usando trajes juninos) que dançam em sentido anti-horário trançando as fitas ao ritmo do forró. Quando o trançado atinge a metade do mastro as meninas começam a movimentar-se em sentido contrário, desfazendo e depois refazendo novamente o trançado. A organizadora do grupo é também dona do mastro.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº		Anexos 1 e 2
CONTATOS	Camila de Matos Lopes Ana Clara de Sena Amorim			Nº		Anexo 4

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Filarmônica			IDENTIFICADO XSIM	IDENTIFICADO NÃO	25
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☒ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Ano todo	LUGAR	Sedes, ruas e largos.		
DESCRIÇÃO	As filarmônicas são escolas livres de música. Elas preparam e aperfeiçoam músicos de instrumentos de sopro e percussão. Também são bandas que preservam repertórios importantes de marchas, valsas e dobrados. Em Cachoeira existem a Sociedade Cultural Orpheica Lyra Ceciliana, fundada em 1870 pelo maestro Tranquilino Bastos, e a Sociedade Lítero-Musical Minerva Cachoeirana, fundada pelo maestro Eduardo Franco (1878). As duas permanecem ativas desde o século 19 e sobrevivem graças às pessoas que as compõem e dirigem, além de seus regentes e músicos, que as mantém participantes de todas as festas e eventos públicos locais. Existe evidente rivalidade entre as filarmônicas do Recôncavo. Segundo relatos, em Cachoeira isso remonta desde a origem das bandas, quando os músicos competiam em tocatas nas festas de Santa Cecília (Lyra) e de Nossa Senhora da Ajuda (Minerva). A Lyra era formada por músicos negros em sua maioria pedreiros, carpinteiros, sapateiros e alfaiates que ensaiavam na Igreja do Monte. Antes da denominação Lyra Ceciliana o grupo tinha o nome de “Recreio Cachoeirano”. Com o crescimento da filarmônica e da devoção a Santa Cecília, o nome foi mudado para Lyra Ceciliana. A partir de 13 de maio de 1870, a Lyra tornou-se publicamente a primeira filarmônica de Cachoeira. Para comemorar a abolição, os músicos sairam tocando pelas ruas da cidade vestindo uniformes feitos às escondidas pelos músicos alfaiates. Segundo relatos, os instrumentos da Lyra eram trazidos da França por doações conseguidas por Tranquilino Bastos. Ativa desde 1878, a Minerva Cachoeirana é bastante organizada e se mantém pelas tocatas que faz, o que pressupõe a dedicação de seus músicos aos vários ensaios semanais. A filarmônica tem importante acervo e dispõe de um precioso e raro repertório de marchas (em especial as fúnebres) e dobrados. * As filarmônicas merecem estudos mais profundos e o registro no Livro das formas de expressão.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Marcio Lima Raimundo Cerqueira Wanderlina dos Reis Rodrigues Paulo Vitor Farias Mascarenhas			Nº	Anexo 4	

2.4. LUGAR

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Casa de Farinha		IDENTIFICADO X SIM	NÃO	26
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☒ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Durante todo o ano	LUGAR	Zona rural de Cachoeira e de São Félix	

DESCRIÇÃO

A casa de farinha é o lugar para onde a mandioca, após a colheita, é transportada para ser transformada em farinha e em beiju. Embora a maioria apresente algum grau de mecanização (pás para movimentar a farinha no forno e ralador elétrico), a maior parte das etapas de produção é manual.

No entanto, apesar dos equipamentos rústicos, são espaços onde se expressam relações sociais significativas quanto ao modo de vida das comunidades produtoras, assim como práticas e saberes tradicionais, transmitidos ao longo das gerações, necessários à transformação da mandioca amarga ou venenosa em produtos próprios para o consumo. A produção artesanal da farinha é feita, de modo geral, com mão-de-obra familiar ou com a participação de membros da comunidade, e, apesar de em algumas situações os produtores pagarem a ajudantes, as relações de trabalho caracterizam-se por relações de compadrio ou ajuda mútua.

Localizadas nos quintais das residências, são construções simples: pequenas casas de tijolo ou adobe, com porta e janela, coberta com telhas de barro ou amianto, chão de terra batida e abertura externa para queimar a lenha mantendo a temperatura do forno. Embora todas as famílias dessas localidades produzam farinha, para consumo próprio e para comercialização, nem todas possuem casa de farinha, que constituem patrimônio familiar, de modo geral, adquiridas por herança e servindo a todos os membros da família. Os produtores que não possuem casa de farinha própria fazem sua farinha na *casa de farinha* de parentes ou vizinhos, uso pelo qual pagam ao proprietário, geralmente, em medidas de farinha. Em algumas localidades, as associações de moradores conseguiram instalar casas de farinha comunitárias, atendendo às necessidades dos produtores locais que não dispõem de casa própria.

As casas de farinha, mesmo as mais rudimentares, são constituídas por um conjunto de artefatos artesanais, instrumentos de trabalho, cujo custo é considerado alto para os pequenos agricultores. O forno, por exemplo, a peça mais cara da casa, geralmente é objeto de valor patrimonial familiar.

Os utensílios mais freqüentemente utilizados na fabricação de farinha são:

Ralador: instrumento provido de rebolo, ou cilindro, com pequenas serrilhas, é utilizado na ralagem da mandioca.

Cocho: pedaço de madeira escavada e lisa, com formato de calha, medindo cerca de 2,5m X 0,60m, utilizado para esmagar a massa antes de passá-la à prensa, depositar a massa ralada, as raízes descascadas e a farinha torrada.

Prensa: artefato de madeira composto por alavanca e um ou dois fusos, sob os quais se coloca a massa da mandioca dentro de sacos porosos, utilizado para a retirada do líquido tóxico.

Tacho de torração: espécie de bacia ou alguidar grande, de formato circular, colocada sobre um forno de barro com cerca de 0,80m de altura. Esses tachos podem ser confeccionados em cobre, ferro ou barro.

Outros utensílios usados na casa de farinha são: cestos, para depositar a mandioca ralada; peneiras, com diferentes texturas, para peneirar e definir o grau de granulação da farinha; caçuás, usados para transportar as raízes da mandioca até a casa de farinha; cambito ou cangalha, armação de madeira destinada ao suporte dos caçuás no transporte da carga em lombo de animal; facas para raspar as raízes da mandioca; e vassouras para varrer a casa de farinha.

(descrição feita com base no inventário da farinha de mandioca e nas informações dos contatos citados abaixo)

REGISTROS	Produziram-se durante o trabalho de campo imagens fotográficas e entrevistas.	Nº	Anexos 1 e 2

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

CONTATOS	Edina da Cruz Miranda	Nº	Anexo 4

DENOMINAÇÃO	Feira livre			IDENTIFICADO		27
				XSIM	NÃO	
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☒ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Quarta, sexta e sábado	LUGAR	Centro Histórico de Cachoeira, ao lado do Mercado Municipal		
DESCRIÇÃO	A feira de Cachoeira é o principal ponto de interseção entre a produção e o consumo desempenhando importante papel não só de integração econômica, social e cultural mas também de significativos espaços interação, sociabilidade, afetividade e troca de bens e produtos. É o principal ponto de comercialização dos produtos da área rural, destacando-se a venda de farinha, maniçoba, dendê, marisco, peixe e camarão seco, carnes e frutas (serigüela, umbu, tamarindo, etc.). Vende-se também objetos rituais (bonecos de voduns, velas, incensos, velas de orixás, etc.), remédios caseiros feitos com veneno de animais peçonhentos, ervas medicinais, artesanatos (cerâmica e trançados), comidas tradicionais (maniçoba e feijoada), entre outros. A feira em Cachoeira é realizada nas ruas ao lado do Mercado Municipal e é mais movimentada aos sábados, quando o número de feirantes e compradores aumenta. O ponto de cada feirante é delimitado de acordo com o dia da semana. Os produtos são expostos em barracas móveis de madeira ou no chão sobre folhas de bananeira. Comidas tradicionais como maniçoba e feijoada são vendidas e consumidas em barracas. Nos dias de feira o Mercado Municipal está integrado ao circuito da feira.					
REGISTROS	Produziram-se imagens fotográficas durante o trabalho de campo.			Nº		Anexos 1 e 2
CONTATOS				Nº		

2.5. OFÍCIOS E MODOS DE FAZER

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Boneca de pano			IDENTIFICADO X SIM	IDENTIFICADO NÃO	28
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Durante o ano	LUGAR	Casas		
DESCRIÇÃO	Em Cachoeira são encontradas bonecas de calhamaço feitas manualmente e que em geral apresentam como temática as irmãs da Boa Morte, a figura do preto velho, a velha rendeira, orixás e baianas. O material utilizado para a confecção das bonecas é bambu, arame, papelão, calhamaço, malha, algodão, madrasto para anágua, cetim, alicate e tesoura. Segundo Anatália Silva, desfia-se o calhamaço com o arame. O arame (n. 26) é enrolado para "fazer o teto" (base). Utiliza-se uma pena de galinha para prender o arame com o fio do calhamaço a fim de dar forma à mão e depois ao braço e ao antebraço, cuja modelagem é feita com algodão enrolado. Para confeccionar o corpo utiliza-se bambu, com três tiras finas e dois pedaços de papelão, um para a frente outro para as costas, e enrola-se algodão para dar a forma à boneca. E, para as pernas, um pedaço de bambu de 15 a 20cm, além de arame e algodão. Essas bonecas são comercializadas durante as festas de largo, em especial a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº		Anexos 1 e 2
CONTATOS	Anatália Silva de Jesus			Nº		Anexo 4

DENOMINAÇÃO	Escultura em madeira			IDENTIFICADO X SIM	IDENTIFICADO NÃO	29
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Durante o ano todo	LUGAR	Ateliês de escultura		
DESCRIÇÃO	Técnica que utiliza ferramentas como o formão, goiva e enxó, e consiste inicialmente em retirar as partes mais grossas da madeira para então baldar, ou seja, dar forma à peça antes de começar a esculpir. A escultura é trabalho feito com criatividade e, segundo Mimo, escultor, uma peça nunca se repete. A temática religiosa afro-brasileira é muito comum entre os escultores de Cachoeira. Um dos mais conhecidos deles é Boaventura da Silva Filho (Louco), que produziu vasta obra no chamado estilo fantástico.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.			Nº		Anexos 1 e 2
CONTATOS	Celestino da Silva (Louco Filho) Carlos Alberto Dias do Nascimento (Fory) Almir Oliveira da Cruz (Mimo) Lourival Cardoso de Araújo (Dory)			Nº		Anexo 4

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Escultura em barro			IDENTIFICADO X SIM	NÃO	30
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Durante o ano todo	LUGAR	Casa		
DESCRIÇÃO	A modelagem em argila é feita com as mãos. Utiliza-se também espátula para detalhes mais delicados. Depois de pronta a peça é colocada ao sol para secar; e em seguida levada ao forno. A escultura pode então ser envernizada e pintada. A parte mais demorada é o rosto, cujos detalhes são feitos com a unha. Um objeto pode ser transformado a partir de outro. O escultor Tamba Xavier é a referência mais importante da escultura em barro em Cachoeira. Florisvaldo Ribeiro Santos (Flor/Labicha), sobrinho do artista, dá continuidade à sua técnica de produção de peças em argila.					
REGISTROS	Produziram-se entrevistas e fotografias durante o trabalho de campo.			Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Florisvaldo Ribeiro Santos			Nº	Anexo 4	

DENOMINAÇÃO	Escultura em ferro			IDENTIFICADO X SIM	NÃO	31
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR			
DESCRIÇÃO	Esculturas modeladas a partir de solda e fundição de ferro. Em Cachoeira são encontradas peças desse estilo em temáticas afro-brasileiras (orixás). Davi Rodrigues é o único escultor em ferro em atividade.					
REGISTROS	Não foram produzidos registros.			Nº		
CONTATOS	Davi Rodrigues			Nº		

DENOMINAÇÃO	Xilogravura			IDENTIFICADO X SIM	NÃO	32
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR			
DESCRIÇÃO	Técnica que consiste de impressão a partir de desenhos em relevo esculpidos na madeira, cuja superfície fica como um carimbo. Cobre-se então a madeira com tinta, comprimindo-a em seguida contra o papel. A imagem sai ao contrário da figura esculpida na madeira. As xilogravuras coloridas são feitas a partir do mesmo processo, imprimindo separadamente cada cor. A técnica foi levada e difundida em Cachoeira por Karl Hansen na década de 1950. Davi Rodrigues é o único xilógrafo em atividade.					
REGISTROS	Não foram feitos registros			Nº		
CONTATOS	Davi Rodrigues			Nº		

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Cigarrilha		IDENTIFICADO X SIM	NÃO	33
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR	Cachoeira / São Félix	
DESCRIÇÃO	Produto oriundo do fumo feito por capeadoras. Para sua confecção utiliza-se fumo, bucha, água, tábua e cola. Estica-se a capa da folha do fumo para que sejam usados os dois lados (esquerdo e direito). Tira-se o talo, abre-se a folha, cortam-se as tiras, passando então ao capeamento da cigarrilha. Passa-se cola por toda a capa que posteriormente é coberta com a folha seca do fumo salpicada com água. Enrola-se o calhamaço para que fique bem macio. No final retira-se a ponta da capa da cigarrilha para que fique bem delineada.				
REGISTROS	Produziram-se entrevistas e imagens fotográficas durante o trabalho de campo.		Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Joanice de Jesus Julião Antonio José Gomes da Silva Justina Correia da Silva Dalva Damiana de Freitas		Nº	Anexo 4	

DENOMINAÇÃO	Caruru		IDENTIFICADO X SIM	NÃO	34
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Ano todo em especial em setembro	LUGAR	Casas, sede da Boa Morte, restaurantes, terreiros.	
DESCRIÇÃO	Caruru é comida feita à base de quiabos, que leva castanha-de-caju ou amendoim, camarão seco, cebola, gengibre, coentro, sal e azeite-de-dendê. Modo de fazer: corta-se o quiabo em pedaços pequenos para então colocá-lo em água fervendo com sal durante alguns minutos. Raspa-se a castanha (ou amendoim) na peneira; limpa-se o camarão. Juntam-se castanhas, camarão, cebola, coentro e gengibre e bate-se tudo no liquidificador. Depois, leva-se o tempero batido ao quiabo mexendo até que fique com consistência pastosa. O caruru para o tabuleiro da baiana (servido como recheio do acarajé) é feito com gengibre, cebola, camarão, sal e um pouco de amendoim e açúcar. Bate-se tudo no liqüidificador, coloca-se numa panela com azeite e quiabo cortado; se ficar muito pesado, coloca-se meio copo de água.				
REGISTROS	Produziram-se entrevistas durante o trabalho de campo.		Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Dalva Damiana de Freitas Benedita Barbosa Sodré da Silva Ivoneide Cerqueira Dias dos Santos Jerusa Moreira dos Santos Hilda Teles de Oliveira Marlene Santos Souza João Sodré da Conceição Maria José dos Santos Matos		Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Vatapá			IDENTIFICADO		35
				XSIM	NÃO	
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Ano todo	LUGAR	Casas, restaurantes.		
DESCRIÇÃO	O vatapá de almoço é um tipo de papa que tem como ingredientes pão dormido, azeite-de-dendê, coco, camarão seco, castanhas de caju, cebola, gengibre e coentro. Modo de fazer: rala-se um coco que deve ser espremido num guardanapo para retirar o leite mais grosso; junta-se o bagaço a uma xícara de água para tirar a parte mais fina do leite; reserva-se tudo numa panela; amolece-se na água ou no leite o miolo do pão (dormido); coloca-se para moer formando uma massa; moem-se também as castanhas, a cebola, o gengibre, o coentro, e o camarão (tempero); junta-se o tempero à massa levando ao fogo para engrossar; na seqüência coloca-se o leite de coco; depois o azeite-de-dendê; mistura se tudo. Segundo Hildegardes Vianna (no artigo Breve notícia sobre a cozinha baiana – no livro *Antologia da alimentação no Brasil*, p. 39), o vatapá pode ser feito com farinha-do-reino (trigo), farinha-de-guerra, flor de milho, pó-de-arroz (creme de arroz) ou do próprio pão francês dormido, posto de molho e passado na peneira." O vatapá encontra-se no cardápio do caruru de Cosme e em oferecimentos ao orixá Iansã, entre outros. Também é chamado ebatapá. Existe outro tipo de vatapá, preparado especialmente como adubo do acarajé e do abará e servido exclusivamente no tabuleiro da baiana. Esse é feito com gengibre, cebola, camarão, sal e um pouco de amendoim e açúcar. Bate-se tudo no liqüidificador, coloca-se num recipiente com azeite e farinha de trigo, coloca-se água para ferver e mexe-se. Depois de engrossar, deixa-se no fogo até ferver. (descrição feita com base no inventário da Festa de Santa Bárbara em Salvador e nas informações dos contatos citados abaixo)					
REGISTROS	Não foram feitos registros.			Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Dalva Damiana de Freitas			Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Maniçoba			IDENTIFICADO: XSIM / NÃO	36
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA: Ano todo		LUGAR: Casas, restaurantes.		
DESCRIÇÃO	Comida de origem indígena, é obtida a partir do cozimento da maniva, como é chamada a folha da mandioca, adicionada a inúmeros ingredientes que variam de acordo com o gosto do executante. É um dos principais pratos do recôncavo baiano. Considera-se que, para ficar "no ponto", é necessário que se faça um cozimento de pelo menos sete dias. A maniva é comercializada na Feira de Cachoeira em forma de "bolos" para o preparo em casa, assim como pode ser encontrada pronta para o consumo tanto na Feira quanto em restaurantes. Além da maniva, compõem o prato camarão, cebola, pimenta e vários tipos de carne (toucinho branco, pé de porco salgado, orelha de porco salgada, rabo de porco salgado, lombo de porco salgado, costela de porco salgada, paio, chouriço, dobradinha de boi, calabresa, charque). A maniçoba pode ser servida com arroz, mas seu principal acompanhamento é a farinha de mandioca. Modo de fazer: num panelão com bastante água, leve a maniva e o toucinho branco (sem cortar) ao fogo brando e deixe ferver durante dois dias. Mexa de vez em quando, dando pelo menos três mexidas por período: manhã, tarde, noite; isto é feito para que as folhas não grudem na panela. Complete sempre água e deixe o fogo mais baixo possível. Os ingredientes salgados deverão ser cortados, bem lavados e deixados de molho durante 12 horas, para tirar o sal. Depois os afervente e, no terceiro dia, coloque-os na panela junto com a maniva, sempre mexendo para que não grude na panela; assim fazendo durante mais quatro dias. A cor da maniva que no início do cozimento é verde bem vivo, vai-se transformando até ficar um verde muito escuro quase preto. Sirva com farinha, pimenta e arroz. Todo esse tempo de fervura da maniçoba é necessário devido ao ácido cianídrico da maniva, que se ingerido *in natura* pode levar à morte por intoxicação. A fervura acontece até que a massa verde fique quase preta. Fonte: REVISTAS CÍRIOS DE NAZARÉ. Belém: Ronaldo Gilberto Hühn, 1996, p. 50. (descrição feita com base no inventário do Círio de Nazaré e nas informações dos contatos citados abaixo)				
REGISTROS	Produziram-se entrevistas e imagens fotográficas durante o trabalho de campo.		Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Ana Maria Santana Edilene Soares dos Santos Hilda Teles de Oliveira Sirlene da Hora dos Santos Sueli Pereira de Souza		Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Mungunzá				IDENTIFICADO X SIM / NÃO	37
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Ano todo	LUGAR	Sede da Boa Morte / barracas		
DESCRIÇÃO	Mingau de milho branco acrescido de açúcar e coco temperado com cravo e canela. É vendido nas ruas e em rituais da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e do candomblé é considerado alimento votivo. Ingredientes: milho-branco, leite, açúcar, coco ralado, uma pitada de sal, canela em pau e cravo. Modo de fazer: na véspera do preparo deixe o milho de molho. Depois, leve ao fogo e deixe cozinhar até que esteja macio. Acrescente os ingredientes e mexa até chegar ao ponto. É servido ainda quente.					
REGISTROS	Não foram feitos registros.				Nº	Anexos 1 e 2
CONTATOS	Dalva Damiana de Freitas				Nº	Anexo 4

DENOMINAÇÃO	Abará				IDENTIFICADO X SIM / NÃO	38
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Ano todo – Existem relatos desde o século 19 até os dias atuais	LUGAR	Terreiros e centro histórico		
DESCRIÇÃO	Os procedimentos de preparo do abará são semelhantes aos do acarajé: quebra-se o feijão-fradinho; deixa-se de molho em água para soltar a casca; escorre-se a água numa peneira; retira-se o restante da casca; acrescentam-se dois dentes de alho para cada quilo de feijão; passam-se o feijão e o alho no moinho até formar uma massa fina; batem-se no liquidificador duas cebolas para cada quilo de feijão; misturam-se bem a massa triturada, a cebola batida, sal, camarão seco triturado e azeite-de-dendê com uma colher de pau; passam-se rapidamente sobre o fogo folhas de bananeiras, com que se envolve a massa (tendo como medida uma colher de pau ou uma colher de metal); cozinha em banho-maria. Os temperos de sal, cebola, azeite-de-dendê e camarões secos são os usuais para o abará de uso ritual religioso, sendo o comercializado – nos tabuleiros – acrescido de vatapá, pimenta, camarão seco e tomates verdes picados. O abará também é conhecido por abalá ou olélé. Nas cerimônias religiosas do candomblé é comida dos orixás Iansã, Oba e Ibeji. (descrição feita com base no inventário da Festa de Santa Bárbara em Salvador e nas informações dos contatos citados abaixo)					
REGISTROS	Produziram-se imagens fotográficas e entrevistas durante o trabalho de campo.				Nº	Anexos 1 e 2
CONTATOS	Maria Bonifácia Costa dos Santos				Nº	Anexo 4

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Acaçá			IDENTIFICADO		39
				XSIM	NÃO	
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Ano todo	LUGAR	Feira de Cachoeira		
DESCRIÇÃO	Milho-branco cozido em forma de massa embrulhado em folhas de bananeira comercializado em tabuleiro. O acaçá é também considerado comida votiva e pode servir de oferenda aos orixás. Modo de fazer: coloca-se de molho o milho-branco que, depois de moído, é levado ao fogo para cozimento em água; mexer sem parar até a massa chegar ao ponto (dar liga). Retira-se do fogo e embrulha-se logo em seguida.					
REGISTROS	Não foram feitos registros			Nº		Anexos 1 e 2
CONTATOS	Maria Bonifácia Costa dos Santos			Nº		Anexo 4

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Acarajé				IDENTIFICADO SIM X / NÃO	40
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Ano todo – Existem relatos desde o século 19 até os dias atuais	LUGAR	Terreiros e centro histórico de Cachoeira		
DESCRIÇÃO	O acarajé, um bolinho de feijão-fradinho (*Phaseolus angulares Wild*), cebola e sal, frito em azeite-de-dendê (*Elaeis guineensis L*), é de origem africana, tendo como nome original acará (Akará-Olelé em Ioruba) em locais do Golfo do Benin, África Ocidental. A palavra acarajé significa comer fogo. A origem desse nome, à junção do substantivo acará (fogo) com o verbo ajeum (comer em Iorubá), advém do modo como era apregoado nas ruas pelas mulheres que o faziam: "acará, acará ajé, acarajé".1 A tradição do acarajé na Bahia vem do período colonial, quando as mulheres, escravas ou libertas, com cestos ou tabuleiros na cabeça, os vendiam à noite, nas ruas da cidade. Ligado ao universo do candomblé, o acarajé é comida sagrada e ritual, ofertada aos orixás, principalmente a Xangô (Alafin, rei de Oyó) e a sua mulher, a rainha Oiá (Iansã). É ofertado também a Oxaguiã, Exu, Ibeji e Ogum. Seu formato e mistura são diferenciados de acordo com o orixá a quem são ofertados. Assim, enquanto a Xangô são consagrados os maiores e alongados, junto com um prato de quiabos, dendê e pimentas, 'amalá', os ofertados a Oiá são menores, podendo ser oferecidos puros, com sete pimentas-da-costa ou enfeitados com camarões secos. As oferendas a Oiá e Oxaguiã, entidades ligadas à ancestralidade, são colocadas no bambuzal, local habitado por esses orixás. O início da comercialização do acarajé ocorre no universo do candomblé. A "obrigação do acarajé" – autorização para produção e venda pública por mulheres iniciadas nos padrões dos rituais tradicionais do candomblé e escolhidas por Iansã – tem como objetivo angariar recursos financeiros para "fazer o santo", isto é, para cobrir os gastos necessários às obrigações de iniciação. Nas cerimônias religiosas, o acarajé é produzido na cozinha do terreiro. Para a comercialização, as atividades referentes ao preparo da massa e dos adubos do acarajé são realizadas na cozinha da residência de quem comercializa; a fritura e a venda ocorrem no chamado ponto de venda, localizado em áreas públicas. Hoje a venda de acarajé já não está ligada apenas à tradição religiosa do candomblé, mas ganhou espaço na esfera comercial, tornando-se o meio de vida de parte da população. Em Cachoeira o acarajé é vendido ao final da tarde em tabuleiros instalados em determinados pontos do centro histórico. Algumas baianas de acarajé ainda escolhem esses pontos a partir de preceitos do candomblé e geralmente são filhas de Iansã, embora não usem costumeiramente o traje de baiana. O processo de produção e comercialização também mudou. Inicialmente o acarajé era vendido puro (feijão-fradinho e cebola), levando no máximo, quando era pedido, um pouco de pimenta. Hoje, porém, encontram-se incorporados ao acarajé outros elementos da culinária local (camarão seco, vatapá, caruru) como formas de adubos (recheios). A salada de tomate e cebola também foi introduzida como adubo, fazendo do acarajé uma espécie de sanduíche. Modo de fazer a massa do acarajé comercial: quebrar o feijão-fradinho; deixar de molho em água para soltar a casca; escorrer a água em peneira; retirar o restante da casca; acrescentar dois dentes de alho para cada quilo de feijão; passar o feijão e o alho no moinho até formar uma massa fina; bater no liquidificador duas cebolas para cada quilo de feijão; com uma colher de pau, misturar bem a massa triturada, a cebola batida e sal; modelar a massa (tendo como medida uma colher, de pau ou metal); fritar a massa em azeite-de-dendê quente; colocar um camarão para enfeitar a massa enquanto estiver fritando; depois de frito cortar ao meio e acrescentar os adubos (vatapá, caruru, salada de tomate e cebola, camarões secos e pimenta). As baianas de acarajé colocam na panela uma cebola inteira ou um pedaço de carvão para o azeite não queimar rápido. (descrição feita com base no inventário do Ofício das Baianas de Acarajé e nas informações dos contatos citados abaixo)						

[1] As baianas também mercavam o acarajé falando "acarajé bem benzer".

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

REGISTROS	Produziram-se durante o trabalho de campo imagens fotográficas e entrevistas.	Nº	Anexos 1 e 2
CONTATOS	Luiza Franquelina da Rocha Natalina de Jesus Santos Maria Bonifácia Costa dos Santos	Nº	Anexo 4

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Farinhas				IDENTIFICADO XSIM / NÃO	41
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Durante todo o ano	LUGAR	Zona rural de Cachoeira e de São Félix		

DESCRIÇÃO

Segundo a classificação oficial, distinguem-se três tipos de farinha: d´água, seca e mista. Na Bahia encontra-se a produção de diferentes variedades de farinha seca, cada uma com características próprias de cor, textura e sabor, destacando-se a farinha de copioba – produzida no Recôncavo baiano.

A farinha seca é a mais comum das farinhas. Ao contrário das farinhas d´água, mista e de tapioca, características da Amazônia e de algumas partes do Nordeste, a farinha seca é produzida em todas as regiões do país. É feita com a mandioca fresca, pois as raízes, uma vez tiradas da terra, se deterioram muito rapidamente, devendo por isso ser processadas no mesmo dia em que foram arrancadas. Também pode ser produzida tanto com as mandiocas amargas quanto com as doces (aipim ou macaxeira), amarelas ou brancas, sendo comum a mistura de diferentes variedades. Dependendo também da variedade da mandioca e do tempo que ficou na terra, a massa tem maior ou menor quantidade de líquido. Mandioca muito nova, por exemplo, tem mais água que a que ficou na terra por mais tempo, rende menos e a farinha é de qualidade inferior. Porém, diante de necessidades imediatas, o agricultor muitas vezes se vê obrigado a colher a mandioca antes de seu completo amadurecimento, uma vez que a farinha é um produto que pode ser rapidamente trocado por moeda.

O processo de produção da farinha começa na roça, obedecendo às seguintes etapas.

- Preparação da roça – limpeza do terreno, queima e plantio da maniva; espera-se no mínimo um ano para colher a mandioca
- Arrancar as raízes e transportá-las para a casa de farinha
- Descascamento e limpeza da mandioca – na casa de farinha, a primeira etapa do processo é o descascamento da mandioca que, em seguida, é lavada
- Trituração – depois de completamente limpa, a mandioca é colocada no ralador para ser triturada
- Prensagem – a massa é colocada na prensa para extrair o líquido venenoso; a mais usada é a prensa do tipo parafuso
- Esfarelamento – depois de prensada, a massa é esfarelada. O esfarelamento deixa-a mais enxuta, reduz a quantidade de crueiras e aumenta o rendimento da farinha
- Peneiramento – passa-se a massa em peneira com trama adequada, para eliminar talos e crueiras que tenham sobrado
- Preparação do forno – acender o forno com lenha apropriada para manter a temperatura alta, necessária ao escaldamento da massa
- Escaldamento da massa – a massa é colocada gradativamente no forno e revolvida, com pás movidas a eletricidade (e em algumas casas de farinha com rodo de madeira movido manualmente)
- Esfriamento – depois de escaldada, a massa é colocada no cocho para esfriar
- Peneiramento da massa escaldada – para uniformizar e desmanchar os caroços, a massa é de novo peneirada
- Torração – a massa peneirada é colocada de novo no forno, agora com temperatura baixa, e constantemente revolvida durante o tempo necessário à obtenção de uma farinha torrada no ponto desejado
- Ensacamento – uma vez torrada, a farinha é colocada em sacos, geralmente de 50 quilos e separada a que é para o consumo familiar da que é para vender

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

	• Comercialização – a comercialização se dá de dois modos: o produtor leva sua farinha para a feira e ele próprio vende ou vende o excedente para intermediários. A dificuldade de transporte para chegar aos pontos de venda deixa a maior parte dos produtores na dependência dos intermediários, ganhando por isso menos do que se efetuassem eles mesmos a venda aos consumidores.		
REGISTROS	Produziram-se imagens fotográficas durante o trabalho de campo.	Nº	Anexos 1 e 2
CONTATOS	Edina da Cruz Miranda	Nº	Anexo 4

DENOMINAÇÃO	Beiju			IDENTIFICADO: XSIM / NÃO	42
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	O ano todo	LUGAR	Feira de Cachoeira / praça	
DESCRIÇÃO	O beiju, um dos subprodutos da mandioca, é consumido de modo geral no café da manhã e em lanches. Tem origem indígena. O Recôncavo baiano caracteriza-se pela produção de uma enorme variedade de beijus: de massa, de polvilho, com coco, molhado, de formas e tamanhos diversos. São encontrados na Feira de Cachoeira tanto os beijus prontos quanto a matéria-prima – polvilho ou fécula para a preparação caseira. Modo de fazer: depois de descascada e ralada, a massa é colocada em água, coada e posta para secar. Seca, a massa está pronta para fazer o beiju. A fécula, ou massa branca bastante fina (polvilho), é esfarelada e levada ao forno da casa de farinha ou “assada” na frigideira nas residências. Torra-se de um lado e depois do outro, podendo-se acrescentar diferentes recheios, doces ou salgados.				
REGISTROS	Produziram-se imagens durante o trabalho de campo.		Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Edina da Cruz Miranda		Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Licor				IDENTIFICADO: XSIM / NÃO	43
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	O ano todo, em especial no mês de junho	LUGAR	Casa do Licor / Casa de Roque Pinto		
DESCRIÇÃO	Bebida artesanal feita a partir da fusão de frutas ou ervas com álcool e açúcar. Além de passar pelo processo de fusão o licor sofre ainda decantação e envelhecimento até chegar ao engarrafamento. Algumas frutas demandam mais tempo para o envelhecimento. É o caso do jenipapo, jabuticaba, tamarindo, banana, caju, maracujá e cajá. Alguns licores feitos de ervas, como o Rabo de Foguete e o Arriba Saia, são considerados afrodisíacos. O Beijo de Solteirona é feito de gengibre e canela e pode ou não ser acompanhado de frutas. A época de maior vendagem do licor é o mês de junho por ser uma bebida típica das festas juninas.					
REGISTROS	Produziram-se durante o trabalho de campo imagens fotográficas e entrevistas.			Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Roque Pinto Antonia Barbosa de Melo			Nº	Anexo 4	

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Azeite-de-dendê		IDENTIFICADO: XSIM	NÃO	44
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA: Ano todo		LUGAR: Zona rural de Cachoeira		
DESCRIÇÃO	O dendezeiro é uma palmeira africana trazida para o Brasil desde os primeiros tempos da escravidão e aqui aclimatada. O nome iorubá é opé (*òpè*). No Brasil, é abundante na Bahia e no Nordeste. Segundo a enciclopédia wikipedia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Dendezeiro), o nome científico dessa palmeira é *Elaeis guineensis, Jacq., Monocotiledonea, Palmae*. Popularmente, é conhecida como palma-de-guiné, demdem (Angola), palmeira dendem, coqueiro-de-dendê, avoira e palmeira do axeite. Seu fruto é o dendê, e dele tira-se um óleo (azeite-de-dendê) largamente empregado na culinária afro-baiana, assim como em comidas votivas, assentamentos dos orixás, etc., do candomblé e cultos derivados. No candomblé, o dendezeiro é árvore sagrada, cujo coco é usado nos Oráculos de Ifá; os caroços (coquinhos) da espécie *Elaesis idolatrica* eram os preferidos para a adivinhação, tendo cinco ou seis "olhos". Existem dois tipos de dendê: o "sombra" e o "nativo". Além de o óleo do "sombra" ser mais fino, seu rendimento é maior, e a árvore é mais baixa, permitindo a retirada do fruto com vara. Já o "nativo" tem o óleo mais grosso e é árvore muito alta. Em Cachoeira a produção de dendê é ofício cada vez mais raro e continua sendo um saber passado de pai para filho. Alguns produtores compram o dendê para trabalhar o óleo em suas propriedades. Dependendo do tamanho de um cacho de dendê pode-se fazer um litro de azeite que pode durar até um ano. A melhor época para preparação do azeite é o verão. Os procedimentos mais difíceis do trabalho com o dendê são o pisar, o bater e o cortar. Cortar pode, aliás, ser perigoso devido aos espinhos venenosos. Trazido para casa, o dendê é despencado para amolecer. Depois de limpo segue-se o processo de feitura. Coloca-se no fogo para cozinhar; depois pisa-se tudo no pilão. Depois de pisado ele é batido na água e volta ao fogo para refinar. Depois de uma hora e meia tira-se do fogo e coloca-se para escorrer. Separada a massa fica apenas o óleo. Leva-se ao fogo novamente para melhorar a refinagem. Então tempera-se o azeite com aroeira ou dentes de alho e segue o cozimento. O óleo então vai estar pronto para ser engarrafado e levado à venda na Feira de Cachoeira. O meio de condução utilizado para levar o produto à cidade é o animal ou barco; quando possível, usam-se ônibus ou vans. O azeite-de-dendê é comprado para uso na culinária baiana em pratos como caruru, acarajé, vatapá e moquecas. O azeite-de-dendê é um dos mais emblemáticos condimentos das comidas votivas. (descrição feita com base no inventário da Festa de Santa Bárbara em Salvador e nas informações dos contatos citados abaixo)				
REGISTROS	Produziram-se durante o trabalho de campo imagens fotográficas e entrevistas.		Nº	Anexos 1 e 2	
CONTATOS	Luiz Carlos Matos da Conceição		Nº	Anexo 4	

3. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Francisca Marques, Any Manuela de Freitas, Dinailton Ribeiro, Leandro Farias, Itamaraci Gomes.	
SUPERVISOR	Letícia Vianna; Elizabete Mendonça	
PREENCHIDO POR	Francisca Marques	DATA

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	BA	01	00	05	F1-	A3

RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO		Janeiro, 2006.